

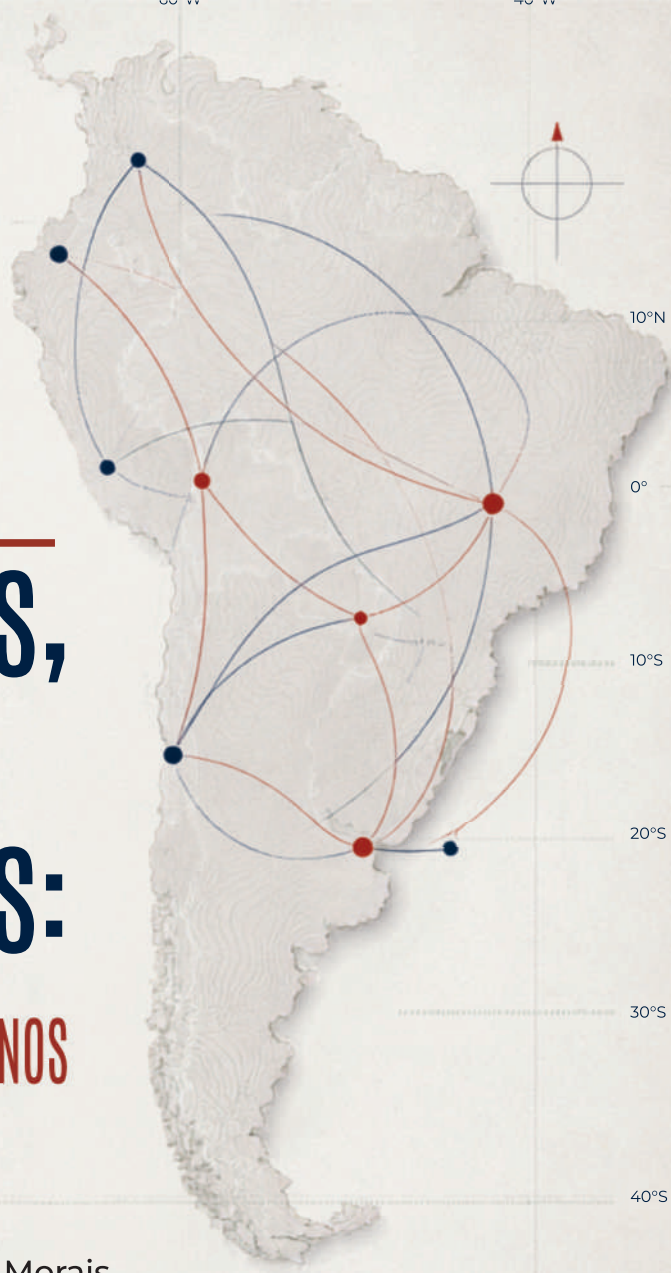
DISCURSOS, POLÍTICAS E SENTIDOS:

DEBATES SUL-AMERICANOS

Organização

Elaine de Moraes Santos

Argus Romero Abreu de Morais



**DISCURSOS, POLÍTICAS E SENTIDOS:
DEBATES SUL-AMERICANOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Programa *Move La América*, criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e implementado, em 2025, no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

**ELAINE DE MORAES SANTOS
ARGUS ROMERO ABREU DE MORAIS
(ORGANIZAÇÃO)**

**DISCURSOS, POLÍTICAS E SENTIDOS:
DEBATES SUL-AMERICANOS**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Elaine de Moraes Santos; Argus Romero Abreu de Moraes [Orgs.]

Discursos, políticas e sentidos: debates sul-americanos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 342p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-3070-2 [Digital]

1. Análise do Discurso. 2. Discurso político-midiático. 3. Sujeitos. 4. Argumentação. 5. Educação linguística. I. Título.

CDD – 410

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editor: Valdemir Miotello

Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 9

Elaine de Moraes Santos

Argus Romero Abreu de Morais

CUERPO-TERRITORIO-TIERRA: AS RELAÇÕES ENTRE MULHERES E SEU TERRITÓRIO A PARTIR DE CONCEPÇÕES DESDE ABYA YALA..... 15

Sarah Dib Domingues Silva

Kátia Aleksandra dos Santos

CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DE OLGA BENARIO: DISCURSO EPIDÍTICO E MODOS DE ORGANIZAÇÃO NA BIOGRAFIA DE ANITA LEOCADIA PRESTES 43

Marcia Elisia Aguiar

Raquel Abreu-Aoki

¿QUIÉN ES EL “DEMONIO ÚNICO”? LA HEGEMONÍA DISCURSIVA Y LA INTERTEXTUALIDAD EN DOS DISCURSOS DE LA DOXA LIBERAL LIBERTARIA 65

Emilia Janica

HAYEK E A DITADURA CHILENA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE SENTIDO ENTRE LIBERALISMO E DITADURA..... 87

André Campos Mesquita

ANÁLISIS DEL DISCURSO CRÍTICO Y MULTIMODAL DE LA DIAGRAMACIÓN Y LAS EXPRESIONES FACIALES EN LAS PORTADAS DE “EL MERCURIO” PREVIO AL GOLPE DE ESTADO EN CHILE 1973 115

Miguel Fuentes Cortés

**ENTRE ETHOS ET PATHOS: ANALYSE DISCURSIVE DU
DERNIER DISCOURS DE DILMA ROUSSEFF ET DE LA
LETTRE DE GETÚLIO VARGAS 133**

Renata Aiala de Mello

**SENTIDOS EM DISPUTA: A PRÁTICA DISCURSIVA DAS
FAKE NEWS CONTRA A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ NO
BRASIL 155**

Renata Nobre Tomás

Jenifer Eduarda de Souza Correa

Lorena Maria Nobre Tomás

**PÂNICO SATÂNICO, PÂNICO MORAL E RACISMO
RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO
ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO CASO EVANDRO 183**

Fernanda Kulis

Renata Adriana de Souza

**ESTRATÉGIAS DE MANIPULAÇÃO EM DISCURSOS
POLÍTICOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO
BRASIL E NA ARGENTINA 205**

Ana Carolina Gonçalves Reis

Argus Romero Abreu de Moraes

**DO CANDIDATO-ATOR AO CANDIDATO-INFLUENCER:
DESLOCAMENTOS DO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL
NOS DEBATES BRASILEIROS 227**

Juliana da Silveira

**EL PRESIDENTE DE LOS MUCHOS ROSTROS. EXPERTICIA,
HISTRIONISMO Y VIOLENCIA EN LA CONSTRUCCIÓN DE
LA FIGURA PÚBLICA DE JAVIER MILEI 261**

Mariano Dagatti

**DAS SENZALAS ÀS CELAS: TRAVESSIAS DE RESISTÊNCIA
RACIAL SOB REGIMES DE VIOLÊNCIA 291**

Michele Tiemi Imazaki

Nathália do Nascimento Gonçalves Nolasco

Fabiana Poças Biondo

***FAKE NEWS, PÂNICO MORAL E POLARIZAÇÃO NO BRASIL:
UMA ABORDAGEM CRÍTICO-DISCURSIVA 307***

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

**SOBRE ORGANIZADORA, ORGANIZADOR, AUTORAS E
AUTORES 335**

APRESENTAÇÃO

Discursos, políticas e sentidos: debates sul-americanos se soma aos esforços de *Discursos, políticas e afetos: articulações e desafios contemporâneos*, também publicado pela Pedro & João Editores (2026), para materializar, textualmente, os frutos da colaboração entre a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, durante 2025, através do Programa *Move La América*. Iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o *Move* tem por intuito promover a internacionalização das universidades brasileiras ao receber pesquisadores(as) oriundos(as) de instituições de ensino superior da América Latina e Caribe.

Somados os dois livros, foram contemplada(o)s autora(e)s das cinco regiões brasileiras e de três países, Argentina, Brasil e Chile. Nesta obra, priorizamos os textos que contribuíram com reflexões sobre fenômenos potencialmente transnacionais, especialmente no que se refere ao cenário sul-americano. Entendemos que a academia brasileira, especialmente no que concerne ao campo do texto e do discurso, ainda demanda maior estímulo a diálogos e a análises voltados para o contexto regional do subcontinente. Se, por um lado, pode-se afirmar que um certo afastamento em relação aos países vizinhos decorre do fato de o país ser o único lusófono em um continente majoritariamente hispanohablante, por outro, parece ser também verdade que nossas pesquisas incorporam e se direcionam com muito mais frequência a teóricos e a fenômenos do contexto anglófono e francófono.

No aspecto acadêmico, o Brasil ainda precisa potencializar laços com povos e culturas não apenas geograficamente mais próximos, embora por vezes identitariamente distantes, mas que também possuem processos sociohistóricos semelhantes, ainda sofrendo na atualidade as consequências da colonização europeia,

tanto física quanto epistêmica. Como consequência paradoxal, está a nossa frequente aproximação com as ex-metrópoles em proporção semelhante ao distanciamento em relação às ex-colônias, sejam latino-americanas, sejam africanas. Ao virar-se prioritariamente para os diálogos com o Norte Global, a academia brasileira parece resistir à compreensão da singularidade potencial da sua própria sociedade e do continente com o qual compartilha tantas semelhanças, marginalizando os problemas e instrumentais teórico-metodológicos produzidos por investigações do contexto do Sul Global.

Como solução, não propomos a substituição de uma cultura acadêmica por outra, sob pena de o “remédio” se tornar pior do que o “veneno”. A negação da alteridade não parece ser produtiva em nenhuma das práticas humanas e de suas instituições. No entanto, se devemos ser “antropófagos” (Andrade, 1976), no sentido eternizado por Mário de Andrade, por que não alargar nossa “dieta” cultural e acadêmica, nosso “pão de espírito”, retomando a expressão utilizada pelo movimento estético cearense Padaria Espiritual (Azevedo, 2011), com conhecimentos e problemas produzidos por povos e realidades acadêmicas irmanados não apenas pela condição histórica de exclusão geopolítica, mas pelos trânsitos e pelas fusões culturalmente enriquecedores dos últimos séculos?

Para tanto, devemos nos esforçar por superar o alibi da peculiaridade linguística do país em relação aos seus vizinhos, uma vez que, costumeiramente, dialogamos mais com a produção teórica da América do Norte e da Europa do que com a latino-africana. Ainda falta muito, todavia podemos começar a despertar essa preocupação em uma nova geração de pesquisadore(a)s, tanto no que concerne à nossa aproximação com o continente latino quanto com o africano. A seguir, apresentamos, brevemente, a proposta dos textos da obra.

No primeiro capítulo, Sarah Dib Domingues Silva e Kátia Alexsandra dos Santos investigam a experiência da Horta Comunitária do Xarquinho, em Guarapuava/PR, para avaliar as

potencialidades decoloniais do Feminismo Comunitário, priorizando, nesse propósito, os sentidos da relação entre corpo, território e terra (*cuerpo-territorio-tierra*) nos saberes de *Abya Yala* (“terra madura”, “terra em florescimento”, “terra viva”).

No segundo, Márcia Elisia Aguiar e Raquel Abreu-Aoki partem do gênero epidítico aristotélico para discutir o gênero biográfico, alicerçando-se nos Modos de Organização do Discurso propostos pela Teoria Semiollingística de Patrick Charaudeau para avaliar as imagens construídas de Olga Benario na narrativa biográfica de sua filha, Anita Prestes.

Na sequência, a pesquisadora argentina Emilia Janica vale-se do arcabouço teórico de Marc Angenot, historiador das ideias e teórico da retórica canadense, para discutir o conceito de “demônio único” na doxa liberal libertária, o qual contrasta intertextualmente com a Teoria dos Dois Demônios, esquema discursivo mobilizado para explicar os conflitos entre militares e guerrilheiros durante as ditaduras militares latino-americanas.

No quarto capítulo, André Mesquita volta-se para a sociedade chilena a fim de interpretar a relação entre liberalismo, economia, política e democracia em um enunciado de Friedrich Hayek, retirado da entrevista publicada no jornal *El Mercurio*, em 1981. Através da análise, o autor demonstra como o liberalismo econômico coexiste com a aceitação de regimes autoritários no pensamento do economista austríaco-britânico.

Focando nessa mesma sociedade e no mesmo periódico, *El Mercurio*, o quinto capítulo é escrito pelo pesquisador chileno Miguel Fuentes Cortés, lançando mão da Análise Crítica do Discurso e de materialidades multimodais para pesquisar os sentidos da diagramação e das expressões faciais nas capas desse periódico. O recorte temporal contempla o contexto anterior ao Golpe Militar empreendido pelo general Augusto Pinochet contra o então presidente chileno Salvador Allende, em 1973.

No capítulo seguinte, Renata Mello realiza uma análise comparativa entre dois momentos históricos “traumáticos” da sociedade brasileira no último século. A investigadora analisa a

relação entre ethos e pathos na carta de suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954, e o último pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, em 2016.

Devemos o sétimo capítulo à escrita colaborativa de Renata Nobre Tomás, Jenifer Eduarda de Souza Correa e Lorena Maria Nobre Tomás, no qual as autoras se dedicam a perscrutar a produção e a circulação de notícias falsas contra a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil contemporâneo, uma das mais afetadas pelas redes de ódio digitais.

Em seguida, Fernanda Kulis e Renata Adriana de Souza analisam o Caso Evandro, relacionado ao desaparecimento e à morte de um garoto de 6 anos de idade em abril de 1992, em Guaratuba, Paraná. Como as autoras demonstram, a cobertura midiática acarretou sentidos de medo e moralismo ao repetir parafrasticamente expressões como “rituais macabros”, “bruxaria” e “sacrifício satânico”, espetacularizando o caso policial e orientando a percepção social sobre o crime em direção ao racismo religioso.

Carolina Reis e Argus Romero Abreu de Moraes promovem uma análise comparativa entre discursos políticos da extrema direita na Argentina e no Brasil no nono capítulo. Alicerçando-se na Teoria Semiolinguística, avaliam como dois sujeitos comunicantes masculinos, o presidente Javier Milei (*La Libertad Avanza*) e Alexandre Correa (*Avante*), retomam a temática da violência contra as mulheres tanto para promover um esvaziamento da sua complexidade estrutural como para inverter a acusação, através da qual se denunciaria o suposto silenciamento no Brasil da violência contra os homens.

No texto seguinte, Juliana da Silveira mobiliza a Análise Materialista do Discurso para examinar os deslocamentos e as transformações dos debates político-eleitorais brasileiros a partir do seu atravessamento pelo discurso político-midiático. Para a autora, as técnicas das diferentes mídias (rádio, TV, redes sociais) e os diferentes profissionais (políticos, jornalistas, publicitários, assessores de imprensa etc.) envolvidos acabam por reconfigurar o

formato dos debates políticos no país. Como consequência, explica o deslocamento do candidato-ator para o candidato-influencer.

É da parte do investigador argentino Mariano Dagatti o décimo primeiro capítulo da obra. Nele, Dagatti avalia a construção da imagem da figura pública do presidente argentino Javier Milei (*La Libertad Avanza*), enfocando, especialmente, as características da sua oratória e a coexistência da expertise política, do histrionismo *cosplay* e da violência verbal no seu ethos. Dentre as modalidades discursivas mobilizadas, discute a explicação e a descrição, assim como o uso da violência verbal como estratégia erística de construção do antagonismo político.

As pesquisadoras Michele Tiemi Imazaki, Nathália do Nascimento Gonçalves Nolasco e Fabiana Poças Biondo problematizam, no décimo segundo capítulo, o modo como as distintas populações racializadas enfrentaram no Brasil práticas repressivas do Estado. Entrelaçam, nesse intuito, o passado e o presente em discursos de resistência. Como materialidades discursivas, averiguam um trecho literário da obra *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, e um cartaz político urbano que resgata a memória de Suely Yumiko Kanayama, militante asiática assassinada pela ditadura militar brasileira.

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo nos brinda com o último texto da obra, com uma investigação potente sobre a relação entre notícias falsas, pânico moral e polarização no Brasil atual. Publicado originalmente em inglês, na revista *Linguistic Frontiers*, conta com a tradução de Argus Romero Abreu de Moraes e Rodrigo Seixas para poder agora circular entre o público acadêmico brasileiro. Dotado de um estado da arte atualizado sobre o tema das notícias falsas e seu impacto nas sociedades contemporâneas, o autor traz, ao fim do seu texto, um conjunto de contribuições que pode nos ajudar a refletir sobre como resistir ao avanço dessa desconfiguração do debate público nacional na contemporaneidade.

Para concluir, esperamos que o(a) leitor(a) possa aproveitar a leitura e, compartilhando do nosso mesmo entusiasmo com a

publicação, fazê-la circular no seu círculo de colegas e colaboradores(as). Dois desafios se apresentam como renitentes no contexto acadêmico brasileiro. Primeiro, organizar e produzir textos de alta qualidade. Segundo, fazê-los serem lidos e incorporados às nossas investigações. Esperamos, a despeito disso, que *Discursos, políticas e sentidos: debates sul-americanos* possa superar esses dois obstáculos pelas mãos dos(as) nossos(as) leitores(as) .

Elaine de Moraes Santos
Argus Romero Abreu de Moraes

Referências

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça (Org.). *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 352-356.

AZEVEDO, Sânzio de. *Breve história da Padaria Espiritual*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CUERPO-TERRITORIO-TIERRA: AS RELAÇÕES ENTRE MULHERES E SEU TERRITÓRIO A PARTIR DE CONCEPÇÕES DESDE ABYA YALA

Sarah Dib Domingues Silva
Kátia Alexsandra dos Santos

Introdução

Abya Yala, termo da língua do povo Kuna que significa “terra madura”, “terra em florescimento”, “terra viva”, tem sido utilizado desde o século XIX como forma de renomear o território em contraposição à ideia de “descobrimento” das Américas. Ainda que o termo tenha origem do povo Kuna, que atualmente se localiza no Panamá, ele tem sido adotado por diversos povos originários de todo o continente, demonstrando a busca de renomear-se em uma unicidade política de resistência em face ao colonialismo (Porto-Gonçalves, 2011).

Abya Yala se posiciona así como un atractor en torno al que otro sistema puede configurarse. Eso es lo que los pueblos originarios están proponiendo con ese otro léxico político. No olvidemos que dar nombre propio es apropiarse. Es hacer propio un espacio a través de los nombres que se atribuyen a ríos, montañas, bosques, lagos, animales y plantas; por ese medio, un grupo social se constituye como tal, constituyendo sus mundos de vida, sus mundos de significación y convirtiendo un espacio en su espacio: un territorio. El lenguaje territorializa y, de esa manera, se revela una tensión de territorialidades entre América y Abya Yala (Porto-Gonçalves, 2011, p. 49).

Assim, renomear-se como Abya Yala é um chamado para redescobrir latinoamérica (ou melhor, descobrir Abya Yala) e pensar outras formas de relação com a terra para além do

pensamento colonial. A partir disso, esta pesquisa adota essa escolha terminológica, com base nos saberes dos povos originários, para compreender intersecções e refletir sobre novos modos de sociedade. O estudo buscou analisar as relações entre mulheres da Horta Comunitária do Xarquinho, em Guarapuava/PR, à luz do Feminismo Comunitário.

O Feminismo Comunitário, vertente latino-americana indígena surgida nos movimentos de mulheres na Bolívia, propõe uma ruptura com os feminismos hegemônicos/liberais. Fundado em 2006, defende um pensamento autônomo das mulheres indígenas e critica o ideal salvacionista e a “ONGuização” do feminismo (Paredes, 2015).

Diferentemente de outros movimentos autônomos de mulheres que rejeitam o termo, o movimento reivindica a palavra “feminismo” para resgatá-la do feminismo liberal e manter aberta a construção de uma luta global contra o patriarcado (Guzmán; Paredes, 2014, p. 21).

Ainda, a vertente compreende que o patriarcado é um sistema de opressão historicamente construído sobre o corpo sexuado das mulheres, mas que não se resume às relações entre homens e mulheres. É um sistema que gera diversos tipos de opressão e exploração de toda a humanidade e, inclusive, da natureza. Nessa concepção, os homens, as plantas, os animais, o ar, os mares etc. também estão sob a opressão desse sistema e sua superação trará a libertação de toda a humanidade e natureza (Guzmán; Paredes, 2014).

Há, também, a formulação do conceito de entronque patriarcal, que significa, nos termos de Paredes, “[...] reconocer que las relaciones injustas entre hombres y mujeres aquí en nuestro país, también se dieron antes de la colonia y que no sólo son una herencia colonial. Hay también un patriarcado y un machismo boliviano, indígena y popular” (2013, p. 72).

Constrói-se, ainda, através da ativista Lorena Cabnal (2010), o conceito de corporeidade das lutas pelo território e pela terra, compreendendo que o corpo é nosso primeiro território e que a

terra que habitamos torna-se uma extensão desta existência, o que culminou no conceito de *cuero-territorio-tierra*, pois a expropriação da terra reflete nos corpos das mulheres, retirando-as o direito de bem viver.

Essas perspectivas mostram que o Feminismo Comunitário, como práxis, ultrapassa o contexto indígena boliviano e oferece ferramentas analíticas úteis tanto para mulheres indígenas brasileiras quanto não indígenas, justificando sua adoção nesta pesquisa.

Percurso metodológico: sobre acessar mulheres na relação com território

A pesquisa se orientou metodologicamente pelo feminismo decolonial. A coleta de dados no campo se deu através da observação participativa, acompanhando as atividades realizadas dentro do grupo da Horta Comunitária do Xarquinho, juntamente com a prestação gratuita de assistência jurídica aos integrantes, seja pessoalmente ou através de rede social. Utilizamos, ainda, o diário de campo como ferramenta para construção de um corpus analítico resultante das observações realizadas durante o ano de 2024.

A pesquisa de campo durou de junho a agosto de 2024, contando com atividades presenciais de observação, participação em eventos e reuniões, assim como contato com as integrantes do grupo via WhatsApp. Foram participantes 24 pessoas, sendo 16 mulheres e 8 homens. Todas/os assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Centro-Oeste, conforme parecer n.º 6.801.015.

Ochy Curiel (2019) aponta, a partir do feminismo decolonial, caminhos para a pesquisa empírica feminista e para a construção de metodologias críticas. Em *Construindo Metodologias Feministas desde o Feminismo Decolonial*, reúne contribuições de teóricas decoloniais e destaca a necessidade de romper com a lógica sujeito-objeto, na qual “os Outros” ocupam o lugar de não-ser estudado pelo pesquisador

branco. A autora ressalta que apenas incluir esses grupos na pesquisa não basta, “[...] como se somente assumi-las como matéria-prima fosse uma pesquisa feminista crítica e decolonial” (Curiel, 2019, p. 45), propondo, assim, um desenganche epistemológico como forma de desprendimento das colonialidades apto a

[...] identificar conceitos, categorias, teorias que surgem a partir de experiências subalternizadas, que são geralmente produzidas coletivamente, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar, de explicar diferentes realidades para romper o imaginário de que esses conhecimentos são locais, individuais e sem possibilidade de serem comunicados (2019, p. 46).

Curiel (2019, p. 48) provoca as pesquisadoras feministas decoloniais a “[...] buscar fazer investigações, propostas metodológicas e pedagógicas a partir dos processos coletivos, desde as organizações e comunidades, para fortalecer marcos analíticos próprios, que permitem buscar melhores vias para a transformação social”, reforçando, na contramão do universalismo abstrato, que é possível através dos coletivos construir novas possibilidades, dentro e fora dos debates epistêmicos e metodológicos.

Almejando materializar as visões de Ochy Curiel (2019) é que a presente pesquisa escolhe o Feminismo Comunitário, conhecimento que nasce em e para *Abya Yala*, para analisar a realidade das mulheres protagonistas do território analisado.

Embora não se trate essencialmente de uma pesquisa etnográfica, lançamos mão do conceito de Antropologia por Demanda, de Segato (2021). A presença dos conceitos da autora surge no percurso da pesquisa, no início do trabalho de campo, já que inicialmente a proposta não abraçava de forma tão concreta a ideia da pesquisadora enquanto agente à disposição imediata para os litígios apresentados pelas sujeitas do campo. Foi perceptível que essas sujeitas, por muito tempo tratadas como matérias-primas

de pesquisas, como menciona Curiel (2019), mantiveram uma postura resistente à primeira abordagem.

A proposta inicial da pesquisa previa rodas de conversa em duas hortas comunitárias da cidade, localizadas em bairros periféricos. Após apresentar a ideia à liderança, que repassou ao coletivo, as respostas foram negativas, por falta de interesse e disponibilidade de tempo em razão das rotinas de trabalho. As mulheres não queriam e não tinham tempo para "rodas de conversa". Já há algum tempo as populações que foram "objetos de pesquisa" têm requisitado não apenas participar, mas ter algum benefício direto, visível com as pesquisas.

Diante de duas negativas, tornou-se necessário repensar o papel da pesquisa e da pesquisadora nos contextos visitados. Santos e Abreu (2024) destacam que os feminismos decoloniais orientam a construção de metodologias sensíveis, que promovam relações horizontais entre pesquisadora e pesquisadas, garantindo voz a sujeitos historicamente silenciados. A partir dessa perspectiva, afastando-se de ideais coloniais hegemônicos, a condução da pesquisa foi moldada segundo as necessidades das participantes, aproximando-se dos conceitos da Antropologia por Demanda.

Rita Segato (2021) propõe a Antropologia por Demanda a partir de sua trajetória acadêmica, articulando pesquisa antropológica com temas como colonialidade do poder, Direito, raça e gênero, especialmente no enfrentamento da violência contra mulheres indígenas no Brasil. Para a autora, essa abordagem funciona como ferramenta para construir alternativas ao capitalismo (Assis; Gomes, 2022), na qual os sujeitos da pesquisa interpelam o etnógrafo para que utilize suas ferramentas em favor de objetivos coletivos (Spyer Dulci, 2021).

A primeira autora, também advogada, entendeu que oferecer assistência jurídica gratuita, nos termos da Antropologia por Demanda, significava colocar suas ferramentas à disposição da comunidade, levando informação e contribuindo para evitar violações de direitos. Assim, disponibilizou orientação e acompanhamento em questões ligadas à Horta Comunitária ou a

demandas pessoais nas áreas cível, criminal, trabalhista e previdenciária.

Cabe destacar que essa proposição não surgiu apenas como “moeda de troca”, mas de forma orgânica, após a apresentação da pesquisadora como advogada. A partir disso, passaram a surgir dúvidas jurídicas direcionadas a ela, e as participantes solicitaram que também assumisse esse papel, colocando seus conhecimentos a serviço das demandas das mulheres em relação ao território.

Com esta nova proposta em mente, buscamos um novo diálogo com ambas as lideranças. Uma delas não deu mais retorno, e a outra, liderança da Horta comunitária do Xarquinho, fez convite para participação na reunião mensal do grupo, no início de junho.

Diálogos entre as feministas comunitárias e as mulheres da Horta Comunitária do Xarquinho: saúde, relações de gênero, trabalho e comunidade

Ao nos aliarmos com os conceitos feministas comunitários para compreender as estruturas que organizam as vidas das mulheres, é imprescindível o olhar para o território. Conhecer e reconhecer a história das ruas e vielas que compõem as comunidades, onde se constroem espaços e se produzem as identidades, os sonhos e subjetividades do e no coletivo.

A história do surgimento da cidade de Guarapuava se repete em diferentes lugares no vasto interior do Brasil: com profundas marcas do colonialismo e de resistência dos grupos explorados. As desigualdades na distribuição de renda e de terras que a sociedade enfrenta hoje são heranças diretas desse período.

Gomes e Vestena (2018) apontam que, entre 1940 e 2016, os investimentos em habitação em Guarapuava atenderam principalmente às regiões centrais, deixando as periferias em condições muito inferiores às dos bairros ricos. Nos anos 2000, ações como a doação de terras à Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e a construção de casas com recursos federais buscaram melhorar a situação, mas foram insuficientes frente à

população em sub-habitação (Schmidt, 2009). A nucleação dessas populações em propriedades públicas não garantiu pleno acesso a políticas públicas, reforçando a segregação espacial e o isolamento socioeconômico, dificultando o acesso a serviços básicos como saneamento, luz e água.

O termo “Xarquinho” nomeia alguns núcleos habitacionais criados pelo poder público. Embora o nome oficial do bairro seja “Bairro Industrial”, “Xarquinho” é amplamente usado no linguajar popular. Apesar da estigmatização, é um dos bairros mais populosos da cidade, com 10.248 habitantes em 2010, quando Guarapuava tinha 167.328 habitantes (IBGE, 2010).

Compreender como e por que a cidade se estrutura da forma como se apresenta hoje nos aponta para as profundas contradições que o Capital carrega. Ainda, nos dá pistas sobre como a vida das mulheres se forjou nesses espaços, mesmo que pouco (ou nada) de oficial se tenha registrado nesse sentido. Inclusive, isso é uma das marcas da colonização, que define aquilo que deve ou não ser registrado, ser objeto da história. Olhar para o território a partir das mulheres que ali habitam nos dá uma nova visão sobre o todo.

Andreza Jorge, autora de *Feminismos Favelados: uma experiência sobre o Complexo da Maré* (2023), fala sobre construir uma perspectiva interseccional com os marcadores de raça, classe, gênero e também de território. Esses espaços, propositalmente deixados de lado pelo Estado, escancaram condições e marcam as (im)possibilidades que se apresentarão para quem ali vive e constrói raízes. Emprestamos os conceitos de Andreza Jorge para compreender mais profundamente as questões que se apresentarão:

Todos esses atravessamentos se conectam com as relações de classe, raça e gênero, mas, ainda assim, são efeitos peculiares oriundos de uma experiência territorial que não é apenas resultado das desigualdades sociais e da ausência de política pública de habitação. As favelas são territórios instituídos, consolidados, com expressões culturais autorais que estão presentes no imaginário coletivo

mundial, com uma geração de renda fervilhante que movimenta a cidade e com traços específicos que caracterizam a cultura brasileira. O que pode ser a favela? É uma condição específica pensar em uma luta de mulheres de forma interseccional pautada a partir deste lugar, o lugar de favelada (2023, p.123).

Não se pretende equiparar os contextos do bairro Xarquinho e da favela do Complexo da Maré, que são distintos. Ainda assim, suas conexões evidenciam as dinâmicas de opressão que constroem as cidades sobre os corpos das mulheres desses territórios.

É nesse contexto que surge a Horta Comunitária do Xarquinho, um coletivo auto-organizado que criou e mantém um espaço de cultivo urbano. Nele, dezenas de famílias, majoritariamente lideradas por mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, plantam para garantir a própria subsistência e, eventualmente, gerar alguma renda a partir de seu trabalho.

A concepção das hortas comunitárias urbanas, nos termos de Miriam Zaar (2011), surge a partir de crises alimentares vivenciadas nos centros urbanos, tendo registros durante as guerras mundiais, quando os governos incentivavam a agricultura familiar e comunitária enquanto estratégia para administrar períodos de insegurança alimentar que atravessavam.

Sabemos que os territórios de *Abya Yala*, antes dos processos colonizatórios, naturalmente produziam em uma lógica de subsistência, sem objetivação de lucro, mas essa perspectiva é cada vez mais impossível de ser imaginada em cenários de domínio neoliberal dos territórios do Sul Global, o que faz com que a insegurança alimentar e a carestia não surjam em um cenário exclusivo de tempos de exceção, como as guerras.

A Horta comunitária do Xarquinho, segundo as sujeitas da pesquisa, começou em um terreno baldio, que era usado irregularmente para descarte de lixo, a partir de uma iniciativa

individual de revitalização que, ao ser compartilhada, foi aderida em primeiro lugar pelos familiares de C¹,

[...] Iniciei perguntando sobre como e quando começou a Horta. Iniciada por C., sua mãe e seu marido, o espaço que hoje produz alimentos para aproximadamente 40 famílias era, em 2021, um terreno baldio utilizado para jogar lixo. Foi C. e sua família, com carrinhos de mão e sacos de lixo que limpavam todo o terreno sozinhos, sem apoio governamental ou não-governamental (Diário de campo, junho de 2024).

O surgimento da Horta Comunitária em um terreno anteriormente degradado e utilizado como depósito de lixo é emblemático, pois evidencia como a subalternidade pode se tornar um espaço de resistência e transformação. Inicialmente ligada ao núcleo familiar de C., a iniciativa se expandiu para a vizinhança, atraindo mais participantes que contribuíram com mutirões de limpeza, transformando o local em um espaço de cuidado coletivo.

[...] Diz C. que foi quando ela determinou que ali seria uma horta comunitária que conseguiu organizar mutirões para mais limpeza, e levou à prefeitura o desejo da população de utilizar o espaço para esse fim. Comentou que parte do espaço já era utilizado por algumas vizinhas para plantação, mas sem nenhum tipo de cercamento ou sinalização, e que estes iriam requerer usucapião na justiça (pois o terreno usado é de propriedade da COHAPAR, a qual atualmente possui contrato de comodato), mas que ela conseguiu convencer a vizinha de desistir da ideia e hoje ela faz parte da Horta Comunitária com seu canteiro (Diário de campo, junho de 2024).

No que diz respeito à organização interna do grupo, há regras estipuladas coletivamente e seguidas rigorosamente:

¹ Utilizaremos iniciais para nos referir às participantes da pesquisa, sem identificar suas identidades, conforme definido para preservar o sigilo.

[...] A Horta Comunitária do Xarquinho possui regimento próprio, que inclui regras como a proibição de mexer no canteiro da outra família sem permissão, e a necessidade de frequentar as reuniões mensais de balanço, e se houver a falta 3 vezes seguidas a família é desligada da Horta, pois há uma fila de espera de famílias interessadas em ingressar na Horta, seja para auto subsistência, seja para renda.

[...] A reunião é conduzida por J., homem, presidente da Horta, e C., mulher, que é vice-presidente, sendo que ambos ocupam este espaço, eleitos pelos próprios membros. Há uma mulher jovem fazendo a relatoria dos tópicos discutidos em um caderno de ata. Os tópicos da reunião como prestação de contas, apontamentos de organização e respeito ao regimento e mensalidade foram conduzidos por J., que abriu a reunião com uma espécie de "mística", lendo uma frase sobre empatia.

Os trechos do diário de campo demonstram não somente a organização interna do grupo, mas também a reprodução de lógicas patriarcais, como a composição das posições dentro da estrutura coletiva, os papéis e funções atribuídos a homens e mulheres.

A Horta realiza atendimento ao público para comercialização de algumas das produções, o que acontece nas terças, quintas-feiras e sábados das 9h às 11h da manhã e a responsável para tanto também foi eleita pelos membros,

[...] C., que foi eleita anteriormente pelos membros da Horta para essa função, também é a responsável por comercializar as verduras produzidas por eles, ganhando uma comissão por cada venda (Diário de campo, junho de 2024).

Assim como a Horta tem seu próprio sistema de ingresso e manutenção das famílias, a inserção da pesquisadora dependeu de aprovação coletiva, o que ocorreu a partir do oferecimento de uma prestação de serviço gratuita.

[...] Com o fim das questões internas, C. passou a palavra pra mim, que expliquei para todos os presentes o objetivo da minha pesquisa e minhas propostas de contribuição de assistência jurídica para eles. Fui recebida de forma positiva, e com isso passei a distribuir os TCLE para todos assinarem (Diário de campo, junho de 2024).

Para as feministas comunitárias, o feminismo hegemônico nunca conseguiu compreender as demandas das mulheres indígenas de *Abya Yala*. O feminismo neoliberal institucionalizado impunha pautas externas aos territórios, desalinhadas às necessidades reais dessas mulheres, que precisaram se organizar autonomamente para enfrentar seus problemas concretos.

As lutas das feministas comunitárias ocorrem em um contexto de descaso estatal, agravado por políticas neoliberais que fragilizam a economia boliviana. Esse cenário, presente em outros países de *Abya Yala*, inclusive no Brasil, envolve a redução de políticas sociais, perda de direitos trabalhistas e precarização do trabalho, submetendo mulheres a jornadas cada vez mais longas e extenuantes, sem garantias básicas diante do patriarcado.

Assim, um primeiro ponto de ligação entre as feministas comunitárias e a Horta, movimento iniciado por uma mulher e composto majoritariamente por mulheres, é que este também surge através da auto organização daquele grupo local, já que aos olhos das organizações municipais as necessidades e demandas que assolam a localidade passam despercebidas, assim como as demandas das mulheres indígenas bolivianas. É perceptível pelos relatos que a mão do Estado somente aparece enquanto agente fiscalizador e regulador, não existindo qualquer incentivo para a organização do local, o que será aprofundado mais adiante.

Além disso, outro ponto central da Horta é a noção de comunidade, descrito por Paredes como o ponto de partida da própria humanidade, se contrapondo aos princípios individualistas do Capital (Guzmán, 2019, p. 38). A lógica de se pensar a sociedade através de comunidades parte da teoria feminista comunitária e nos auxilia a compreender movimentos

como o da Horta, que tem sua auto organização e auto determinação (ainda que dentro dos limites que o regime jurídico e político permitem), pelas necessidades e demandas próprias.

Conforme trecho do diário de campo, o terreno onde hoje funciona a Horta comunitária pertence ao Estado e é administrado pela Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR, mas permanecia abandonado sem cumprir qualquer tipo de função social coletiva até a própria população garanti-la. Até houve inicialmente intenções de tentar angariar o terreno por meios legais (ação de usucapião), entretanto as pessoas foram desencorajadas por uma das integrantes para que fosse possível a utilização coletiva do espaço.

[...] parte do espaço já era utilizado por algumas vizinhas para plantação, mas sem nenhum tipo de cercamento ou sinalização, e que estes iriam requerer usucapião na justiça (pois o terreno usado é de propriedade do Estado a qual atualmente possuem contrato de comodato), mas que ela conseguiu convencer a vizinha de desistir da ideia e hoje ela faz parte da Horta Comunitária com seu canteiro (Diário de campo, junho de 2024).

A construção e manutenção da Horta se dão por esforços coletivos voltados à subsistência, sem gerar lucro para as integrantes. Nenhuma delas é proprietária do espaço, que pertence legalmente ao Estado do Paraná e é administrado pela Companhia de Habitação, embora o grupo tenha precisado “legalizar” a Horta via comodato para garantir seu uso. Apesar do baixo retorno financeiro e da falta de propriedade formal, essas mulheres criaram um espaço que inicialmente visava à produção de alimentos, mas que também desafia a lógica neoliberal da individualidade e da propriedade privada, resistindo e sobrevivendo mesmo diante da invisibilidade em que se encontram.

Ailton Krenak em *A vida não é útil* (2020), fala sobre como a relação das populações indígenas com o território é muito diferente, afirmando que “Talvez o que incomode muito os brancos

seja o fato de o povo indígena não admitir a propriedade privada como fundamento” (p. 60) e nisso se aproxima à lógica das feministas comunitárias e às mulheres da Horta: o cuidado com o território sem tê-lo enquanto propriedade exclusiva.

Não se pode afirmar que a noção feminista comunitária de comunidade se apresenta plenamente dentro do contexto da Horta Comunitária. O uso das palavras, ainda que seja o mesmo, não garante consenso em seu significado. Entretanto, é possível perceber que esse grupo de mulheres, apesar de contradições que a própria materialidade gera, promove um deslocamento na lógica de utilização da terra em tempos de monoculturas e do agronegócio.

Apesar de a Horta manter uma legislação interna que organiza seu funcionamento, a lógica comunitária não subsiste a partir desse mecanismo, mas nasce através do próprio convívio e da construção de laços comunitários que priorizam o senso coletivo acima de aspirações individuais.

É nesse sentido coletivo que outros temas emergem do convívio que se estabelece comunitariamente, entre eles o conceito de saúde. A ideia de saúde já não é mais compreendida por um viés estritamente medicalizante, mas é considerada, no Brasil, desde a 8ª Conferência Nacional como “[...] resultante das condições de alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde” (Brasil, Ministério da Saúde, 1986). Através dos relatos descritos no diário de campo, percebemos que a Horta compõe um espaço importante para a saúde das integrantes, especialmente a saúde mental.

[...] Para ela, a Horta Comunitária foi essencial em sua saúde. Narra que tinha depressão, tomava vários remédios e que ao cuidar do espaço, ver as plantas crescerem, observar a paisagem a fez e faz tão bem que hoje ela não toma mais remédio algum (Diário de campo, julho de 2024).

[...] Perguntei se ela conseguia trabalhar na Horta sem dores, ela disse que não pois a dor é a todo tempo, mas que apesar disso estar ali ajudava a “cabeça”. Estar com outras pessoas ali a ajudava a sair de um estado deprimido. Sua filha, que também tem canteiro na Horta, já tentou suicídio algumas vezes e, segundo ela, estar na Horta a ajuda (Diário de campo, julho de 2024).

[...] A cliente pediu para ter um canteiro na Horta e C. pegou seu número para entrar na fila de espera. A mulher dizia que estar na Horta ajudaria sua depressão (Diário de campo, julho de 2024).

Podemos compreender o espaço da Horta Comunitária enquanto um local de promoção de saúde ao passo que a própria comunidade incentiva, nos termos de Maira dos Santos e João Pedro de Silva (2020, p. 6): “[...] a promoção de estilo de vida consciente, a interação comunitária, a troca de saberes e experiências, a oferta de alimentos naturais e o lazer disponível para todos em um espaço público [...] elementos que compõem a estrutura necessária para garantir bem-estar físico, social e mental”. Alguns relatos também mostram que o grupo ali formado se tornou uma rede de afeto ainda mais próxima do que a própria família, o que igualmente funciona como elemento que impulsiona um fator de identidade, propósito e protetivo, sobretudo para a saúde mental.

[...] Para C., ajudar as famílias da Horta Comunitária é o que lhe motiva e dá razão para estar ali (Diário de campo, junho de 2024).

C. relatou que passou por um tratamento oncológico e que, nesse período, teve que se afastar dos trabalhos na Horta, e que os membros auxiliaram nesse processo:

[...] Para ela, sua família são as pessoas da Horta, e que sua família “de sangue”, que mora em outro estado, nem soube da sua situação de saúde (Diário de campo, junho de 2024).

A criação de laços comunitários no grupo moldou uma rede de apoio para os problemas pessoais que surgem para as integrantes, inclusive cumprindo esse papel de forma mais presente que os membros familiares, que costumeiramente são quem ocupam esses lugares em cenários como o narrado.

A relação que essas mulheres nutrem com o território em que constroem a Horta passa pela concepção de *red de la vida* narrada por Lorena Cabnal (2010), pois, para elas, a possibilidade de uma vida melhor é atravessada pela Horta Comunitária.

As relações comunitárias também são fundamentais para outras formas de desafios que se dão na relação com o território. Num impactante relato, C. conta que recebeu ameaças de morte de grupos criminosos que utilizavam o espaço da Horta Comunitária como esconderijo e ponto para venda de drogas, mas que isso não a fez desistir:

[...] Inclusive, contou de uma vez em que traficantes do PCC, que utilizavam o espaço da Horta (antes dela ser instituída) como esconderijo de drogas e que em razão das mobilizações de C. vieram ameaçá-la. Contou que vieram de bando para cima dela, a ameaçando com facão. Questionei o que aconteceu, ela me disse que não teve medo, pois se matassem ela, ela teria morrido por algo que ela acredita. Disse que nunca mais apareceram ali e que meses depois alguns detentos, que precisam cumprir horas de trabalho para remição de pena, estavam trabalhando na Horta e que entre eles estava um dos que a ameaçou (Diário de campo, junho de 2024).

Esse relato nos delineia caminhos para compreender que as percepções sobre suas próprias vidas e esse território se tornaram difíceis de serem dissociáveis, a ponto de se cogitar a morte ao perder o território que ocupam. Para entender esse fenômeno, emprestamos o conceito de *cuerpo-territorio-tierra* das feministas comunitárias que compreendem que os corpos das mulheres indígenas são indissociáveis do território que habitam.

É possível perceber que a Horta Comunitária apresenta uma lógica de funcionamento, de afetos e de organização coletiva que

remete às formas comunitárias descritas pelas feministas comunitárias. Embora situada em um território urbano e periférico, a experiência constrói laços que evocam práticas de bem-viver dentro das condições impostas pelo contexto local. Assim, configura-se como uma forma de resistência aos modos de produção capitalistas que atravessam a vida dessas comunidades.

Dentro dessa dinâmica, contudo, é fundamental que analisemos como se dão as relações de gênero. Durante todo o período em que houve o acompanhamento do trabalho da Horta, a presença masculina era minoritária, principalmente nos dias de trabalho de plantação e colheita nos canteiros, quando somente uma vez foi possível presenciar homens no local. Tal dado se comprova, inclusive, pela reunião mensal, quando “[...] foram recolhidos 24 TCLE assinados, sendo 16 de mulheres e 8 de homens” (Diário de campo, junho de 2024). Em trabalhos braçais mais pesados foi menor ainda a percepção da participação masculina, contradizendo as perspectivas hegemônicas dos papéis patriarcais de gênero.

[...] No meio da conversa, C. comentou que R. ajudou a puxar três carretas de esterco estando com dengue - Dona R. tem mais de 60 anos -. Além disso, ela cuida sozinha dos três canteiros que tem.

[...] R. me contou que tem canteiros na Horta há três meses e tem gostado muito, pois tem ajudado muito e garantido uma renda extra. Segundo C., todos ali plantam com intuito principal de ter para consumo próprio (Diário de campo, junho de 2024).

[...] Ela e suas filhas têm canteiros na Horta, e plantam para subsistência e renda (Diário de campo, julho de 2024).

Segundo dados do governo federal, 81,5% das famílias que receberam o Auxílio Brasil (política da transferência de renda no período da pandemia destinada a famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema) eram chefiadas por mulheres em 2022. Na região sul do país, esse número chegou a 83,1% (Brasil, 2022).

Os dados conversam com a realidade ao observarmos os relatos das mulheres que compõem a Horta. Aliás, a iniciativa surgiu exatamente pela pobreza extrema que muitas vivem com suas famílias, tendo como principal fonte de alimentação as hortaliças que ali produzem. Além disso, foram obtidos relatos de trabalhos informais e precários, como se pode observar nos trechos a seguir:

[...] Conversando sobre o banheiro em processo de construção, várias delas narraram ter construído as próprias casas, tendo experiência em lidar com aquele material (pré-moldado), inclusive uma delas de ter trabalhado em obra grávida com o marido para conseguir uma renda, mas que no fim não conseguiu receber o dinheiro por aquela obra.

[...] Ela trabalha em eventos e teve lesões severas por conta de carregar peso. Não conseguiu se aposentar mas não consegue mais trabalhar na área que atuava por conta das dores que são constantes. Perguntei se ela conseguia trabalhar na Horta sem dores, ela disse que não pois a dor está presente todo tempo...(Diário de campo, julho de 2024).

Em 2025, segundo informações concedidas pela organização, a Horta Comunitária do Xarquinho contava com 33 pessoas cadastradas, sendo 26 delas mulheres e 7 homens. Entre essas mulheres, 42% delas tem mais de 60 anos (14 mulheres). Não existem dados documentados acerca da raça das integrantes, motivo pelo qual não mencionamos essa questão nesse momento, destacando, entretanto, que esse apagamento já diz de um processo de “branqueamento” ou invisibilização do aspecto raça no contexto guarapuavano. Desse modo, percebemos, para além das questões relacionadas a gênero, também um recorte de classe e idade, o que nos indica o quanto é fundamental que análises que considerem esses diversos marcadores sociais sejam empreendidas.

Considerando a localização desta análise em Abya Yala, compreende-se que as relações aqui construídas podem ser explicadas pelo entronque patriarcal iniciado na colonização que, ao longo do tempo, ganhou novas formas de opressão com

mudanças sociais e econômicas. Um exemplo disso é a persistência da jornada dupla e tripla de trabalho das mulheres.

Contou de um constrangimento que passou ao ser convidada a um evento promovido pela AMBIX onde era preciso pagar 25 reais para comer e que ela “com família em casa esperando ela fazer a janta, ganhando o pouco que ganha na Horta” não iria pagar, e foi embora sem comer (Diário de campo, junho de 2024).

Mulheres, enquanto roçavam os canteiros, criticavam seus maridos pela ausência nos trabalhos domésticos, uma vez que também estavam ausentes no trabalho da Horta:

Certo momento as mulheres reclamam de como os maridos não auxiliam em casa, e como eles “se acostam na gente” e que “falta vontade em ajudar” nos afazeres domésticos (Diário de campo, julho de 2024).

A realidade das mulheres de *Abya Yala* hoje é a junção dos efeitos coloniais que determinam que a mulher deve permanecer no espaço privado/doméstico, ou seja, dar conta dos afazeres de casa, ao mesmo tempo em que, enquanto indivíduo explorado pelo Capital, deve estar também no âmbito público para que mantenha o sustento de sua casa.

Outro ponto relevante na análise das relações de poder e de gênero na Horta é que a materialidade do trabalho da vice-coordenação na realidade é de uma líder. Apesar disso, C. não se diz capaz de ocupar esse espaço de liderança:

C. hoje ocupa o papel de vice-coordenadora da Horta Comunitária, junto com a coordenação de J., seu marido. Questionei o porquê dela não ser a coordenação, pois, pude observar que, entre outras funções, é ela que mantém o espaço organizado, ela quem realiza as vendas das produções de todos os membros, quem observa se as 40 famílias estão cumprindo as determinações do regimento (cuidar do seu canteiro, de comparecer às reuniões, etc), ela quem resolve os

conflitos internos entre membros que eventualmente ocorrem, é ela quem se mobiliza atrás de doações de insumos, de mudas, de adubos, quem organiza em sua própria casa o bazar de roupas com fim de juntar fundos para a Horta, prestar conta das vendas e repassar os valores aos respectivos produtores, entre tantas outras funções de liderança interna e externa da Horta Comunitária. Como resposta, ela acredita ser muito trabalho estar na coordenação, pois é papel da coordenação fazer a prestação de contas geral, receber as mensalidades e levantar as pautas na reunião mensal (Diário de campo, junho de 2024).

Os registros do diário de campo revelam que a participante associa o trabalho de coordenação apenas a tarefas burocráticas e financeiras, como prestação de contas, cobrança de mensalidades e definição de pautas. Já as atividades essenciais ao funcionamento da Horta não são reconhecidas como parte dessa função. Essa lógica remete à divisão de tarefas no âmbito doméstico, em que a mulher organiza toda a rotina da casa, mas a figura do “chefe de família” é atribuída ao homem por controlar o dinheiro, muitas vezes proveniente do próprio trabalho da mulher.

Em um outro momento, acompanhamos a conversa do grupo de mulheres enquanto falavam sobre comportamentos controladores de seus companheiros,

Enquanto carpiam, um carro buzinou e uma delas comentou que “não dá a mão” (no sentido de cumprimento) para homem para evitar fofocas. Contou como o atual marido é ciumento, mas que melhorou muito. Antes, não a deixava conversar com ninguém, nem homens ou mulheres. Contou de uma vez que cumprimentou um amigo no terminal de ônibus e que o marido bateu no amigo dela por estar conversando com ela, mas que hoje ele está melhor, inclusive pela posição que ela ocupa na Horta Comunitária, articulando com várias frentes e órgãos, se fez necessário que ele mudasse sua postura. Outra mulher nesse momento comentou que os homens “são assim”, mas que ela disse para seu marido que não aceitaria tal comportamento senão terminaria aquele relacionamento (Diário de campo, julho de 2024).

Esse relato nos ilustra que as mulheres sentem que suas ações estão sendo vigiadas o tempo todo, e tal ideia é explicada por Valeska Zanello em *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação* (2018), pois é naturalizada na sociedade a ideia do homem enquanto constante avaliador das mulheres e, em consequência desta naturalização, as mulheres normalizaram se moldar por tais julgamentos, por mais que isso traga sofrimento mental.

Das diversas formas a partir das quais o patriarcado promove opressão aos corpos das mulheres, em especial quando observamos as inovações que o capitalismo cria para continuamente estender seu controle sobre os corpos de mulheres latinoamericanas, as violências machistas/misóginas talvez sejam as que mais saltam aos olhos da sociedade em geral.

A permanência de mulheres em casamentos violentos é explicada por Zanello (2018) como efeito do dispositivo amoroso, construção social que vincula o valor feminino, sobretudo das mais velhas, ao matrimônio e ao amor romântico. Esse dispositivo estrutura a subjetividade feminina pela necessidade de validação masculina, fazendo do amor um projeto de vida. Assim, em uma cultura que ensina meninas a sonhar com o casamento como realização pessoal, o sofrimento e as microagressões cotidianas acabam sendo naturalizados.

Por fim, um último aspecto que gostaríamos de destacar nesta análise é o lugar da pesquisadora na relação com as sujeitas de pesquisa, a partir do conceito de antropologia por demanda, já mencionado.

A relação da primeira pesquisadora com o grupo pesquisado foi sendo tecida e estreitada no decorrer da própria pesquisa de campo. Entre erros e acertos, uma pesquisadora “estranha no ninho” foi sendo percebida, acolhida e, em último grau, concebida como parte integrante do coletivo.

Havia, desde o início, a preocupação em não conduzir a pesquisa de uma forma estigmatizante, contradizendo tudo aquilo que escrevemos. E foi por meio do conceito de

Antropologia por Demanda, de Rita Segato (2021), que foi possível conceber um caminho para a introdução ao campo de uma forma que transformasse a pesquisadora em uma agente útil para aquele grupo, ao mesmo tempo em que promove um deslocamento das questões conflitantes percebidas internamente e externamente no grupo.

Assis e Gomes (2022, p. 3) define que “[...] trata-se de entender que uma antropologia por demanda é litigante, contestatória, que atua ou atuará na mediação de conflitos e interesses entre grupos sociais e o Estado ou outras entidades do poder capital.” Dessa forma, produz-se uma relação da pesquisadora enquanto advogada, disponibilizando os conhecimentos adquiridos na sua área de atuação para auxiliar os membros tanto em questões internas, pessoais, quanto questões inerentes à existência da Horta Comunitária. A partir da abertura inicial, com a apresentação desta proposta e a ida efetiva ao campo, bem como os primeiros contatos por meio da rede social WhatsApp, iniciou-se ali uma dinâmica de confiança entre a pesquisadora e as integrantes.

As demandas foram de diferentes áreas, como os trechos a seguir podem demonstrar:

[...] Entrou em contato também uma mulher que é filha de uma cadastrada da horta comunitária. Ela perguntou da possibilidade de requerer auxílio reclusão em razão da prisão do esposo. (Diário de campo, junho de 2024).

[...] Quando ela chegou, nos afastamos do grupo para ter um pouco de privacidade, apesar de uma delas nos acompanhar. A mulher me narrou uma situação de ameaça que vem sofrendo de um sobrinho (que posteriormente me comentaram que é adicto, pois ela mesmo não me falou) e me perguntou quais são as possibilidades jurídicas. (Diário de campo, julho de 2024).

[...] A moça tinha algumas dúvidas sobre como proceder na questão de “passar a casa do pai para o nome dela” expliquei algumas questões legais e nisso C. falava que a filha pensou em “deixar pra

lá” essa casa, mas ela insistiu para que a filha percebesse o quanto a mãe, C., sofreu para ter aquele bem. [...] Nessa conversa, C. comentou como desconhecia sobre os impostos devidos e como era “tonga”, pois gastava seu dinheiro com água, luz e comida e não sabia que precisava pagar IPTU. (Diário de campo, julho de 2024).

Enquanto pesquisadora, partiu-se inicialmente da suposição de que as dinâmicas estabelecidas a partir da Antropologia por Demanda, ao se posicionar como prestadora de serviços jurídicos gratuitos àquela comunidade, se restringiriam ao campo formal ou “contratual” da relação, uma troca baseada em contrapartidas. No entanto, a experiência mostrou-se mais complexa do que se previa.

Lorena Cabnal, em entrevista à Korol e Flores (2022), convida o leitor a “sentir a palavra”, pois “Sentir a palavra é um ato de descolonização da racionalidade que nos impuseram como uma maneira positivista de interpretar uma realidade. Somos corpos sentipensantes” (p. 2). Cada indivíduo que buscava uma “consulta jurídica” atravessava nossas escritas, nossas perspectivas enquanto pesquisadoras. Cada relato era produzido por inúmeros contextos sociais de negligência, descaso estatal, às vezes familiar e até de violências físicas e psicológicas.

A partir dessa experiência, a escrita foi sendo construída pelas complexidades que a realidade nos apresentava, ao mesmo tempo em que a própria utilização dos conceitos, sobretudo da Antropologia por Demanda, foi se materializando nos afetos e confidências que se construíram nas dinâmicas de contato com as participantes. A realidade da pesquisa de campo é um convite constante para que as pesquisadoras não a negligenciem em nome de um rigor metodológico que, por vezes, se mostra esvaziado de sentido.

Em um dos momentos descritos no diário de campo, uma das integrantes apresentou a primeira autora deste texto para terceiros que chegaram para visitar o espaço.

Em certo momento, chegaram três pessoas de roupa social na Horta, e falavam incessantemente com C. somente. Enquanto eu permaneci

conversando com as outras integrantes, C. se aproximou e me apresentou a aquele grupo dizendo, “Essa é a advogada da Horta” (Diário de campo, julho de 2024).

Em um período relativamente curto, foram nutridas relações de trocas com aquelas mulheres e suas famílias ao ponto de a pesquisadora ser apresentada como “Advogada da Horta”. Tal título aponta, junto com as outras observações, em como a metodologia efetivamente proporcionou aquilo que se almejava: construir uma relação horizontal entre a pesquisadora e as sujeitas de pesquisa, repensando como, constantemente, pesquisas que se denominam “neutras” na realidade reforçam o estigma e tratam os indivíduos exclusivamente como objetos de pesquisa. Ao usar o termo “sujeitas”, colocamos em cena os sentidos de alguém que é sujeita, de fato, afeta e é afetada, constituindo-se uma relação de intersubjetividade. O termo “participante” recomendado pelo Comitê de Ética parece não reproduzir esse lugar, pois ainda que presentifique os sentidos de participação, coloca em lugares diferentes pesquisadores/as e meros participantes.

O Feminismo Comunitário compreende que a construção de afetos faz parte do processo de cura e recuperação dos corpos das violências coloniais e patriarcais. No trecho a seguir, Lorena Cabnal, em entrevista a Korol e Flores (2022), narra como o conhecimento colonial entende que a neutralidade profissional passa por uma ausência de sentimentos. Para a autora, o caminho de emancipação do patriarcado conduz à inauguração de novas formas de afetos nas comunidades.

Eu fui à academia e estudei psicologia clínica e psicologia social comunitária. Na relação terapeuta-paciente, desde a lógica colonial, se aborda que é preciso ser objetiva na análise do comportamento que está produzindo a crise dessa pessoa, interpretando sua psicopatologia. Por que coloco isso? A cura como caminho cósmico político rompeu uma lógica na história, porque a lógica dos apoios e das afetividades é política. Uma psicóloga nunca poderia chorar com seu paciente, ou sentir com o/a paciente, porque você não tem que

reafirmar-lhe nada. É assim. Vamos dizer que na psicologia originária dos povos – ainda que não seja psicologia, mas espiritualidade – o fogo, a água, as ervas, o aroma, os incensos, o som, formam parte do momento curador. [...]

Assim como Cabnal, ao analisar seu lugar como psicóloga, entendemos que o lugar de “advogada da Horta” que foi outorgado à primeira autora deste texto se deu “em relação”. Obviamente, esse lugar diz de uma relação assimétrica, a partir de alguém que é vista no lugar do saber, do direito, das leis. Contudo, o complemento que funciona como possessivo ao substantivo “advogada”, que o transforma em “advogada da Horta”, permite que se materialize a relação de pertencimento. Estabeleceu-se uma relação de troca: troca de conhecimentos e afetos. E isso só foi possível pelo recorte teórico-metodológico que esta pesquisa assumiu.

Considerações finais

A presente pesquisa buscou compreender as relações entre mulheres e território na Horta Comunitária do Xarquinho, em Guarapuava/PR, a partir da perspectiva do Feminismo Comunitário e do conceito de *cuerpo-territorio-tierra*, articulando saberes de *Abya Yala* e abordagens decoloniais. Os resultados evidenciam que, mesmo em contextos urbanos periféricos marcados por desigualdades sociais, exclusão histórica e precarização, as mulheres criam formas de resistência e de cuidado coletivo que transcendem as concepções tradicionais de feminismo hegemônico.

Observa-se que a Horta Comunitária se configura não apenas como espaço de produção de alimentos, mas como território de vida, saúde e fortalecimento de vínculos comunitários. A auto-organização do grupo e a construção de laços afetivos demonstram a potência de práticas coletivas na promoção do bem-estar físico, mental e social. As sujeitas de pesquisa desenvolvem estratégias que asseguram a subsistência, a autonomia e a valorização da vida

em comunidade, explicitando que a emancipação das mulheres está intrinsecamente ligada à recuperação e ao cuidado dos territórios que ocupam.

Além disso, a análise identificou marcas do patriarcado nas relações do grupo e nos papéis de gênero socialmente impostos. Ainda assim, as mulheres articulam resistências, construindo modos de vida alinhados à lógica comunitária e ao Feminismo Comunitário. A experiência do Xarquinho reforça a importância da perspectiva decolonial para compreender realidades periféricas e reconhecer saberes locais frequentemente ignorados pela academia.

Finalmente, esta pesquisa evidencia que a articulação entre corpo, território e terra é central para a vida das mulheres investigadas, mostrando que qualquer análise sobre emancipação e direitos femininos deve considerar o vínculo indissociável entre pessoas e espaços que ocupam. O estudo reforça a relevância do Feminismo Comunitário como ferramenta teórica e prática para compreender a vida das mulheres em contextos diversos, sugerindo que experiências locais podem inspirar estratégias mais amplas de resistência, cuidado e transformação social.

Referências

ASSIS, Yérsia Souza de; GOMES, Larisse Louise Pontes. Vencendo demanda! Rita Segato e algumas reflexões sobre a colonialidade do poder no campo da Antropologia. *Cadernos de Campo*, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 2, 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/pt_BR/article/view/203575. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *Mulheres são responsáveis familiares em 81,5% dos lares que recebem Auxílio Brasil*. 14 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia->

social/2022/10/mulheres-sao-responsaveis-familiares-em-81-5-dos-lares-que-recebem-auxilio-brasil. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Previdência e Assistência Social. *8ª Conferência Nacional de Saúde*: relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 1986. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf. Acesso em: 9 mar. 2026

CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el Feminismo Comunitário*. Las Segovias, Espanha, ACSUR. 2010. Disponível em: <https://porunavidavivible.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>. Acesso em: 05 maio 2024.

CONSELHO DO PLANO DIRETOR DE GUARAPUAVA. *CENSO IBGE 2010: POPULAÇÃO POR BAIRROS*. Guarapuava, 2010. Disponível em: https://concidade.guarapuava.pr.gov.br/concidade/download/servicos_smhu/censo_IBGE_2010_populacao_por_bairros.pdf.> Acesso em: 27 ago. 2024.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, Paula Balduino de (Org). *Descolonizar o feminismo: VII SERNEGRA*. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. p. 32-50.

GOMES, Emerson de Souza; VESTENA, Leandro Redin. A expansão da mancha urbana da cidade de Guarapuava-PR, entre 1940 e 2016. *Geografia* (Londrina), [s. l.], v. 27, n. 2, p. 163–183, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2018v27n2p163>. Acesso em: 27 ago. 2024.

GUZMÁN, Adriana. *Descolonizar la memoria, Decolonizar los feminismos*. 2.ed. La Paz: Feminismo Comunitário AntiPatriarcal, 2019.

GUZMÁN, Adriana; PAREDES, Julieta. *El Tejido de la rebeldía: ¿Que es el feminismo comunitario?.* Comunidad Mujeres Creando: La Paz, 2014.

- JORGE, Andreza. *Feminismos Favelados: Uma experiência no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.
- KOROL, Claudia; FLORES, Luiza Dias. Feminismo comunitário de Iximulew-Guatemala: diálogos com Lorena Cabnal. *Revista Hawò*, Goiânia, v. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/71609>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/observaeducampors/wp-content/uploads/2023/06/Ailton-Krenak-A-Vida-Nao-E-Util-2020.pdf>> Acesso em: 26 maio 2025.
- PAREDES, Julieta. Despatriarcalización: una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). *Revista de Estudios Bolivianos*, v. 21, p. 100-131, 2015.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala, el descubrimiento de América. In: GIARRACCA, Norma. *Bicentenarios (otros): transiciones y resistencias*. Buenos Aires: Una Ventana, 2011. p. 38-45.
- SANTOS, Katia Alexsandra dos; ABREU, Ana Claudia Silva. Esboços Metodológicos a Partir do Feminismo Decolonial. *Revista Feminismos*, v. 12, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/57159>. Acesso em: 16 set. 2024.
- SANTOS, Maira dos; SILVA, João Pedro da. Agricultura urbana e periurbana: segurança alimentar e nutricional em foco. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 45–60, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8650689>. Acesso em: 27 maio 2025.
- SCHMIDT, Lisandro Pezzi. *A (re)produção de um espaço desigual: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR)*. 2009. Tese (Doutorado) – UFSC, 2009. 281 f. Disponível em: <https://labcs.ufsc.br/files/2011/12/Tese-02-PGCN0408-T.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SEGATO, Rita. *Crítica da Colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Trad. Danielli Jatobá e Danú Gontijo. 1. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ZAAR, Miriam Hermi. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. Biblio 3W. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XVI, n. 944, 2011, s/p. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-944.htm>. Acesso em: 26 maio 2025.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DE OLGA BENARIO: DISCURSO EPIDÍTICO E MODOS DE ORGANIZAÇÃO NA BIOGRAFIA DE ANITA LEOCADIA PRESTES

Marcia Elisia Aguiar
Raquel Abreu-Aoki

Considerações iniciais

O saber histórico integra redes discursivas sobre o passado, produzindo e mobilizando sentidos acerca de eventos e personagens nas narrativas construídas pelos historiadores. Embora a objetividade histórica, como afirma Le Goff (2021), se constitui como um objetivo ambicioso, não é possível alcançá-la em sua plenitude, uma vez que ela “[...] constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações sucessivas e acumulações de verdades parciais” (Le Goff, 2021, p. 36).

Nessa perspectiva, a historiografia não se configura como uma instância imutável ou definitiva. Ao contrário, sua produção insere-se em condições históricas e discursivas específicas, o que evidencia a permeabilidade da narrativa histórica aos discursos em circulação na sociedade e sua vinculação a dimensões sociais, culturais, políticas e ideológicas relacionadas ao lugar de quem a produz.

É nesse quadro de historicidade da produção do saber histórico, marcado por revisões, deslocamentos documentais e reconfigurações discursivas, que se insere o trabalho da historiadora Anita Leocadia Prestes. A partir da disponibilização de novos documentos da Gestapo (*Geheime Staatspolizei*, em português, Polícia Secreta do Estado Nazista), em “Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo” (2017), a autora mobiliza novos arquivos para reconstituir e reinscrever, em outros

termos, a narrativa de vida de sua mãe e biografada, Olga Benario Prestes, figura central da história política do século XX.

Militante comunista alemã, Olga Benario (1908–1942)¹ é apresentada, na obra, como enviada pela Internacional Comunista ao Brasil, em 1934, no contexto da reorganização do movimento comunista no País. Sua trajetória é narrada a partir de sua atuação na articulação clandestina e na segurança de Luís Carlos Prestes, importante líder do Partido Comunista Brasileiro, bem como de sua participação na missão internacional voltada à preparação da insurreição de 1935. Nesse percurso, a narrativa articula dimensões políticas e estratégicas a uma dimensão afetiva, ao destacar a relação estabelecida entre Olga e Prestes.

A partir desse contexto de atuação política, a narrativa acompanha o processo de repressão que culmina na prisão de Olga, em 1936, durante o governo Vargas, quando já estava grávida. A obra destaca sua posterior deportação para a Alemanha nazista, apesar das mobilizações nacionais e internacionais que denunciavam os riscos dessa decisão.

A narrativa evidencia, ainda, as implicações políticas e jurídicas da medida, uma vez que a criança que Olga esperava era filha de Luís Carlos Prestes, cidadão brasileiro, o que lhe asseguraria o direito de nascer em território nacional e de ser reconhecida como brasileira. Mesmo assim, Olga foi entregue ao regime nazista. No campo de concentração, deu à luz Anita, posteriormente separada da mãe e enviada ao Brasil para viver com a avó paterna. Olga foi assassinada em uma câmara de gás em 1942 (Abreu-Aoki, 2013).

A condição de Anita Leocadia Prestes como filha de Olga e sobrevivente dessa trajetória não constitui um dado meramente contextual. O fato de assumir a autoria da biografia de sua mãe define o estatuto do texto e suas condições de produção, inscrevendo a obra no entrecruzamento entre memória familiar,

¹ Ao final da obra, a autora apresenta uma cronologia da vida de Benario, datando e destacando os momentos mais marcantes da trajetória de vida de sua mãe.

engajamento político e escrita da história. Desse modo, o lugar de enunciação da autora apresenta-se atravessado por vínculos afetivos e por disputas de sentido em torno do passado.

O projeto discursivo desenvolvido na obra evidencia, assim, um campo de disputa de narrativas e, por consequência, de disputa pela memória (Abreu-Aoki; Aguiar, 2024b). Tal posicionamento articula-se ao gesto historiográfico assumido pela autora, que, no capítulo introdutório, destaca o papel da incorporação de novos documentos na revisão do conhecimento histórico: “A descoberta de novos documentos é sempre um acontecimento feliz para o historiador, pois lhe permite completar, aprofundar e corrigir os conhecimentos sobre o tema por ele pesquisado” (Prestes, 2017, p. 13 — grifos nossos).

Assim, a narrativa biográfica de Olga, escrita por sua filha, contribui para a incorporação de (outras) versões tanto em relação ao sujeito biografado quanto aos eventos históricos do passado associados à sua trajetória de vida, configurando-se como um espaço de mobilização e expansão de representações sobre a figura biografada. Como discutem Abreu-Aoki e Aguiar (2024a, p. 310), as biografias, “[...] ao entrelaçarem o íntimo e o político, o pessoal e o histórico, oferecem uma perspectiva única [...], destacando a indissociável conexão entre a vida individual e os movimentos coletivos da história”.

Neste trabalho, propomos um gesto de análise voltado às projeções de imagens atribuídas a Olga Benário Prestes na narrativa biográfica supracitada. Para tanto, mobilizamos um referencial teórico-analítico que articula a retórica clássica e a análise do discurso. No plano retórico-argumentativo, tomamos como base as reflexões de Aristóteles (2005) e Reboul (1998) acerca do gênero epidítico e dos valores que o estruturam. No plano discursivo, a análise é orientada pelas categorias dos Modos de Organização do Discurso propostos por Charaudeau (2009b), com ênfase nos modos narrativo e descritivo. Busca-se, assim, relacionar a dimensão valorativa da construção das imagens à materialidade linguageira por meio da qual elas se produzem na obra.

A investigação organiza-se em um movimento de articulação entre fundamentação teórica e análise do *corpus*, com retomadas à teoria orientadas pelas questões que emergem do exame do material. Esse percurso metodológico sustenta um gesto analítico voltado à identificação de marcas retórico-discursivas de valoração e legitimação na construção das imagens de Olga ao longo da obra. Busca-se, assim, compreender como a narrativa biográfica elabora um discurso de resistência que atua na reconfiguração da memória de Olga Benario.

O estudo pretende, desse modo, contribuir para o debate sobre as interfaces entre retórica, discurso, narrativa biográfica, historiografia e memória política, oferecendo subsídios para a reflexão acerca do papel da escrita biográfica e de seus mecanismos discursivos na construção da memória e da história política do século XX.

Em consonância com esses objetivos, o capítulo organiza-se da seguinte forma: na seção 2, discutimos o gênero biográfico em sua relação com o gênero epidítico aristotélico; na seção 3, apresentamos a Teoria Semiolingüística, com foco nos Modos de Organização do Discurso (Charaudeau, 2009b); na seção 4, desenvolvemos as análises das projeções de imagens de Olga Benario na narrativa biográfica de Anita Prestes; por fim, na seção 5, apresentamos as considerações finais.

Considerando a centralidade da construção de imagens na narrativa biográfica, torna-se pertinente examinar o funcionamento desse gênero em sua dimensão valorativa. Na seção seguinte, discutimos o gênero biográfico em sua relação com o gênero epidítico aristotélico.

O gênero biográfico sob a perspectiva do gênero epidítico aristotélico

Aristóteles (2005), ao sistematizar a retórica como prática orientada à persuasão em situações sociocomunicativas específicas, distingue três gêneros oratórios: o judiciário ou forense, voltado à

avaliação de acontecimentos passados; o deliberativo ou político, direcionado à orientação de ações futuras; e o epidítico ou demonstrativo, centrado no elogio ou na censura de pessoas, valores ou ações, ancorando-se no presente. É neste último que se insere o foco deste trabalho.

Por sua natureza valorativa, o discurso epidítico orienta-se para a atribuição de qualidades e para a construção de imagens socialmente significativas. Essa característica permite tomá-lo como chave de leitura para narrativas biográficas de caráter histórico e político, compreendidas como formas contemporâneas de atualização desse gênero retórico. O gênero biográfico configura-se, assim, como um locus privilegiado para a reconstituição discursiva da vida de um sujeito.

Como propõe Abreu-Aoki (2013, p. 188; 2019, p. 7), o acesso ao passado histórico ocorre por meio de versões resultantes de “[...] reconstituições discursivas, as quais reconfiguram os acontecimentos a partir de perspectivas situadas no presente”. O passado, portanto, “[...] não pode ser apreendido em sua totalidade, uma vez que o que se tem são fragmentos de memória organizados em diferentes relatos e interpretações”.

Nesse quadro, o epidítico manifesta-se na narrativa biográfica como uma forma de persuasão de longo prazo, cuja temporalidade se ancora no presente. Conforme observa Vitale (2023), esse gênero contribui para a preservação da memória e para a comemoração do passado, orientando valores, produzindo modelos de identificação e projetando referências para o futuro.

A narração da vida de personalidades políticas, nesse contexto, é atravessada pelos posicionamentos e pelas interpretações de quem a produz, o que implica processos de seleção, hierarquização e valoração de acontecimentos e atributos do biografado. A biografia opera, assim, como um discurso epidítico de natureza político-historiográfica, ao construir representações socialmente reconhecidas por meio de estratégias de louvação e validação, sustentadas por um projeto

argumentativo voltado à adesão às imagens projetadas para o sujeito narrado.

Apesar de, neste gesto de análise, privilegiarmos a concepção aristotélica do gênero epidítico, outras perspectivas contribuem para ampliar o diálogo entre retórica e historiografia. Conforme observa Carvalho (2014, p. 45), Cícero atribui ao epidítico uma funcionalidade político-historiográfica ao destacar sua relevância para a escrita dos historiadores e ao afirmar que “[...] esses escritores deveriam compor seus livros a partir dos feitos dos grandes homens em ordem cronológica, se eles agiram com sabedoria ou temeridade”. Tal orientação evidencia a dimensão valorativa da escrita histórica, ao associar a narração dos acontecimentos à avaliação das ações e das condutas dos sujeitos.

Nessa perspectiva, o elogio de figuras socialmente reconhecidas adquire papel central na construção da memória coletiva, ao mobilizar o exemplo como forma de projetar modelos de referência e de orientar julgamentos sobre o passado. Esse funcionamento aproxima a escrita historiográfica da lógica epidítica, na medida em que contribui para a consolidação de valores compartilhados e para o fortalecimento de sentidos cívicos e políticos associados à história de um povo (Reboul, 1998).

A dimensão celebrativa associada ao epidítico constitui um aspecto relevante para a compreensão dos mecanismos discursivo-argumentativos mobilizados na obra de Anita Prestes. A publicação do livro no ano em que se completaram 75 anos do assassinato de Olga inscreve a narrativa em um quadro memorial e comemorativo. Em diálogo com Wodak e Cillia (2007), observa-se que a reconstrução de sua trajetória articula rememoração, homenagem e interpretação histórica, contribuindo para a produção de sentidos sobre o passado nacional, mesmo quando se refere às circunstâncias de sua morte, marcada pela violência de Estado. Nesse movimento, o discurso pode elogiar ou problematizar acontecimentos do passado e suas repercussões no presente, assumindo também uma função pedagógica ao transmitir

valores e crenças que contribuem para a construção de uma identidade coletiva e de um sentimento de pertencimento social.

Outro aspecto significativo refere-se aos *topoi*, os lugares comuns mobilizados na construção da argumentação e na organização do gênero epidítico, entre os quais se destacam as circunstâncias da morte do elogiado, suas ações e sua maneira de ser (Vitale, 2015). No que diz respeito ao *topos* das circunstâncias da morte – elemento canonicamente constitutivo da narrativa biográfica e espaço privilegiado para projeções de imagens –, o projeto discursivo de Anita privilegia a narração dos acontecimentos dos últimos anos de vida de Olga, fundamentando-se na divulgação, até então inédita, de documentos históricos provenientes de arquivos institucionais do Estado nazista.

Tal orientação materializa-se já no título da obra (“Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo” – grifos nossos), que convoca, de forma indireta, a memória histórico-discursiva associada à Gestapo (*Geheime Staatspolizei*, Polícia Secreta do Estado Nazista) e às circunstâncias de sua morte.

Por fim, os *topoi* das ações e da maneira de ser do elogiado, ao desenvolverem os acontecimentos da história, possibilitam uma compreensão mais ampla dos personagens da narrativa de vida e de suas atitudes, mobilizando mecanismos de construção de determinadas representações do biografado. Nessa perspectiva, a seção seguinte debruça-se sobre a discussão dos procedimentos languageiros dos Modos de Organização do Discurso (Charaudeau, 2009b), especialmente, os modos Narrativo e Descritivo, em diálogo com os *topoi* do gênero epidítico anteriormente mencionados. O principal interesse consiste em refletir sobre os efeitos de sentido envolvidos na construção das imagens da personalidade louvada e biografada, resultantes da interação entre os componentes discursivo-argumentativos mobilizados na narrativa.

Sobre os Modos de Organização do Discurso na perspectiva semiolinguística

Antes de empreender a discussão dos mecanismos linguageiros a serem investigados no gesto de análise proposto, torna-se necessário apresentar, de forma sintética, alguns princípios basilares da Teoria Semiolinguística de Charaudeau. Nessa perspectiva, o ato de linguagem é concebido como um fenômeno historicamente e socialmente situado, no qual se articulam fatores linguísticos e extralinguísticos (Charaudeau, 2009a). Tal concepção, central à teoria, orienta a busca pelo entendimento de como o sentido é produzido na interface entre sujeitos, práticas discursivas e condições de produção. O discurso, assim, é compreendido como indissociável das conjunturas históricas, sociais, culturais e afetivas que atravessam sua constituição discursiva.

Nesse quadro, Charaudeau propõe a noção de estratégias discursivas, entendidas como escolhas do sujeito comunicante (EUc), responsável pelo projeto de comunicação, que se realizam na encenação do ato de linguagem. Ao produzir o discurso, o sujeito comunicante (EUc) mobiliza diferentes recursos com o objetivo de orientar a interpretação do destinatário e favorecer a adesão ao projeto de sentido proposto. Essas escolhas realizam-se na encenação enunciativa, por meio da construção de uma instância enunciadora (EUe), responsável pela voz que se apresenta no texto e pelos efeitos de autoridade, proximidade ou distanciamento produzidos no discurso. Inscritas em um espaço de criatividade e relativa imprevisibilidade – ainda que condicionadas pelo contrato de comunicação –, tais estratégias manifestam-se na seleção temática, nos apelos afetivos e argumentativos, nos silêncios e omissões e, de modo particular, na escolha dos modos de organização do discurso, que configuram a encenação do objeto narrado.

De acordo com Charaudeau (2009b, p. 74), os Modos de Organização do Discurso – que constituem nossa chave de leitura – correspondem aos “[...] procedimentos que consistem em utilizar

determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação” e podem ser agrupados em quatro tipos: Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo. Tais modos não se configuram como categorias estanques, podendo ocorrer de forma combinada no funcionamento discursivo. Considerando os objetivos deste estudo, propomos um recorte metodológico que privilegia os modos Narrativo e Descritivo, em função da natureza do *corpus* e de sua articulação com os *topoi* do gênero epidítico, relativos às ações realizadas e às qualidades do sujeito.

Abreu-Aoki e Kobashi (2025) demonstram que o Modo Narrativo organiza os acontecimentos ao dispô-los em uma sequência temporal. Essa característica consegue, então, promover linearidade, coerência e construções de sentido por meio de encadeamentos de experiências e memórias, sendo estas últimas elementos cruciais na composição de uma obra biográfica. Ao possibilitar a análise dos personagens e de suas ações, o Narrativo vincula-se diretamente ao *topos* das ações do elogiado. Essa aproximação entre os conhecimentos retóricos e os estudos discursivos orienta a análise dos procedimentos da lógica narrativa, especialmente, os Actantes e os Processos Narrativos.

Os Actantes correspondem a uma categoria discursiva relacionada ao desempenho de papéis narrativos específicos, distinguindo-se da noção de personagem uma vez que um mesmo personagem pode assumir diferentes funções actanciais, assim como um mesmo papel pode ser realizado por personagens distintos. Já os Processos Narrativos referem-se a “[...] uma unidade de ação que, por sua correlação com outras ações (correlação motivada por uma intencionalidade), se transforma em função narrativa” (Charaudeau, 2009b, p. 163). Esses processos podem manifestar-se em diferentes ações, ao passo que uma mesma ação pode estar associada a diversos processos no plano funcional da narrativa.

No que concerne ao modo Descritivo, este se caracteriza pela apresentação de características, cenas e sujeitos, contribuindo para a densificação do universo narrado. Trata-se, portanto, de um

modo de construção de um olhar sobre o mundo – aspecto particularmente relevante nas obras biográficas – que permite evidenciar diferentes maneiras de ser dos personagens, articulando-se ao *topos* da maneira de ser do gênero epidítico. Esse modo compreende três componentes interdependentes: Nomear, Localizar-situar e Qualificar.

O procedimento de Nomear consiste em atribuir existência a um ser por meio de sua classificação, resultante de uma dupla operação: percepção de uma diferença e estabelecimento de uma relação dessa diferença com uma semelhança. Nesse movimento, tanto a percepção quanto a classificação dependem da perspectiva do sujeito que as operam, isto é, apoiam-se em uma visão de mundo construída e estruturada por ele. Já o procedimento de Localizar-situar, por sua vez, define a posição espaço-temporal em que se ocupa o sujeito e atribui características a ele ao gerar um efeito de retorno devido à dependência da sua existência para o lugar no qual se encontra. Na medida em que isso se sucede, esse procedimento de linguagem indica um recorte objetivo do mundo sem desconsiderar os pontos de vista culturais projetados sobre esse mundo. Por último, o Qualificar aponta para características constitutivas dos seres e produz sentidos particulares a eles, logo, possui potencial de exprimir as subjetividades que perpassam o olhar daquele que os observa.

Conforme apontam Abreu-Aoki e Aguiar (2024a), as atividades de descrição e narração mantêm entre si um vínculo estreito e uma relação de interdependência. Ao descrever, o sujeito locutor, em muitos momentos, procede à contextualização de elementos que se inserem no interior de uma sequência de eventos ou de um enredo. Por sua vez, ao narrar, o sujeito pode também acionar mecanismos descritivos incorporados às ações, de modo que qualificações da personagem se produzam de forma indireta a partir do próprio desenvolvimento das ações.

Com base no percurso teórico-metodológico delineado, a seção seguinte apresenta o gesto de análise. A partir da articulação entre os Modos de Organização do Discurso e os valores do gênero

epidítico, busca-se evidenciar as representações de natureza valorativa construídas para Olga Benario Prestes, com o objetivo de compreender de que modo a memória e a trajetória da biografada são (re)articuladas, (re)interpretadas e (re)significadas na narrativa elaborada por Anita Leocadia Prestes.

A construção discursiva de Olga Benario na narrativa de Anita Leocadia Prestes

O gênero epidítico constitui um projeto retórico-discursivo orientado para o elogio ou a censura de pessoas, ações ou valores, com o objetivo de evidenciar virtudes ou defeitos. Nesse funcionamento, mobiliza valores do imaginário coletivo associados ao nobre e ao vil, orientando a construção de imagens para o sujeito alvo do discurso (Reboul, 1998).

Como declara Aristóteles (2005, p. 128), “[...] o elogio é um discurso que manifesta a grandeza de uma virtude”, sendo, por conseguinte, “necessário mostrar que as ações são virtuosas”. Na narrativa biográfica de Anita Prestes (2017), identifica-se Olga retratada, em diversos momentos, por meio de uma valoração virtuosa de suas atitudes, associada a qualidades de ordem ética e relacional. Para isso, a narrativa mobiliza qualificadores e processos narrativos que produzem imagens de Benario vinculadas à solidariedade, à sororidade e a gestos de cuidado e amparo, recorrendo ainda à menção à existência de testemunhos como estratégia de legitimação, o que produz um efeito de veracidade para os papéis actanciais atribuídos à personagem:

Em diversas ocasiões, em razão de suas atitudes de rebeldia e defesa de companheiras mais fracas, foi severamente punida, mantida na escuridão de um calabouço no campo de Ravensbrück, privada da escassa ração destinada às prisioneiras ou submetida a espancamentos e castigos corporais. [...] Olga manteve-se firme, corajosa e solidária com suas companheiras, de acordo com os testemunhos existentes (Prestes, 2017, p. 72-73 — grifos nossos).

Nesse fragmento, as ações da personagem são organizadas de modo a associar a punição às atitudes de defesa de outras prisioneiras, designadas como “companheiras mais fracas”. A formulação desloca o foco da rebeldia individual para uma conduta orientada à proteção do outro. O qualificador “solidária”, articulado à referência aos “testemunhos existentes”, reforça o efeito de legitimação e sustenta a construção de Olga como sujeito que, mesmo em condições extremas de violência e privação, mantém um posicionamento voltado à coletividade. Desse modo, o sofrimento narrado aparece como consequência de práticas de amparo, inscrevendo a personagem em uma lógica epidítica que associa a virtude à ação em favor do outro.

Anita (2017) recorre à citação de uma frase atribuída à própria biografada, mobilizando um procedimento narrativo que projeta papéis actanciais associados à lealdade, à integridade e, em última instância, à resistência: “Olga declarou: ‘Se outros se tornaram traidores, eu jamais o serei’” (Prestes, 2017, p. 33). A inserção da fala direta contribui para a construção de uma imagem de firmeza moral, ao apresentar a recusa à traição como princípio orientador de sua conduta.

Paralelamente, a narrativa incorpora registros provenientes de arquivos do regime nazista, nos quais Benário é caracterizada como “perigosa”, “obstinada”, “insolente” e “arrogante”. Esses documentos, mobilizados como fontes históricas, funcionam como elementos de prova e produzem um efeito de autenticidade para os episódios relatados. Entretanto, tais qualificações, originalmente inscritas em uma perspectiva de criminalização, são recontextualizadas pela biógrafa e reinterpretadas em chave valorativa. Nesse movimento, atributos apresentados como ameaça à ordem passam a ser lidos como indícios de convicção política, fidelidade ideológica e coerência de posicionamento.

Esse procedimento torna-se particularmente evidente no excerto: “O texto acrescentava que ‘durante o interrogatório realizado não relatou nada sobre sua atividade comunista; a continuidade de sua permanência na prisão é, por isso, necessária

no interesse da segurança do Estado''' (Prestes, 2017, p. 32-33 – grifo nosso). Ao manter o registro documental, a narrativa preserva a voz institucional do adversário, mas a reinscreve em um quadro interpretativo que transforma o silêncio sob interrogatório em evidência de lealdade e consistência.

Na narrativa construída pela biógrafa, observa-se uma ampliação do campo de ação de Olga ao incluir sua companheira de prisão e de militância, Elise Ewert²: "Tanto ela quanto Elise sempre se recusaram a falar sobre suas atividades no Comintern³" (Prestes, 2017, p. 33). Tal formulação desloca a ação do plano individual para uma atuação compartilhada, produzindo uma rede de solidariedade entre personagens. Ainda que a narrativa preserve a centralidade da protagonista, conforme a distinção entre "actantes principais e actantes secundários" (Charaudeau, 2009b, p. 161), a associação entre Olga e Elise contribui para reforçar representações de lealdade, resistência e compromisso coletivo.

Em outro momento, Anita escreve: "Nos Estados Unidos, a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e a Liberdade dirigiu mensagem ao embaixador da Alemanha naquele país, exigindo a libertação de Olga e Elise e seu encaminhamento para a França, cujo governo lhes concederia asilo político" (Prestes, 2017, p. 29 – grifos nossos). Nesse caso, a narrativa aproxima a figura de Olga de instituições e espaços geopolíticos de reconhecimento internacional. Por meio do procedimento de localizar-situar, a mobilização de países e organizações estrangeiras produz um efeito de legitimação pública, ao inscrever a causa no âmbito da mobilização coletiva e do apoio internacional.

Esse movimento é reiterado no trecho em que "[...] crescia a mobilização da opinião pública europeia e estadunidense pela

² Esposa do dirigente comunista alemão Arthur Ewert.

³ "Internacional Comunista" ou "III Internacional", uma organização internacional de Partidos Comunistas que funcionou de 1919 até 1943 e contou com a participação de membros de diversos países.

libertação de Olga, de sua filha e de Elise Ewert” (Prestes, 2017, p. 33), reforçando a construção de uma rede transnacional de apoio.

De modo semelhante, em “Tiveram grande importância as gestões empreendidas pelo afamado jurista francês François Drujon [...]” (Prestes, 2017, p. 45 – grifo nosso), a nomeação específica de uma autoridade qualificada funciona como estratégia de credibilização. A referência a um agente reconhecido por sua competência e prestígio contribui para legitimar as iniciativas em favor da libertação e, indiretamente, para valorizar a relevância política da biografada.

Assim, a articulação entre organizações, agentes de prestígio e mobilizações internacionais constrói discursivamente um conjunto de aliados em torno de Olga, configurando sua situação não como uma questão individual, mas como uma causa pública de alcance político e coletivo.

Na seguinte passagem de uma carta de Olga à sua sogra (documento de natureza histórica e testemunhal mobilizado pela biógrafa como elemento de validação do relato), a narrativa organiza processos que produzem efeitos de sentido relacionados ao sofrimento decorrente da opressão e da violação de direitos pelo Estado nazista, configurando papéis actanciais associados à dimensão materna e protetora da personagem:

Querida mãe, não é do nosso feitio ficar se lamentando, mas realmente não sei como poderei suportar me separar da pequena. Querer roubar a mãe de uma pessoa tão pequena é horrível demais. Não fique aborrecida por eu hoje não escrever mais, mas estou muito triste (Prestes, 2017, p. 39 – grifos nossos).

No excerto, a construção discursiva desloca o foco da militante política para a figura da mãe, produzindo um efeito de humanização da personagem por meio da exposição da dor relacionada à separação da filha. A formulação “pessoa tão pequena” intensifica a assimetria da situação, enquanto o verbo “roubar” atribui ao Estado uma ação violenta e moralmente

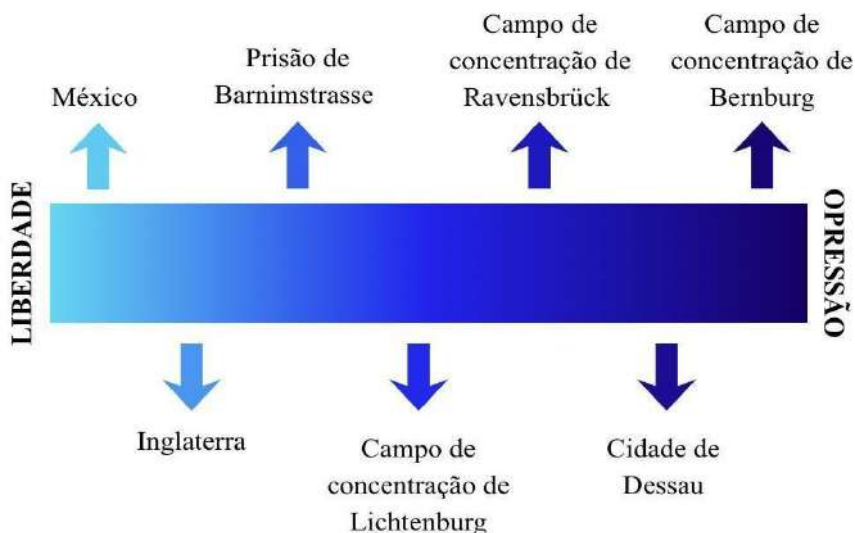
condenável. Desse modo, a sequência narrativa organiza uma polarização actancial em que Olga é construída como sujeito vulnerável e injustiçado, ao passo que o regime nazista é figurado como agente de violência e arbitrariedade.

À luz da retórica aristotélica, tal configuração opera por amplificação valorativa, na medida em que a virtude da personagem emerge em contraste com a crueldade atribuída ao agente opressor. Quando não se recorre à comparação direta com figuras exemplares, a superioridade moral pode ser construída pela oposição a ações socialmente condenáveis, o que reforça a dimensão elogiosa própria ao discurso epidítico.

Essa polarização actancial, Estado nazista como agressor e Olga como vítima de violência institucional, estrutura o desenvolvimento narrativo da obra e reaparece em diferentes episódios que evidenciam a intensificação progressiva das condições de sofrimento. Tal gradação é explicitada, por exemplo, no trecho: “Para Olga, as condições de vida tornaram-se muito piores do que tinham sido em Barnimstrasse: frio, fome, castigos corporais e dificuldades maiores para comunicar-se com a família.” (Prestes, 2017, p. 55 – grifo nosso). A enumeração de privações organiza discursivamente um efeito de agravamento da violência, contribuindo para a construção de uma imagem da personagem marcada pela resistência em condições extremas de desumanização.

A progressão do padecimento de Olga constitui outro elemento relevante para a leitura da biografia, uma vez que os espaços pelos quais a personagem transita passam a operar como marcadores de um continuum entre liberdade e intensificação da subjugação ao regime nazista. Nessa perspectiva, o procedimento de localizar-situar não se limita à indicação de deslocamentos geográficos, mas assume uma função semântico-discursiva, sendo ressignificado ao longo da trajetória da biografada. Com base nessa dinâmica, propõe-se a esquematização apresentada na Figura 1.

Figura 1. Esquemática da gradação liberdade-opressão a partir do localizar-situar



Fonte: Elaboração de Marcia Elisia Aguiar, no âmbito deste estudo (2026).

Na figura 1, os espaços são organizados segundo uma gradação de sentidos que parte de referências associadas à possibilidade de liberdade (tons mais claros) e avança em direção a lugares vinculados a níveis crescentes de controle, privação e violência (tons mais escuros). A sequência México, Inglaterra, Prisão de Barnimstrasse, Campo de concentração de Lichtenburg, Campo de concentração de Ravensbrück, Cidade de Dessau e Campo de concentração de Bernburg evidencia um percurso de progressiva restrição das condições de existência, no qual o deslocamento espacial funciona como operador de intensificação da opressão.

No contexto da prisão de Olga Benário pelo regime nazista, o “México” configura-se como o principal horizonte de liberdade. Esse espaço é construído narrativamente a partir da atuação de Anita Prestes (sua filha), Maria Leocadia Felizardo Prestes (mãe de Luiz Carlos Prestes, sogra de Olga e avó de Anita) e Lygia Prestes (irmã de Luiz Carlos Prestes, cunhada de Olga e tia de Anita), que,

após conseguirem a libertação da criança, foram acolhidas naquele país como refugiadas políticas. A referência ao México, portanto, não se limita a um lugar geográfico, mas se inscreve como resultado de uma rede familiar e política mobilizada em favor da preservação da vida e da reconstrução de condições de liberdade.

Entretanto, essa possibilidade é sistematicamente frustrada pelos próprios documentos do Estado nazista, que registram que “[...] uma possível extradição para o México está fora de questão” (Prestes, 2017, p. 61). A negativa institucional interrompe o horizonte de deslocamento construído pela mobilização familiar e política, convertendo o México, inicialmente configurado como espaço de proteção, em uma possibilidade discursivamente bloqueada.

Dinâmica semelhante ocorre com o localizar-situar “Inglaterra”. Embora exista a perspectiva de obtenção de visto e de autenticação do passaporte, o regime nazista determina que seja comunicado à prisioneira que “[...] todos os esforços de sua parte com vistas a obtenção de um visto para entrar em um país europeu ou além-mar são despropositados e não serão tolerados” (Prestes, 2017, p. 62).

No interior dessa lógica, México e Inglaterra passam a configurar-se como espaços de liberdade potencial interdita. O contraste entre as iniciativas de mobilização em favor da biografada e as negativas oficiais produz um efeito de cerco progressivo, evidenciando a intensificação do controle estatal sobre seu destino.

Na “Prisão de Barnimstrasse”, Benário recebe alguns cuidados por estar amamentando a pequena Anita. Porém, depois que ocorre a entrega da filha, algumas restrições são impostas: exigência do uso exclusivo da língua alemã nas trocas de correspondência, recusa da soltura, da revogação do encarceramento individual/solitário e do pedido de autorização para receber visitas de parentes. Ademais, após entregar Anita para a avó e para a tia, a biografada é encaminhada para o “Campo de concentração de Lichtenburg”. Em tal espaço, os acessos por parte de Olga são, cada vez mais, restringidos: recebe censura em relação a ler certos livros,

por exemplo, “Iracema”, de José de Alencar; começa a ser privada de receber os alimentos enviados por Lygia e Leocádia; e há a piora de suas condições de vida

O “Campo de concentração de Ravensbrück” representa um estágio ainda mais severo de opressão. Nesse espaço, Benario é privada de benefícios anteriormente existentes, perde a autorização para escrever e passa a cumprir jornadas de trabalho exaustivas, em regime de trabalho forçado, além de ser submetida a privações, punições, espancamentos e castigos corporais.

A cidade de “Dessau” aparece como etapa final do percurso, identificada como “[...] a última cidade em que o caminhão de transporte das prisioneiras parava antes da última estação do campo de concentração de Bernburg” (Prestes, 2017, p. 77). A informação foi transmitida pela própria Benario em um bilhete oculto entre suas roupas, posteriormente devolvidas ao campo de Ravensbrück. Por fim, o “Campo de concentração de Bernburg” configura o ponto máximo da gradação opressiva, por se tratar do local onde a biografada foi assassinada em uma câmara de gás.

Desse modo, o procedimento de localizar-situar não opera apenas como marca espacial, mas como dispositivo de construção de sentido, organizando a narrativa em torno de um percurso que articula a frustração sucessiva de possibilidades de liberdade e a intensificação progressiva da violência. Ao mesmo tempo, mesmo diante do agravamento contínuo das condições de existência, a narrativa mantém a atribuição de valores de nobreza e resistência às ações e aos comportamentos de Benario, produzindo uma amplificação de sua trajetória como expressão de firmeza diante da opressão.

Observa-se que, mesmo diante da intensificação da violência e das condições de opressão, as ações e os comportamentos atribuídos a Benario permanecem associados a valores de nobreza, solidariedade e resistência. Nesse movimento, a progressão do sofrimento não opera apenas como registro histórico, mas como recurso de amplificação valorativa. De tal maneira, suas representações são construídas de modo a evidenciar Olga como

uma mulher que defende, resiste e luta até o fim por sua liberdade, por seus ideais e por todos aqueles que se tornam seus companheiros e suas companheiras ao longo de sua árdua e corajosa jornada.

Diante do exposto, os gestos de análise permitem identificar que a narrativa biográfica mobiliza recursos dos modos narrativo e descritivo articulados aos valores do gênero epidítico, produzindo representações valorativas para a figura de Olga Benario Prestes. Tais construções discursivas contribuem para a elaboração e a circulação de sentidos e memórias sobre a personagem, inscrevendo sua trajetória no campo das disputas político-discursivas em torno da interpretação do passado. Na seção seguinte, apresentam-se as considerações finais, com vistas a discutir o papel dos discursos epidíticos de natureza político-históricográfica no (re)estabelecimento da memória sobre eventos e personagens que marcam a história política do século XX.

Considerações finais

O percurso analítico-metodológico desenvolvido neste estudo privilegiou a relação entre a escrita biográfica e o gênero epidítico aristotélico, evidenciando a articulação entre a construção de imagens e os valores mobilizados na narrativa. Tal perspectiva permitiu compreender de que modo esses dois projetos discursivos se entrelaçam e assumem implicações políticas quando inscritos no campo da historiografia.

Em “Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo” (2017), Anita Leocadia Prestes propõe uma reconfiguração da trajetória de sua mãe, atribuindo novos sentidos aos acontecimentos narrados. Desse modo, os gestos de análise indicam a construção discursiva de representações valorativas para Olga Benario, associadas a sentidos de nobreza, lealdade e, sobretudo, resistência. A personagem é construída por meio de qualificadores, papéis actanciais e processos narrativos que enfatizam virtudes e atitudes ético-políticas, enquanto seus

opositores são associados a procedimentos linguageiros de valoração negativa, o que contribui para reforçar, por contraste, as projeções positivas da biografada.

Embora o projeto da obra busque sustentar um efeito de objetividade – evidenciado, por exemplo, na nota em que a autora afirma referir-se a si mesma em terceira pessoa (Prestes, 2017, p. 25) –, a análise permite identificar a presença de marcas de subjetividade que atravessam a narrativa, configurando uma dinâmica retórico-argumentativa de valorização e enaltecimento da figura de Olga ao longo de sua trajetória.

Esse funcionamento reafirma o caráter discursivo da escrita historiográfica, entendida não como um campo neutro, mas como um espaço de produção de sentidos atravessado por dimensões históricas, ideológicas, sociais, culturais e afetivas. Nesse quadro, a historiografia configura-se como um campo de disputas em torno das versões do passado e das memórias associadas a sujeitos e acontecimentos históricos.

A articulação entre modos de organização do discurso e valores do gênero epidítico permitiu compreender como a biógrafa constrói um discurso de resistência, que tensiona e desloca narrativas já consolidadas sobre Olga Benário. Desse modo, a obra contribui para a (re)configuração de sua memória, em contraposição a representações historicamente marcadas por estigmatização, silenciamento ou apagamento.

Assim, a narrativa biográfica analisada assume uma função ativa nas disputas pelos sentidos e pelas memórias, ao reinscrever a personagem em um horizonte interpretativo que destaca sua agência político-militante, bem como a complexidade de sua experiência no cenário político brasileiro e internacional do século XX.

Referências

ABREU-AOKI, R. L. de. Flutuações no ethos de Getúlio Vargas: análise comparativa das imagens projetadas para o estadista por

sua filha e outros personagens históricos. *Gláuks – Revista de Letras e Artes*, v. 19, n. 1, p. 179-198, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47677/gluks.v19i1.107>.

ABREU-AOKI, R. L. de. *Getulio Vargas encadernado: a construção narrativo-argumentativa da imagem do estadista em Getulio Vargas, meu Pai*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1501D.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2026.

ABREU-AOKI, R.; AGUIAR, M. E. M. Linguagem e memória: a construção discursiva da imagem de Prestes e Vargas nas biografias escritas por suas filhas. *Linha D'Água*, v. 37, n. 3, p. 291-312, 2024a. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v37i3p291-312>.

ABREU-AOKI, R.; AGUIAR, M. E. M. Narrativa biográfica e a construção discursiva da história: um estudo do caso Coluna Prestes, pelo olhar da biógrafa Anita Leocádia Prestes. *Redis: Revista de Estudos do Discurso*, n. 15, p. 15-39, 2024b. DOI: <https://doi.org/10.21747/21833958/red15a1>.

ABREU-AOKI, R.; KOBASHI, N. Y. Narrativas entrelaçadas: discurso, memória e verdade na reconstrução da história brasileira. In: MOURA, J. B. de; ROCHA, M. S. da; TOMAZ, P. R.; LOPES, M. (org.). *Argumentação, retórica e análise do discurso*. Campinas: Pontes, 2025. p. 7-455.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

CARVALHO, L. H. R. de A. As características do gênero demonstrativo em Cícero, Horácio e Quintiliano. *Rónai – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*, v. 2, n. 1, p. 41-54, 2014.

CHARAUDEAU, P. Análisis del discurso e interdisciplinariedad en las ciencias humanas y sociales. In: PUIG, L. (org.). *El discurso y sus espejos*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma

de México, 2009a. p. 1-12. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Analisis-del-discurso-e-interdisciplinariedad-en-las-ciencias-humanas-y.html>. Acesso em: 03 jul. 2026.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009b.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021.

PRESTES, A. L. *Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VITALE, M. A. Género epidíctico y memoria pública de la última dictadura militar en Argentina. *Las Torres de Lucca: International Journal of Political Philosophy*, v. 4, n. 7, p. 111-129, 2015.

VITALE, M. A. Memoria, vituperio y extrema derecha en un homenaje a Hebe de Bonafini. *Estudios del Discurso*, v. 9, n. 1, p. 56-69, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30973/esdi.2023.9.1.145>.

WODAK, R.; DE CILLIA, R. Commemorating the past: the discursive construction of official narratives about the "Rebirth of the Second Austrian Republic". *Discourse & Communication*, v. 1, n. 3, p. 337-363, 2007.

¿QUIÉN ES EL “DEMONIO ÚNICO”? LA HEGEMONÍA DISCURSIVA Y LA INTERTEXTUALIDAD EN DOS DISCURSOS DE LA DOXA LIBERAL LIBERTARIA

Emilia Janica

Introducción

La memoria sufre cambios en función del presente en que es articulada, al interactuar con las preocupaciones y los intereses políticos del momento de su enunciación. Así, la memoria sobre la dictadura se constituye como un objeto de disputa constante, y son comunes los conflictos para determinar qué será registrado y transmitido a las nuevas generaciones (Jelin, 2002).

Si bien el estado del discurso social en Argentina demuestra la existencia de una hegemonía discursiva propia de los organismos de derechos humanos, en los últimos años surgieron otros discursos que vienen a disputar esta doxa. El discurso del Centro de Estudios Legales sobre el Terrorismo y sus Víctimas (CELTYV)¹, por su parte, circula desde el año 2006, sin embargo, adquirió mayor visibilización a partir de la campaña presidencial de Javier Milei y de su consecuente asunción presidencial. De esta forma, un

¹ En 2006, Villarruel fundó el Centro de Estudios Legales sobre el Terrorismo y sus Víctimas (CELTYV), una ONG inspirada en las lógicas del gobierno humanitario (Fassi, 2016) con la que se convirtió en una de las voces públicas de las otras víctimas de la década del setenta (Palmisciano, 2021). Ese rol le permitió reposicionarse en el nuevo escenario de las memorias sociales durante el gobierno de Cambiemos (2015-2019), caracterizado por las críticas hacia las políticas de derechos humanos de los gobiernos kirchneristas (Feierstein, 2018; Salvi, 2019). En 2021, sería la primera integrante del entramado de agrupaciones de “memoria completa” en ser electa para el cargo de diputada nacional como parte de la lista La Libertad Avanza, una de las expresiones de las nuevas derechas (Palmisciano, C. N., 2022). Actualmente, Victoria Villarruel ocupa el cargo de vicepresidente del gobierno de Javier Milei.

discurso que se encontraba en la marginalidad del discurso social adquirió un lugar central y circula hoy en día en todos los medios de difusión gubernamentales.

Desde la Teoría del Discurso Social (Angenot, 2010), el presente capítulo² se propone analizar los ideologemas (Angenot, 2010) sobre la dictadura cívico-militar que componen la doxa liberal libertaria. Para ello, analizamos dos discursos presidenciales y discursos de integrantes de La Libertad Avanza pronunciados durante los dos años de gobierno (2024-2025) el día de la efeméride por el 24 de marzo.

El corpus está compuesto por los dos videos publicados el 24 de marzo de 2024 y de 2025 en la página web de la Casa Rosada durante el mandato de Javier Milei: el primer video se titula “Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia. Completa”³; el segundo video “La libertad de conocer nuestra historia”⁴. En cuanto al corpus en sí mismo, a diferencia de Angenot que pretende analizar todo lo decible en un estado de sociedad, en este caso, establecemos un recorte temático (la dictadura militar), un recorte en los agentes productores del discurso ya que todos son integrantes de La Libertad Avanza y un recorte en el tipo de discurso ya que sólo tomamos discursos monológicos.⁵ El criterio de formación del corpus adopta un corte sincrónico ya que admite el recorte de una

² El presente capítulo se inscribe en un contexto mayor que involucra la estancia realizada a partir de la beca CAPES- Move la América en el año 2025 en la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) y la posterior participación en el III Seminario do Grupo de Pesquisa (SuDiC) denominado “Linguagens, políticas e afetos: articulacoes e desafios contemporâneos”.

³ El video se encuentra en el siguiente link: https://www.youtube.com/watch?v=dcHv_BNdVAI&t=1s

⁴ Para visualizar el video: <https://www.youtube.com/watch?v=0bJfuRC Aan8&rco=1>

⁵ Si bien son discursos monológicos, lejos de presentar una única voz, abunda la polifonía. En este sentido, el primer video presenta las voces de Juan Bautista Yofre, Luis Labraña y María Fernanda Viola. En el segundo video, el “narrador” de los hechos es Agustín Laje, pero recurre al empleo de fragmentos de archivo donde “hablan” otros locutores como militantes montoneros y Juan Domingo Perón.

doxa dada (un campo temático relevante en un estado del discurso social) en un momento dado. Todos son discursos de integrantes de la misma fuerza política sobre un mismo tema, publicados y difundidos en medios oficiales a partir de la efeméride. Sin embargo, encontramos diferencias en las escenografías construidas (discurso testimonial/discurso histórico).

La hipótesis que orienta el trabajo es que los discursos gubernamentales actuales sobre este acontecimiento histórico presentan relaciones intertextuales de disputa de sentido de los signos de la doxa de los organismos de derechos humanos. El objetivo, por lo tanto, es presentar cuáles son los signos disputados por estos nuevos discursos y reflexionar sobre los nuevos sentidos otorgados con el fin de comprender cuál es la narrativa sobre la dictadura cívico-militar construida por la doxa liberal libertaria.

A su vez, este trabajo se incluye en el libro *Discursos, políticas e sentidos: debates sul-americanos*, donde viene a dar cuenta de las relaciones de disputa por los sentidos que adquiere el pasado en Argentina, un país que históricamente se construyó como pionero en términos de políticas de memoria y en la realización de distintos juicios a los genocidas: los Juicios a las Juntas Militares, los Juicios por la Verdad y los Juicios a las Brigadas. Desde los medios masivos oficiales gubernamentales, por otro lado, el énfasis se coloca en el accionar de las organizaciones guerrilleras de izquierda con el fin de deslegitimar el reclamo de los organismos de derechos humanos y omitir lo que hicieron los grupos militares que en Argentina incluyó la desaparición de 30.000 personas y la creación de más de 800 centros clandestinos de detención.

En primer lugar, desarrollamos una explicación sobre la teoría de los dos demonios, entendida como un paradigma que incluye distintos sentidos y aspectos resaltados en diversos periodos históricos; en segundo lugar, caracterizamos el estado del discurso social actual en Argentina y las distintas disputas hacia la hegemonía discursiva de los organismos de derechos humanos; en tercer lugar, desarrollamos el marco teórico-metodológico que adoptamos, es decir, los postulados de la Teoría del Discurso Social

de Marc Angenot; en cuarto lugar, analizamos los dos videos mencionados previamente; por último, esbozamos las consideraciones finales.

La teoría de los dos demonios y sus posibles sentidos a lo largo de la Historia

Desde la recuperación de la democracia, Argentina se caracterizó por su implementación de políticas de derechos humanos: la creación de espacios de memoria en los ex Centros Clandestinos de Detención, las masivas movilizaciones cada 24 de marzo, los Juicios a las Juntas Militares y los Juicios por la Verdad, entre otros. En este contexto, y en paralelo, se desarrollaron contramemorias que acompañaron estos procesos históricos, una de ellas, es nombrada por los movimientos de derechos humanos como la “teoría de los dos demonios” que en términos de Franco (2014) siempre se trata de un uso crítico-sancionatorio. Esta teoría hace alusión a un conjunto amplio de cuestiones diversas que varían según su enunciador crítico, tales como:

1. la existencia dos violencias enfrentadas: las guerrillas de izquierda y las Fuerzas Armadas actuando en nombre del Estado;
2. la relación de acción/reacción entre las guerrillas y la represión estatal, es decir, la responsabilidad causal de la izquierda en el inicio de la violencia;
3. la equiparación entre ambas violencias a partir de relaciones que van desde la equiparación de responsabilidades históricas hasta la equiparación por simetría de fuerzas y/o de métodos;
4. la situación de exterioridad de la sociedad en ese conflicto, que es presentada como ajena, inocente o víctima de esa violencia.

Según la autora, estas variables no se presentan siempre asociadas y su jerarquía interna ha fluctuado con el tiempo. En los años ochenta, la variable más resaltada era el origen de la violencia adjudicado a las organizaciones guerrilleras frente a las cuales se había desarrollado la fuerza represiva. Según Franco, en los relatos críticos de la actualidad predomina la variable de la ajenidad de la

sociedad. En este sentido, Feierstein (2018) postula que el argumento principal de la teoría de los dos demonios no está en los “demonios”, tampoco en su equiparación. El elemento más importante está en la posición de quién señala, denuncia y denuncia a los dos demonios: una sociedad ajena a ellos, que se percibe y se construye como víctima. En otras palabras, el procedimiento político fundamental es este escamoteo del conflicto a partir de una construcción de “neutralidad social”: la de la “gente común” victimizada por los “demonios”.

En los últimos años, encontramos el surgimiento de representantes políticos que remiten a esta contramemoria, que presentan a las políticas de derechos humanos como “curros” y a las madres de Plaza de Mayo como “corruptas”. Kordon (2022) analiza los pronunciamientos de diferentes actores políticos (Javier Milei, José Luis Espert y Victoria Villarruel) que asumen un discurso que cuestiona y pone en tensión aquellos supuestos que se consolidaron en el período 2003 – 2015 en materia de derechos humanos. En términos del autor, Javier Milei asume un discurso en el cual hace aparición la negación misma de la democracia, hecho que destierra la posibilidad de asumir la idea sustancial de los derechos humanos. En el caso de Victoria Villarruel y los argumentos del CELTYV se presenta una homologación entre las víctimas del terrorismo de estado y las víctimas de la violencia política a través de la consigna “memoria completa”.

Por su parte, Salvi (2019) postula que los colectivos identificados con la “memoria completa” comenzaron a modular el lenguaje de los derechos humanos y a incorporar con mayor énfasis versiones victimizantes y humanitarias. Observamos en el título del video publicado por la Casa Rosada la consigna del grupo Memoria, Verdad y Justicia, pero estos términos son reformulados y se les otorga un significado nuevo a partir del adjetivo “completa” que alude a esta otra memoria que omite el rol de los militares en la dictadura y adjudica la culpabilidad del hecho a los movimientos guerrilleros.

Estado del discurso social: la hegemonía discursiva de los organismos de derechos humanos y sus disputas de sentido

Javier Milei (LLA) asumió como presidente de la Nación argentina el 10 de diciembre de 2023 como representante del partido político La Libertad Avanza. Este partido se configuró como fuerza política en las elecciones legislativas del año 2021, en las que obtuvo el cargo de diputado nacional por La Libertad Avanza (LLA) por la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Años antes de ser electo diputado, Javier Milei construyó una figura como mediático presentándose como panelista en distintos programas de televisión, en la mayoría de los casos, por su rol como economista, pero también participó en obras teatrales y en recitales de rock.

El primer año del gobierno se caracterizó por sus promesas a futuro, en general relacionadas con la economía y la estabilidad cambiaria. Durante su segundo año, el gobierno realizó una serie de alianzas con el partido Propuesta Republicana (PRO), cuyos integrantes ocuparon cargos en algunos ministerios como el Ministerio de Seguridad y el Ministerio de Economía. La narrativa de la fuerza liberal libertaria se centra en el “achicamiento” del Estado con el fin de pagar la deuda con el Fondo Monetario Internacional (FMI). En términos de Cantamutto y Manzo (2024), en este gobierno neoliberal predomina la triada ajustes-reformas-endeudamiento externo.

En cuanto al estado del discurso social, en términos de Martínez (2017), la hegemonía discursiva kirchnerista generó un denso dispositivo de enunciación que hizo posible la identificación de sus líderes Néstor Kirchner y Cristina Fernández con los jóvenes revolucionarios de la década del 70 al definirse como parte de esa generación diezmada, refutó la teoría de los dos demonios que caracterizó a la discursividad de la transición democrática, categorizó a los militares como genocidas y dio lugar entonces a la demanda de justicia, pidió perdón en nombre del Estado asumiendo una nueva política de derechos humanos.

Por su parte, Ridi (2022) analiza las particularidades de la discursividad política del enunciador Mauricio Macri (PRO)⁶ durante sus dos primeros años de presidencia a partir de algunos tópicos como ‘Derechos Humanos’, ‘Dictadura Cívico Militar’, ‘Guerra Sucia’, ‘Teoría de los dos Demonios’ y ‘Terrorismo de Estado’. En este sentido, postula que se ha producido una fuerte disputa, tensión, puja, a nivel interdiscursivo para volver a instituir en el centro el tópico de que aquello que sucedió en aquel momento de la historia argentina, fue una “guerra sucia”.

En términos de Mercante y Camps (2021), la configuración política macrista atribuyó nuevos sentidos a los derechos humanos, en sintonía con las recomendaciones de los organismos internacionales y de organizaciones no gubernamentales, cuya mirada global prescinde de las especificidades de las luchas históricas de los sujetos políticos en el campo de los derechos humanos, desplazándolos al ámbito de la sociedad civil. Para el gobierno, la educación de calidad, el cuidado ambiental, el reconocimiento de los pueblos originarios, los derechos LGBT, la lucha contra la violencia de género y la pobreza entre otros, constituyen temáticas prioritarias dentro de lo que llamaron “los derechos humanos del siglo XXI”.

Al mismo tiempo, el macrismo realizó un diagnóstico crítico de los años de gobierno kirchnerista, considerando en términos de “abuso” la política del kirchnerismo en materia de derechos humanos (“el curro de los derechos humanos”). En las primeras semanas de gestión de Mauricio Macri, el secretario Avruj se reunió con miembros del Centro de Estudios Legales del Terrorismo y sus Víctimas (Celtv), quienes abogan por la “memoria completa”.

Foa Torres (2019) señala que quienes fomentan la “memoria completa” no solo se refieren al eslabón “kirchnerista” de los reclamos por los derechos humanos, sino que apuntan a disolver los lazos sociales generados por los trabajos de memoria(s). La

⁶ Mauricio Macri (PRO) fue presidente argentino entre los años 2015-2019 y sucedió al gobierno peronista de Cristina Fernández de Kirchner.

negación del antagonismo implica desvincular al movimiento de derechos humanos de las luchas que lo han configurado, en un intento por “pluralizarlo”, lo que supone, en términos de Laclau (1996), incorporar en su interior tan variadas demandas que expanden las fronteras discursivas del campo, desdibujando sus límites y, por lo tanto, su condición de posibilidad. No se trataba solo del regreso a la teoría de los dos demonios, sino que se ponía en tela de juicio la legitimidad de las luchas que han configurado los reclamos por los derechos humanos los últimos 40 años y, al mismo tiempo, se cuestionaban los mecanismos de construcción de nuestra democracia.

Marco teórico-metodológico

El presente trabajo adopta como perspectiva la “Teoría del discurso social” elaborada por Marc Angenot. Este autor define al discurso social como “todo lo que se dice y se escribe en un estado de sociedad, todo lo que se imprime, lo que se habla públicamente o se representa en medios electrónicos” (2010, p. 21). Como concepto analítico incluye los sistemas genéricos, los repertorios tópicos, las reglas de encadenamiento que en una sociedad dada organizan los límites de lo decible. Al autor le interesa abordar la hegemonía que se establece en el discurso social, elemento de una hegemonía cultural más abarcadora, que establece la legitimidad y el sentido de los diversos “estilos de vida”, mentalidades y costumbres que manifiestan.

La hegemonía discursiva no corresponde a una “ideología dominante” monolítica, sino a una dominancia en el juego de las ideologías, es decir, se presenta como un conjunto de contradicciones parciales, de tensiones entre fuerzas centrífugas y centrípetas y logra imponerse como resultado de todos esos vectores de interacción. Funciona por una interacción generalizada que atraviesa toda la topografía de discursos sociales. Este concepto es retomado de Bajtín (1978), que postula que los enunciados deben tratarse como “cadenas dialógicas” ya que están

“llenos de ecos penetrados por visiones de mundo, tendencias y teorías de una época”. En este sentido, a lo largo del trabajo observaremos la *intertextualidad*, presentada como circulación y transformación de ideologemas, y la *interdiscursividad*, entendida como la influencia mutua de las axiomáticas del discurso.

Asimismo, la hegemonía discursiva posee distintos componentes: la lengua legítima, entendida como lengua oficial, directamente ligada al Estado-Nación y unificada por el mercado lingüístico; la tópica y la gnoseología, que presenta los lugares comunes o presupuestos irreducibles del verosímil social y da cuenta de la doxa de una época, implica temas recurrentes, temas obligatorios, ideas de moda, lugares comunes y efectos de evidencia; los fetiches y tabúes, la configuración de los discursos sociales está marcada por la presencia de objetos temáticos presentados como intocables; el Egocentrismo/Etnocentrismo, que incluye la existencia de un enunciador legítimo, quien se arroga el derecho a hablar de “alteridades, la hegemonía se presenta como una relación entre “Yo y nosotros” que excluye y rechaza como extraños a ciertos grupos; las temáticas y visión de mundo, la hegemonía supone un acuerdo anterior sobre el hecho de que tema merece ser debatido y hay un común denominador que sirve como base polémica, hay una serie de predicados que caracterizan todos los aspectos de la vida social en tanto “lugares comunes” que se construyen como parcialmente redundantes e isotópicos; los dominantes de pathos, presente en temperamentos y estados de ánimo que advienen a los pensadores y artistas de una generación; por último, el sistema topológico, como un conjunto de discursos específicos, géneros, subgéneros, estilos e ideologías, reagrupados en campos o “regiones”, entre los cuales los dispositivos interdiscursivos aseguran la migración de ideologemas variados y las adaptaciones en las formas del lenguaje.

Los ideologemas, por su parte, son proposiciones reguladoras subyacentes al enunciado que, pudiendorealizarse o no en superficie (Arnoux y Del Valle, 2010), confieren autoridad y coherencia a los discursos sociales. Los lugares comunes, concepto

muy cercano al anterior, son los presupuestos colectivos de los discursos y están ligados al plano doxológico (Angenot, 2010).

El objetivo del presente trabajo es rastrear cuáles son los ideologemas que conforman la doxa liberal libertaria y ver qué componentes de la hegemonía discursiva se activan para observar cuáles son las reglas regulatorias de lo decible, teniendo en cuenta un estado del discurso social atravesado por tensiones entre el relato difundido por la hegemonía discursiva kirchnerista y el relato construido durante el gobierno de Mauricio Macri (2015-2019).

Desarrollos analíticos

“La guerra genera monstruos”: el resurgimiento de la teoría de los dos demonios

El primer video en homenaje al día de la memoria se subió a la plataforma YouTube de la Casa Rosada el día 24 de marzo de 2024 y se tituló: “Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia. Completa”. A lo largo del video encontramos tres testimonios: el testimonio de Juan Bautista “Tata” Yofre, el testimonio de María Fernanda Viola y el testimonio de Luis Labraña. Estos testimonios construyen un efecto de evidencia ya que relatan sus experiencias personales durante los gobiernos militares en primera persona.

El ideologema que predomina a lo largo del video es “Memoria e Historia completas”. Como mencionamos previamente, la consigna “memoria completa” fue extraída de la consigna “Memoria, Verdad y Justicia” presentada por las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo⁷ y postula una disputa de sentido por el término. Esa “parte faltante de la memoria” permite la construcción de nuevas víctimas, como es el caso de María

⁷ La Asociación Civil Abuelas de Plaza de Mayo es una organización de derechos humanos argentina que tiene como finalidad localizar y restituir a sus legítimas familias todos los bebés y niños apropiados por la última dictadura militar (1976-1983), crear las condiciones para prevenir la comisión de ese crimen de lesa humanidad y obtener el castigo correspondiente para todos los responsables.

Fernanda Viola, presentada como una niña que quedó sin padre por culpa de “los subversivos” y de Luis Labraña, ex militante de Montoneros⁸ que se presenta como “víctima del terrorismo”. Este ideologema se construye a través de la intertextualidad con los ideologemas de la doxa de los organismos de derechos humanos:

Por ahí hablan mucho de los derechos humanos y yo digo los derechos humanos de mi hermana que tenía 3 años ¿A dónde están? Yo tenía cinco ¿A dónde están esos derechos humanos? Por ahí yo digo: bueno, mi papá era militar y bueno tenía la vida jugada, pero ¿nosotras qué? Eso sí pienso y por ahí me da bronca. (María Fernanda Viola)

Yo considero que en mi caso que soy víctima del terrorismo no hay ni verdad ni memoria y mucho menos justicia. (Luis Labraña)

Es decir: “Vos no podés decir que los 3000 no son ciertos, porque son ciertos ¿Cómo vos me decís que son ciertos? Si vos estabas cuando yo dije eso. No, pero son ciertos. Digamos, ahí no me acusaban de facho, como me acusan ahora, sino que me acusaban de buchón. Hoy en día se sabe la verdad. Estoy orgulloso de decir la verdad. (Luis Labraña)

Este año hace 50 años que lo mató mi papá, no sé si haga justicia, pero (...) o que se haga justicia, o sea, la justicia que yo pido es este reconocimiento moral. (María Fernanda Viola)

Estos enunciados reflejan una disputa de sentido de los términos “memoria, verdad y justicia”, donde por un lado, se reclama que no se hayan reconocido los derechos humanos de los familiares de genocidas como es el caso de la hija del militar Viola. Por su parte, la “verdad” en el discurso de Luis Labraña se asocia

⁸ Organización política y guerrillera argentina de carácter izquierdista revolucionario, socialcristiano y peronista. Surgió en la clandestinidad durante la dictadura de Onganía (en la segunda mitad de la década del sesenta) de la unión de varias agrupaciones universitarias, agrupaciones socialcristianas dedicadas a la acción social, y agrupaciones de trabajadores.

a cuestionar la cifra de los 30.000 desaparecidos y se autoadjudica la “invención de ese número”, por eso, se presenta como “el único que puede decir la verdad”, es decir el testimonio no sólo es el testimonio de las víctimas como es el caso de María Fernanda Viola, sino también el testimonio de un ex montonero “arrepentido” de sus actos. Por último, se disputa el sentido de “justicia” porque las únicas víctimas en este caso son las personas “apolíticas” que son familiares o personas cercanas a los militares.

Otro sentido en disputa es el de la palabra “terrorismo”, empleado históricamente por la doxa de los organismos de derechos humanos para referirse al “terrorismo de Estado”, el empleo de los aparatos de Estado para crear centros clandestinos de detención y toda una organización que funcionaba desde este organismo. El sentido de “terrorismo” que retoma este video es el empleado en los discursos del CELTyV por Victoria Villarruel, donde los terroristas son “los militantes subversivos que tomaron las armas”. La doxa liberal libertaria construye un estereotipo en el cual los militantes de los años 70 son “locos, suicidas y subversivos”.

Tendrían que, aunque yo no esté de acuerdo, porque no lo hice yo, tendrían que indemnizar a las víctimas, digamos de la palabra, que es una palabra que me molesta, pero de la subversión. (María Fernanda Viola)

Yo me pregunto: ¿alguien se preguntó por qué una juventud culta, de clase media, instruida y formada por un pensamiento cultural europeo, hijos o nietos de inmigrantes, que hicieron la Argentina, por qué esa juventud se alza en armas y choca contra un muro y queda destruida? ¿qué lleva esa juventud a la guerra, a la muerte, al sacrificio? ¿qué ideales? Entonces hay dos cosas: la influencia soviética, por un lado, y la influencia de Perón y Castro, por el otro lado. Yo creo que eso nos llevó a ese suicidio colectivo que fuimos nosotros y al desastre que hicimos porque fue un desastre lo que hicimos. (Luis Labraña)

Tanto en el “suicidio colectivo” como en una juventud que “se choca contra un muro” se omite el agente responsable del asesinato y la desaparición del grupo en cuestión. Es decir, la militancia de los grupos de izquierda se plantea como “un desastre”, como algo “autodestructivo” y como consecuencia de una “influencia” por parte de “los soviéticos, de Perón y de Castro”. A su vez, se presenta el componente Egocentrismo/Etnocentrismo ya que observamos a un enunciador legítimo, ex montonero, que se arroga el derecho a “pedir disculpas” y “hacer una autocrítica” de lo que hizo su propio grupo, presentado bajo este “nosotros exclusivo” que refiere a todos los integrantes de Montoneros. Por otro lado, el empleo del término “subversión” remite directamente al discurso militar difundido durante la dictadura.

Otro predicado adjudicado a los militantes de los 70 es el de “monstruos” que se “generaron” como consecuencia de una “guerra”:

¿Qué hombre puede ser revolucionario o “humanista” o humano, poniendo una bomba, una bomba vietnamita en el centro de la ciudad? ¿Qué es lo que sucedió? ¿Por qué nos construimos en monstruos? Después aparecieron los militares y también se construyeron en monstruos, pero es que la guerra genera monstruos. No es que los militares fueran malos o nosotros fuéramos malos, nos convertimos en monstruos y pasó lo que pasó. No, no fueron dos demonios, fueron dos ángeles caídos porque ambos, de ambos lados peleamos y peleamos por la patria. (Luis Labraña)

En este caso, se observa una intertextualidad con la doxa macrista que, como mencionamos previamente, construye el tópico de la dictadura militar como una “guerra sucia”. Nuevamente, encontramos la negación de términos empleados por la doxa de los organismos de derechos humanos “no fueron demonios” y la reformulación “fueron ángeles caídos” porque “ambos pelearon por la patria”. Este enunciado expresa una contradicción con lo sostenido previamente, donde los militantes de los 70 eran “suicidas” y “terroristas”.

Otra intertextualidad con los ideologemas de la doxa macrista es presentar a las políticas de derechos humanos como “abusos” por parte del kirchnerismo y el cuestionamiento por el número de desaparecidos. La idea de “curro”, en este caso, se reformula y se menciona como “cobrar el diezmo”.

Y dijo 30.000 como diciendo bueno, ya córténla, pongan 30.000. Fui yo. Y esos 30.000 ¿sirvió para buscar la verdad? ¿ayudó a la realidad? No. Fortaleció el odio y aparte comenzó a oscurecer la verdadera historia. No señores, 30.000 fue falso, lo puse yo el número 30.000. Y nadie me lo puede discutir, ni nadie me lo vino a discutir ¿Fue un error? No, en esa época no fue un error ¿Se proyectó como error? Sí, claro, un gran error porque fue una bandera, hoy en día una bandera, digamos, una bandera de la mentira, la mezquindad. (Luis Labraña)

Y se hizo por plata, porque hubo un reconocimiento a quienes habían destrozado la Argentina o a quienes iban a destrozarse la Argentina y se quedaban con mucho dinero, cifras enormes de aquel entonces y de hoy. Estamos hablando de 200.000 dólares para cada uno. No era, no era gratis esto que se hacía. Los organismos de derechos humanos de la nación cobraban el diezmo por la plata que se daba. La otra razón es que ¿cómo iban a condenar al terrorismo si el terrorismo estaba en el gobierno de Kirchner? (Juan Bautista Yofre)

Mientras estaban los Kirchner, se habían prohibido hasta los actos que hacían en homenaje a mi papá en el cementerio. (María Fernanda Viola)

A estos tópicos ya presentes en la doxa macrista se les agrega uno nuevo: el kirchnerismo es el terrorismo de los 70. En estos enunciados, observamos una homologación entre ambos grupos y una actualización del relato del pasado en el presente, más que nada a partir de la disyunción entre “quienes habían destrozado la Argentina” (refiriéndose a los grupos guerrilleros) y “quienes iban a destrozarse la Argentina” (que alude a “los Kirchner”), que luego se unifica en el enunciado “el terrorismo estaba en el gobierno de

Kirchner". Finalmente, a este grupo se lo acusa de la censura ya que María Fernanda Viola no pudo "homenajear" a su padre.

Configuración de un nuevo "demonio único"

El segundo video en homenaje al día de la memoria se subió a la plataforma YouTube de la Casa Rosada el día 24 de marzo de 2025 y se tituló: "La libertad de conocer nuestra historia". Si bien se trata de un discurso superficialmente monológico porque el único que aparece es Agustín Laje, encontramos otras voces que son citadas e incluso fragmentos de video de Mario Firmenich y de Luis Labraña. El video adopta la escenografía de un documental donde Laje nos cuenta "la historia completa de los violentos años 70". Además de los fragmentos donde vemos al locutor en un salón de la Casa Rosada, encontramos un collage de fragmentos de videos históricos en blanco y negro, que otorgan legitimidad y verosimilitud al relato de Laje.

El componente egocentrismo/etnocentrismo supone a su vez otro grupo que es rechazado, en este caso enmarcado, primero en la doxa de los derechos humanos y luego en la doxa peronista, denunciada de "ocultar los crímenes cometidos por la Triple A".⁹ La disputa de sentido en torno a la doxa de los derechos humanos adopta como ideologema "la teoría del demonio único oculta la verdad". La designación de los movimientos de derechos humanos como "patrocinadores de la teoría del demonio único" da cuenta de la intertextualidad con la teoría de los dos demonios de la que

⁹ La Triple A o Alianza Anticomunista Argentina (AAA) fue una organización terrorista parapolicial anticomunista de ultraderecha lanzada por su jefe político José López Rega, con apoyo de la logia italiana Propaganda Due, y dirigida por peronistas, antiperonistas y delincuentes comunes, miembros de la Policía Federal, las tres Fuerzas Armadas argentinas y la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE). Esta organización asesinó a artistas, sacerdotes y religiosos, intelectuales, políticos de izquierda, estudiantes, historiadores y sindicalistas, además de utilizar como métodos las amenazas, las ejecuciones sumarias y la desaparición forzada de personas.

toma su tópico y la reformula. Sin embargo, el locutor tampoco se identifica con esta teoría a la que califica como “reduccionista” y que “le salva el pellejo a la casta política”.

Todo el video funciona como una técnica de desmitificación sobre la doxa de los derechos humanos: en primer lugar, cuestionando la figura de las víctimas del terrorismo de estado “los jóvenes idealistas que luchaban por un mundo mejor” que son presentados y homogeneizados bajo el nombre “organizaciones terroristas”. La estrategia para argumentar en contra de las organizaciones armadas y construirlas como “terroristas”, en este caso, incluye citar fuentes históricas como el fallo del Juicio a las Juntas Militares de 1985 donde se postula que “en el lapso posterior a la instauración del gobierno constitucional de 1973, la mayor parte de los hechos delictivos registrados estadísticamente para todo el periodo analizado”.

A su vez, Laje postula que estas organizaciones armadas contaban con un aparato de poder mayor (“el apoyo cubano a los terroristas no fue solo ideológico, sino también logístico, económico y militar”) y que los “atentados terroristas” se producían durante gobiernos democráticos para “instalar un sistema de corte socialista”. El efecto de evidencia se produce a partir del empleo constante de la narración de los hechos donde abunda el modo indicativo y los fragmentos de video y las citas de las voces de exguerrilleros que se presentan como “fuentes históricas” que legitiman su punto de vista. En este sentido, encontramos: el testimonio de Jorge Masetti, exguerrillero del ERP¹⁰, de Mario Roberto Santucho, líder del ERP, de Mario Firmenich, dirigente de Montoneros y de Juan Domingo Perón. Todos los fragmentos citados justifican que, lo que hicieron los grupos de izquierda, se trató de una “guerra revolucionaria”. Este

¹⁰ El Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) fue una organización guerrillera de ideología marxista-leninista de la Argentina, que constituyó la estructura militar del Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), liderado por Mario Roberto Santucho durante los años 1970. A principios de 1977 la organización del ERP quedó desarticulada tras el Operativo Independencia (1975).

sintagma opera como una disociación de nociones ya que va a permitir que el locutor presente cómo único responsable de la “guerra” a los “revolucionarios” y va a correr el eje presentado en las doxas anteriores donde se equiparaba los crímenes de los militares y los crímenes de las organizaciones armadas (Luis Labraña postulaba: “los dos se transformaron en monstruos”).

Como podemos ver en el siguiente fragmento, la doxa liberal libertaria presenta una intertextualidad con la doxa de los derechos humanos: “borrar la historia”, “eliminar de la memoria colectiva”, “víctimas”. En otras palabras, el discurso liberal libertario reformula los términos señalados tanto por la doxa de los derechos humanos como por la hegemonía discursiva kirchnerista y los inserta en otra red discursiva. Esta nueva red invierte el sentido: el conflicto bélico estuvo a cargo únicamente de organizaciones terroristas.

Sin embargo, los promotores de la teoría del demonio único han negado la existencia de una guerra en la argentina de los 70. Para ello, han acusado a quienes describen como un conflicto bélico lo ocurrido en aquel periodo, de intentar justificar los horrores cometidos por las fuerzas armadas. No obstante, la realidad es exactamente la opuesta. Quienes han negado la guerra revolucionaria lo han hecho con el propósito de borrar de la historia los horrores cometidos por las organizaciones terroristas y para eliminar de la memoria colectiva a sus víctimas.

La segunda desmitificación sobre el relato del “demonio único” se presenta a partir de la fecha establecida como “comienzo de la represión ilegal”: mientras “la teoría del demonio único” establece que la represión comenzó el 24 de marzo de 1976, pero el locutor postula que “los métodos ilegales de represión estatal comenzaron durante el gobierno peronista con la creación de la Triple A”. La cita de autoridad mencionada para defender este punto es un fragmento del libro Nunca Más que postula que hubo “1.169 desaparecidos entre 1969 y el 24 de marzo de 1976”. Los “desaparecidos” destacados durante este discurso son únicamente

los “desaparecidos de la Triple A”, donde nuevamente vemos la disputa por uno de los términos más importantes de la doxa de los derechos humanos.

Por último, mientras se describe la “represión ilegal de la Triple A”, encontramos sólo una mención del Golpe de Estado de 1976.

Tras el Golpe de Estado del 24 de marzo de 1976, la horrorosa represión ilegal continuó y se intensificó. Las ejecuciones, las torturas, las desapariciones fueron parte de la metodología empleada.

Al establecer que “la horrorosa represión ilegal continuó y se intensificó” no es claro el agente responsable de las “ejecuciones, torturas y desapariciones”. Es decir, se menciona al Golpe de Estado, pero se omite mencionar al agente “Fuerzas Armadas”. Al mismo tiempo, el empleo del verbo “continuó” puede presentar una ambigüedad ya que la represión ilegal de la que se venía hablando era la que estaba a cargo de la Triple A.

Conclusiones

El análisis da cuenta de que gran parte de los ideologemas que constituyen la doxa liberal libertaria son transformaciones de una cadena de ideologemas previos. Por un lado, destacamos la centralidad que aún hoy poseen los ideologemas que componen la doxa de los derechos humanos ya que gran parte de los contradiscursos poseen disputas de sentido que retoman sus mismos términos: entre ellos encontramos la reiteración de la consigna “memoria, verdad y justicia”, donde el término memoria se disocia en “memoria completa” y “memoria incompleta”; así como también la disputa por el sentido de “terrorismo”, históricamente adjudicado a los actos de las Fuerzas Armadas y ahora adjudicado a los actos de los grupos guerrilleros.

La noción de víctima, por su parte, en este primer video apunta al eje propuesto por Feierstein (2018) donde el argumento

principal de la teoría de los dos demonios es la construcción de la “neutralidad social”: la de la “gente común” victimizada por los “demonios”, como es el caso de María Fernanda Viola, presentada como “una niña que atravesó la pérdida de su hermana y de su padre por culpa de los guerrilleros”.

Otro ideologema observado es “la dictadura fue una guerra”, ya presente en los discursos del retorno democrático y luego, en los ideologemas que conforman la doxa macrista. En el primer discurso, hay una equiparación de la responsabilidad y de la violencia ejercida por los militares y por los grupos armados.

Sin embargo, en el segundo discurso analizado, este ideologema muta a: “la dictadura fue la guerra revolucionaria”, donde se cuestiona la “teoría del demonio único” y se invierte el sentido del mismo: “lejos de ser los militares, el demonio único eran los grupos de izquierda”. Este discurso da cuenta de que, así como para la doxa kirchnerista es un tabú hablar de los grupos guerrilleros que formaron parte de este periodo histórico, para la doxa liberal libertaria es un tabú mencionar el accionar militar y el plan de exterminio que llevaron a cabo.

Referências

ANGENOT, M. *El discurso social: los límites históricos de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

ANGENOT, M. *Interdiscursividades: de hegemonías y disidencias*. Córdoba: Editorial Universidad Nacional de Córdoba, 1998.

ARNOUX, E. N. de; DEL VALLE, J. Las representaciones ideológicas del lenguaje: discurso glotopolítico y panhispanismo. *Spanish in Context*, v. 7, p. 1-24, 2010.

CANTAMUTTO, F. J.; MANZO, A. G. Deuda, ajuste fiscal y reformas estructurales en el gobierno de Milei: perspectiva histórica y su impacto sobre los derechos humanos. *Derecho y*

Ciencias Sociales, La Plata, p. 215-241, 2024. Publicado por: Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Instituto de Cultura Jurídica y Maestría en Sociología Jurídica.

FOA TORRES, J. Por un Estado de derecho otro. *Territorios Clínicos de la Memoria*, 21 jun. 2020. Disponible em: <https://tecmered.com/por-un-estado-de-derecho-otro-j-foa-torres/>. Acceso em: 2 jul. 2026.

FEIERSTEIN, D. *Los dos demonios (recargados)*. Buenos Aires: Marea, 2018.

FRANCO, M. La "teoría de los dos demonios", un símbolo de la posdictadura en la Argentina. *A Contracorriente*, v. 11, n. 2, p. 22-52, 2014.

JELIN, E. Los trabajos de la memoria. In: JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002. p. 63-78.

KORDON, L. La disputa por los derechos humanos: lo nuevo y lo viejo en el discurso. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA, 11., 2022, Ensenada. *Anais [...]* Ensenada: Universidad Nacional de La Plata, 2022.

LACLAU, E. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.

MARTÍNEZ, F. Aires de familia: gramáticas neoliberales en los discursos del PRO. In: PIÑERO, M. T.; BONETTO, M. S. (org.). *Tensiones en la democracia argentina: rupturas y continuidades en torno al neoliberalismo*. Córdoba: CEA, Universidad Nacional de Córdoba, 2017.p. 29-45.

MARTÍNEZ, F. Discurso, poder y hegemonía: algunas teorías sociosemióticas. *Graffylia*, ano 16, n. 26, 2018. p. 27-40.

MERCATANTE, M. E.; CAMPS, M. Los derechos humanos en el macrismo. *Sociales Investiga*, n. 8, p. 113-127, 2021. Disponible em: <https://socialesinvestiga.unvm.edu.ar/ojs/index.php/socialesinvestiga/article/view/285>. Acceso em: 2 jul. 2026.

PALMISCIANO, C. N. El tiempo de los otros: memorias y nuevas derechas, un análisis a partir de la carrera militante de Victoria Villarruel. *Clepsidra*, v. 9, n. 17, p. 54-69, 2022.

RIDI, J. A. R. El retorno de la guerra sucia: derechos humanos y desaparecidos. Disputas de sentido y memorias discursivas en enunciados del presidente Mauricio Macri (2016-2017). In: CRUDER, G. Historia de la Educación Argentina Reciente: memorias, enseñanzas e investigaciones. *Anuario de la Sociedad Argentina de Historia de la Educación*, v. 23, n. 2, 2022.

SALVI, V. Derechos humanos y memoria entre los familiares de represores en la Argentina. *Papeles del CEIC*, n. 217, 2019.

VERÓN, E. *Construir el acontecimiento*. Barcelona: Gedisa, 1987.

VERÓN, E. La palabra adversativa: observaciones sobre la enunciación política. In: VERÓN, E. et al. *El discurso político: lenguajes y acontecimientos*. Buenos Aires: Hachette, 1987. p. 11-26.

HAYEK E A DITADURA CHILENA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE SENTIDO ENTRE LIBERALISMO E DITADURA

André Campos Mesquita

Introdução

Este texto investiga, com base na análise do discurso de linha francesa, conforme formulada por Michel Pêcheux, em uma interface com recursos de lógica, um enunciado do economista austríaco-britânico Friedrich Hayek, extraído de uma entrevista concedida ao jornal *El Mercurio* em 1981. O estudo toma esse enunciado como materialidade discursiva, com o objetivo de compreender como nele se articulam relações de sentido entre liberalismo, economia, política e democracia, particularmente no que diz respeito à possibilidade de coexistência entre a defesa do liberalismo econômico e a aceitação de regimes autoritários.

A escolha desse enunciado se justifica, por um lado, pela posição de Hayek como um dos principais formuladores do pensamento liberal no século XX, cuja influência permanece significativa; por outro, pelo fato de se tratar de uma formulação situada no contexto latino-americano, o que permite analisar como a região é significada a partir de uma perspectiva externa.

Nesse sentido, o enunciado não apenas mobiliza relações entre liberalismo e formas de governo, mas também torna observáveis modos de inscrição de uma visão hierarquizada dos espaços políticos, na qual a América Latina aparece como lugar de experimentação de arranjos que tensionam os limites da democracia, sem que isso implique a generalização desses sentidos para o conjunto do liberalismo.

Parte-se da hipótese de que, nesse enunciado específico, torna-se possível dissociar os princípios do liberalismo econômico dos

pressupostos democráticos, materializando um funcionamento semântico que permite tal articulação. O foco recai, portanto, sobre os efeitos de sentido produzidos no interior da materialidade linguística analisada, e não sobre a posição ou coerência do sujeito empírico. Para isso, examina-se um trecho da referida entrevista, na qual Hayek discute a política econômica sob a ditadura chilena de Augusto Pinochet (1973–1990), tomando-o como um caso que permite observar como se organizam, em um mesmo dizer, sentidos que aproximam liberalismo econômico e autoritarismo.

Não é proposta deste estudo afirmar ou refutar as teses do autor, tampouco pretende-se interpretar sua obra em sentido amplo. O foco recai exclusivamente nos efeitos de sentido produzidos no enunciado analisado, tomado como fato do discurso. Trata-se, assim, de uma abordagem voltada à compreensão dos modos de funcionamento da linguagem, e não de um exame teórico-econômico.

O fenômeno investigado não está fora do enunciado: ele se constitui nele, no modo como os sentidos se organizam no dizer. É nesse nível de análise, interno à materialidade do discurso, que se busca compreender como valores liberais e práticas autoritárias podem coexistir dentro de uma mesma formulação.

A atualidade do pensamento de Hayek, embora muitas vezes relativizada no meio acadêmico, permanece viva em espaços de formulação política, como os *think tanks* ligados à direita global. Como observa Yueh (2018), Hayek foi um dos principais porta-vozes do livre mercado, posicionando-se contra o keynesianismo, e tem sido retomado em momentos de crise como resposta às críticas ao capitalismo. Sua influência ultrapassa o campo econômico e alcança o plano político, em que discursos liberais são frequentemente mobilizados por lideranças de perfil autoritário, cujas retóricas de mercado convivem com práticas autocráticas. Ainda que este recorte não se debruce sobre esse fenômeno em sua totalidade, ele o toma como horizonte de inteligibilidade para compreender como tal articulação é possível dentro do enunciado.

Para fundamentar esta análise, utiliza-se análise do discurso de linha francesa, especialmente os trabalhos de Michel Pêcheux (Pêcheux, 1995; Pêcheux; Gadet; Hak, 1993). Essa abordagem teórica permite uma exploração detalhada das estruturas discursivas e dos posicionamentos ideológicos no enunciado de Hayek. A análise do discurso constitui, assim, uma ferramenta para compreender como os significados são construídos e negociados no texto.

Além disso, a investigação busca lançar luz sobre a complexidade das interações entre neoliberalismo e autoritarismo, oferecendo uma compreensão das implicações políticas e sociais dessas articulações. Ao explorar essas questões, o trabalho contribui para o debate mais amplo sobre a natureza do neoliberalismo na América do Sul e suas relações com formas de governo autoritárias. A pesquisa visa não apenas a uma compreensão histórica, mas também a uma reflexão crítica sobre as dinâmicas políticas e econômicas atuais, em que discursos neoliberais continuam a influenciar políticas públicas e debates acadêmicos.

O capítulo está organizado em quatro partes. Inicialmente, apresenta-se esta introdução, na qual se delimitam o objeto, a hipótese e o enquadramento teórico da pesquisa. Em seguida, desenvolve-se a seção metodológica, na qual se expõe a proposta de análise adotada neste trabalho, que articula a análise do discurso com instrumentos de lógica formal, abrindo espaço para uma discussão sobre os encadeamentos possíveis do dizer e suas implicações para a produção de sentido. Na terceira parte, procede-se à análise do excerto selecionado, com foco na descrição dos efeitos de sentido produzidos na materialidade do enunciado. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais resultados da análise, discutindo-se suas implicações para a compreensão das relações entre liberalismo, democracia e autoritarismo, especialmente no contexto latino-americano.

Metodologia de análise

Conforme abordado na introdução, o texto adota como referencial teórico a Análise do Discurso de linha francesa, especialmente conforme desenvolvida por Pêcheux (1995), que, embora ancorada no estruturalismo de Saussure (2008), compreende a língua não apenas como estrutura, mas também como acontecimento.

Na perspectiva assumida neste trabalho, o sujeito não é concebido como uma instância plenamente autônoma ou transparente a si mesma, mas como constituído nas e pelas formações ideológicas em que se insere. Isso implica reconhecer que o dizer não decorre de uma vontade individual soberana, nem de um domínio absoluto sobre os sentidos, mas se produz em condições históricas e discursivas específicas. Tal compreensão aplica-se indistintamente a diferentes posições sociais e institucionais, abrangendo desde sujeitos comuns até figuras de grande prestígio intelectual, como é o caso de Hayek, um economista laureado com o Prêmio Nobel.

Não se trata, portanto, de estabelecer qualquer tipo de equivalência valorativa ou de desqualificação, mas de afirmar um princípio teórico. O sujeito não é concebido como origem plena de seu dizer, mas como constituído pelas formações discursivas e ideológicas que o interpelam. Como afirma Pêcheux (1995, p. 214), “[...] os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes [...] por formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. O dizer é entendido como efeito dessas determinações, o que se aplica indistintamente a diferentes posições sociais e institucionais, inclusive àquelas de grande prestígio intelectual.

Segundo Orlandi (2000, p. 32),

[...] o dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa em ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que

sabe o que diz, mas não tem acesso ao controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.

O sujeito não é consciente ou soberano sobre seus próprios enunciados. Os enunciados, por sua vez, não surgem isoladamente: eles se encadeiam em sequências, respondendo a enunciados anteriores e antecipando efeitos nos seguintes. O discurso, nesse sentido, é a língua em funcionamento, mediando a relação entre sujeito e realidade. O sentido resulta da articulação entre língua, sujeito e contexto sócio-histórico, e não da intenção individual do falante. Por isso, a análise do discurso recusa a visão da linguagem como um sistema neutro ou puramente lógico, afastando-se de perspectivas idealistas.

Na perspectiva da análise do discurso de linha francesa, o foco analítico recai sobre os enunciados enquanto materialidades historicamente determinadas, e não sobre a biografia ou as intenções de seus autores. Desse modo, neste texto, não se propõe a analisar Friedrich Hayek como sujeito empírico, nem a avaliar sua obra em sua totalidade, mas a examinar os efeitos de sentido produzidos em seus dizeres, com vistas a explicitar as formações ideológicas que os atravessam.

A análise do discurso rompe com a ideia de que a linguagem é apenas um código para transmissão de pensamentos. Esse método de análise vai contra a concepção comunicacional clássica, que entende o locutor como aquele que transforma ideias em palavras e o interlocutor como alguém que decodifica a mensagem. A perspectiva discursiva sustenta que o sentido é constituído nas condições sociais e históricas em que o enunciado é produzido. Mesmo elementos considerados erros ou mal-entendidos são significativos e revelam o funcionamento da ideologia. Por exemplo, quando alguém acusado de racismo alega ter sido mal interpretado, a análise do discurso investiga o funcionamento ideológico desse alegado “erro”, em vez de tratá-lo como ruído comunicacional.

Neste trabalho, adota-se a noção de ideologia a partir da tradição marxista. Para Marx e Engels (2015), a ideologia opera como uma falsa consciência, por meio da qual a classe dominante impõe uma visão de mundo que naturaliza as relações de exploração e oculta a luta de classes. Althusser (1985) amplia essa concepção ao afirmar que não há sujeito fora da ideologia: ela constitui o indivíduo como sujeito ao propor uma relação imaginária com o mundo, internalizada pelas práticas cotidianas.

Michel Pêcheux, ao retomar Louis Althusser, sustenta que não há linguagem sem ideologia, nem sujeito fora da linguagem. Assim, sujeito, linguagem e ideologia são indissociáveis. O autor acrescenta que os Aparelhos Ideológicos de Estado, como a escola e os meios de comunicação, não são homogêneos, mas atravessados por contradições e disputas de sentido. Neles se manifestam tensões entre forças sociais diversas, o que permite compreender que a ideologia dominante convive com resistências e fissuras.

Estudar as formações ideológicas nos discursos é, portanto, um exercício interpretativo complexo. Essas formações revelam posições sociais em disputa e moldam os limites do que pode ser dito e pensado em uma dada conjuntura histórica. O discurso não expressa apenas opiniões individuais, mas posições coletivas mediadas pelas condições materiais de existência e pela luta de classes.

Na análise do discurso, o sujeito é compreendido como um representante de forças sociais em movimento. O que ele enuncia reflete seu lugar na estrutura social e mobiliza vozes históricas que o antecedem e o atravessam. As formações discursivas, determinadas pelas ideologias em circulação, definem não apenas o que é dito, mas também o que é silenciado. As palavras selecionadas para compor o enunciado e aquelas preteridas – e aqui não se deve pensar em seleção consciente do falante – dizem respeito tanto presenças quanto ausências significativas.

Uma novidade metodológica que se pretende apresentar neste trabalho é a articulação da análise do discurso com instrumentos de lógica formal, com o objetivo de explicitar as relações de sentido que se estabelecem no interior do enunciado. Trata-se de mobilizar

operadores como implicação, negação e possibilidade não como formalização do discurso, mas como recurso analítico capaz de descrever os encadeamentos que estruturam o dizer.

Tal articulação permite circunscrever os espaços lógicos de possibilidade do enunciado, isto é, o conjunto de combinações entre termos que são autorizadas ou excluídas em determinada configuração discursiva. Com isso, a análise alcança não apenas o plano do dito, mas também o do não dito, entendido como efeito das próprias relações que organizam o enunciado.

Nessa perspectiva, o sentido não é tomado como propriedade lexical previamente dada, mas como resultado dos encadeamentos que se estabelecem entre os elementos do enunciado enquanto acontecimento discursivo. Assim, embora não se desconsidere a dimensão lexical, o sentido se produz nas relações que se instauram entre os termos em uma determinada configuração discursiva.

A proposta metodológica aqui adotada consiste, portanto, em explorar essas ferramentas lógicas como modo de descrição das relações semântico-enunciativas, abrindo um campo de investigação ainda pouco explorado na análise do discurso. Ao combinar as duas dimensões, busca-se compreender como determinados sentidos se tornam possíveis enquanto outros são excluídos, sem que isso implique reduzir o discurso a uma estrutura formal.

É nesse enquadramento que se insere a análise da fala de Friedrich Hayek. Ao reconstruir os encadeamentos que organizam seu enunciado, será possível destacar que termos como “liberdade” e “liberalismo” não operam necessariamente dentro de um mesmo campo semântico, mas se articulam de modo específico, produzindo efeitos de sentido que emergem dessas relações.

Análise do excerto da entrevista de Hayek

A seguir, apresenta-se o excerto de Friedrich Hayek, extraído da entrevista concedida ao jornal *El Mercurio* em 1981, que constitui o material de análise deste estudo. O trecho será tomado como base

para a descrição dos encadeamentos linguísticos e dos efeitos de sentido que se produzem em sua materialidade, conforme a perspectiva metodológica anteriormente delineada.

Bem, eu diria que, enquanto instituição de longo termo, sou totalmente contra ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes, é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como vocês sabem, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é possível que uma democracia governe com uma falta total de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo. Minha impressão pessoal – e isso é válido para a América do Sul – é que no Chile, por exemplo, vamos testemunhar uma transição de um governo ditatorial para um governo liberal. E durante essa transição talvez seja necessário manter certos poderes ditatoriais, não como algo permanente, mas como um arranjo temporário¹ (HAYEK, 1981)

Parte-se das relações de sentido que se estabelecem no interior do enunciado, compreendendo que cada dizer se constrói a partir de encadeamentos específicos entre seus elementos. O que se enuncia é sempre uma atualização possível entre outras, resultante das combinações efetivamente realizadas entre termos que

¹ Well, I would say that, as long-term institutions, I am totally against dictatorships. But a dictatorship may be a necessary system for a transitional period. At times it is necessary for a country to have, for a time, some form or other of dictatorial power. As you will understand, it is possible for a dictator to govern in a liberal way. And it is also possible for a democracy to govern with a total lack of liberalism. Personally I prefer a liberal dictator to democratic government lacking liberalism. My personal impression – and this is valid for South America – is that in Chile, for example, we will witness a transition from a dictatorial government to a liberal government. And during this transition it may be necessary to maintain certain dictatorial powers, not as something permanent, but as a temporary arrangement. “El Mercurio” (pp. D8-D9), 12-april-1981, Santiago de Chile. Disponível em: <https://puntodevistaeconomico.com/2016/12/21/extracts-from-an-interview-with-friedrich-von-hayek-el-mercuriochile-1981>. Acesso em: 30 maio 2021. Entrevista concedida no idioma inglês e traduzida para o idioma português.

poderiam se articular de modos distintos. O discurso se define, assim, pela diferença entre os encadeamentos que se materializam na enunciação e aqueles que permanecem como possibilidades não realizadas.

O sujeito, ao enunciar, dispõe de um vasto léxico e de múltiplas possibilidades de combinação. Cada formulação resulta de um modo particular de relacionar, articular e encadear elementos da sentença, produzindo efeitos de sentido que decorrem dessas relações internas. O método de análise consiste, portanto, em identificar, formular ou hipotetizar outros encadeamentos possíveis e colocá-los em relação com aquele que foi efetivamente realizado.

Contudo, essas possibilidades não se apresentam como escolhas livres e conscientes do sujeito, como destacado antes. O sujeito é atravessado pela ideologia na qual se reconhece e é contingenciado pelas condições sócio-históricas que delimitam as formas possíveis de articulação do dizer.

Distinguimos, nesse quadro, enunciado e proposição. O enunciado é a forma concreta e material do que foi dito – um acontecimento linguístico inscrito na história, marcado por suas condições de produção e por sua singularidade. A proposição, por sua vez, corresponde à estrutura sintática da frase, isto é, à sua dimensão metalinguística, que permite observar como os elementos do enunciado se organizam e se relacionam.

O procedimento analítico parte, portanto, da proposição como instrumento de observação dos encadeamentos possíveis e das variações do dizer, tendo em vista compreender o enunciado enquanto acontecimento de linguagem; isto é, como materialização histórica das relações de sentido que se estabelecem entre seus elementos.

O enunciado (1): “Bem, eu poderia dizer que, enquanto instituição de longo termo, sou totalmente contra as ditaduras” (*Well, I would say that, as long-term institutions, I am totally against dictatorships*); difere do enunciado (2): “Eu sou totalmente contra as ditaduras”. Este segundo enunciado pode ser tomado como

possibilidade do dizer do primeiro, pois corresponde a uma formulação possível que não se realizou no acontecimento discursivo. A análise parte justamente dessa diferença: compreender por que se enunciou (1) e não (2). Ao investigar essas ausências e substituições, busca-se compreender a lógica que orienta o apagamento de certos dizeres e a emergência de outros, remetendo à matriz discursiva que condiciona a produção do enunciado efetivamente materializado.

Por paráfrase, podemos comparar o enunciado (1) e um respectivo possível enunciado (2):

- a) [...] sou totalmente contra as ditaduras [enquanto instituição de longo termo]
- b) [...] sou totalmente contra as ditaduras [Q]

Na proposição (1), há uma condicionalidade explícita. A estrutura é do tipo: Se ditaduras forem instituições de longo termo (p), então sou contra as ditaduras (q). Formalmente: (1) Se p, então q.

Desse modo, a proposição q (sou contra ditadura) é condicionada a p (a ditadura ser de longo termo) – o que não impede que o enunciador não seja contra ditaduras que não são instituições de longo termo.

Já em (2), tem-se a proposição direta: (2) q. Nesse caso, não há nenhuma condição. O predicado tem valor universal; ou seja: todas as ditaduras, independentemente de duração, forma ou outra qualificação. O conjunto referencial é aberto e total. A diferença entre as sentenças:

A proposição (1) é condicional: só rejeita ditaduras enquanto instituições de longo termo. Há espaço lógico para aceitar outras formas de ditadura. (2) é absoluta: rejeita todas as ditaduras, sem exceções.

A proposição (1) tem a forma: se p, então q; ou q, se p (“sou contra ditadura enquanto instituição de longo termo” é uma forma linguística equivalente a “se for instituição de longo termo, sou contra ditaduras”). A proposição (2) tem somente: q sem condição.

O valor lógico de q é afirmado como verdadeiro universalmente sem condicionalidade. Assim:

$$(1) \forall x (Ditadura(x) \wedge LongoPrazo(x) \rightarrow Contra(x))^2$$

$$(2) \forall x (Ditadura(x) \rightarrow Contra(x))$$

Ou seja, em (1), o sujeito se opõe apenas às ditaduras de longo prazo; em (2), o sujeito se opõe a qualquer forma de ditadura. O enunciado (2) indica um sujeito que se inscreve em uma posição ideológica contrária a qualquer regime ditatorial, assumindo uma rejeição categórica e incondicional. Já o sujeito de (1) se posiciona de maneira distinta: admite a existência de regimes ditatoriais, desde que não sejam de longa duração. Assim, ao contrário do sujeito de (2), que nega a legitimidade de qualquer ditadura, o sujeito de (1) aceita o regime ditatorial sob uma condição restritiva: a de que sua vigência seja limitada no tempo.

Do ponto de vista lógico e discursivo, poder-se-ia argumentar que é falso afirmar que o sujeito de (1) é contra ditaduras. A estrutura condicional do enunciado configura que sua oposição não é à ditadura como forma de governo, mas apenas à sua permanência prolongada. Ou seja, o que é rejeitado não é o autoritarismo em si, mas sua duração.

As possibilidades do dizer não se limitam à distinção entre o que foi dito e o que não foi dito; elas também englobam a maneira como algo é expresso. Isso inclui o tom, as escolhas lexicais, as construções sintáticas e as nuances que permeiam a comunicação. O modo de expressão é fundamental, pois pode configurar atitudes e influências ideológicas. Assim, ao analisar o discurso, é essencial considerar não apenas a formulação adotada intradiscursivamente, mas também o próprio funcionamento da língua, na relação com o interdiscurso. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda dos efeitos de sentido possíveis e das dinâmicas de poder que atravessam o discurso.

² Para todo x, se x é uma ditadura de longo prazo, então sou contra x.

É possível derivar a proposição lógica (1): $\forall x (Ditadura(x) \wedge LongoPrazo(x) \rightarrow Contra(x))$. Pode-se propor um formato logicamente válido na forma contraposicional (contrapositiva): (1') $\forall x (\neg Contra(x) \rightarrow \neg (Ditadura(x) \wedge LongoPrazo(x)))$, ou seja: “Se não sou contra x , então x não é uma ditadura de longo prazo.” Essa proposição diz que, sempre que não se opõe a algo, é porque esse algo não é uma ditadura longa; ou seja, pode não ser ditadura, ou pode ser uma ditadura breve.

Também é possível mobilizar essa proposição lógica a casos particulares; por exemplo: suponha que $x = Chile_1973$, então: “Se não sou contra Chile_1973, então Chile_1973 não é uma ditadura de longo prazo”. Essa aplicação é uma consequência direta da universalidade de (1').

Um enunciado é um acontecimento histórico, marcado e determinado pelas condições sócio-históricas em que se insere. Quando se tem o acontecimento do enunciado na entrevista ao jornal chileno *El Mercurio*, em 1981, a ditadura de Pinochet já estava em curso havia oito anos e ainda perduraria por mais nove. O período corresponde, em termos contemporâneos, a aproximadamente dois mandatos de um presidente eleito em regimes democráticos, como os do Brasil, do Chile, da Argentina ou dos Estados Unidos. A referência a um arranjo “temporário”, portanto, inscreve-se em um horizonte temporal que, embora apresentado como transitório, já se configura como um período prolongado de exercício do poder.

Cabe ainda observar que, mesmo em regimes democráticos, a permanência de um mesmo indivíduo no poder por cerca de oito anos tende a configurar um limite institucional relevante. Em países como Brasil, Estados Unidos e Argentina, tal período corresponde, em geral, ao máximo de dois mandatos consecutivos, sendo vedada a permanência contínua além desse limite. Ou seja, mesmo quando se trata de uma escolha legitimada pela vontade popular, há mecanismos institucionais que restringem a duração do exercício do poder por um único governante. Assim, a caracterização de um regime já estabelecido há oito anos como

parte de uma transição “temporária” demonstra uma assimetria significativa entre o tempo admitido em contextos democráticos e aquele naturalizado no enunciado analisado.

Tal desproporção entre a designação de temporalidade e sua duração efetiva contribui para reforçar a indeterminação que atravessa o enunciado, sobretudo no que diz respeito aos limites concretos dessa suposta transição proposta no final do excerto.

No acontecimento do enunciado, em 1981, havia repressão sistemática, censura, tortura e exílio de opositores, sem qualquer sinal concreto de que o regime pudesse arrefecer ou se encerrar.

Ao afirmar que preferia uma ditadura liberal temporária a uma democracia sem liberdade econômica, caso estivesse se referindo à ditadura chilena, como tudo indica, o sujeito do discurso legitimava um regime já duradouro, naturalizava sua continuidade e referendava uma forma de governo que não se apresentava como provisória.

Isso enfraquece o argumento condicional “enquanto instituição de longo termo”, sugerindo que se trata, na verdade, de um recurso retórico: a condição é mobilizada apenas para preservar a imagem liberal do enunciador, mesmo diante do apoio a um regime autoritário. O enunciado (1), portanto, configura-se como uma forma de dissimulação ideológica: afirma-se oposição à ditadura para, na prática, justificar exceções e permitir sua aceitação em determinadas circunstâncias.

É possível, por paráfrase, produzir enunciados que expressam a ideia presente em (1):

(3) Sou favorável a ditaduras que não duram muito tempo.

O enunciado (3) é uma das muitas possibilidades de expressar o que está em (1). Todavia, (3) é o enunciado não dito, ou preterido em relação a (1). Se entendermos que o estilo adotado, como marca textual também é um elemento da significação, a análise das diferenças de estilo entre o objeto do discurso (3) e o enunciado concreto (1) tem o potencial de materializar particularidades sobre a matriz ideológica.

O enunciado (3) é direto em sua defesa das ditaduras, ainda que, assim como o enunciado (1), condicione esse apoio à sua duração. A declaração é clara e assertiva, sem qualificações ou suavizações. O uso do predicado nominal "sou favorável" pode indicar uma postura positiva em relação às ditaduras. Não há tentativa de mitigar ou suavizar a afirmação, o que sugere uma aceitação mais aberta e menos constrangida da ideia de ditadura como uma solução viável em circunstâncias determinadas.

No enunciado (1), a ênfase está na rejeição às ditaduras. Isso pode ser percebido pelo emprego do advérbio "totalmente" como ênfase em uma posição contrária. Esse reforço encontra uma antinomia interna no enunciado, favorecida pela expressão "enquanto instituição de longo termo". A expressão aparece como um modificador para o "ser totalmente contrário", gerando um efeito de concessão à declaração. Dessa forma, temos a seguinte contradição: "Eu diria que sou totalmente contrário às ditaduras, mas não sou totalmente contrário".

O enunciado (1) começa com "Eu diria que", sugerindo certa hesitação ou relutância em se posicionar de maneira mais contundente. Esse cuidado com as palavras faz com que o enunciado sugira um alinhamento com uma ideologia que valoriza a liberdade e vê a ditadura como incompatível, embora esteja de fato alinhado a uma ideologia contrária.

O emprego de um verbo no condicional para introduzir uma opinião, como em "eu diria que", suaviza o potencial assertivo de enunciado, dando-lhe um caráter circunstancial ou hipotético. O fenômeno é explicado por Ducrot (1987) ao afirmar que os modalizadores indicam as intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso, revelando o grau de engajamento com o conteúdo proposicional.

Na perspectiva discursiva, por sua vez, a diferença nas formulações mobilizadas e no estilo de cada enunciado materializa, no funcionamento da própria língua, as tensões internas do discurso liberal, no qual a promoção de liberdades econômicas e

individuais pode entrar em conflito com a aceitação de regimes autoritários, ainda que temporariamente.

O excerto continua com a seguinte frase: “Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição”. Esse enunciado é encadeado pela conjunção adversativa “mas”. A introdução de uma adversidade após um modalizador condicional pode reforçar a ideia de circunstancialidade e potencial dúvida. Em outras palavras, “eu diria que, mas” instaura uma estrutura argumentativa na qual a primeira parte da frase (introduzida pelo verbo no condicional) é parcialmente negada ou contraposta pela segunda parte (após a conjunção adversativa). Assim, a frase é completada por uma adversidade, resultando em uma construção do tipo: “eu diria que X, mas Y”.

Esta construção é significativa, pois, como destaca Ducrot (1987), na argumentação por autoridade polifônica, o locutor³ utiliza elementos linguísticos para posicionar-se de maneira menos assertiva e mais circunstancial, o que pode refletir uma estratégia de atenuação da própria responsabilidade pelo enunciado, ao mesmo tempo em que reforça a importância do discurso adversativo subsequente.

Em resumo, quando o enunciado se constitui por modalizadores e operadores argumentativos, produz uma argumentação mais complexa e matizada, permitindo-lhe manter uma posição de autoridade enquanto abre espaço para possíveis contrapontos ou adaptações contextuais de sua opinião.

³ Não se deve confundir locutor com indivíduo, sujeito falante, ou ser empírico. Ducrot (1987) desenvolve o conceito de locutor como um “ser do discurso”. Dentro da teoria polifônica, o locutor é aquele que apresenta os enunciadore. Esses enunciadore, por sua vez, não são pessoas, mas pontos de vista que estão embrenhados no discurso. Essas opiniões são o “dito” e o “não dito” pelo locutor; são elementos incorporados ao discurso na forma de dizeres que não são necessariamente do locutor. Como é o caso dos enunciados (1) e (2). Dentro da teoria polifônica teríamos dois enunciadore: (1) que admite ditaduras de curto termo e outro (2) que não admite nenhum tipo de ditadura. No caso do excerto 1, o locutor concorda com o enunciadore em (1).

Além disso, o enunciado emprega expressões para se referir ao tempo: “longo termo” e “período de transição”. No entanto, não há uma definição precisa da duração dessas expressões. A ambiguidade temporal permite uma interpretação flexível.

A terceira sentença do excerto 1: “Às vezes, é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial” se inicia com o adjunto adverbial de tempo “às vezes” que indica a frequência ou circunstância temporal em que uma ação pode ocorrer. Essa locução adverbial (advérbio no inglês) é responsável dar ao argumento que se segue o sentido de vagueza e circunstância, não determina um momento específico, não dá indicação de quando é necessário.

Outro marcador temporal presente na mesma frase é “por certo tempo”, também um adjunto adverbial de tempo que sugere uma duração específica, mais uma vez sem uma definição concreta. O que mantém a lógica interna do excerto: não há uma delimitação tempo precisa, não há uma definição das condições de transição, das necessidades ou duração desses regimes. Essa imprecisão percorre todo o excerto.

Tal funcionamento poderia ser interpretada como uma opinião vaga, no entanto produz efeitos de um apagamento deliberado das relações temporais e circunstanciais. Se a duração e as circunstâncias são uma condição crucial para apoiar ou não uma ditadura, e essa duração não é determinada ou a transição não é planejada, o argumento a favor ou contra a ditadura torna-se vazio e indefinido.

Na quarta frase do excerto: “Como vocês sabem, é possível para um ditador governar de maneira liberal”, há o emprego de um operador discursivo que não pode ser tomado como mero recurso estilístico: ao afirmar “como vocês sabem”, o enunciador projeta no interlocutor um saber compartilhado e, ao mesmo tempo, produz o efeito de evidência desse saber. Não se trata, portanto, de remeter a um conhecimento previamente estabelecido, mas de instituí-lo no próprio ato enunciativo. O movimento é decisivo, pois permite que a proposição, que se segue potencialmente controversa, seja

apresentada como algo já dado, dispensando demonstração ou problematização.

Ao afirmar que “é possível a um ditador governar de maneira liberal”, o enunciador não apenas admite uma hipótese, mas inscreve no campo do dizível a compatibilidade entre ditadura e liberalismo. O “é possível”, nesse caso, funciona como operador de legitimação: ao ser enunciada, ela torna pensável – e, em alguma medida, até admissível – a articulação entre termos que, em outros enquadramentos discursivos como será demonstrado a seguir, poderiam aparecer como contraditórios. Esse movimento se reforça quando a mesma estrutura é invertida: também seria possível, segundo o enunciador, que uma democracia governasse com ausência total de liberalismo.

A simetria construída entre as duas proposições não é fortuita. Ela reorganiza o campo semântico ao dissociar liberalismo e democracia, recusando a identificação automática entre ambos. A partir desse gesto, liberalismo deixa de ser concebido como princípio intrínseco ao regime democrático e passa a ser tratado como uma qualidade contingente do exercício do poder, que pode ou não estar presente, independentemente da forma de governo.

O verbete do Dicionário de Ciências Humanas de Dortier (2010) apresenta um contraponto teórico importante à formulação do excerto em análise, sobretudo no que diz respeito à relação entre liberalismo, liberdade e formas de governo:

“Liberalismo” é um termo genérico que designa diferentes correntes e doutrinas forjadas no Ocidente no decorrer dos séculos a partir da palavra-mestra “Liberdade”. O liberalismo, como doutrina filosófica, política e econômica, nasceu no século XVIII a partir de uma reivindicação fundamental da burguesia ascendente: a expressão das liberdades políticas, econômicas e intelectuais do indivíduo contra a arbitrariedade do Estado absolutista, contra os entraves econômicos ou intelectuais (Dortier, 2010, p. 360).

O verbete define o liberalismo como “[...] um termo genérico que designa diferentes correntes e doutrinas forjadas no Ocidente no decorrer dos séculos a partir da palavra-mestra ‘Liberdade’” (Dortier, 2010, p. 360). Em seguida, especifica que, como doutrina filosófica, política e econômica, o liberalismo nasce no século XVIII a partir de uma reivindicação fundamental da burguesia ascendente: a expressão das liberdades políticas, econômicas e intelectuais do indivíduo “[...] contra a arbitrariedade do Estado absolutista” (Dortier, 2010, p. 360). Essa formulação do verbete é central, pois estabelece uma relação estrutural entre liberalismo e oposição à arbitrariedade estatal, entendida aqui como forma de exercício de poder não limitado; o que, em termos políticos, pode ser associado a regimes autoritários ou ditatoriais.

Nesse enquadramento, o liberalismo aparece como inseparável de um princípio de limitação do poder do Estado. A liberdade que lhe serve de fundamento não é concebida como uma concessão contingente de um governante, mas como um conjunto de garantias que se afirmam precisamente contra a possibilidade de arbítrio. Daí decorre uma implicação relativamente estável: onde há arbitrariedade estatal, não há liberalismo; inversamente, o liberalismo supõe a existência de condições institucionais que impeçam ou restrinjam esse arbítrio.

É justamente esse encadeamento que a formulação do enunciado da entrevista de Hayek tensiona. Ao admitir a possibilidade de um “ditador liberal”, o enunciador desloca o liberalismo do campo das garantias institucionais para o plano das práticas de governo. Com isso, a liberdade deixa de ser pensada como oposição estrutural à arbitrariedade do poder e passa a ser concebida como algo que pode coexistir com ela, desde que o exercício concreto do governo assim o permita. O efeito desse deslocamento é significativo: rompe-se a relação de exclusão entre ditadura e liberalismo – que está contemplada no verbete –, abrindo espaço para a ideia de que um poder concentrado e arbitrário possa, ainda assim, produzir ou preservar formas de liberdade.

Desse modo, o contraste entre o verbete e a entrevista de Hayek não se reduz a uma divergência terminológica, mas se refere a dois modos distintos de articular os sentidos de “liberdade” e “liberalismo”. No primeiro, o liberalismo se define historicamente como resistência à arbitrariedade do Estado; no segundo, ele é reconfigurado como um atributo possível do exercício do poder, independentemente da forma de governo que o sustenta.

É nesse deslizamento que se torna possível sustentar, no interior do discurso de Hayek, a compatibilidade entre ditadura e liberalismo, em oposição à relação de incompatibilidade que organiza a definição apresentada no verbete.

O enunciado de Hayek autoriza a construção de um quadro em que se distribuem quatro possibilidades: um governo ditatorial sem liberalismo, uma democracia sem liberalismo, uma democracia liberal e, por fim, uma ditadura liberal. O efeito mais relevante dessa reorganização não está na enumeração dessas combinações, mas na operação discursiva que a sustenta: ao separar liberalismo de democracia, o enunciador desloca o primeiro do campo da vontade popular e o reinscreve como princípio autônomo, não necessariamente dependente de legitimação democrática.

É nesse ponto que a “preferência pessoal” por um “ditador liberal” em detrimento de um “governo democrático sem liberalismo” adquire pleno sentido. Tal preferência não surge como uma opinião isolada, mas como consequência de todo o trabalho enunciativo anterior, que tornou possível pensar o liberalismo como valor superior à própria forma democrática.

Abre-se, nesse caso, uma questão central: se o liberalismo pode ser concebido independentemente da vontade popular, como compreender a legitimidade de um Estado que implementa uma determinada noção de liberdade sem que ela se origine de processos democráticos? A fala de Hayek não apenas propõe uma distinção entre democracia e liberalismo, mas tensiona a própria relação entre liberdade e soberania popular, deslocando o eixo da

legitimidade política para fora do domínio estritamente democrático.

É possível avançar na análise dessa passagem de Friedrich Hayek introduzindo um modelo lógico subjacente que, em determinados regimes discursivos, organiza a relação entre os termos “ditadura”, “democracia” e “liberalismo”.

Podemos discutir essas relações por meio de um quadro de verdade que sintetiza os dois regimes de relação entre ditadura, democracia e liberalismo. De um lado, o verbete de Dortier (2010) remete a uma relação de exclusão entre arbitrariedade estatal e liberdade, o que implica a incompatibilidade entre ditadura e liberalismo. De outro, a formulação do enunciado de Hayek suspende essa implicação, admitindo combinações que, no primeiro quadro, seriam consideradas contraditórias.

No primeiro caso, podemos representar o encadeamento da seguinte forma:

Se há arbitrariedade estatal (p), então não há liberalismo ($\neg q$)

Se há liberalismo (q), então não há arbitrariedade estatal ($\neg p$)

No segundo caso, correspondente ao enunciado de Hayek, essas relações deixam de operar como implicações necessárias:

Há ditadura (P) e pode haver liberalismo (Q) $\rightarrow$ verdadeiro

Há democracia ($\neg P$) e pode não haver liberalismo ($\neg Q$) $\rightarrow$ verdadeiro

Desse modo, o quadro clássico, que organiza os termos em relações de implicação e exclusão, é substituído por um campo em que as combinações entre eles são reabertas. O que era previamente excluído – no caso: a coexistência entre estado totalitário e liberalismo – passa a ser admitido como possibilidade legítima.

O contraste fomenta a ideia de que não se trata apenas de posições distintas sobre regimes políticos, mas de dois modos de organização do sentido: no verbete, o liberalismo se define pela oposição à arbitrariedade do Estado; na formulação de Hayek, ele

se autonomiza em relação à forma de governo, podendo ser atribuído tanto a regimes democráticos quanto ditatoriais.

Esse deslocamento é relevante porque altera o próprio regime de verdade que organiza o campo político. Em vez de um sistema binário, em que certos termos se excluem mutuamente, temos um campo em que os valores podem ser combinados de maneiras não previstas pelo modelo tradicional. Assim, tanto “ditadura e liberdade” quanto “democracia sem liberdade” tornam-se, no interior desse discurso, proposições aceitáveis. O efeito dessa operação não é apenas lógico, mas semântico e político: ao tornar essas combinações pensáveis, o enunciado reconfigura as fronteiras entre os conceitos, permitindo que o liberalismo seja concebido como um princípio independente da forma de governo.

Desse modo, o que está em jogo não é apenas uma opinião sobre regimes políticos, mas uma rearticulação das relações de sentido entre democracia, ditadura e liberalismo. Ao suspender as implicações tradicionais entre esses termos, o discurso de Hayek desloca o eixo da avaliação política: não é mais a forma de governo que determina a presença ou ausência de liberdade, mas um critério externo a ela. Isso explica por que, ao final, se torna possível sustentar a preferência por um “ditador liberal” em detrimento de uma “democracia sem liberalismo”, já que o vínculo entre democracia e liberdade foi previamente desfeito no plano enunciativo.

O excerto termina com a seguinte afirmação: “Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo.” A expressão “ditador” é seguida pelo adjetivo. Na expressão “ditador liberal”, observa-se uma relação linguística entre o substantivo “ditador” e o adjetivo “liberal” que merece uma análise mais detalhada, especialmente no que se refere à função do adjetivo em um contexto enunciativo. Entendendo o adjetivo como um modificador do substantivo, sua função é fornecer características que qualifiquem ou precisem o sentido do termo ao qual se refere. No caso específico de “ditador liberal”, o adjetivo “liberal” não apenas descreve, mas também delimita e especifica um tipo particular de

ditador, acrescentando uma nuance de sentido que desafia o entendimento comum desses termos isoladamente.

Linguisticamente, a combinação gera uma tensão entre o conteúdo semântico do substantivo e do adjetivo, pois "ditador" evoca um regime de poder concentrado, que restringe liberdades políticas e sociais, enquanto "liberal" sugere a defesa de liberdades, especialmente no campo econômico. Essa tensão pode ser vista como um efeito de sentido que ocorre na articulação entre o substantivo e o adjetivo, produzindo um enunciado que demanda um entendimento mais complexo do termo.

Do ponto de vista enunciativo, o adjetivo "liberal" redefine parcialmente o sentido de "ditador", sem eliminar a sua característica central de autoritarismo, mas especificando que este autoritarismo se manifesta em um contexto de práticas econômicas liberais. Ou seja, o adjetivo "liberal" não contradiz o substantivo, mas qualifica o tipo de regime econômico que este ditador poderia implementar, enfatizando que, embora o sujeito ("ditador") exerça poder de forma autocrática, sua visão econômica pode ser alinhada com os princípios do liberalismo, como a defesa do livre mercado e a minimização da intervenção estatal.

Assim, a expressão "ditador liberal" exemplifica uma relação linguística em que o adjetivo atua não apenas como um simples modificador, mas como um delimitador semântico, favorecendo a geração de um efeito de sentido complexo que desafia as expectativas usuais sobre a combinação de autoritarismo político com princípios econômicos de liberdade. Trata-se de uma combinação que cria um campo de significação onde o adjetivo "liberal" acrescenta um conteúdo que tensiona, mas não anula, a compreensão tradicional do substantivo "ditador", convidando a uma reflexão mais aprofundada sobre a coexistência paradoxal desses conceitos.

Não é possível precisar se o sujeito do enunciado **assume** uma preferência por “viver” sob um regime com um ditador liberal ou se essa preferência é apenas teórica, como um projeto político a ser implementado. O enunciado não faz menção a nenhum contexto

geográfico específico, e não há marcas linguísticas indicando se a referência é ao Chile. Se a fala fosse direcionada ao Chile, poderia ser parafraseada como: “Pessoalmente, prefiro um governo que restrinja liberdades, prenda ou exile opositores, torture e mate pessoas, a um governo que interfira na economia.”

Essa paráfrase sugere uma prioridade das políticas econômicas liberais sobre os direitos humanos e as liberdades civis. O enunciado implica que a manutenção de uma economia liberal e a proteção da propriedade privada são mais importantes do que a proteção das liberdades individuais e dos direitos fundamentais.

O filósofo Alain Badiou (Cox; Whalen, 2001) apresenta uma crítica ao sistema de capitalismo liberal e à democracia ocidental, argumentando que, embora esses sistemas sejam frequentemente apresentados como ideais, eles são, na verdade, profundamente desiguais e injustos. Badiou sugere que essa desigualdade é bem conhecida pelos líderes e propagandistas, que, em vez de exaltar as virtudes do sistema atual, optam por demonizar todas as alternativas: “Nossa democracia não é perfeita. Mas é melhor do que as ditaduras sangrentas⁴”. Se esse último argumento não demove as pessoas a aceitarem viver sob um sistema desigual e injusto, de acordo com o excerto da entrevista, não há problemas em impor uma ditadura sangrenta e fazê-las aceitar a força.

Conforme Harvey (2008), o neoliberalismo se constitui como um projeto político de restauração do poder das elites econômicas, cuja consolidação depende da construção de consentimento social. Para isso, observa-se um deslocamento estratégico do foco econômico para a valorização das liberdades individuais, o que permite conferir legitimidade popular a políticas que, em sua base, favorecem a concentração de riqueza. Esse processo não se dá apenas por meio da persuasão, mas pode envolver também mecanismos de coerção, como observável em contextos históricos como o chileno. Ao mesmo tempo, a

⁴ Our democracy is not perfect. But it's better than the bloody dictatorships (Cox; Whalen, 2001).

incorporação desses princípios ao nível da vida cotidiana contribui para que o neoliberalismo seja percebido como uma forma natural e inevitável de organização social.

Na sequência do excerto, afirma-se:

Minha impressão pessoal – e isso é válido para a América do Sul – é que no Chile, por exemplo, vamos testemunhar uma transição de um governo ditatorial para um governo liberal. E durante essa transição talvez seja necessário manter certos poderes ditatoriais, não como algo permanente, mas como um arranjo temporário.

Há um deslocamento na posição enunciativa do sujeito. Ao recorrer à expressão “minha impressão pessoal”, o sujeito do discurso deixa de se apresentar como formulador de um saber de caráter científico ou teórico e passa a enunciar a partir de uma posição que se legitima pela experiência ou pela opinião. Essa “impressão” é imediatamente ampliada e projetada como válida para a América do Sul, generalizando um ponto de vista situado como se pudesse operar como regra interpretativa para a região.

A formulação “uma transição de um governo ditatorial para um governo liberal” implica, do ponto de vista semântico, uma mudança nas relações de sentido: transitar de A para B pressupõe deixar de ser A para tornar-se B; assim: A não é B. Nesse trecho, o enunciado estabelece uma relação de antonímia entre “governo ditatorial” e “governo liberal”, situando-os em campos semânticos distintos. Esse funcionamento é particularmente significativo porque tensiona a própria lógica do enunciado analisado anteriormente.

Se, em outros momentos, esses termos podem aparecer como compatíveis, como, por exemplo, na formulação “ditador liberal”, aqui, eles são organizados segundo uma relação de antonímia. Isso indica que as relações de sentido entre “ditadura” e “liberalismo” não são estáveis, mas se reconfiguram conforme o encadeamento discursivo.

O que poderia operar como aproximação em uma determinada formulação passa a funcionar como distinção em outra, compreendendo que tais categorias não possuem uma relação semântica fixa, mas dependem das condições de sua articulação no enunciado.

A noção de transição introduzida no final do excerto merece atenção particular. Ao admitir que, durante esse processo, “talvez seja necessário manter certos poderes ditatoriais”, o enunciador sustenta a possibilidade de que a passagem ao liberalismo se realize por meio da preservação de mecanismos autoritários. A transição, assim, não se apresenta como ruptura, mas como continuidade sob outra designação. A manutenção de “poderes ditatoriais” implica a atuação de um Estado forte, capaz de impor determinadas condições, o que tensiona a própria ideia de um Estado mínimo frequentemente associada ao liberalismo.

Além disso, a caracterização desses poderes como “arranjo temporário” não elimina a indeterminação que marca o enunciado. O termo “temporário” não é acompanhado de qualquer delimitação precisa, o que produz um efeito de suspensão quanto à duração efetiva desse período.

Por fim, o enunciado não apenas admite a coexistência entre liberalismo e autoritarismo, mas também legitima a ideia de que a implementação de um projeto liberal pode requerer, ainda que provisoriamente, o exercício de formas intensificadas de poder estatal. O que se observa, portanto, é a construção de um regime de sentido em que a exceção se apresenta como condição de possibilidade da própria norma, sem que se estabeleçam critérios claros para seu término.

Considerações finais

A análise do enunciado de Friedrich Hayek permite observar que não se trata de uma defesa da redução ou abolição do Estado, mas de um deslocamento de suas funções. O Estado não desaparece; ao contrário, permanece como instância central de

poder. O que se reconfigura é o seu campo de atuação: em vez de intervir como agente direto da produção ou como motor da economia, o Estado passa a operar como garantidor das condições de funcionamento do mercado.

A crítica liberal ao “Estado produtor” não implica a negação da intervenção estatal, mas sua reorientação. O ponto decisivo, contudo, é que essa reconfiguração não se apresenta como objeto de deliberação democrática, mas como princípio a ser assegurado independentemente das variações da vontade popular. Desse modo, o Estado é convocado a atuar como instância de proteção e manutenção da ordem liberal, conferindo a esse arranjo um estatuto que se aproxima de uma cláusula inquestionável.

Não se trata, portanto, de “menos Estado”, mas de um Estado reconfigurado em sua função: de agente econômico a guardião da ordem neoliberal. A compreensão do Estado como instância de garantia da ordem liberal permite ainda desdobrar uma questão relevante: o que ocorre quando essa ordem entra em crise. Se, no enunciado de Friedrich Hayek, o Estado aparece, não mais como agente direto da produção, mas reconfigurado como guardião das condições de funcionamento do mercado, coloca-se o problema de sua atuação diante de um eventual do próprio sistema que ele sustenta.

Nesse ponto, torna-se possível estabelecer uma articulação com experiências históricas posteriores, como a crise financeira de 2008, frequentemente associada ao chamado subprime, na qual o Estado não apenas manteve o arcabouço jurídico e institucional da ordem econômica, mas também interveio diretamente para evitar seu colapso. Esse movimento entende que a função estatal não se limita à garantia normativa do mercado, podendo incluir sua sustentação material em momentos de crise. Ainda que este trabalho não se proponha a analisar tais eventos em detalhe, essa referência permite iluminar, em retrospecto, um possível desdobramento das relações entre Estado e liberalismo que se tornam observáveis no enunciado analisado. A suspensão ou limitação da vontade popular aparece como admissível em determinados espaços, particularmente no

contexto latino-americano. Torna-se possível observar a inscrição de uma perspectiva hierarquizada, na qual a capacidade de autodeterminação dos povos não é distribuída de forma homogênea.

O enunciado, então, não apenas articula liberalismo e autoritarismo, mas também deixa entrever um modo de significar a América Latina como espaço em que a ordem econômica pode ser resguardada independentemente da deliberação democrática, o que configura o ponto central verificado na materialidade discursiva analisada neste texto.

É dentro dessa matriz ideológica que atores políticos que se apresentam como defensores da liberdade podem, ao mesmo tempo, atuar no sentido de minar estruturas democráticas. Isso se torna possível porque as relações de sentido mobilizadas no discurso não são fixas, mas se reorganizam segundo determinados encadeamentos que tornam compatíveis termos que, em outros contextos, apareceriam como contraditórios.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

COX, Christoph; WHALEN, Molly. On evil: an interview with Alain Badiou. *Cabinet Magazine Online*, n. 2, 2001.

DORTIER, Jean-François (Dir.). *Dicionário de Ciências Humanas*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich. Entrevista concedida ao jornal *El Mercurio*. Santiago do Chile, 12 abr. 1981, p. D8–D9. Disponível em: <https://puntodevistaeconomico.com/2016/12/21/extracts-from-an->

interview-with-friedrich-von-hayek-el-mercuriochile-1981/.
Acesso em: 30 maio 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2008.

YUEH, Linda Y. *The great economists: the thinkers who changed the world – and how their ideas can help us today*. London: Penguin UK, 2018.

ANÁLISIS DEL DISCURSO CRÍTICO Y MULTIMODAL DE LA DIAGRAMACIÓN Y LAS EXPRESIONES FACIALES EN LAS PORTADAS DE “EL MERCURIO” PREVIO AL GOLPE DE ESTADO EN CHILE 1973

Miguel Fuentes Cortés

Introducción

El presente artículo describe el discurso multimodal de 6 portadas del diario “El Mercurio”, publicadas entre el 30 de diciembre de 1972 y el 6 de septiembre de 1973, es decir, previo al golpe de Estado en Chile en 1973. Debido a la comprobada parcialidad que mostró “El Mercurio” a favor de los intereses de EEUU y elites locales, resulta interesante indagar en el discurso de un periódico que actuó como propaganda para la caída de un gobierno democrático (Kornbluh, 2013; Amorós, 2020; Stern, 2013). Junto a lo anterior, en la actualidad “El Mercurio” es parte de un duopolio mediático que tiene el control de casi la totalidad de los diarios nacionales y regionales del país, lo que produce un sesgo importante en la información que recibe la población. A la larga, este sesgo limita la posibilidad de un verdadero debate político en el país (Mönckeberg, 2016).

Los estudios de las noticias desde la lingüística han tenido un desarrollo crítico y amplio desde los trabajos de Hodge y Kress (1979), Fowler (1991), y Fairclough (1995). En Latinoamérica, destacan los trabajos de Patto (2006) quien estudia las caricaturas de prensa política previo al golpe de Brasil 1964, y Vitale (2009) quien estudia la prensa en el marco de los golpes de Estado en Argentina durante el siglo XX. A pesar de estas investigaciones, aún no se han estudiado las portadas de prensa desde una perspectiva crítica y multimodal, con foco en la diagramación de

las portadas y las expresiones faciales de los sujetos fotografiados previo a un golpe de Estado.

Este trabajo permite dar cuenta de cómo funciona la ideología (Thompson, 1995), a través de las estrategias de manipulación en el lenguaje multimodal utilizadas por los medios de comunicación representante de elites económicas, con lo cual, la pesquisa puede ser relevante tanto para periodistas, lingüistas, historiadores, como para crear una ciudadanía más crítica frente al sesgo en los medios de comunicación.

Marco teórico

Discurso, ideología y manipulación en las noticias

Los estudios del discurso constituyen un excelente apoyo teórico y metodológico para el análisis de las noticias. El discurso entendido como el lenguaje en uso, incluyendo sus formas multimodales, involucra el análisis de los elementos lingüísticos y el contexto socio histórico que influye en el texto. Por su parte, el Análisis crítico del discurso (ACD) es una forma crítica de analizar la realidad (Fairclough, 2018), que propone el estudio del lenguaje y el discurso para el análisis de las asimetrías de poder y el cambio social (Fairclough, 2001). El ACD se apoya en conceptos provenientes de la teoría crítica, tales como ideología y manipulación. Acerca del concepto de ideología, y a pesar de ser un concepto polisémico, trabajamos con la definición epifenoménica, es decir como significado al servicio del poder (Thompson, 1998). El significado de la clase dominante, o el significado ideológico se ve intensificado por su masificación en los medios de comunicación, en la medida que existe una complicidad entre los medios de comunicación y las clases dueñas del capital (Soules, 2015; Taufic, 2012). De forma similar, Thompson (1998) plantea que junto con el auge de los medios de comunicación viene el auge de la ideología de las clases poderosas. Por su parte, la manipulación para van Dijk (2006), involucra un abuso de poder

para favorecer a solo una de las partes. Para Charaudeau (2020), la manipulación se realiza en el lenguaje y suele estar acompañada por amenazas físicas y gratificaciones. Para el lingüista francés, la manipulación es parte de los estudios del análisis del discurso, pero no solo para identificar los temas de la manipulación, sino para describir las formas en que este discurso funciona (Charaudeau, 2020). Este razonamiento es importante debido a que para los lingüistas y analistas del discurso es muy relevante tanto las formas en que se realiza la manipulación en el lenguaje, como la relación del lenguaje con su contexto histórico y político. A su vez, desde una perspectiva historiográfica Hernández (2017) indica que el periódico es un instrumento para influir en la opinión pública, ya que en muchas ocasiones el dueño del diario le resulta más rentable ganar dinero formando opinión pública que con la empresa del diario. Hernández (2017) nos advierte de que si el periodista y el historiador que estudia al periodista no realizan bien su trabajo se obtendrá sensacionalismo, desinformación y manipulación.

“El Mercurio” y el golpe de Estado de Chile 1973

El diario “El Mercurio” de Santiago fundado en el año 1900 por Agustín Edwards Mac-Clure, heredero y representante de unas de las familias más ricas de Chile, ha sido un claro representante de los intereses de la clase dominante nacional e internacional. Sobre la participación de “El Mercurio” a favor del golpe de Estado (1973) y la posterior dictadura civil-militar en Chile, esta se encuentra ampliamente documentada (Dooner, 1989; Durán, 1995; Lagos, 2009; Verdugo, 2010; Uribe, 2011; Kornbluh, 2013; Herrero, 2014; Mönckeberg, 2016; Rabe, 2016). Según el encargado de los archivos desclasificados de la CIA sobre Chile en Estados Unidos Peter Kornbluh, el propio Nixon autorizó 700.000 dólares para que “El Mercurio” funcionara como el medio de propaganda para las vías I y II (nombres encubiertos para el golpe de Estado en Chile). Asimismo, la CIA puso a “... reporteros y editores en nómina, escribió artículos y columnas ...” (Kornbluh, 2013, p.83). El

historiador también indica que “El Mercurio” “... se convirtió en uno de los principales agentes que propiciaron la caída de la democracia chilena. Lejos de ser una fuente de noticias, su periódico (El Mercurio) se erigió en voz de la agitación organizada en contra del gobierno ...” (Kornbluh, 2013, p.86). Por su parte, Durán (1995) distingue dos periodos de propaganda en “El Mercurio”, 1) propaganda de agitación (1970-1973), y 2) propaganda de integración (1973-1989). Sobre las portadas de “El Mercurio”, Durán (1995) indicó que el periódico se habría propuesto crear un clima de miedo para asociarlo al marxismo en un ambiente político ya crítico. Esto se realizó por medio de saturación de noticias, las cuales creaban una imagen angustiante del mundo tipo accidentes, crónica roja, y desastres naturales que se ubicaban junto a noticias del gobierno (yuxtaposición). Se identificaron tres mecanismos de persuasión centrales en “El Mercurio”: 1) Repetición, 2) yuxtaposición, y 3) metáfora. La repetición sigue un patrón racional, mientras que la yuxtaposición y la metáfora van dirigidas al inconsciente. De forma similar, Dooner (1989) identificó que la prensa de derecha durante el gobierno de la Unidad Popular tuvo tres constantes: 1) buscar el deterioro de la autoridad, 2) generar alarma pública, y 3) hacer llamado al golpe.

Multimodalidad y diagramación

La multimodalidad es la combinación de diferentes modos semióticos en un mismo evento comunicativo (Kress; van Leeuwen, 2006). El modo puede ser visual, gestual, textual, musical, etc. Un ejemplo de texto multimodal es la portada de un periódico, el cual contiene a los menos dos modos, a saber, los modos verbal e imagético. Para Barthes (1977), en un texto multimodal el texto verbal toma un valor descriptivo de la imagen, es decir una descripción denotada de la imagen. Por su parte, Soules (2015) indica que el uso de signos (imágenes) separa la emoción del pensamiento omitiendo el análisis racional para pasar

directamente al inconsciente. La imagen ha sido parte de la cultura por mucho más tiempo que la palabra (Kress, 2010), con lo cual su estudio resulta necesario a la hora de analizar las diversas formas de transmisión de significado. Los estudios sobre la imagen indican que esta cobra significado una vez es interpretada por el lector (Vilches, 1984). Para Barthes (1977), toda imagen es polisémica y el texto que acompaña a la imagen limita la cadena de significados y así los mensajes poco claros. El mismo Barthes (1977), identificó tres tipos de mensaje para analizar textos multimodales, estos son: mensaje lingüístico (texto verbal), mensaje denotado (literal), mensaje connotado (implícito). Sobre el mensaje verbal Barthes (2009) señala que tiene dos funciones en relación con la imagen: 1) anclaje (explicación), y 2) relevo (información nueva respecto de la imagen). Sobre la diagramación, Kress (2010) indica que es un modo semiótico que incluye los modos verbal y visual. Acerca de la diagramación en portadas de prensa, Kress y van Leeuwen (2022) proponen un sistema con tres categorías principales: “la ubicación de la información” o el análisis de la ubicación de los elementos en lugares más o menos privilegiados; “la prominencia” o el destaque de una característica en un elemento respecto a elementos del mismo tipo (tamaño, color, tema, relación primer plano y fondo); y “el enmarcado” o los elementos como líneas y/o espacios en blanco que conectan o separan una historia de otra.

Las emociones en el rostro

La propaganda es un flujo de información que intenta omitir el razonamiento lógico para ir directamente a las emociones (Soules, 2015; Kahneman, 2015). Efectivamente, en ocasiones las emociones funcionan tan rápidamente que, para su reconocimiento, el razonamiento lógico no es ocupado, siendo el rostro y la voz en donde más se identifican (Ekman, 2019; Kahneman, 2015). Para Charles Darwin, tanto en animales como en humanos las expresiones faciales comunican como los animales se sienten (Chevalier, 2014). Las distintas formas que toma el rostro

frente a las distintas emociones han sido estudiadas por Darwin (1965), y Ekman (2011, 2019) quienes identificaron seis expresiones faciales básicas en humanos y animales, las cuales esquematizamos a continuación:

Cuadro 1. Seis emociones expresadas en expresiones faciales.



Fuente: Adaptado de Ekman (2011)

A partir de lo expuesto en la Figura 1 se aprecia que las expresiones de las emociones se identifican principalmente en los ojos y la boca. El estudio de las expresiones faciales en los medios de comunicación nos orienta a develar significados ideológicos

connotados, que se ocultan bajo la aparente objetividad de la fotografía.

Metodología

Corpus

El *corpus* consistió en 6 portadas del diario “El Mercurio” previo al golpe de Estado de Chile 1973. Las portadas corresponden a los días 30/12/1972, 10/08/1973, 24/08/1973, 30/08/ 1973, 5/09/1973, 6/09/1973.

Procedimientos

Realizamos tres procedimientos, los cuales consistieron en: 1) el análisis de la diagramación, 2) el análisis de la relación entre el titular y la imagen, y 3) el análisis de las expresiones faciales de las personas fotografiadas. Para analizar las imágenes, utilizamos el modelo de emociones a partir de las seis expresiones faciales descritas por Ekman (2019) (Ver Cuadro 1). Estos análisis son acompañados con una discusión histórica.

Resultados

Análisis de la diagramación

Para analizar la diagramación en nuestro *corpus* seleccionamos dos portadas emblemáticas del periodo previo al golpe como lo fueron las portadas que reportaron la manifestación en apoyo al gobierno de Salvador Allende (4 de septiembre) y la manifestación en contra el gobierno de la Unidad Popular (5 de septiembre). A continuación, presentamos dos portadas del diario “El Mercurio” con la cobertura comentada:

Cuadro 2. Dos portadas del diario “El Mercurio” con cobertura a manifestaciones a favor y en contra del gobierno de Salvador Allende.



Fuente: Biblioteca Nacional de Chile

En la portada del 5 de septiembre observamos la cobertura de la manifestación en apoyo al gobierno de Salvador Allende en la última noticia ubicada en la parte inferior de la portada, sin prominencia ni enmarcado. El titular de esta noticia cumple una función de anclaje de significado, mientras que el lenguaje verbal no hace referencia a la cantidad de personas presentes en la manifestación. Contrario a esta noticia, la cobertura de la manifestación en contra del gobierno, del día 6 de septiembre, se encuentra en la parte superior de la portada, es decir en lugar privilegiado, con prominencia frente a las otras noticias y con una fotografía muy grande desde un ángulo alto mostrando un mar de gente. A su vez, la bajada de título del titular presenta explícitamente al sujeto de la acción con la expresión “millares de mujeres”, con lo cual se intenta intensificar el significado. Estas características de la diagramación evidencian la intención ideológica de “El Mercurio” al dar un destaque menor cuando la

noticia no representa los intereses del diario y un destaque mayor cuando la noticia sí representa sus intereses. También observamos que las categorías de prominencia y ubicación de la información funcionan como intensificadores de significado.

Falsas relaciones entre imagen y titular

Una de las primeras características que identificamos al analizar las imágenes de las portadas de “El Mercurio” es que en varias ocasiones la imagen no tiene relación con los titulares. Incluso en varios casos, existen portadas en donde la imagen no tiene nada que ver con ninguno de los titulares. A continuación, presentamos dos portadas del diario “El Mercurio” que ejemplifican la situación mencionada:

Cuadro 3. Dos portadas del diario “El Mercurio” con relación confusa entre titular e imagen.



Fuente: Biblioteca Nacional de Chile

En el ejemplo del 22 de agosto se aprecia que no hay relación entre los titulares y las imágenes. Es más, las imágenes no se relacionan a ningún titular. Son noticias independientes que se explican en una breve reseña a pie de cada fotografía. Sobre la fotografía de la parte superior vemos a estudiantes siendo registrados por militares. El elemento más interesante de la imagen es que no se identifica con ninguno de los titulares, con lo cual si se pasa rápido es fácil asociar la imagen con el titular: “El gobierno ha quebrado gravemente la constitución”. Esta acción la interpretamos como una relación mañosa entre titular e imagen dirigida a promover malestar contra el gobierno de manera connotada. Estos resultados coinciden con Dooner (1989) quien señala que en la prensa de derecha durante la Unidad Popular “... hay una total falta de vinculación entre los titulares y la información entregada ...” (p.31). En el ejemplo del 30 de diciembre se muestra la distancia entre el titular “Llegan chilenos salvados de Managua” con su respectiva imagen la que se encuentra en la parte inferior de la portada. El trayecto para identificar la imagen con el titular es tan complejo que incluso hay otras dos imágenes antes, lo que dificulta aún más esta relación. La poca claridad de la portada contribuye a una interpretación errada de los hechos. A su vez, una portada confusa y desordenada resulta óptima para realizar montajes. Sobre la relación entre titular y fotografía, Barthes (2009) indica que el texto limita la polisemia de la imagen, situación que no sucede en titulares que tienen falsas relaciones con la imagen. En estos casos de confusión, tampoco se observan las funciones de “anclaje” y “relevé” que entrega el texto a la imagen (Barthes, 2009). La estrategia de “confusión” era parte de las reglas utilizadas por el nazismo en su propaganda, la cual se utilizaba en conjunto con exageraciones (Domenach, 2015). Según este mismo autor, entre las confusiones preferidas por la propaganda nazi eran el uso hábil de citas desvinculadas de su contexto. De forma similar, De Castro Rocha (2021), manifiesta que en la retórica del odio de la ultraderecha una de las estrategias para la manipulación de las masas es el caos cognitivo, el cual se construye por medio exageraciones,

generalizaciones, y afirmaciones falsas. En este contexto, la portada del 30 de diciembre es un ejemplo de la mezcla entre confusión y exageración de forma simultánea, ya que junto con la confusión mencionada se exagera con “dos” imágenes de una muchedumbre que hace fila y duerme en ella para comprar carne.

Interpretación de las expresiones faciales en las fotografías de las portadas

En la presente sección analizamos las emociones en las expresiones faciales de las personas fotografiadas. A continuación, presentamos una portada de “El Mercurio” y dos acercamientos a dos de sus fotografías:

Cuadro 4. Portada diario “El Mercurio” 10 de agosto 1973 y acercamiento a dos de sus fotografías.



Fuente: Biblioteca Nacional de Chile

En la portada del 10 de agosto observamos que en su fotografía, ubicada en la parte superior, muestra una idea de orden por medio de la armonía de los integrantes además de los matices militares, ya reseñados en el titular. Las otras dos imágenes corresponden a un acercamiento fotográfico a los cuatro rostros de los recién nombrados miembros militares del gabinete de Salvador Allende, generales (de izquierda a derecha) Carlos Prats (del ejército), Raúl Montero (armada), César Ruiz (fuerza aérea), y José M. Sepúlveda (carabineros). Las imágenes suponen un efecto intensificador de la información y de secuencia lineal-temporal. Para Barthes (2009), este tipo de imágenes en secuencia se interpretan desde su encadenamiento y no aisladamente. En la primera fotografía, ya podemos advertir la seriedad y preocupación en los rostros, pero en la segunda fotografía el general Raúl Montero baja su cabeza y lleva su mano hacia su frente. Este gesto es propio de un dolor de cabeza o de una reacción ante algo que evaluamos negativamente. También el rostro del general Prats aparece destrozado en la segunda fotografía. Esto se evidencia por su mirada hacia el suelo. El significado connotado en estas dos imágenes es de generales que entran a un gobierno con preocupación y hasta con desesperanza en el caso de la segunda fotografía. Sobre la elección de estas fotografías, resulta evidente que fueron elegidas por su significado negativo hacia el gobierno. En otras palabras, se trata de una decisión ideológica de los editores de “El Mercurio”, en el marco de una feroz batalla cultural que buscaba deteriorar la imagen del gobierno de Salvador Allende. A continuación, presentamos una portada de “El Mercurio” y un acercamiento a sus fotografías principales:

Cuadro 5. Portada de “El Mercurio” 24 de agosto de 1973.



Fuente: Biblioteca Nacional de Chile

En la portada presentada, la fotografía de la izquierda corresponde a un primer plano del rostro del general Carlos Prats. Según los patrones de emociones en el rostro de Ekman (2019) la expresión de Prats está más cerca de la tristeza que de la alegría lo cual se aprecia en las cejas, los párpados caídos y la mirada perdida. Esta fotografía es acompañada por el titular “Renunció el general Prats”, el cual se encuentra ubicado en la parte superior de la portada, enmarcado dentro de una caja, y con un tamaño de letra que le entrega prominencia frente a los otros titulares. Estos resultados coinciden con lo planteado por Dooner (1989) quien

indicó que la fotografía en la prensa de derecha durante la Unidad Popular explotaba las debilidades de los hombres del gobierno. Históricamente, este hecho marcó la salida del gobierno del último exmilitar seguidor de la doctrina Schneider, constitucionalista, antigolpista, lo que finalmente abrió el paso a los generales que condujeron el golpe de Estado. Respecto a la relación entre la fotografía y el titular, es la imagen la que complementa e intensifica el titular.

Por su parte, la segunda fotografía en la parte superior de la portada corresponde al dirigente de la patronal de dueños de camiones León Vilarín quien firma para salir libre de la cárcel. Es una fotografía de plano medio la cual intenta dar énfasis narrativo de la situación y sus personajes. La imagen se encuentra ubicada en la parte superior de la portada, lo que le entrega intensificación. Desde los patrones de emociones faciales de Ekman (2011, 2019), Vilarín presenta en su rostro expresiones referentes a la felicidad la cual se evidencia en las mejillas elevadas y actividad en los ojos. Históricamente, esta es una noticia muy importante para la época ya que el paro de camioneros puso en jaque al gobierno de la Unidad Popular aumentando un descontento social planificado desde la elite para preparar la llegada del golpe (Kornbluh, 2013; Stern, 2013). Las dos imágenes descritas representan buenas noticias para los grupos golpistas, significando un mensaje de carácter connotado.

Conclusiones

El análisis realizado mostró algunas de las características del discurso multimodal utilizadas por “El Mercurio” para desestabilizar el gobierno de Salvador Allende. De esta manera, pudimos comprobar que la diagramación, la falsa relación entre el titular y la imagen, y las expresiones faciales de las personas fotografiadas responden a intenciones ideológicas del diario, el cual manipula la información en función de sus intereses y objetivos políticos. Estas tres estrategias mencionadas entregan un

mensaje connotado. indirecto, no explícito, oculto, el cual pretende significar una especie de neutralidad al escudarse en la aparente objetividad de la diagramación y la fotografía. Acerca de la diagramación, identificamos que tanto el enmarcado, la prominencia, y la ubicación de la información funcionan como intensificadores del significado de las noticias. Sobre la relación entre titular e imagen, mostramos cómo en ocasiones “El Mercurio” recurrió a falsas relaciones entre estos elementos para atribuir imágenes negativas al gobierno. Portadas desordenadas contribuyen a la manipulación y nos recuerda actuales estrategias de comunicación, tal como la conocida metodología de Steve Bannon, mentor en comunicaciones en el primer gobierno de Donald Trump, sobre “saturar la zona de mierda”, con noticias falsas y medias verdades. Para Grimson (2024), esta técnica busca crear ansiedad y una realidad paralela en la opinión pública. En cuanto a los rostros estudiados, estos corresponden a militares desalentados, imagen que proyectaban los dueños de “El Mercurio” para dar un mensaje tanto a la opinión pública como a las fuerzas armadas. Entre las dificultades de la investigación encontramos el hecho de que no siempre las fotografías presentan el perfil ideal de los rostros para su análisis. Este problema se soluciona relativamente con el uso del efecto *zoom* al analizar la imagen de manera digital. A su vez, se comprueba que el análisis de la diagramación y los rostros son ejercicios que entregan valiosa información a la hora de analizar críticamente portadas de prensa. Los resultados de esta investigación son útiles para los estudios de multimodalidad y sobre las estrategias discursivas de “El Mercurio” previo al golpe de Estado de Chile 1973.

Referencias

AMORÓS, M. *Entre la araña y la flecha*. Santiago de Chile: Penguin Random House. 2020. 376p.

- BARTHES, R. *Image, music, text*. Nueva York: Hilland Wang. 1977. 232p.
- BARTHES, R. *Lo obvio y lo obtuso. Imágenes, gestos y voces*. Barcelona: Paidós. 2009. 446p.
- CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública. Como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Editora Contexto. 2020. 183p.
- CHEVALIER, S. Facial expression of emotion in nonhuman primates. In: Ekman, P. *Darwin and facial expression*. Los Altos, CA: Malor Books. 2014. 296p.
- DARWIN, Ch. *The expression of emotions in animals and man*. Chicago: University of Chicago Press. 1965. 398p.
- DE CASTRO-ROCHA, J. *Guerra cultural e retórica do ódio*. Goiânia: Caminhos. 2021. 461p.
- DOMENACH, J. *La propaganda política*. Buenos Aires: Eudeba. 2015. 136p.
- DOONER, P. *Periodismo y política. La prensa de derecha e izquierda 1970-1973*. Santiago de Chile: Andante. 1989. 180p.
- DURÁN, C. *El Mercurio. Ideología y propaganda 1954-1994. Ensayos de interpretación bi-lógica y psico-histórica*. Santiago de Chile: Cesoc. 1995. 153p.
- EKMAN, P. *Cómo detectar mentiras. Una guía para utilizar en el trabajo, la política y la pareja*. Buenos Aires: Paidós. 2011. 408p.
- EKMAN, P. *El rostro de las emociones*. Barcelona: RBA Bolsillo. 2019. 324p.
- FAIRCLOUGH, N. CDA as dialectical reasoning. In Flowerdew, J.; Richardson, J. *The Routledge Handbook of critical discourse studies*. Routledge. 2018. p. 13-26.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001. 316p.

- FAIRCLOUGH, N. *Media Discourse*, Londres: Arnold. 1995. 214p.
- GRIMSON, A. Una Sociedad estresada: La estrategia de Milei. *Anfibio*. UNSAM. 2024. <https://www.revistaanfibio.com/milei-una-sociedad-estresada/>
- HERNÁNDEZ, P. Consideración teórica sobre la prensa como fuente historiográfica. *Historia y comunicación social*, Madrid, v.22, n.2, p. 465-477. 2017.
- HERRERO, V. *Agustín Edwards, una bibliografía desclasificada del dueño de El Mercurio*. Santiago de Chile: Penguin Random House. 2014. 620p.
- KAHNEMAN, D. *Pensar rápido, pensar despacio*. Barcelona: De bolsillo. 2015. 672p.
- KORNBLUH, P. *Pinochet los archivos secretos*. Barcelona: Crítica. 2013. 395p.
- KRESS, G. *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*. Nueva York: Routledge. 2010. 213p.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. Front pages: (The critical) analysis of news-paper layout. In: BELL, A.; GARRETT, P. (eds.). *Approaches to Media Discourse*. Reino Unido: Blackwell. 2022. p.186-220.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images. The grammar of visual design*. Londres: Routledge. 2006. 291p.
- LAGOS, C. *El diario de Agustín. Cinco estudios de casos sobre El Mercurio y los derechos humanos (1973-1990)*. Santiago de Chile: LOM. 2009. 378p.
- MÖNCKEBERG, M. *Los magnates de la prensa. Concentración de los medios de comunicación en Chile*. Santiago de Chile: Penguin Random House. 2016. 522p.
- PATTO, R. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002. 191p.

- RABE, S. *The killing zone. The United States wages cold war in Latin America*. Oxford: Oxford University Press. 2016. 260p.
- SOULES, M. *Media, persuasion and propaganda*. Edinburgo: Edinburgo University Press. 2015. 288p.
- STERN, S. *Luchando por mentes y corazones. Las batallas por la memoria en el Chile de Pinochet*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales. 2013. 583p.
- TAUFIC, C. *Periodismo y lucha de clases*. Santiago de Chile: Akal. 2012. 256p.
- THOMPSON, J. *Ideología y cultura moderna. Teoría crítica social en la era de las comunicaciones de masa*. Petrópolis: Universidad Autónoma Metropolitana. 1995. 427p.
- URIBE, A. *Carta abierta a Agustín Edwards*. Santiago de Chile: LOM. 2011. 98p.
- VAN DIJK, T. Discourse and manipulation. *Discourse and Society*, Barcelona, v.17, n.3, p. 359-383. 2006. 10.1177/0957926506060250
- VERDUGO, P. *Allende. Cómo la Casa Blanca provocó su muerte*. Santiago de Chile: Catalonia. 2010. 206p.
- VILCHES, L. *La lectura de la imagen. Prensa, cine, televisión*. Barcelona: Paidós. 1984. 248p.
- VITALE, A. La dimensión argumentativa de las memorias discursivas. El caso de los discursos golpistas de la prensa escrita argentina (1930-1976). *Forma y Función*, v.22, p. 125-144. 2009.

ENTRE ETHOS ET PATHOS: ANALYSE DISCURSIVE DU DERNIER DISCOURS DE DILMA ROUSSEFF ET DE LA LETTRE DE GETÚLIO VARGAS

Renata Aiala de Mello

Introduction

Le dernier discours officiel de Dilma Rousseff en tant que présidente du Brésil (2016) et la lettre testamentaire du président Getúlio Vargas (1954) ont été écrits à deux moments différents de l'histoire politique brésilienne. Malgré ces spécificités contextuelles, des similitudes et différences existent entre ces deux documents. On y aperçoit, entre autres, des convergences et divergences génériques, temporelles, contextuelles et communicatives.

Une réflexion sur la structure générique des deux discours est entreprise en premier lieu, et ce, en prenant en compte les études de Mikhaïl Bakhtine (2017). Bien que l'on puisse attribuer une nomination distincte par rapport au genre discursif/textuel, il existe quelques similitudes entre le dernier discours de Dilma Rousseff et la lettre testamentaire de Getúlio Vargas : le ton émotionnel d'adieu de quelqu'un qui part, mais qui laisse un message à la postérité. En outre, la communication est, dans les deux cas, à l'attention des mêmes destinataires : le peuple brésilien, leurs lecteurs établis. Même conscients de la diversité, des particularités et des difficultés inhérentes aux genres, il convient de noter que le « discours d'adieu » peut être défini comme un énoncé adressé à un (des) destinataire.s, marqué par l'interaction d'un sujet avec son ou ses interlocuteur.s et surtout par les émotions liées à une sorte de séparation, de rupture.

Par ailleurs, on voit aussi que la texture des corpus a de nombreuses modalités discursives en commun, parmi lesquelles la

démonstrative, la pathétique, l'argumentative, la discussion, la polémique et l'accusation (Amossy, 2008). Les sujets énonciateurs des deux documents visent stratégiquement à maintenir une certaine approximation, de l'empathie et de l'intimité avec les interlocuteurs. On constate donc qu'il y a, dans les deux cas, une proximité avec le genre primaire (conversationnel), quelque chose qui semble être à la base du genre épistolaire (genre secondaire), ce qui permet de définir ces textes comme une sorte de « franc-parler » avec le peuple brésilien et d'un « adieu émotionnel ».

On se penche par la suite sur les preuves rhétoriques présentes dans les discours (Aristote, 2005). On voit que la dimension rhétorique-argumentative du *logos* provient des attributs matériels-textuels dans leur dimension linguistique, comme dans le choix du lexique, de la syntaxe, des silences, des connecteurs et marqueurs prosodiques par exemple. Dans le cas de l'*ethos* et du *pathos*, les dimensions centrées sur les sujets énonciateurs Rousseff et Vargas et leurs destinataires respectifs, il s'agit de preuves rhétoriques d'une importance primordiale dans cette analyse. Ces choix conceptuels sont en conformité avec les études de chercheurs tels que Amossy (1999, 2000, 2008, 2010), Charaudeau (1983, 2000, 2005, 2008), Maingueneau (1999, 2002) et Plantin (1999, 2011), entre autres auteurs qui se sont penchés sur les études des émotions et du discours politique.

On observe finalement dans le corpus certaines stratégies discursives utilisées par les deux figures politiques soutenues soit par l'*ethos*, soit par le *pathos*, avec le but de gagner l'adhésion du peuple brésilien et de l'émouvoir. À travers leurs discours, les politiciens amènent la population à connaître leurs parcours dans la vie publique, leurs hauts-faits ainsi qu'à vivre des émotions diverses telles que l'injustice, la peur, la colère, la pitié, la justice, la solidarité et l'amour, entre autres.

En somme, le dernier discours de Rousseff ainsi que la lettre testamentaire de Vargas sont des espaces privilégiés de l'expression de l'individualité et de la subjectivité des sujets. Les deux discours sont stratégiquement structurés de façon à toucher

le peuple brésilien, leurs destinataires, dans leurs espaces-temps respectifs propices à la mise en scène de l'*ethos*, du *pathos* et du *logos*, qui se complètent, se complémentent et composent les discours.

La conformation générique du corpus

D'après Bakhtine (2017), les genres sont très probablement apparus avec les langues, le langage, les discours et les textes, raison pour laquelle ils sont aussi variés que les domaines de l'activité humaine. La problématique liée au genre implique plusieurs éléments qui se côtoient autour de cette notion : forme compositionnelle, marques linguistiques, contexte, but, style, contenu, thème, fonctionnement, sujets d'énonciation, parmi d'autres facteurs déterminants. Tout cela contribue à controverser la notion de genre et conduit souvent à une terminologie typologique de la classification.

On signale certaines divergences entre les textes, qui sont en réalité plus des spécificités génériques et des différences (con)textuelles. Dans le cas de Vargas, le titre du document, « lettre testamentaire », indique déjà le genre auquel il appartient. Dans le cas de Rousseff, on sait qu'il s'agit d'un discours d'adieu. Le premier a été écrit en 1954 et le deuxième prononcé en 2016, pourtant ils s'adressent à différents interlocuteurs dans différents espaces-temps.

On aperçoit qu'il y a certaines similitudes entre les deux. A titre d'exemple, il s'agit d'une situation de communication monolocutive dirigée à la fois vers la classe politique et le peuple brésilien. Dans le cas spécifique de Vargas, la façon de s'adresser est plus subtile, et ce n'est qu'à la fin de la lettre que quelques marques de ce sujet destinataire ressortent, grâce à l'utilisation des pronoms de traitement et des verbes conjugués à la deuxième personne du pluriel : « J'ai choisi ce moyen pour être pour toujours avec vous. Quand on vous humiliera, vous sentirez mon âme souffrir à vos côtés. Quand la faim frappera à votre porte, vous

sentirez dans votre esprit la force pour réagir ¹ [...] ».² Par ces pronoms, on reconnaît le peuple brésilien, car c'est à lui que Vargas s'identifie. Dans le cas du discours de Rousseff, cette adresse est déjà explicite au début de son discours : « En saluant l'ancien président Luís Inácio Lula da Silva, je salue toutes les sénatrices et sénateurs, députées et députés, présidents de parti, dirigeants de mouvements sociaux, les femmes et les hommes de mon pays ».³

Voici une liste de certaines constatations par rapport aux convergences entre les deux discours qui sont devenus des documents importants, car ils aident à raconter l'histoire du Brésil. Ils semblent avoir pour objectif spécifique de laisser un message pour la postérité. Le degré de formalité est similaire, c'est-à-dire ils utilisent un langage simple, formel et respectueux. De plus, le thème est proche : ils disent tous deux « adieu » à leurs interlocuteurs de façon *pathémique*. Dans les deux cas, il existe une proximité avec le genre primaire (conversationnel), même en étant monologal, ce qui signifie que ces textes peuvent être définis comme une sorte de « franc-parler » avec le peuple brésilien (Mello, 2016). Les genres « lettre testamentaire » et « discours d'adieu » présupposent une forte présence du sujet énonciateur, une exposition de son image. Ce sont donc des espaces discursifs propices à la construction de l'*ethos*. Dans le cas de Vargas, sa lettre présume la fin d'une vie ; dans le cas du discours de Rousseff, la fin d'une carrière.

Même avec toute cette variété de caractéristiques et de classifications des genres, il va de soi que les deux discours sont

¹ Toutes les traductions en français des extraits de textes analysés dans cet article relèvent de ma responsabilité. La version originale est indiquée en bas de page, et le texte intégral est présenté en annexe, à la fin de l'article.

² Escolho este meio para estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis no pensamento a força para a reação [...]

³ Ao cumprimentar o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprimento todas as senadoras e senadores, deputadas e deputados, presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais, mulheres e homens de meu País.

insérés dans le champ du discours politique. Il est évident que la question du pouvoir, de la vérité et de la légitimité font intrinsèquement partie des discours des deux figures politiques présentées dans l'analyse (Emediato, 2016). Cela se fait de telle manière qu'on voit que les preuves rhétoriques de l'*ethos* et du *pathos* sont également fort existantes dans le discours politique, surtout quand il s'agit de faire preuve de conviction, de sincérité, d'honnêteté et de fidélité aux engagements (Charaudeau, 2005). Cette image créée par le discours se lie directement aux citoyens, aux interlocuteurs des sujets politiques et peut engendrer des émotions diverses, qu'elles soient positives ou négatives.

Pour mieux construire stratégiquement leurs discours, les sujets énonciateurs peuvent aussi employer d'autres outils persuasifs. En ce qui concerne les modalités discursives/argumentatives, on met en évidence trois catégories traitées par Amossy (2008) dans lesquelles les deux textes sont insérés.

La *modalité démonstrative* est définie comme exposant des données, des faits dans le but d'obtenir l'adhésion par un discours rationnel. Cela se produit dans le corpus, en deux étapes : premièrement, les présidents racontent les améliorations apportées par leurs gouvernements, puis décrivent les injustices qu'ils ont subies. Vargas et Rousseff dépeignent, ainsi, une image contextuelle de leur gestion. Voici quelques exemples de la *modalité démonstrative* dans le discours de Vargas :

J'ai présidé au gouvernement dans la spirale inflationniste qui détruisait les valeurs du travail. Les profits des entreprises étrangères atteignaient 500 % par an. Il y avait des fraudes de plus de 100 millions de dollars par an dans les déclarations de valeur des importations. La crise du café est survenue. Nous avons essayé de défendre son prix et la réponse a été une pression violente sur notre économie [...] Après des décennies de domination et d'exploitation,

j'ai commencé le travail de libération et j'ai mis en place le régime de la liberté sociale.⁴

Voici quelques exemples de la *modalité démonstrative* dans le discours de Rousseff :

Le projet national progressiste, inclusif et démocratique que je représente [...] avec le droit au travail et à la protection des lois du travail, le droit à une retraite juste, le droit au logement et à la terre ; le droit à la santé et à la culture [...] Je m'adresse aux Brésiliens qui, au cours de mon mandat, ont surmonté la misère, ont réalisé leur rêve d'avoir une maison propre, ont commencé à recevoir des soins médicaux, sont entrés à l'université et ont cessé d'être invisibles.⁵

Vargas et Rousseff montrent dans ces extraits qu'ils sont au fait des événements qui se sont déroulés au Brésil, qu'ils sont dignes de confiance et méritent l'adhésion de leurs interlocuteurs. En décrivant et en critiquant le positionnement de l'élite et des médias brésiliens, par exemple, ils avancent des arguments logiques et démontrent qu'ils sont rationnels.

Pour ce qui concerne la *modalité pathétique*, le sujet énonciateur tente d'émouvoir son interlocuteur, vise à le toucher. On voit que les deux personnalités politiques construisent leurs discours de manière *pathémique/pathétique*, afin de sensibiliser et persuader leur

⁴ Assumi o Governo dentro da espiral inflacionário que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia [...] Depois de decênios de domínio e de exploração, iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social.

⁵ O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento [...] com direito ao trabalho e à proteção dos direitos trabalhistas, direito a uma aposentadoria justa, direito à moradia et à terra; direito à saúde e à cultura [...] Falo aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis [...].

auditoire, en faisant appel à leur humanité et en se défendant contre les accusations. Vargas écrit :

Je regrette de ne pas avoir pu faire, pour ce bon et généreux peuple brésilien et surtout pour les plus démunis, tout le bien que je voulais faire. Le mensonge, la calomnie, les inventions les plus maladroites ont été générées par la malveillance d'ennemis avec leurs méchancetés gratuites. [...] Ils veulent me détruire à tout prix. J'ai lutté mois après mois, jour après jour, heure après heure, en résistant à une pression constante et incessante, endurant tout ça en silence, tout en m'oubliant, en renonçant à moi-même, pour défendre le peuple qui est désormais démuné. [...] Quand on vous humiliera, vous sentirez mon âme souffrir à vos côtés. Quand la faim frappera à votre porte, vous sentirez dans votre esprit l'énergie pour lutter pour vous et vos enfants. Mon sacrifice vous tiendra unis et mon nom sera votre bannière de lutte.⁶

Dans le cas de Rousseff, l'on peut lire :

C'est le deuxième coup que je subis dans la vie. Le premier, le coup d'État militaire, basé sur la truculence des armes, de la répression et de la torture, m'a frappé en tant que jeune militante. Le second, le coup d'État parlementaire perpétré aujourd'hui par une farce juridique, me destitue du poste pour lequel j'ai été élue par le peuple. [...] L'incrédulité et le chagrin qui nous frappent parfois sont de très mauvais conseillers. [...] Aux femmes brésiliennes qui m'ont couvert

⁶ Levo o pesar de não haver podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia. A mentira, a calúnia, as mais torpes invencionices foram geradas pela malignidade de rancorosos e gratuitos inimigos. [...] Querem destruir-me a qualquer preço. Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. [...] Quando vos humilharem, sentireis a minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será vossa bandeira de luta.

de fleurs et d'affection, je leur demande de croire qu'elles peuvent y arriver.⁷

En révélant qu'ils sont persécutés, diffamés et soumis à un coup d'État injuste, Vargas et Rousseff entretiennent des émotions négatives de mépris, de méfiance et de colère à l'égard des médias et des *traîtres* politiques, ainsi que des émotions positives d'empathie, de compréhension et d'affection à leur égard.

Dans la *modalité polémique*, il y a la confrontation d'idées, de thèses opposées. Dans le cas des deux anciens présidents, on voit que cela est introduit dans le texte non pas de manière dialogique comme le veut Amossy, mais construite à partir d'un tiers absent qui contribue à soutenir la dualité présumée. À partir de cette construction discursive oppositionnelle, il devient possible de discréditer les pensées d'autrui pour convaincre leurs interlocuteurs. Dans le discours de Vargas, on voit :

Ajoutez la faiblesse d'amis qui ne m'ont pas défendu dans les fonctions qu'ils occupaient, la déloyauté d'hypocrites et de traîtres qui ont bénéficié de mes honneurs et faveurs, et l'insensibilité morale d'assassins que j'ai livrés à la justice, tous contribuant à créer une fausse ambiance dans l'opinion publique du pays, contre moi. [...] Mais une telle renonciation susciterait fureur, persécution et humiliation. Ils veulent me détruire à tout prix. Je suis devenu dangereux pour les puissants du jour et les castes privilégiées. [...] Une fois encore, les forces et les intérêts contre le peuple ont été coordonnés et se sont à nouveau déchaînés sur moi. [...] On ne veut pas que le peuple soit indépendant.⁸

⁷ É o segundo golpe que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. [...] A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. [...] Às mulheres brasileiras que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que podem.

⁸ Acrescente-se a fraqueza de amigos que não me defenderam nas posições que ocupavam, a felonía de hipócritas e traidores a quem beneficiei com honras e

Dans le discours de Rousseff :

Mais le coup n'a pas été commis seulement contre moi et contre mon parti. Ce n'est que le début. Le coup d'État touchera toute organisation politique progressiste et démocratique. Le coup est contre les mouvements sociaux et syndicaux et contre ceux qui se battent pour les droits dans tous les sens : droit au travail et à la protection des lois du travail, droit à une retraite juste ; droit au logement et à la terre, droit à l'éducation, à la santé et à la culture ; le droit des jeunes de mener leur propre histoire ; droits des Noirs, des Peuples autochtones, de la population LGBT, des femmes ; droit de manifester sans être réprimé. Le coup est misogyne. Le coup est homophobe. Le coup est raciste. C'est l'imposition d'une culture de l'intolérance, des préjugés et de la violence.⁹

Dans les deux cas, il y a des instances d'énonciation qui se montrent en désaccord avec les accusations portées contre eux, en particulier avec le discours des médias, de leurs rivaux et ennemis politiques.

Par les modalités argumentatives utilisées, on perçoit une visée de la production de l'image de soi (positive) des sujets

mercês e a insensibilidade moral de sicários que entreguei à justiça, contribuindo todos para criar um falso ambiente na opinião pública do país, contra a minha pessoa. [...] Mas tal renúncia daria ensejo para fúria, perseguirem-me e humilharem. Querem destruir-me a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas. [...] Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. [...] Não querem que o povo seja independente.

⁹ Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção trabalhista, direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra, direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito e da violência.

énonciateurs, qui s'oppose à une production de l'image négative de ceux qui les persécutent politiquement. Dans une structure dichotomique d'opposition, les deux anciens présidents forgent leur *ethos* d'innocents, d'humiliés et de victimes d'injustices et de calomnies ; et leurs ennemis comme injustes, corrompus, calomnieux et perfides.

Analyse des preuves rhétoriques dans les discours des deux anciens présidents

Passons maintenant à l'analyse d'autres extraits de la lettre testamentaire de Vargas et du discours d'adieu de Rousseff, que l'on croit être représentatifs principalement dans la question de la construction *éthique* des présidents et dans le déclenchement de *pathémies* chez les lecteurs et les auditeurs institués dans les *logos*, c'est-à-dire dans le texte, dans les arguments.

Avec l'*ethos*, on (re)constitue l'image de soi des deux autorités, leur caractère et les statuts les plus variés qui leurs sont imputables, qui serviraient de garanties symboliques (Maingueneau, 2002). En ce sens, l'*ethos*, lié directement aux représentations sociales et à l'idéologie, fait référence aux stratégies discursives indiquées par Patrick Charaudeau (1983), et aussi traitées par la rhétorique, l'argumentation et l'analyse du discours : la légitimité et la crédibilité.

En ce qui concerne la notion de *pathos*, elle aide à élucider les dimensions *pathémiques* des deux discours et à comprendre *comment* les auteurs essayent de susciter des émotions chez leurs interlocuteurs et *quels* types d'émotions ils visent à déclencher, ou plutôt, quels effets *pathémiques* sont envisagés pour convaincre, séduire et persuader leur public respectif (Plantin, 2011). Avec le *logos*, le *pathos* est perceptible dans le contrat de communication et se révèle, ainsi que l'*ethos*, présent dans les imaginaires sociodiscursifs, dans les savoirs de connaissance partagée et l'univers de croyance des sujets qui parlent. En ce sens, « toute modification d'une croyance entraîne une modification de

l'émotion et toute modification de l'émotion entraîne un déplacement de la croyance », comme l'affirme Charaudeau (2000). Toujours dans le cas du *pathos*, l'élément déterminant des émotions est leur condition historique de production (ainsi que de réception), qui les rendent uniques et transitoires et dont la nature est contraire à toute tentative d'universalisation.

La dimension rhétorique-argumentative présente dans les deux documents provient des attributs matériels-textuels, dans leur dimension linguistique, comme le choix du lexique, de la syntaxe, des silences, des connecteurs et des marqueurs prosodiques, par exemple. En guise d'argument, l'énoncé « On ne m'accuse pas, on m'insulte ; on ne me combat pas, on me calomnie et on ne me donne pas le droit de défense »¹⁰, extrait de la lettre de Vargas, s'appliquerait parfaitement au discours de Rouseff. Et la déclaration « Je quitte la présidence sans avoir commis, depuis le début, aucun acte illicite ; sans avoir trahi aucun de mes engagements »¹¹, extrait du discours de Rouseff, s'appliquerait également parfaitement à la lettre de Vargas.

On rappelle que quelques jours avant son dernier discours, Rouseff avait prononcé, avant la votation finale au Sénat, un discours exhortant à ne pas voter pour sa destitution. Rouseff connaît bien l'histoire politique du Brésil, cite et se compare à Vargas, démontrant ainsi qu'ils ont beaucoup en commun, comme la persécution politique, le sentiment d'injustice et la tristesse à cause de ce qu'ils ont subi : « Le président Getúlio Vargas [...] a subi une persécution incessante ; le complot hideux orchestré par la nommée 'República do Galeão', qui l'a conduit au suicide ».¹² Rouseff, en se comparant à Vargas dans le premier discours et en affirmant, dans son dernier discours, que la destitution « entre dans

¹⁰ Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa.

¹¹ Saio da presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos.

¹² O presidente Getúlio Vargas [...] sofreu uma implacável perseguição; a hedionda trama orquestrada pela chamada 'República do Galeão', que o levou ao suicídio.

l'histoire des grandes injustices »¹³, construit une image de soi proche de celle de Vargas, c'est-à-dire de populiste, de présidente qui s'est également battue pour le peuple, pour les pauvres, que son gouvernement inclusif et progressiste, comme celui de Vargas, « a été interrompu par une puissante force conservatrice et réactionnaire, avec le soutien d'une presse factionnelle et vénale ».¹⁴ La República do Galeão, qui a entraîné la mort de Vargas, est incarnée par la República de Curitiba, qui a destitué Rousseff de son poste.

Vargas, à son tour, cite Dieu dans son discours : « J'ai préféré rendre compte au Seigneur ... Seulement Dieu connaît mes chagrins ».¹⁵ Il rapproche également son image à celle du Christ, en rappelant avoir défendu les pauvres et les humbles, s'être battu pour les travailleurs, avoir été persécuté et humilié et avoir donné sa vie pour le peuple et, au moment de sa mort, « [il] a fait le premier pas vers le chemin de l'éternité. [...] Je vous ai donné ma vie. Maintenant, je vous offre ma mort ».¹⁶ La référence à Dieu et la proximité du discours biblique sont caractéristiques d'une modalité argumentative *pathétique* évidente et efficace pour émouvoir les lecteurs et procurer l'adhésion aux arguments *pathémiques*.

Dans le cas du *pathos*, Rousseff répertorie de manière stratégique tous ceux qui seront victimes du coup d'État, c'est-à-dire « les Noirs, les Peuples autochtones, la population LGBT, les femmes ».¹⁷ Avec cela, elle veut susciter des émotions négatives telles que la peur, la souffrance, la tristesse, ainsi que la colère et la révolte de ceux qui l'écoutent. Vargas cite également ceux qui ont toujours subi et continueront à subir des préjugés, « les pauvres

¹³ entra para a história das grandes injustiças

¹⁴ está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal.

¹⁵ preferi ir prestar contas ao senhor [...] só Deus sabe das minhas amarguras

¹⁶ [deu] o primeiro passo no caminho da eternidade. [...] Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte.

¹⁷ os negros, os indígenas, a população LGBT, as mulheres

et les humbles »¹⁸, ses interlocuteurs extrêmement émus qui sont descendus dans les rues pour les funérailles de leur président. Ces émotions correspondraient alors à des interprétations des sujets impliqués face aux événements basées sur leurs histoires de vie, leurs connaissances des faits, leurs croyances, leurs valeurs morales, leurs positions par rapport aux normes sociales, entre autres éléments.

Considérations finales

Les discours de Rousseff et de Vargas montrent que les sujets énonciateurs se révèlent. Les extraits ici analysés mènent à considérer que les expériences qu'ils ont vécues et racontées font partie de leur identité et ont façonné leur caractère, leur *ethos*. Leurs discours persuasifs touchent le public et mènent le peuple brésilien à vivre des réactions *pathémiques* diverses. Dans un mouvement cathartique, une partie de la population a montré ses émotions de solidarité et de compassion envers le coup d'État subit par Rousseff. Dans le cas de Vargas, son enterrement a été accompagné par une foule triste et désolée.

Entre *ethos* et *pathos*, les deux politiciens placent leurs discours dans des conditions de sincérité et les valident en affirmant dire la vérité, même si relative ou relativisée. En se tenant du côté de la vérité, dans une opposition dichotomique, ils attaquent les mensonges de leurs adversaires. Les deux dénoncent un complot, une situation de crise, se disent victimes sans toutefois identifier clairement les coupables, en affirmant que ce ne sont pas des individus, mais des groupes politiques et médiatiques opposés qui soutiennent des idéologies contraires aux leurs.

Cette incursion dans les deux discours mène à croire qu'il existe une structure générique relativement fixe et composée d'éléments rhétoriques, argumentatifs et discursifs prévisibles. Vargas et Rousseff soulignent leurs positions sur la justice, la vertu,

¹⁸ os pobres e os humildes

l'honneur, l'engagement au peuple et à la vérité. Ce qui a été dit devient donc des arguments politiques persuasifs fondés sur la crédibilité *éthique* face à leur auditoire.

Ainsi, Vargas et Rousseff renouvellent dans leurs discours une image de politiques compétants dont la réputation est menacée. Avec un discours incisif, populiste, messianique et charismatique, les deux figures politiques veulent s'aligner à ce qu'on appellerait un discours souverain, par opposition au discours mensonger, méchant, égoïste et antipatriotique de ceux qui les attaquent, les persécutent et les destituent.

Références

Amossy, Ruth, *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*, Lausanne, Delachaux et Niestlé, 1999.

Amossy, Ruth, *L'argumentation dans le discours*, Paris, Armand Colin, 2000.

Amossy, Ruth. « As modalidades argumentativas do discurso » dans Lara, Gláucia M.P et al (éds.), *Análises do Discurso Hoje*, vol. 1, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

Amossy, Ruth, *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*, Paris, Presses Universitaires de France, 2010.

Amossy, Ruth. & Pierrot, Anne Herschberg, *Stéréotypes et clichés. Langue, discours, société*, Paris, Armand Colin, 2011.

Aristóteles, *Retórica*, Lisboa, Casa da Moeda, 2005.

Bakhtine, Mikhaïl, *Esthétique de la création verbale*, Paris, Gallimard, 2017.

Charaudeau, Patrick, *Langage et discours. Éléments de sémiolinguistique*, Paris, Hachette-Université, 1983.

Charaudeau, Patrick, « La pathémisation à la télévision comme stratégie d'authenticité », dans Plantin, Christian et al (éds.), *Les émotions dans les interactions*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2000. (CD-Room)

Charaudeau, Patrick, *Le discours politique. Les masques du pouvoir*, Paris, Vuibert, 2005.

Charaudeau, Patrick, « Pathos et discours politique », dans Rinn, Michel (éd.), *Émotions et Discours. L'usage des passions dans la langue*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2008, p. 49-58.

Charaudeau, Patrick & Maingueneau, Dominique (éds.), *Dictionnaire d'Analyse du discours*, Paris, Seuil, 2002.

Elster, Jon, « Rationalité, émotions et normes sociales » dans Paperman, Patricia. & Ogien, Ruwen. (éds.), *La couleur des pensées. Sentiments, émotions, intentions*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1995, p. 33-64.

Emediato, Wander (éd.), *Análises do Discurso Político*, Belo Horizonte, Editora FALE/UFGM, 2016.

Maingueneau, Dominique, « Ethos, scénographie, incorporation », dans Amossy, Ruth. (éd.) *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*, Lausanne, Delachaux et Nistlé, 1999, p. 75-101.

Maingueneau, Dominique, « Problèmes d'ethos », *Pratiques*, n° 113, juin 2002, p. 55-68.

Mello, Renato de, « Das provas retóricas na 'Carta Testamento' de Getúlio Vargas », dans Emediato, Wander (éd.), *Análises do Discurso Político*, Belo Horizonte, Editora FALE/UFGM, 2016, p. 176-194.

Plantin, Christian, « La construction rhétorique des émotions », dans Rigotti, Eddo & Cigada, Sara (éds.), *Rhetoric and argumentation*, 1999, p. 203-219.

Plantin, Christian, *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*, Bern, Peter Lang, 2011.

Rinn, Michael, (éd.) *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2008.

Sites Internet :

Íntegra do discurso de Dilma após impeachment, site de Globo, disponible ici : <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>

Carta Testamento de Getúlio Vargas, site de Só História, disponible ici : <https://www.sohistoria.com.br/ef2/getulio/>

Annexes

Les documents annexes ci-dessous sont dans la langue originale, le portugais brésilien.

Discours de Dilma Rousseff

Ao cumprimentar o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprimento todos os senadoras e senadores, deputadas e deputados, presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. Mulheres e homens de meu País.

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.

Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em

2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado. É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa por 54,5 milhões de votos. É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis. Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social.

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54 milhões que

votaram em mim em 2014. Falo aos 110 milhões que avalizaram a eleição direta como forma de escolha dos presidentes. Falo principalmente aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados.

A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. Não desistam da luta. Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.

Quando o Presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz. Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso País. Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.

Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil. Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati a desigualdade.

Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles.

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.

Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer “até daqui a pouco”. Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakosvki:

Não estamos alegres, é certo,
Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado
As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,
Rompê-las ao meio,
Cortando-as como uma quilha corta.

Um carinhoso abraço a todo povo brasileiro, que compartilha comigo a crença na democracia e o sonho da justiça.

Lettre testamentaire de Getúlio Vargas

Deixo à sanha dos meus inimigos o legado da minha morte. Levo o pesar de não haver podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia. A mentira, a calúnia, as mais torpes invencionices foram geradas pela malignidade de rancorosos e gratuitos inimigos numa publicidade dirigida, sistemática e escandalosa. Acrescente-se a fraqueza de amigos que não me defenderam nas posições que ocupavam, a felonía de hipócritas e traidores a quem beneficiei com honras e mercês e a

insensibilidade moral de sicários que entreguei à justiça, contribuindo todos para criar um falso ambiente na opinião pública do país, contra a minha pessoa.

Se a simples renúncia ao posto a que fui elevado pelo sufrágio do povo me permitisse viver esquecido e tranquilo no chão da pátria, de bom grado renunciaria. Mas tal renúncia daria ensejo para com fúria, perseguirem-me e humilharem. Querem destruir-me a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas. Velho e cansado, preferi ir prestar contas ao senhor, não de crimes que contrariei ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque exploravam, impiedosamente, aos pobres e aos humildes. Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos. Que o sangue de um inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus. Agradeço aos que de perto ou de longe trouxeram-me o conforto de sua amizade. A resposta do povo virá mais tarde....

Mais uma vez, a forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

SENTIDOS EM DISPUTA: A PRÁTICA DISCURSIVA DAS *FAKE NEWS* CONTRA A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ NO BRASIL

Renata Nobre Tomás
Jenifer Eduarda de Souza Correa
Lorena Maria Nobre Tomás

Introdução

Apesar de não serem um fenômeno recente, as *fake news*, com o advento da internet, cresceram exponencialmente, produzindo impactos negativos nos mais diferentes setores da sociedade. Nesse contexto, há desde substituição de tratamentos cientificamente comprovados por “curas milagrosas”, disseminação de teorias conspiratórias, como a crença de que vacinas conteriam *chips* capazes de alterar o DNA, até escolhas políticas a partir de alegações infundadas sobre candidatos que estariam vinculados a rituais satânicos. Além disso, essas peças desinformativas também podem fomentar discursos de ódio a determinados grupos sociais e, até mesmo, estimular a prática de violência física, como observado nos últimos anos em ataques à população LGBTQIAPN+.

Para termos ideia da violência a esse grupo, o Brasil permanece no topo do *ranking* mundial de países que mais matam pessoas trans e travestis no mundo pelo décimo quinto ano consecutivo, de acordo os dados publicados por Benevides (2024), no *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Em 2023, ainda segundo dados publicados pela ANTRA, tomando como base o ano de 2022, houve um aumento de 10,7% no número de casos de assassinato de pessoas trans e travestis e, de janeiro a abril, de acordo com a associação

Grupo Gay Bahia, 80 assassinatos contra pessoas LGBTQIAPN+ foram registrados nos quatro primeiros meses de 2023 (pessoas trans e travestis representam 62,5% desse número).

Ao mesmo tempo em que vemos o aumento nos números da violência contra esse grupo, as pesquisas também revelam maior propagação no número de *fake news* à comunidade LGBTQIAPN+. O aumento de discursos de ódio disseminado por meio de *fake news* contribui para a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+, seja pela violência psicológica, física, violação de direitos, pelo impedimento de acesso a espaços públicos, seja pelas tentativas de homicídios ou assassinatos.

Considerando o impacto negativo das *fake news* a esse grupo, este texto objetiva analisar as *fake news* que têm como alvo a comunidade LGBTQIAPN+ no período de 2022 a 2024. Pretendemos, ainda, categorizar as temáticas e período mais recorrentes, bem como analisar a cenografia, o interdiscurso e os efeitos de sentido dessas desinformações.

Este estudo embasa-se na Análise do Discurso, da qual acionamos os conceitos de cenografia, interdiscurso e efeitos de sentido, conforme propostos por Maingueneau (2008a, 2008b, 2012, 2013a, 2013b, 2014, 2015) e Pêcheux (2009). Para refletirmos sobre o funcionamento das *fake news*, recorreremos aos estudos de Bucci (2019a, 2019b), Pinheiro (2019), Santaella (2018, 2019, 2023) e Wardle (2017). Em função do *corpus* da pesquisa, tecemos considerações acerca do percurso histórico do movimento LGBTQIAPN+ e da noção de pânico moral (Miskolci; Campana, 2017).

Com este trabalho, objetivamos analisar como as *fake news* publicadas no período de 2022 a 2024 atacam a comunidade LGBTQIAPN+ e, a partir desses dados, aprofundar as discussões sobre o funcionamento dos textos desinformativos, contribuindo assim com os estudos sobre as *fake news*, em especial sobre aquelas que objetivam desqualificar esse grupo já tão estigmatizado e

¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/entenda-como-nova-onda-de-fake-news-influencia-guerra-digital>. Acesso em: 12 abr. 2025.

vítima das mais diversas modalidades de violência. Como essas desinformações têm contribuído para o aumento e a perpetuação da discriminação, acreditamos que, ao explicitar seu funcionamento, os resultados desta pesquisa podem colaborar para a redução do preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+.

O presente capítulo, além desta introdução e da conclusão, está dividido em quatro seções. Na primeira, contextualizamos o movimento LGBTQIAPN+. Na segunda, abordamos o fenômeno das *fake news* na era digital. Na terceira, apresentamos os conceitos da Análise do Discurso mobilizados para a análise das *fake news*. Por fim, na quarta seção, procedemos à contextualização e análise do *corpus*.

Breve contexto histórico do movimento LGBTQIAPN+

O movimento LGBTQIAPN+ passou por diversas fases e desafios complexos por todo o mundo e foi marcado por lutas, resistência e avanços significativos. Desde o século XIX, a discussão sobre gênero e sexualidade, muitas vezes, foi associada ao crime e à doença, provocando a exclusão dessas pessoas. No entanto, foi por causa dessas ideias excludentes e patológicas que grupos começaram a se organizar para lutar pelos seus direitos civis.

As primeiras manifestações de grupos organizados em relação à diversidade sexual surgiram na Europa no século XIX. Karl Heinrich Ulrichs, advogado e jornalista, juntamente com Magnus Hirschfeld, médico e sexologista, ambos alemães, são considerados os pioneiros dos estudos sobre a comunidade LGBTQIAPN+. Eles começaram a construir um pensamento científico que reconhecesse as diversas formas de sexualidade e que defendesse a ideia de que as relações homoafetivas não podiam ser consideradas crime ou uma forma de exclusão social. Sobre isso, Quinalha (2022, p. 23) expõe que essas iniciativas inauguraram uma “[...] primeira fase do movimento, marcada por uma abordagem médica e legalista, voltada à conquista de direitos civis básicos e à despatologização das identidades sexuais”. Assim, essas primeiras manifestações

futuramente viriam a se consolidar como o movimento LGBTQIAPN+.

Em meados de 1960, nos Estados Unidos, pessoas homossexuais eram constantemente vítimas de violência policial. Elas se encontravam em bares para socializar, visto que esse era o único lugar que tinham para expressar sua sexualidade. Em 1969, um grupo de pessoas, a maioria negras, latinas e trans, resistiram a uma abordagem policial em um bar de Nova York, acontecimento que ficou conhecido como a *Revolta de Stonewall*. Isso marcou uma nova fase para o início do movimento LGBTQIAPN+ que, segundo Quinalha (2022, p. 41), “[...] funcionou como catalisador de um ativismo mais radicalizado, que passou a se articular em torno da visibilidade, do orgulho e da crítica ao sistema heteronormativo”. Logo, pessoas que faziam parte desse grupo começaram a lutar ainda mais por igualdade, respeito e direitos civis de uma forma mais coletiva e politizada.

No Brasil, o movimento LGBTQIAPN+ também teve seu início em meados de 1960, porém esse grupo que desafiava os costumes da sociedade heteronormativa logo passou por ameaça. Com o golpe militar de 1964, muitos grupos sociais, inclusive a comunidade LGBTQIAPN+, não podiam reivindicar seus direitos e foram vítimas de censura e perseguição. Apesar disso, organizações que defendiam a diversidade sexual surgiram para lutar por seus direitos e para combater a homofobia.

Desde o início do movimento LGBTQIAPN+, a homossexualidade era considerada uma doença e associada à promiscuidade. Com o surgimento da AIDS nos anos 80, que afetava principalmente os homossexuais, essa doença começou a ser conhecida como “câncer gay”, e isso reforçou estereótipos criados pelos conservadores e religiosos que acreditavam que a AIDS seria um “castigo” enviado por Deus.

Somado a isso, os “defensores da moral”, aqueles que prezam por uma suposta “ordem social”, começaram a considerar as práticas homossexuais ou qualquer conduta contrária aos “bons costumes” como anormalidade e perversão, gerando preconceitos

e discursos de ódio, que Cohen (*apud* Miskolci; Campana, 2017, p. 740) definiu como pânico moral:

[algo] passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa: as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorrem-se a formas de enfrentamento ou procura-se desenvolvê-las.

Logo, a comunidade LGBTQIAPN+ é apresentada como uma ameaça aos valores sociais de uma suposta “ordem” presente na sociedade. Dado isso, os conservadores e religiosos, através de uma retórica simplista e de um discurso inflamado, realizam seus juízos de valores e ditam o que deve ser feito.

Um exemplo de pânico moral foi o surgimento da chamada “ideologia de gênero”, termo sem reconhecimento científico, mas utilizado por grupos religiosos e conservadores que rejeitam os estudos de gênero. A expressão surgiu na década de 1990, durante o *Conselho Pontifício para a Família*, da *Congregação para a Doutrina da Fé*, e foi formulada como uma reação contrária ao feminismo por grupos conservadores católicos, que, segundo eles, ameaçam os valores da família tradicional. Conforme apontam Miskolci e Campana (2017, p. 743):

[...] tudo indica que os empreendedores morais contra a “ideologia de gênero” são grupos de interesse conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas. [...] buscam delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional.

Os setores conservadores que criaram essa suposta “ideologia de gênero” defendem um sistema em que os indivíduos são constituídos dentro da normalidade a partir de alguns princípios. O principal diz respeito ao binarismo de sexo, em que o gênero das pessoas é determinado apenas por sua genitália, ou seja, há apenas homem e mulher. Além disso, esses setores são os responsáveis por definir o que é ser homem e o que é ser mulher. Ao fazer isso, o masculino é colocado como superior em relação ao feminino. Toda pessoa que apresenta comportamentos e escolhas diferente da normalidade estabelecida por grupos conservadores se torna “anormal” e propagadora dessa suposta “ideologia de gênero”.

As desinformações que têm como alvo a comunidade LGBTQIAPN+ objetivam estimular o medo, provocando nas pessoas receios e angústias para que, por meio de pânico morais, elas fiquem mais suscetíveis a concordar com determinado ponto de vista. É necessário, portanto, entender como as *fake news* contra a comunidade LGBTQIAPN+ são construídas e quais são as estratégias utilizadas para causar pânico moral, para que assim sejamos capazes de compreender o funcionamento das desinformações contra esse grupo.

Na seção seguinte, analisamos o fenômeno das *fake news* na era digital, abordando suas dinâmicas de funcionamento e disseminação.

O fenômeno das *fake news* na era digital

Embora as *fake news* tenham se popularizado especialmente após as eleições presidenciais americanas de 2016, a publicação e circulação de desinformações não é nenhuma novidade. Em qualquer período histórico, há textos enviesados, omissos ou distorcidos que foram elaborados com o objetivo de desinformar, de enganar a população com algum objetivo escuso. Quanto a isso, Santaella (2019, p. 31) ratifica que a mentira não é algo novo em nossa sociedade e que “[...] inteiramente novo [...] é o modo inédito de operar e a grande mudança de escala propiciada pelo

poder de difusão do computador habilitado pelas plataformas de redes sociais”.

O que visualizamos atualmente é, na verdade, um crescimento exponencial tanto na produção quanto na propagação desses textos desinformativos devido ao alcance potencializado pelas tecnologias digitais, em especial devido às redes sociais, e pela falta de uma legislação mais eficiente para coibir tal prática. Bucci (2019b) ainda destaca que é preciso diferenciar o erro jornalístico de *fake news*. Embora ambos apresentem desinformações quanto aos fatos, as *fakes*, muitas vezes imitando o fazer jornalístico, têm o propósito de enganar. Quanto a isso, Pinheiro (2019, p. 88) diz que elas “[...] são a mentira intencional a serviço de alguma causa escusa”. Ao refletir sobre os impactos das *fake news*, Bucci (2019a) argumenta que é um conteúdo totalmente mentiroso e é tão eficaz que faz as pessoas tomarem decisões que não tomariam se soubessem da verdade.

As desinformações fazem parte de um sistema complexo com intenções bem definidas que, para serem alcançadas, necessitam da *internet* e das diversas tecnologias digitais. Geralmente, os criadores de conteúdos fraudulentos podem ganhar engajamento e lucro utilizando as redes sociais como meio de propagação para atacar ou beneficiar pessoas públicas, instituições etc. O produtor de uma *fake news*, muitas vezes, tem como intenção manipular a opinião do público acerca de algum assunto. As desinformações contra o movimento LGBTQIAPN+, por exemplo, propagam discursos de ódio e desencadeiam os preconceitos e a LGBTfobia.

Apesar de o algoritmo e os robôs terem grande relevância na propagação desses conteúdos fraudulentos, o fator humano, o apelo às suas crenças e emoções têm papel decisivo na propagação de *fake news*. Quanto a isso, Bucci (2019a, p. 44) lembra-nos de que “[...] uma notícia (falsificada, fraudulenta ou mesmo verdadeira, pouco importa) ganha repercussão à medida que corresponda a emoções. Sobre o factual predomina o sensacional – daí o sensacionalismo. Sobre o argumento, o sentimento ou o

sentimentalismo”. O autor ressalta que esse apelo é uma estratégia muito presente na construção de textos desinformativos.

Os criadores de *fake news* utilizam diversas estratégias para alcançar seus objetivos. A mais eficaz apela para as emoções, pois já foi comprovado que conteúdos, verdadeiros ou falsos, com carga emocional elevada são mais compartilhados. De acordo com Bucci (2019b), desinformações capazes de suscitar fortes emoções têm um potencial 70% maior de disseminação em comparação às verdadeiras. Nesse contexto, surgiu o termo ‘pós-verdade’ para designar um cenário em que emoções e crenças pessoais assumem maior relevância na formação da opinião pública do que os fatos objetivos.

Isso tudo foi impulsionado com o advento da *internet* e, especialmente, das redes sociais que contribuem para a formação de grupos que possuem ideias e valores semelhantes, conhecidos como “bolhas sociais”. A partir disso, produtores de *fake news* se aproveitam dos algoritmos para difundir conteúdos fraudulentos entre esses grupos. Bruno e Roque (2019) evidenciam que a circulação de desinformação entre indivíduos que compartilham do mesmo pensamento acaba por reforçar sua credibilidade e ampliar sua disseminação.

Inúmeras são as estratégias empregadas para produção de uma *fake news*. Para aprofundar os estudos sobre o tema, Claire Wardle (2017) desenvolveu sete categorias para classificar os diferentes tipos de *fake news*, com base nos efeitos que pretendem provocar e em como são produzidas. Ela apresentou a seguinte tipologia: 1. *Sátira ou paródia*: são criados com intenção humorística ou crítica podendo ser interpretados como verdadeiros; 2. *Conteúdo enganoso*: quando um fato é distorcido ou recontextualizado para enganar o leitor; 3. *Conteúdo impostor*: conteúdo que simula ser de uma fonte confiável (como um portal de notícias ou órgão oficial), mas na verdade é forjado; 4. *Conteúdo fabricado*: aquele que foi 100% fabricado com o intuito de enganar, ou seja, todo seu conteúdo é falso; 5. *Falsa conexão*: ocorre quando o título, a imagem ou legenda não têm relação com o conteúdo, apenas serve como “isca” para atrair cliques; 6. *Falso*

contexto: apresenta uma informação verdadeira fora do seu contexto original; 7. *Conteúdo manipulado*: ocorre quando o produtor altera de forma intencional os textos, as imagens ou vídeos com o intuito de enganar. São incluídos nessa categoria desde os conteúdos distorcidos até os fora de seu contexto original.

As *fake news* são construídas simulando um discurso verdadeiro. E elas não se limitam apenas à linguagem verbal, pois utilizam imagens, formatos textuais e até falsas autoridades com o propósito de enganar e garantir confiabilidade. Com isso, elas imitam uma informação verdadeira criando a ilusão de objetividade, mas que não passa de um conteúdo manipulado. Logo, compreender essas estratégias permite ao indivíduo um olhar crítico em relação ao que lê, vê e ouve em suas redes sociais, o que pode contribuir para o combate à desinformação.

Na próxima seção, são apresentados os conceitos de cenografia, interdiscurso e efeitos de sentido, fundamentais para a compreensão dos mecanismos discursivos mobilizados na construção das *fake news* analisadas.

Abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso

No arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso, existem diversas categorias analíticas que são acionadas pelos pesquisadores de acordo com as especificidades de cada problema de pesquisa. Com o objetivo, de proceder à análise de um *corpus* constituído por *fake news* contra a comunidade LGBTQIAPN+, organizadas de acordo com as temáticas mais recorrentes, mobilizamos as noções de cenografia, interdiscurso e efeitos de sentido.

Toda enunciação é produzida no interior de um quadro previamente instituído, ou seja, os enunciadores não constroem livremente sua enunciação. Para compreender esse conjunto de normas que regulam a produção enunciativa, Maingueneau (2008a, 2008b, 2012, 2013a, 2013b, 2014, 2015) propõe o conceito de cenas

de enunciação, organizado em uma tríade formada por: cena englobante, cena genérica e cenografia.

A cena englobante refere-se ao tipo de discurso e permite situar determinado gênero em esferas como a literária, a jornalística ou a publicitária, entre outras. Conforme Maingueneau (2015, p. 118), essa classificação resulta “[...] do recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros de discurso”. Por sua vez, cena genérica relaciona-se à noção de gênero de discurso, sem, contudo, se confundir com ela. Enquanto os gêneros de discurso dizem respeito a uma realidade tangível e imediata, as cenas genéricas “[...] funcionam como normas que suscitem expectativas” (Maingueneau, 2015, p. 120). Essa categoria abrange a noção de gênero, mas incorpora também outros elementos a ela articulados.

Por considerar que as normas do quadro cênico (cena englobante e cena genérica) não são suficientes para a compreensão das singularidades de um texto, Maingueneau (2008a, 2008b, 2012, 2013a, 2013b, 2014, 2015) propõe a noção de cenografia. Para ele, “[...] enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*” (Maingueneau, 2015, p. 122). Ela não é determinada pelo tipo ou gênero de discurso, mas instituída no processo da enunciação. Assim, o autor ressalta que “[...] não é diretamente com o quadro cênico que se confronta o leitor, mas com a **cenografia**” (Maingueneau, 2013a, p. 97). No ambiente digital, o enfraquecimento do quadro cênico é ainda mais evidente. Conforme Maingueneau (2015, p. 162), na web, é “[...] a cenografia, a encenação da informação, que tem o papel chave; ela mobiliza, além disso, maciçamente, os recursos multimodais (imagem fixa ou móvel, som) e as operações hipertextuais”.

Alguns gêneros de discurso apresentam cenografias mais estáveis, enquanto outros, mais instáveis. Os gêneros acadêmicos, por exemplo, manifestam cenografias fixas, limitando-se às da cena genérica. Já os gêneros publicitários são, geralmente, surpreendentes quanto às cenografias mobilizadas. A cenografia

utilizada é a que se julga mais adequada para suscitar a adesão dos coenunciadores e está ligada à finalidade do gênero de discurso e às condições de produção e de recepção dos discursos. É o caso também das *fake news* que “[...] dependem da cenografia como forma de angariar validade a seu discurso, independentemente dos fatos ou não fatos que enunciam” (Gugoni, 2020, p. 100). Considerando, portanto, a força argumentativa da cenografia escolhida, sua proeminência em relação às outras cenas e ainda sua produtividade para o estudo das *fake news*, dada a dificuldade de classificação desses textos, ela é uma das principais noções mobilizadas neste trabalho.

Outra noção fundamental para a identificação dos efeitos de sentido das peças desinformativas é a de interdiscurso. É consenso nos estudos discursivos o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado. Nos termos de Pêcheux (2009, p. 149), “[...] ‘algo fala’ (ça parle) ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. Esse “algo que fala” antes foi chamado de interdiscurso, ou seja, o que está sendo dito agora já foi dito antes, em outros momentos e está na base do dizível por meio de uma memória discursiva. Inscrito, portanto, na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, Maingueneau (2008a, p. 31) propõe o primado do interdiscurso que “[...] amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro”.

Por fim, sobre o sentido em AD, é fundamental destacar que ele não está ligado à sua literalidade, mas é determinado pelas posições ideológicas postas em relação (Pêcheux, 2009). Por isso, em AD, prefere-se a expressão efeitos de sentido no plural, indicando que não há um sentido único e que esse sentido pode estar em disputa a depender dos posicionamentos de seus enunciadores.

Questões metodológicas e análise dos dados

A pesquisa é de caráter qualitativo com análise interpretativa, conforme pressupostos da Análise do Discurso. O *corpus* é

constituído de *fake news* que têm como alvo a comunidade LGBTQIAPN+, publicadas no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2024². Foram selecionadas peças desinformativas que circularam nas redes sociais e que foram verificadas por agências de checagem, tendo sua falsidade comprovada. Por uma questão de recorte, para este estudo, selecionamos três agências de *fact-checking*: *Aos Fatos*; *Fato ou Fake* e *Lupa*.

Durante a pesquisa, foram coletadas 102 *fake news*, conforme tabela a seguir:

Tabela 1. Número de *fake news* checadas pelas agências por ano

AGÊNCIA	2022	2023	2024
<i>Aos Fatos</i>	14	16	12
<i>Fato ou Fake</i>	12	5	2
<i>Lupa</i>	13	15	13

Fonte: Elaborada pelas pesquisadoras.

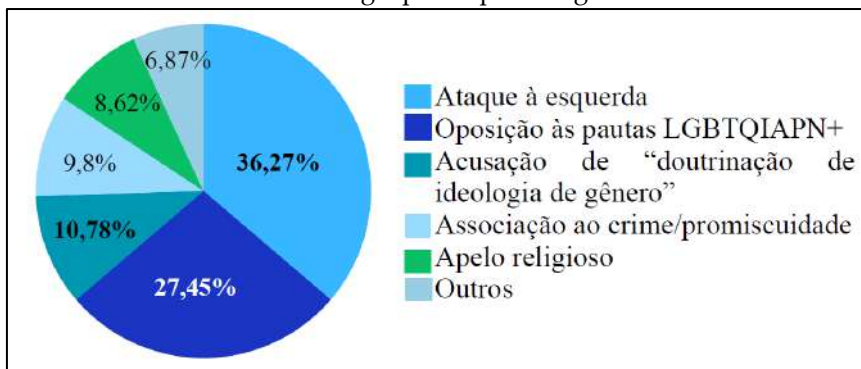
Em relação às condições de produção, verificamos que 2022 foi o ano em que houve o maior número de checagens de *fake news* que tinham como alvo a comunidade LGBTQIAPN+. Elas circularam durante o ano de eleição no Brasil, e a maioria delas objetivava atacar e desqualificar a esquerda, que é apresentada como defensora dos direitos e pautas da população LGBTQIAPN+. Além disso, verificamos que 36 *fake news* utilizam a imagem da criança, infância ou educação como forma de promover pânico moral. Apesar de todas elas atacarem a comunidade LGBTQIAPN+ em geral, observamos que duas identidades de gênero foram o alvo

² As peças desinformativas que compõem este *corpus* foram coletadas durante uma pesquisa de iniciação científica realizada com financiamento do Programa de Apoio à Iniciação Científica do Amazonas (PAIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), durante os anos de 2024 e 2025.

principal de conteúdos desinformativos – 38 delas atacavam pessoas e pautas transexuais e 23, pessoas homossexuais.

A análise do *corpus* está organizada em seis categorias conforme o número de *fakes* verificadas (porcentagens no Gráfico 1): 1. Ataque à esquerda (37 checagens); 2. Oposição às pautas LGBTQIAPN+ (28 checagens); 3. Acusação de “doutrinação de ideologia de gênero” (11 checagens); 4. Associação ao crime e à promiscuidade (10 checagens); 5. Apelo religioso (9 checagens); e 6. Outros (7 checagens).

Gráfico 1. *Fake news* agrupadas por categorias temáticas



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Para este texto, analisamos um exemplar das três categorias com o maior número de *fake news* verificadas: 1) Ataque à esquerda (com 36,27% das checagens); 2) Oposição às pautas LGBTQIAPN+ (27,45%); e 3) Acusação de “doutrinação de ideologia de gênero” (10,78%). Nas subseções a seguir, procedemos à análise de cada uma delas.

Ataque à esquerda

A categoria “Ataque à esquerda” lidera o *ranking* das desinformações coletadas com 37 checagens. Como exemplo, apresentamos a *fake* “É falso que beijo de meninas em escola na

Paraíba foi promoção de ‘doutrina LGBT³’ (Figura 1), do dia 24 de outubro de 2022, publicada pela agência *Lupa*. De acordo com a checagem, ela circulou no *Whatsapp* e mostra uma fotografia em que supostamente duas meninas estavam se beijando. A imagem é acompanhada por uma legenda afirmando que uma escola de educação infantil em Cabedelo (PB) estava promovendo a “doutrina LGBT” com os estudantes: “Escola em Cabedelo Paraíba, promovendo doutrina LGBT com alunos e o pior, alguns pais disseram não saber de nada inclusive com divulgação em redes sociais. Agora me responde se essa esquerda não é uma desgraça?”.

Figura 1. Exemplo de *fake news* da categoria “Ataque à esquerda”



Fonte: <https://shre.ink/LrrD>

A desinformação foi checada como falsa pela *Lupa* que explicou seu verdadeiro contexto: a fotografia foi tirada durante uma roda de conversa em que os alunos estavam discutindo sobre

³ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/10/24/beijo-escola-paraiba-lgbt>. Acesso em: 19 mar. 2026.

não machucar os colegas. Ao final da atividade, a professora incentivou que os alunos pegassem um pirulito e entregasse para outro colega como uma demonstração de afeto. A imagem real mostra uma menina dando um beijo na bochecha de sua colega. Após a circulação dessa *fake*, a diretora pedagógica da escola afirmou que se tratava de um conteúdo fraudulento, propagado por pessoas mal-intencionadas. De acordo com a tipologia de Wardle (2017), essa *fake news* pode ser classificada como conteúdo manipulado – a imagem é real, mas manipulada, com seu contexto distorcido intencionalmente para gerar outro sentido.

Considerando que é na cenografia que são validados “[...] os estatutos do enunciador e do coenunciador, mas também o espaço (topografia) e o tempo (cronografia) a partir dos quais a enunciação se desenvolve” (Maingueneau, 2012, p. 252), verificamos que essa *fake* constrói uma cenografia que simula uma situação real e urgente, ancorada em um espaço identificável e em uma suposta denúncia moral. A utilização da imagem funciona como “prova” do que está escrito na legenda apelativa, enganando o interlocutor. Por uma questão de ângulo, a imagem acaba sendo manipulada fazendo com que muitas pessoas entendessem que as meninas da foto estavam dando um beijo na boca. A imagem das crianças mobiliza um apelo emocional associado à proteção da infância. Somando-se à fotografia, o discurso se ancora em um espaço específico para ganhar credibilidade. A menção à escola em “Cabedelo, Paraíba” cria um espaço concreto e identificável. Mesmo sem provas, gera um efeito de fato real.

Quanto ao tempo, a *fake* sugere um acontecimento recente e urgente. Ainda que não diga data, a frase “agora me responde...” cria sensação de imediatismo e reação no presente. O uso do operador argumentativo “inclusive”, no trecho “**inclusive** com divulgação em redes sociais” (grifo nosso), gera ainda o efeito de múltiplas evidências, reforçando a cenografia de “denúncia comprovada”, já que as redes sociais são espaços públicos de fácil acesso. Esse tom de denúncia alarmista funciona como uma convocação e pode gerar o efeito de adesão do público. Nesse

sentido, o enunciador se coloca como alguém indignado, “consciente” e que denuncia algo oculto, assumindo o papel de autoridade moral informal (cidadão revoltado). Já o leitor (coenunciador), que é interpelado diretamente pela expressão “Agora me responde...”, é colocado na posição de “alguém de bom senso” que deve concordar e seria um potencial aliado contra um “inimigo comum”. Ao construir essa encenação, o discurso orienta a interpretação da imagem e induz o leitor ao pânico moral e à adesão a uma posição ideológica. Nesse sentido, destacamos o papel da cenografia, que funciona como estratégia de legitimação em conteúdos desinformativos.

É possível identificar, nessa peça desinformativa, a presença de interdiscursos alinhados a uma formação discursiva de extrema-direita, associada ao conservadorismo e a discursos cristãos. Entre eles, destaca-se o da chamada “ideologia de gênero”, que emerge, segundo Miskolci e Campana (2017), como reação católica à disseminação da agenda feminista por igualdade e “[...] se estabelece no Brasil a partir de 2011, ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que a união entre pessoas do mesmo sexo tinha o mesmo *status* do casamento heterossexual” (Miskolci; Campana, 2017, p. 738). Associam-se a esse interdiscurso outros, como o da “família sob ameaça”, o da “escola como espaço de doutrinação” e o da “esquerda como agente de corrupção moral”. A *fake* em análise evoca esses interdiscursos, ativando sentidos já estabilizados e ancorados em memórias discursivas. Tal estratégia contribui para a adesão de determinados grupos, especialmente aqueles vinculados a posições conservadoras e a segmentos cristãos.

No *corpus*, observamos uma diversidade de ataques e associação ao campo político da esquerda. Entre as estratégias identificadas, destacam-se: 1) a construção da comunidade LGBTQIAPN+ como a principal apoiadora da esquerda; 2) a desqualificação da esquerda por haver representantes da população LGBTQIAPN+; 3) a representação da esquerda como criadora de supostos privilégios para a comunidade; 4) a

utilização de forma preconceituosa da comunidade LGBTQIAPN+ para desmoralizar ministros, políticos e representantes da esquerda. Tais estratégias não apenas produzem efeitos de deslegitimação, mas também operam por meio da construção de simulacros. Como explica Maingueneau (2008a, p. 55), “[...] uma posição enunciativa não pode sair de seu fechamento semântico”, por isso o enunciador é “condenado a produzir simulacros desse Outro, e simulacros que são apenas seu avesso”. Assim, essas *fakes* constroem uma representação distorcida tanto da esquerda quanto das pautas da comunidade LGBTQIAPN+, que passam a circular como evidência do real.

Oposição às pautas LGBTQIAPN+

A segunda categoria com maior número de *fake news* coletadas foi “Oposição às pautas LGBTQIAPN+” com 28 checagens. Como exemplo, apresentamos a publicação “É #FAKE que g1 tenha publicado reportagem sobre criação de vagas de estacionamento prioritárias para LGBT⁴” (Figura 2), do dia 13 de fevereiro de 2023, checada pela *Fato ou Fake*.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2023/02/13/e-fake-que-g1-tenha-publicado-reportagem-sobre-criacao-de-vagas-de-estacionamento-prioritarias-para-lgbt.ghtml>. Acesso em: 19 mar. 2026.

Figura 2. Exemplo de *fake news* da categoria “Oposição às pautas LGBTQIAPN+”



Fonte: <https://shre.ink/Lrmd>

De acordo com a verificação, essa *fake news* circulou em diversas redes sociais e alegava que o portal de notícias G1 havia publicado uma reportagem afirmando que, até 2024, lugares públicos, como supermercados e *shoppings*, deveriam aderir a vagas de estacionamento prioritários para pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. A *fake* simula um *print* tirado de uma reportagem publicada pelo G1. Nessa captura de tela, havia a imagem de um estacionamento com uma vaga contendo a pintura de dois ícones universais masculinos de mãos dadas, segurando um carrinho de bebê (silhuetas). Essa imagem estava acompanhada da manchete: “Vagas de estacionamento prioritárias LGBT serão obrigatórias até 2024” e um subtítulo: “Supermercados e shoppings terão até o próximo ano para se adequar ao novo modelo que serão adicionadas junto às vagas para idosos e deficientes físicos”. A “matéria” foi atribuída a José Mendes.

Segundo a checagem de *Fato ou Fake*, o G1 negou a publicação da reportagem e afirmou que se tratava de um conteúdo desinformativo e que não havia nenhum repórter com esse nome em sua equipe. A agência *Fato ou Fake* explicou ainda que a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) afirmou que a

informação não procedia e que não existia nenhuma proposta em discussão sobre vagas prioritárias para a população LGBTQIAPN+.

Quanto à tipologia proposta por Wardle (2017), essa *fake news* caracteriza-se como conteúdo manipulado, pois a agência Lupa⁵, que também realizou a checagem, apresenta a informação de que a imagem utilizada no *print* da publicação faz parte de uma ação realizada pela Volvo⁶ do Reino Unido, em 2018, em celebração ao mês do Orgulho LGBTQIA+. O produtor da *fake* manipulou uma foto real com o intuito de enganar.

Em relação à cenografia, essa *fake news* imita o fazer jornalístico simulando uma notícia, ou seja, constrói uma encenação de um jornalismo legítimo. Para isso, configura um espaço que imita o jornalismo profissional, em um tempo determinado, apresenta um enunciador institucional confiável e projeta um coenunciador de perfil conservador.

Na dimensão do espaço, a *fake* remete ao jornalismo digital, simulando uma página de notícia do G1. Embora não reproduza a logomarca oficial, a imitação se apoia em aspectos do *layout* próprios do portal, como a barra superior de navegação editorial, destacada pela cor vermelha e pela indicação da editoria, que, no caso da *fake*, é “política”. Esse suposto enquadramento editorial contribui para a simulação de um ato oficial, gerando maior credibilidade. Tem-se ainda o tipo de fonte, a disposição do título, subtítulo, fotografia, a data (com atualização), autoria determinada e ícones de redes sociais para compartilhamento. Ao circular nas redes sociais em formato de *print*, esse espaço é deslocado de seu contexto original, mas mantém marcas visuais que sustentam o

⁵ Disponível em: <https://www.agencialupa.org/jornalismo/2023/02/13/e-montagem-noticia-do-g1-sobre-vagas-de-estacionamento-prioritarias-para-pessoas-lgbt/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

⁶ A Volvo lançou, em 2018, a campanha inclusiva “The New Family Model” (O novo modelo de família) para promover o modelo Volvo V60. Foram instaladas, em vagas de estacionamentos de um *shopping* no Reino Unido, sinalizações com diferentes configurações familiares, como casais homossexuais, famílias monoparentais etc.

efeito de autenticidade, reforçando a credibilidade da encenação discursiva jornalística.

Na dimensão temporal da cenografia, destacamos que a *fake* em análise estabelece um tempo determinado, “até 2024”, com um período de adaptação, “até o próximo ano”, simulando a lógica de implementação de políticas públicas. Essa organização temporal, típica de processos legislativos, reforça o efeito de verdade ao reproduzir prazos e etapas de adequação institucional, além de conferir sensação de atualidade ao enunciado. O texto dessa *fake* apela à indignação e ao senso de justiça, pois simula uma informação jurídica que privilegiaria um determinado grupo. Para alcançar esse efeito de sentido, o enunciado conta ainda com a memória discursiva do coenunciador acerca do interdiscurso jurídico-administrativo para reforçar a ilusão de uma decisão estatal.

Em relação ao enunciador, a peça desinformativa valida um enunciador “jornalista profissional”, ligado a uma grande mídia, ainda que seja uma identidade fabricada, pois, de acordo com as checagens, José Mendes, a quem a notícia foi atribuída, não consta no quadro de funcionários do G1. Apesar de manter o tom informativo, o enunciado apresenta problema de concordância, como em: “Supermercados e shoppings terão até o próximo ano para se adequar ao novo modelo que serão **adicionadas** junto às vagas para idosos e deficientes físicos” (grifo nosso), o que destoia do estilo jornalístico e se constitui como uma marca das *fake news*.

Além disso, a enunciação pressupõe um coenunciador com perfil conservador, crítico a pautas ligadas à diversidade sexual e de gênero, ou seja, um leitor predisposto a reagir com indignação a possíveis privilégios. Ao destacar que essas vagas seriam adicionadas às de “idosos e deficientes físicos”, cria-se um efeito de absurdo, reforçando um suposto privilégio à comunidade LGBTQIAPN+. Evidencia-se também um interdiscurso que associa políticas de reconhecimento (como acessibilidade ou inclusão) à ideia de “favorecimento”.

De um modo geral, esse conteúdo mentiroso deslegitima os verdadeiros direitos e pautas da população LGBTQIAPN+. As

outras *fake news* que foram enquadradas nessa categoria desqualificam as pautas da comunidade LGBTQIAPN+, principalmente aquelas relacionadas à participação dessas pessoas nos esportes e ao processo de transição de gênero. Além disso, outras *fakes* negam direitos à comunidade LGBTQIAPN+, como o direito do casamento, e se opõem à representatividade dessas pessoas em concursos de beleza.

Acusação de “doutrinação de ideologia de gênero”

Esta categoria apresenta 11 checagens e é a terceira maior em número de *fakes* coletadas. Para esta análise, selecionamos uma *fake* que foi checada por duas agências: “Boneca trans em vídeo não foi produzida para crianças⁷ (Figura 3)”, verificada pela agência *Aos Fatos*, no dia 8 de julho de 2022, e “É falso que boneca trans em vídeo foi confeccionada para crianças⁸”, apurada pela agência *Lupa*, no dia 11 de março de 2024. Essa *fake* viralizou em 2022 e novamente em 2024.

Essa *fake* é um vídeo que circulou nas redes sociais em que o pastor Cláudio Apolinário critica a criação de uma boneca trans de tricô. Ele afirma que o objeto foi produzido para crianças quando, na verdade, foi feito pela artista Mari Kazi sob encomenda para a *youtuber* e educadora Bárbara Iara Hugo, uma mulher trans adulta. Em um dos trechos do vídeo, o pastor diz: “Deixa eu te fazer uma pergunta, você acha isso normal? Imagina uma criança ter que brincar com uma boneca trans com pênis”.

⁷ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/boneca-trans-em-video-nao-foi-produzida-para-criancas/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

⁸ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2024/03/11/e-falso-que-boneca-trans-em-video-foi-confeccionada-para-criancas>. Acesso em: 19 mar. 2026.

Figura 3. Exemplo de *fake news* da categoria “Acusação de ‘doutrinação de ideologia de gênero’”



Fonte: <https://www.aosfatos.org/noticias/boneca-trans-em-video-nao-foi-produzida-para-criancas/>

A checagem feita pela *Lupa* e *Aos Fatos* concluiu que a boneca não foi produzida para crianças e que não se trata de um objeto comercial. Portanto, de acordo com a tipologia de Wardle (2017), essa *fake* é classificada como falso contexto, pois, apesar de a boneca mostrada existir, o objeto é colocado em um contexto distorcido.

Como já mencionado, “A escolha da cenografia não é indiferente: o discurso, desenvolvendo-se a partir da sua cenografia, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima [...]” (Maingueneau, 2008b, p. 117). Nesse sentido, a desinformação analisada assume o caráter de uma denúncia moral com uma linguagem alarmista, feita por um enunciador “autorizado”. A posição social de pastor reforça a credibilidade do dito, pois se reveste de autoridade moral e religiosa. O vídeo apresenta uma sobreposição de espaços, como é típico em conteúdos digitais. A peça desinformativa justapõe a fala do pastor ao vídeo compartilhado pela *influencer* em suas redes sociais, no dia 2 de julho de 2022, sem o áudio original. As imagens da boneca, mesmo descontextualizadas, funcionam como prova visual. Ao juntar esses espaços que ocorreram em tempos distintos, reforça-se

a sensação de autenticidade e urgência, como se o enunciador estivesse reagindo em tempo real a algo escandaloso.

O enunciador, por meio do questionamento “Deixa eu te fazer uma pergunta, você acha isso normal? Imagina uma criança ter que brincar com uma boneca trans com pênis”, interpela os coenunciadores, instigando-os a se posicionarem como defensores de valores morais tradicionais, a fim de criar indignação e medo. Para que esse convencimento ocorra, “[...] é necessário que ele [enunciador] faça seus leitores aceitarem o lugar que ele pretende lhes designar nessa cenografia, e, de modo mais amplo, no universo do sentido do qual ela participa” (Maingueneau, 2008b, p. 117). Por isso, o discurso da *fake* se configura como contundente e alarmista, ao construir uma figura de ameaça na qual a chamada “ideologia de gênero” é apresentada como algo imposto às crianças, o que pode produzir pânico moral na sociedade e reforçar práticas e discursos transfóbicos.

Na checagem feita por *Aos Fatos*, observa-se que o indivíduo que compartilhou o vídeo escreveu na postagem: “Estão forçando a barra!!!...”. O uso da expressão “forçar a barra” sugere que alguém está impondo algo, evidenciando, assim, um interdiscurso já cristalizado em posicionamentos conservadores, a existência da suposta “ideologia de gênero”. Além disso, o uso de exclamações intensifica a indignação e urgência presente no vídeo. Logo abaixo, é possível ver o comentário de alguém que assistiu ao conteúdo: “Tem que pôr na cadeia essa raça de vagabundo”. A utilização de termos pejorativos desumaniza e nega direitos ao grupo alvo colocando como solução a punição criminal. Esse tipo de conteúdo mentiroso produz preconceitos e repulsa a pautas importantes referentes à transexualidade.

Conclusão

As *fake news* se realizam por meio de discursos estrategicamente construídos para simular a verdade. Elas utilizam recursos linguísticos, visuais e verbais, para espalhar

desinformação e, muitas vezes, reforçar estereótipos e preconceitos sobre determinados grupos sociais. Esse trabalho teve como objetivo analisar as *fake news* que tinham como alvo a comunidade LGBTQIAPN+ no período de 2022 a 2024.

Nossos dados evidenciam que as *fake news* direcionadas à comunidade LGBTQIAPN+ não se configuram como episódios isolados, mas como parte de uma estratégia discursiva recorrente, articulada a disputas políticas, morais e ideológicas no cenário brasileiro recente. O maior quantitativo de *fakes* ocorreu exatamente em 2022, o que demonstra que a desinformação se intensifica especialmente em períodos eleitorais e de acirramento ideológico. Nesse contexto, elas são utilizadas para atacar adversários políticos e, em nosso *corpus* em especial, o alvo prioritário foi a esquerda.

Observamos a construção de uma narrativa que posiciona a comunidade LGBTQIAPN+ como ameaça social, moral ou institucional. Isso se dá por meio da manipulação de imagens reais, da fabricação de conteúdos falsos ou da distorção de contextos. Independente da estratégia utilizada, a intenção é produzir descrédito, reforçar estigmas e deslegitimar reivindicações históricas por direitos.

Observamos ainda que, apesar de todos esses conteúdos fraudulentos atacarem a população LGBTQIAPN+, a identidade trans foi o principal alvo (38 *fakes* atacavam diretamente pessoas e pautas transexuais). A recorrência de conteúdos que associam pessoas transexuais à criminalidade, à promiscuidade ou à imposição de uma suposta “ideologia de gênero” indica que a transfobia ocupa lugar estruturante na engrenagem da desinformação.

Outro aspecto relevante diz respeito à imagem de crianças nas peças desinformativas coletadas, presente em 34 delas. Esses conteúdos ampliam o potencial de circulação dessas desinformações, pois mobilizam afetos profundos relacionados à proteção da infância e à defesa da família, intensificando pânicos morais, rejeição social, o que pode provocar e, até mesmo, agravar

a homofobia e a violência contra esse grupo. A associação entre pautas LGBTQIAPN+ e ameaças às crianças, à família e à moral cristã revela a centralidade do pânico moral como mecanismo de engajamento e viralização.

O enfrentamento à desinformação exige não apenas um trabalho árduo e contínuo de verificação pelas agências de *fact-checking*, mas também ações de educação midiática e letramento digital. Compreender o funcionamento discursivo das *fake news* é fundamental para traçar estratégias de combate ao preconceito contra a diversidade de gênero. Esperamos que este estudo possa contribuir para o debate acadêmico e social sobre desinformação, reafirmando a importância da defesa dos direitos humanos e do fortalecimento de práticas comunicacionais comprometidas com a ética e a diversidade.

Referências

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRUNO, Fernanda; ROQUE, Tatiana. A ponta de um iceberg de desconfiança. In: BARBOSA, Mariana (org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 13-24.

BUCCI, Eugênio. *Existe democracia sem verdade factual?* São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019b.

BUCCI, Eugênio. News não são *fake* – e *fake news* não são news. In: BARBOSA, Mariana (org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019a. p. 37-48.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+*: relatório da pesquisa. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contra-lgbtqia.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

GUGONI, Marcel Fernandes. *A manipulação discursiva das fake news na era da informação*. 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013a.

MAINGUENEAU, Dominique. Argumentação e cenografia. In: BRUNELLI, A. F.; MUSSALIM, F.; FONSECA-SILVA, M.C (org.). *Língua, texto, sujeito e (inter)discurso*. São Carlos: Pedro & João, 2013b. p. 187-204.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas de enunciação*. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (org.). São Paulo: Parábola, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Trad. Adail Sobral. 2. ed. São Paulo, Contexto, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia e incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 57-92.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008a.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. Soc. estado., 2017

32(3), p. 725-748, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PINHEIRO, Joel. *Fake news e o futuro da nossa civilização*. In: BARBOSA, Mariana (org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 87-95.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTAELLA, Lucia. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTAELLA, Lucia. Definir desinformação é preciso. In: SANTAELLA, Lucia (org.). *Flagelos da desinformação*. São Paulo: EDUC:PIPEq, 2023. E-book.

SANTAELLA, Lucia. Prefácio. Do clímax ao anticlímax das redes sociais. In: FERRARI, Pollyana. *Como sair das bolhas*. São Paulo: EDUC/Armazém Cultura, 2018. p. 14-27.

WARDLE, Claire. Fake news. It's complicated. *First Draft*, Reino Unido, fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3iejga6>. Acesso em: 10 set. 2025.

PÂNICO SATÂNICO, PÂNICO MORAL E RACISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO CASO EVANDRO

Fernanda Kulis
Renata Adriana de Souza

Introdução

Em 6 de abril de 1992, Evandro Ramos Caetano, de seis anos, desapareceu em Guaratuba/PR após percorrer um trajeto de apenas 250 metros entre o trabalho de sua mãe e a sua residência. Cinco dias depois, seu corpo foi encontrado em um matagal próximo, marcado por sinais de violência extrema. O crime abalou a cidade e ganhou proporções ainda maiores por coincidir com outros desaparecimentos de crianças no estado do Paraná: seis crianças apenas naquele ano, incluindo Leandro Bossi, também em Guaratuba (Mizanzuk, 2021).

A comoção pública se intensificou quando Celina e Beatriz Abagge, esposa e filha do então prefeito da cidade, foram apontadas como suspeitas, junto a Osvaldo Marcineiro, Vicente de Paula Ferreira, Davi dos Santos Soares, Francisco Sérgio Cristofolini e Airton Bardelli. Nesse contexto, a cobertura jornalística reduziu a complexidade dos fatos a uma interpretação única: a de que os desaparecimentos e o assassinato estariam ligados a um ritual satânico. Essa leitura foi sustentada, tendo em vista que as práticas religiosas foram apresentadas como “provas” e amplamente exploradas pela mídia (Mizanzuk, 2021).

O caso, que passou a ser conhecido como “Bruxas de Guaratuba”, tornou-se um marco na construção de um imaginário social em que religiões afro-brasileiras são associadas ao mal e à criminalidade. O discurso midiático sensacionalista não apenas reforçou preconceitos históricos, como também validou uma

condução policial arbitrária. Nesse cenário, os agentes do Estado valeram-se da estigmatização dos acusados para extrair confissões mediante tortura física e psicológica, conforme comprovado por áudios investigativos reconhecidos judicialmente anos mais tarde.

O assassinato de uma criança é considerado uma tragédia que causa comoção social. No entanto, os veículos de comunicação transformaram o caso Evandro em um acontecimento jornalístico. Dela-Silva (2015) denomina de acontecimento jornalístico a produção de um gesto interpretativo sobre um fato de interesse público em um determinado momento histórico. Trata-se de um relato jornalístico que passa a circular diariamente na mídia e é produzido a partir de certo posicionamento ideológico: “O acontecimento jornalístico consiste em uma construção do jornalismo, enquanto uma prática discursiva da/na mídia e, como sabemos, a existência discursiva não se confunde com a existência empírica dos acontecimentos, quaisquer que sejam eles” (Dela-Silva, 2015, p. 222).

Partindo dessa compreensão, este trabalho tem como objetivo discutir a produção de sentidos sobre o Caso Evandro no jornal *Diário Popular*, de Curitiba. Mais especificamente, analisar o caso como um acontecimento jornalístico e discutir as condições que tornaram possível associar uma narrativa de ritual satânico a religiões de matriz africana. Para tanto, apoia-se na Análise de Discurso (AD) materialista, que permite compreender como sentidos são produzidos, considerando uma dada conjuntura sócio-histórica e ideológica. A relevância do estudo reside na reflexão sobre como o sensacionalismo midiático atua na criminalização de religiões de matriz africana, reforçando o racismo religioso e influenciando decisões do sistema jurídico.

Nesse sentido, estabelecemos um diálogo entre o aporte teórico da Análise de Discurso com os conceitos de Pânico Moral e Pânico Satânico. O texto está organizado em quatro seções: inicialmente, discutem-se as condições de produção do jornalismo brasileiro; em seguida, define-se o sensacionalismo sob a ótica da AD; a terceira seção dedica-se à análise detalhada das sequências

discursivas e do racismo religioso; e, por fim, articulam-se os achados às teorias de pânico social e aos efeitos de memória na condenação dos acusados.

Verdade ou Espetáculo? O funcionamento do Jornalismo Contemporâneo

O percurso da imprensa brasileira até sua configuração contemporânea é marcado por transformações profundas. Nassif (2003) sintetiza essa trajetória ao apontar que, entre os anos 1950 e 1980, o jornalismo esteve subordinado a partidos políticos, à ditadura militar e a movimentos organizados, passando apenas no final da década de 1980 a assumir uma função de mediação dos interesses sociais mais amplos. Nesse período, observa o autor, a imprensa passou também a se orientar pelas expectativas do público, sujeitando-se à chamada “ditadura da opinião pública”.

Antes da Ditadura Civil-Militar, o jornalismo econômico já atravessava um momento de mudança. Segundo Park (2016), no final dos anos 1950 e início dos 1960, a cobertura da economia ganhou caráter mais factual, com a criação de seções específicas nos jornais e o surgimento de repórteres especializados. Contudo, esses conteúdos eram ainda instrumentalizados pela política: “[...] os fatos econômicos só tinham destaque quando transformados em fatos políticos” (Park, 2016, p.77). Como destaca Nassif (2003), a interdependência entre política e imprensa se fazia presente em todas as editorias.

Isso significa que a relação entre a imprensa e grupos políticos com certo poder no meio social faz parte das condições de produção de tais veículos no Brasil. Nesse sentido, o discurso jornalístico não pode ser compreendido como imparcial, uma vez que se constitui a partir de condições de produção específicas. Conforme destaca Pêcheux ([1969] 1997), tratar das condições de produção implica reconhecer que todo discurso está vinculado, de forma implícita, às normas e práticas de uma determinada formação social.

Assim, o discurso jornalístico possui marcas das condições históricas, políticas e ideológicas em que se inscreve, sendo atravessado por relações de poder que determinam tanto o que é dito quanto o modo como é dito. Dessa maneira, o jornalismo não apenas informa, mas interpreta e constrói sentidos, reproduzindo determinadas posições sociais e ideológicas. Nesse sentido, Pêcheux ([1969] 1997, p. 76) ressalta que “[...] a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa”.

Nos anos 1990, as condições de produção associadas à grande imprensa se reconfiguraram diante de mudanças políticas, econômicas e tecnológicas. Nassif (2003) identifica, nesse período, o predomínio de um jornalismo denunciatório, frequentemente associado ao sensacionalismo cujas práticas estavam ligadas a abusos no chamado “esquentamento” da notícia, chantagens, dossiês falsos e violações de direitos individuais. Paralelamente, a Constituição de 1988 consolidava a liberdade de imprensa, rompendo com o autoritarismo e reforçando o papel da mídia como espaço de denúncia (Bonavides, 2004).

Essa conjuntura favoreceu a exploração midiática de casos criminais, nos quais o interesse jornalístico frequentemente se confundia com a busca por audiência. O assassinato de Evandro Ramos Caetano, em 1992, exemplifica esse processo. A cobertura misturou jornalismo policial e histeria coletiva, mobilizando elementos que, conforme Cohen ([1973]2011), configuram um Pânico Moral como, por exemplo, a construção de ‘demônios populares’ e a amplificação do possível motivo da morte de Evandro como uma grave ameaça social. Desse modo, a religião de matriz africana dos acusados foi utilizada como fator de discriminação e preconceito.

A produção de sentidos relacionados à religiosidade dos acusados está associada à permanência de um posicionamento colonial no jornalismo que, de acordo com Moraes (2022), expressa-se na definição de pautas e nos enquadramentos das narrativas produzidas. Amparada pelo mito da objetividade, essa prática

sustenta análises que frequentemente resultam em narrativas redutoras, violentas e racistas. O apagamento do outro, seja pelo não olhar ou pelo olhar precário, constitui uma estratégia naturalizada de manutenção do poder, absorvida pela racionalidade moderna que legitima normas, hierarquias e desigualdades.

Nesse processo, o jornalismo reproduz a violência colonial ao instituir determinados grupos como superiores e ao consolidar um padrão excludente. Em sua discussão, Moraes (2022) expõe que o projeto colonial funciona pela racialização e pela produção da diferença, instaurando uma desigualdade epistêmica que reforça o universalismo, o sexismo e o racismo. Esse posicionamento de desumanização, que atravessa classe, raça e gênero, marcou também a cobertura hegemônica do caso Evandro.

A crítica de Moraes (2022) ao posicionamento colonial do jornalismo pode ser compreendida à luz da teoria do discurso. Para Pêcheux ([1969] 1997), o sentido não existe em si, mas se inscreve em posições ideológicas que atravessam o discurso. A objetividade jornalística, nesse contexto, funciona como efeito ideológico: mascara sua historicidade e faz parecer naturais sentidos que são produzidos a partir de formações ideológicas específicas. Essa questão está relacionada ao fato de o sentido de uma palavra, proposição ou enunciado ser determinado pelas posições que estão em jogo nos processos sócio-históricos no qual são produzidas, sendo que esses processos ocorrem no interior de determinada formação discursiva.

Isso significa que as formações ideológicas, sendo posições no interior de dada formação social, comportam uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o dizer em uma manifestação discursiva. A ideologia é o princípio organizador da formação discursiva. De acordo com Indursky (2011, p. 82), “[...] é o indivíduo que, interpelado pela ideologia, se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação

ideológica”. Diante disso, os sentidos produzidos resultam da inscrição do discurso em determinada formação discursiva (FD).

Assim, o apagamento do outro e a racialização das diferenças, apontados por Moraes (2022), configuram em posicionamentos inscritos no interior de uma formação discursiva de imprensa tradicional. Essa FD estabelece o que pode e deve ser dito a partir de determinadas relações de poder e, conseqüentemente, de relações lucrativas, tendo em vista que tais veículos de comunicação são também empresas. É importante destacar ainda que a noção de formação discursiva corresponde a um domínio de saber, constituído por enunciados discursivos relacionados à ideologia vigente que regula “[...] o que pode e deve ser dito” (Pêcheux [1975] 2009, p. 147). Esses saberes são sustentados por meio da memória discursiva que é responsável por regularizar certos sentidos no meio social.

Podemos dizer que o discurso sensacionalista se inscreve na formação discursiva dos veículos de comunicação tradicionais. Esse fato se justifica tendo em vista que, de acordo com Pedroso (2001), o sensacionalismo pode ser considerado como um segmento popular da grande imprensa. Práticas sensacionalistas foram utilizadas por muitos veículos da grande imprensa em diferentes momentos como, por exemplo, no Caso Escola Base, ocorrido em 1994, quando jornais de grande circulação, como a Folha da Tarde e o Notícias Populares, pertencentes ao Grupo Folha, reproduziram denúncias infundadas que resultaram em danos irreparáveis à reputação dos acusados. No Paraná, o jornal Diário Popular sempre recorreu a manchetes espetaculares e imagens explícitas como recurso editorial.

Esses episódios mostram como a espetacularização midiática, ao privilegiar determinadas narrativas e silenciar outras, reforça desigualdades estruturais. A concentração empresarial do setor, a exemplo do Grupo Folha, somada à homogeneidade social dos profissionais que ocupam espaços de decisão, ou seja, majoritariamente homens brancos de classe média, contribui para

delimitar quais vozes são legitimadas e quais permanecem à margem.

Sensacionalismo sob a perspectiva da Análise de Discurso

O jornalismo sensacionalista, de acordo com Pedroso (2001), é um fenômeno complexo e culturalmente relevante que produz efeitos diversos a partir do exagero gráfico, linguístico e temático de sua produção. Trata-se de um modo de produção discursiva de narrativas jornalísticas a partir de critérios de intensificação temática, linguística e do uso de elementos desproporcionais. Esses recursos são mobilizados para atribuir maior dramatização a determinado evento, pode-se fazer uso inclusive de títulos que, normalmente, são atribuídos a novelas ou filmes.

Pedroso (2001), ao citar o ex-redator do jornal Notícias Populares, Romão Gomes Portão, expõe que, no sensacionalismo, há uma supervalorização de notícias “normais” em uma sociedade onde o crime também se integra nas condições de normalidade. O objetivo consiste em aumentar a venda de jornais: “Através da supervalorização e apresentação chocante dos fatos, o sensacionalismo expõe o que é oculto, mas muito próximo, por isso, obscuro e proibido, e extrema o que é vulgar e corriqueiro” (Pedroso, 2001, p. 52).

Há jornais exclusivamente sensacionalistas cuja linha editorial é construída, de forma consistente, sobre o sensacionalismo como, por exemplo, o Notícias Populares (1963-2001), famoso por produzir narrativas dramáticas relacionadas à cobertura de crimes, acompanhadas de recursos gráficos e títulos exagerados. Atualmente, muitos programas policiais exibidos na televisão podem ser considerados sensacionalistas, tendo em vista o modo de produção utilizado nas narrativas criminais. No entanto, acreditamos que há uma diferença entre esses jornais sensacionalistas e o jornalismo sensacionalista.

O jornalismo sensacionalista é uma estratégia de produção de notícias que utiliza recursos sensacionalistas, sendo que esses

recursos podem ser mobilizados por veículos de comunicação tradicionais. Trata-se de uma opção editorial produzida em condições históricas, sociais e que possui um posicionamento específico. Assim, o sensacionalismo pode ser entendido também como um recurso discursivo do jornalismo, orientado à produção de determinados efeitos de sentido.

Para a constituição do material de análise, realizamos a passagem do arquivo ao *corpus*, conforme os pressupostos da Análise de Discurso. O arquivo, entendido como o conjunto de dizeres possíveis sobre o Caso Evandro depositados na memória social, foi delimitado a partir de uma busca documental em acervos de jornais paranaenses da década de 1990. Já a constituição do *corpus* de análise seguiu critérios de relevância discursiva e relação temática, selecionando sequências discursivas (SD) que materializassem a dominância do sentido de 'ritual' e 'sacrifício'. Assim, a seleção dessas capas específicas do jornal Diário Popular não se deu por acaso, mas por nos possibilitar analisar o funcionamento de recursos sensacionalistas utilizados no interior de uma formação discursiva dos veículos de comunicação tradicionais sustentados por uma memória colonial.

Figura 1. Sequência discursiva 1



Fonte: Jornal Diário Popular, 03 de julho de 1992

Na sequência discursiva 1, temos a capa do Diário Popular, um jornal sensacionalista que circulou em Curitiba e no estado do Paraná de 1989 a 2011. O uso de letras garrafais em vermelho sobre fundo preto não é fruto do acaso: trata-se de uma escolha gráfica pensada para interpelar o leitor de forma imediata, produzindo efeitos relacionados ao horror. Essa materialidade afasta o jornalismo da pretensa neutralidade e revela uma posição enunciativa marcada, na qual o acontecimento é recortado e dramatizado para sustentar determinados efeitos de sentido.

Nessa narrativa do dia 3 de julho de 1992, há outros recursos mobilizados, o crânio, imagem amplamente associada à morte e ao perigo, aparece em forma de desenho simples, evocando sentidos socialmente reconhecidos de advertência e risco. A palavra “macabro”, articulada à imagem da caveira, mobiliza imaginários culturais, convocando o medo e a ameaça. Esse jogo simbólico intensifica a dramatização do acontecimento, funcionando como gatilho visual e linguístico, utilizado no processo de identificação-interpelação do sujeito. Nesse sentido, a cobertura jornalística não apenas narra o caso, mas assume um posicionamento no interior de determinada formação discursiva, fomentando a percepção de que práticas desviantes estariam em expansão.

Por meio da repetição de expressões discursivas como “ritual macabro”, do uso de símbolos visuais como a caveira e da ênfase no horror, o jornal produz um efeito de verdade que reforça posicionamentos ideológicos morais dominantes. Em vez de uma narrativa produzida a partir de um efeito de objetividade, tem-se a construção de um acontecimento jornalístico espetacularizado, que legitima determinadas formas de interpretar o crime e seus possíveis responsáveis.

No entanto, a relação que se faz da religião dos acusados, principalmente de Osvaldo Marcineiro, com satanismo e bruxaria é ainda mais direta na notícia apresentada pelo mesmo jornal no dia seguinte, 04 de julho de 1992. Sob o título: “Macumbeiro é preso e conta a história”, a notícia narra a história da prisão de Vicente de Paula, amigo de Osvaldo Marcineiro. Segundo a reportagem,

Vicente confirmou que Celina e Beatriz Abagge fizeram parte dos 'trabalhos' e que soube "também que assumiram as despesas com o trabalho de magia negra", além de supostamente assumirem "a responsabilidade de ter, ao lado de Osvaldo Marcineiro, retalhado o garotinho durante um ritual de Satã".

Figura 2. Sequência discursiva 2



Fonte: Jornal Diário Popular, 04 de julho de 1992

Em outro momento da mesma matéria, o jornal intensifica essa associação ao publicar uma foto de Osvaldo Marcineiro, que é pai-de-santo, sob a legenda: “O ‘Bruxo’ não contou antes por medo”. A escolha da palavra “bruxo” desloca sua identidade religiosa para um lugar de criminalização e demonização, mesclando práticas de matriz africana com imagens de feitiçaria e satanismo. Além disso, a reportagem sugere que “Vicente disse que o sacrifício de Evandro foi feito em nome de Belzebu”, o que reforça a lógica de espetáculo e horror já mobilizada anteriormente.

Nesse movimento, o jornal produz uma narrativa em que o mal ganha rosto, nome e religião, operando a partir de um processo de racismo religioso que associa práticas de matriz africana ao satanismo e ao crime. Conforme aponta o próprio dossiê *Magia Negra*: “[...] na noite de 07 Abr 92, com um grupo de sete pessoas, tendo como vítima uma criança de sete anos, com sete letras em seu nome, ofereceram-na para ‘EXU’, em um ‘trabalho’ buscando melhorias sociais, econômicas e políticas para a família Abagge”¹ (Paraná, 1992).

Para as religiões de Matriz africana, Exu é uma entidade complexa e que foi demonizada desde o primeiro contato com os europeus. Verger (1999, *apud* Prandi, 2001, p.47) aponta que “[...] os primeiros missionários, [...] assimilaram-no ao Diabo e fizeram dele o símbolo de tudo o que é maldade, perversidade, abjeção e ódio, em oposição à bondade, pureza, elevação e amor de Deus”. No entanto, conforme descrito por Prandi (2001), Exu ocupa um papel central no candomblé tradicional e na cosmologia iorubá, sendo reconhecido como o mensageiro dos orixás. É ele quem transporta as oferendas dos humanos, no *Aiê* (a Terra), para o *Orum*, o mundo dos deuses, além de levar as mensagens e determinações divinas aos mortais. Dessa forma, estabelece uma ponte entre os dois planos. Sua

¹ Segundo Prandi (2001), Exu desempenha uma função primordial tanto no Candomblé quanto na cosmologia iorubá, atuando como o elo de comunicação entre as divindades e os seres humanos. Ele é o responsável pelo fluxo das oferendas e mensagens, transitando entre o *Aiê* (mundo terreno) e o *Orum* (plano espiritual), sendo conhecido como o mensageiro dos deuses.

intermediação é indispensável, uma vez que nada acontece sem a sua participação, seja uma mudança ou mesmo uma repetição, atuando como porta-voz dos deuses e entre os próprios deuses.

Já Belzebu, na mitologia cristã, aparece principalmente no Evangelho de Marcos, em que há menções de que Belzebu seja conhecido por muitos como o príncipe dos demônios, um equivalente a Satanás: “Belzebu pode ser também príncipe dos demônios em 4Q560. Marcos entende que Belzebu é também um espírito impuro (3,30). Marcos e Jesus, ao que parece, preferem o termo Satanás” (Woodruff, 2007, p.114).

Logo, Exu figura nas religiões de matriz africana como uma divindade mediadora e mensageira, enquanto Belzebu é significado pelo discurso católico como o príncipe dos demônios. A identificação forçada entre essas entidades não deve ser lida como uma "distorção", mas como um deslocamento de sentido produzido por um gesto de interpretação colonial. Esse processo integra uma memória discursiva de apagamento que reforça a lógica do racismo religioso, buscando fixar um estigma sobre as práticas afro-brasileiras e manter à margem da sociedade as formações discursivas não hegemônicas. Nogueira (2020, p.46) apresenta diversas percepções sobre o racismo religioso, entre elas, a de que tudo que está ligado

[...] às africanidades é tratado de forma secundária, sem valor. Inclusive sua religiosidade. Acontece que isso é apenas mais uma forma de expressão do racismo o que leva pessoas que professam outras fés a demonizarem as religiões de matrizes africanas, como a Umbanda e o Candomblé.

É de se levar em consideração que os acusados, apesar de sua religião, eram brancos, mesmo assim permanecem os discursos de preconceito às suas crenças. Do ponto de vista da AD, esse funcionamento revela que o racismo religioso não se limita à cor da pele dos praticantes, mas se ancora em uma memória discursiva que historicamente associa as religiões de matriz africana a demônios e a

bruxaria, e que iniciou nos primeiros contatos dos portugueses com essas religiões. Ainda segundo Nogueira (2020, p. 47):

O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada à não existência. Uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir; ou pode, desde que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal seja reiteradamente fortalecida.

Assim, observou-se que a narrativa sobre o Caso Evandro foi produzida no interior de uma formação discursiva de veículos de comunicação tradicionais, sustentada por uma memória discursiva colonialista e inquisidora que, historicamente, vincula práticas religiosas de matriz africana ao mal e ao ocultismo. Os jornais, ao utilizarem manchetes sensacionalistas, não apenas buscaram a condenação dos acusados, mas operaram uma antecipação do sentido de culpa que culminou na condenação midiática de sete pessoas. Este ciclo discursivo só foi formalmente rompido décadas depois: em 2023, após a revelação de fitas de áudio que comprovavam a prática de tortura, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) revisou o caso, e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, pediu perdão oficial aos acusados, reconhecendo a invalidade jurídica das confissões e a violência estatal perpetrada. Desse modo, torna-se impossível desvincular o papel da mídia na manutenção de um imaginário violento que viabilizou a condenação errônea dos réus.

Pânico Moral e Pânico Satânico

O jornalismo sensacionalista, no interior de uma formação discursiva de veículos de comunicação tradicionais, não pode ser visto como inofensivo. Trata-se de um modo de funcionamento que

visa à audiência, vendas de jornais ou revistas, maior circulação de narrativas por um tempo considerável e, consequentemente, lucro. O sensacionalismo é uma estratégia utilizada no processo de interpelação-identificação do sujeito, sendo que o resultado pode estar associado à produção de pânico no meio social.

O conceito de Pânico Moral, elaborado por Stanley Cohen em seu livro *Folk Devils and Moral Panics* ²([1973] 2011), descreve o processo pelo qual, certos acontecimentos ou grupos sociais passam a ser considerados como uma grave ameaça à ordem coletiva. Segundo o autor, trata-se de um fenômeno recorrente, em que “[...] uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas surge e passa a ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pelos meios de comunicação social” (Cohen, [1973] 2011, p. 1, tradução nossa). Nesse processo, a mídia desempenha papel central, uma vez que:

A mídia há muito tempo opera como agente de indignação moral por direito próprio: mesmo que não esteja conscientemente envolvida em cruzadas ou denúncias, sua própria divulgação de certos "fatos" pode ser suficiente para gerar preocupação, ansiedade, indignação ou pânico. Quando tais sentimentos coincidem com a percepção de que determinados valores precisam ser protegidos, as pré-condições para a criação de novas regras ou a definição de problemas sociais estão presentes (Cohen, [1973] 2011, p. 9-10, tradução nossa).

No início dos anos 1990, o Paraná vivia uma onda de desaparecimento de crianças, Mizanzuk (2021) destaca que, quando Roberto Requião assume o governo, o estado enfrentava “[...] uma das crises de segurança pública mais graves da história do Paraná: o desaparecimento em série de crianças” (Mizanzuk, 2021, p. 84). Casos como o de Guilherme Caramês Tiburtius, desaparecido em junho de 1991, em Curitiba, e o de Leandro Bossi, desaparecido em fevereiro de 1992, em Guaratuba, já mobilizavam

²Demônios Populares e Pânicos Morais.

a opinião pública. Esse cenário de sucessivos desaparecimentos configurava o terreno propício para a instauração de narrativas sensacionalistas e do Pânico Moral, tal como descrito por Cohen ([1973] 2011), em que acontecimentos específicos passam a ser percebidos como sinais de uma ameaça difusa à ordem social.

O conceito de pânico moral descreve um processo social pelo qual:

Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas surge e passa a ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pelos meios de comunicação social; as barricadas morais são ocupadas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de bem; formas de enfrentamento são desenvolvidas ou (mais frequentemente) utilizadas (Cohen, [1973] 2011, p. 1, tradução nossa).

Podemos perceber que o processo descrito por Cohen ([1973] 2011) passa por diferentes fases interligadas, vamos descrevê-la em relação ao caso Evandro.

- a) um evento percebido pela sociedade como uma grave ameaça aos valores sociais e aos interesses coletivos: O desaparecimento e assassinato de crianças;
- b) natureza apresentada de forma estilizada ou estereotipada pelos veículos de comunicação: o assassinato teve por objetivo a realização de um ritual de magia negra ou ritual satânico;
- c) barricadas morais ocupadas por cidadãos de bem: muitas autoridades assumiram a narrativa de que o menino foi morto em um ritual satânico;
- d) formas de enfrentamento são desenvolvidas: rápida prisão, confissão e condenação dos acusados.

Esse cenário, intensamente explorado pela mídia, favoreceu a instrumentalização do medo, tendo em vista as estratégias discursivas utilizadas em sua produção, com o objetivo de que boa parte dos indivíduos fossem interpelados pelos sentidos

produzidos. Conforme anteriormente exposto, a cobertura do caso, após a descoberta do corpo mutilado de Evandro, deu início a narrativa de um “sacrifício satânico”, defendida por porta-vozes da moral. É nesse ponto que a cobertura jornalística se aproxima do funcionamento discursivo do Pânico Moral. Conforme observa Cohen ([1973]2011, p. 2, tradução nossa), a mídia constrói “[...] demônios populares: lembretes visíveis do que não devemos ser”. Assim, práticas religiosas e culturais passam a ser simbolicamente associadas ao mal e à criminalidade, enquanto figuras de autoridade, como a polícia e os representantes políticos, surgem como agentes de controle social, legitimando medidas emergenciais e reforçando a narrativa de perigo coletivo.

Na década de 1990, Jeffrey S. Victor desenvolve uma teoria associada ao Pânico Moral. Em *Satanic Panic: The Creation of a Contemporary Legend* ³(1993), o autor descreve o funcionamento do chamado Pânico Satânico nos Estados Unidos: trata-se de uma “[...] cruzada moral similar à ‘Ameaça Vermelha’ dos anos 1950 [...] É uma caça às bruxas por ‘subversivos’ morais e criminosos” (Victor, 1993, p. 196, tradução nossa). O autor destaca também o papel da mídia, que “[...] explorou intensamente o pânico, atraída pelo alto potencial de audiência”, recorrendo a “especialistas” sem formação científica, geralmente padres ou policiais locais, e publicando matérias sensacionalistas.

Além disso, Victor (1993) aponta que a lenda do culto satânico servia como explicação para eventos perturbadores, já que “[...] o rótulo ‘culto satânico’ é tão vago que pode ser aplicado de forma flexível a muitos tipos inteiramente diferentes de desviantes sociais” entre elas “praticantes inofensivos de religiões não convencionais” (Victor, 1993, p. 21, tradução nossa). Apesar da difusão dessas narrativas, Victor (1993) enfatiza que não há evidências concretas de conspirações satânicas, mas que se trata de ‘lendas contemporâneas’ que funcionam como metáforas sociais de “contra-subversão”.

³Pânico Satânico: A Criação de uma Lenda Contemporânea.

Segundo Colucci (2022, p. 395), no Brasil, esse pânico adquire características próprias, ligadas à perseguição histórica das religiões afro-brasileiras e ao racismo estrutural:

[...] no contexto brasileiro, casos envolvendo acusações de magia negra em crimes contra crianças ao longo da história recente do país apresentam um padrão específico de dinâmica entre autoridades policiais, judiciário e mídia. Essa dinâmica resulta em um fenômeno próprio que se aproxima do Pânico Satânico ocorrido nos Estados Unidos, mas difere ao apresentar características relacionadas ao histórico de perseguição a ritos afrobrasileiros e ao racismo estrutural da sociedade brasileira.

Assim, a criação de “demônios populares” frequentemente recai sobre praticantes de religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé, como ocorreu no caso de Guaratuba, em que os acusados foram obrigados a confessar sob tortura (conforme decisão recente de absolvição dos envolvidos), que haviam matado Evandro num ritual oferecido a entidade Exú, entidade essa, que foi relacionada nos jornais da época a demônios e práticas de bruxaria.

É importante destacar o papel imprescindível dos veículos midiáticos e do jornalismo sensacionalista na produção do Pânico Moral e do Pânico Satânico, tendo em vista as diversas narrativas produzidas durante os meses que se seguiram à prisão de Beatriz e Celina Abagge. O posicionamento que associava a morte de Evandro Caetano a um ritual satânico foi reproduzido em diversas narrativas sensacionalistas e em diferentes canais de comunicação, isso fez com que fosse amplamente aceito e contribuiu para a instalação do pânico. A polícia do estado produziu a teoria de que o menino foi sacrificado em um ritual de magia negra, mas os veículos de comunicação, como o jornal Diário Popular, ampliaram-na por meio de sua produção discursiva e da ampla circulação.

Esse fato está associado ao que Indursky (2017) denomina de regime de repetibilidade, ou seja, a forma como um mesmo posicionamento é repetido incansavelmente em diferentes narrativas jornalísticas ao longo de um determinado período. Esse

processo resulta na instauração de um efeito de verdade sobre determinado acontecimento e na cristalização de sentidos aceitos como verdadeiros pelo meio social.

Essa cristalização relaciona-se à produção de um *efeito de verdade/ realidade* que objetiva produzir uma espécie de *efeito de memória* destinado a ressoar junto ao corpo social, efeito este necessário para produzir um *efeito de consenso* que se assenta no processo que associa seletividade a silenciamento de sentidos-outros divergentes, que poderiam gerar *dissenso*. E assim, vai sendo gerenciada a memória coletiva do corpo social (Indursky, 2017, p. 80, grifos da autora).

No acontecimento jornalístico do caso Evandro, o mesmo posicionamento materializado em narrativas repetidas incessantemente produziu um efeito de memória que foi aceito amplamente pela opinião pública como verdade incontestada. Tal funcionamento mostra que o acontecimento jornalístico, conforme Dela-Silva (2015), não se reduz ao fato empírico, mas consiste em sua construção discursiva, atravessada por gestos interpretativos produzidos a partir de determinado posicionamento ideológico e que orientam a produção de sentidos. Nesse processo, a repetição desempenha um papel fundamental, na medida em que sustenta um efeito de realidade que, no caso Evandro, associou o assassinato da criança a um suposto ritual satânico. Nos veículos jornalísticos analisados, essa repetição discursiva contribuiu para a produção de sentidos que criminalizam religiões de matriz africana e reforçam preconceitos históricos e racializados.

Assim, a análise do Caso Evandro permite compreender como o acontecimento jornalístico se constitui pela estabilização de determinados dizeres. A repetição de um mesmo posicionamento discursivo, sustentado pelo sensacionalismo midiático, não apenas consolidou a narrativa de um “ritual satânico”, como também produziu a criminalização de práticas religiosas afro-brasileiras. Embora a teoria da “magia negra” tenha surgido inicialmente na investigação policial, foi a atuação dos veículos de comunicação que lhe conferiu legitimidade social, difundindo-a de forma

massiva e produzindo os efeitos de verdade que influenciaram na condenação dos acusados. Esse processo mostra como o jornalismo, ao articular medo social e preconceito religioso, atua na produção de sentidos que orientam práticas institucionais. Mais do que um episódio localizado, o caso ilustra a força dos posicionamentos coloniais no discurso midiático e a necessidade de desestabilizar sentidos cristalizados, abrindo espaço para vozes historicamente silenciadas.

Assim, os meios de comunicação tendem a reproduzir discursos hegemônicos, partindo dos seus posicionamentos institucionais e editoriais. Como lembra Mariani (1999, p.49): “Uma instituição, ao constituir-se, encontra-se regulada por uma formação discursiva dominante, na qual se configuram as fronteiras sempre móveis da produção de sentidos.” A AD demonstra que todo discurso é atravessado por formações ideológicas, nesse sentido, a produção de um acontecimento jornalístico implica escolhas que refletem posicionamentos sociais e ideológicos específicos.

Considerações finais

A análise realizada permitiu compreender que o Caso Evandro, mais do que um episódio policial, tornou-se um acontecimento jornalístico que produziu efeitos de sentido de medo e moralismo. A cobertura midiática, ao realizar uma repetição parafrástica de sentidos associadas a “rituais macabros”, “bruxaria” e “sacrifício satânico”, produziu efeitos de verdade que não apenas informaram, mas orientaram a percepção social sobre o crime e seus acusados. Nesse processo, o jornalismo assumiu uma posição enunciativa marcada pela espetacularização.

Constatou-se, também, que a construção dessa narrativa esteve intrinsecamente ligada ao racismo religioso. A associação entre as práticas religiosas dos acusados, especialmente a divindade Exu, com rituais satânicos e bruxaria, deslocou elementos culturais e religiosos para o campo da criminalização e

da demonização. Ainda que os acusados fossem brancos, prevaleceu a memória discursiva que historicamente associa religiosidades afro-brasileiras ao mal, revelando que o racismo religioso se sustenta tanto nas práticas como na cor da pele de seus praticantes.

Esses sentidos, amplificados pela mídia, exerceram impacto direto sobre o processo judicial, legitimando torturas e confissões forçadas, que foram demonstradas posteriormente com a absolvição dos acusados. Ao se articular com a lógica do Pânico Moral e Satânico, o jornalismo não apenas reforçou preconceitos já cristalizados na sociedade brasileira, mas também contribuiu para a produção de pânico no meio social. Assim, podemos dizer que o sensacionalismo pode ultrapassar os limites da narrativa jornalística e intervir de forma significativa no funcionamento das instituições de justiça. Por fim, este estudo procurou mostrar como o acontecimento jornalístico, enquanto prática discursiva, pode funcionar na reprodução de violências raciais e simbólicas.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023.** Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14532.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The creation of the Mods and Rockers*. 4 ed. Nova York: Taylor & Francis e-Library, [1973] 2011. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203828250>.

COLUCCI, P. H. do P. H. Pânico Satânico Brasileiro: Uma análise sobre o discurso criminológico da mídia e a construção de demônios populares. In: KASSADA, Daiane; MENESES, Willians (org.). **Cadernos do Laboratório de Iniciação Científica do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**: Melhores artigos de 2021. Curitiba: Editorial Casa, 2022. p. 393-414.

INDURSKY, Freda. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. In: FLORES, G.G.B., et al. **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia – volume 3. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

DELA-SILVA, S.C. Construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, G. G. B; NECKEL, N. R. M; GALLO, S. M. L.(Org.). **Análise de Discurso em Rede**: cultura e mídia. v. 1. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 213-232.

MARIANI, Bethania. Discurso e Instituição: a Imprensa. In: **Revista Rua**, Campinas, nº 5, 1999, p. 47-61.

MIZANZUK, Ivan. **O Caso Evandro**: sete acusados, duas polícias, o corpo e uma trama diabólica. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2021.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

NASSIF, Luis. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

PARANÁ. Polícia Militar. Secretaria de Segurança Pública. **Dossiê “Magia Negra”**. Curitiba, PR: Polícia Militar, 1992.

PARK, Eun. Yung. O estado da arte do jornalismo econômico brasileiro dos anos 50 à primeira década de 2000. **Revista AlterJor**, São Paulo, v. 1, 13 ed. p. 66-93, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/114678/112742>. Acesso em 10 maio 2025.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Trad. Eni Orlandi. 1ª ed. brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1969].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de E. P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, ([1975] 2009).

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso da sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PRANDI, Reginaldo. Exu, de mensageiro a diabo. Sincretismo católico e demonização do orixá Exu. **Revista USP**. n. 50, p. 46-63, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i50p46-63>.

VICTOR, Jeffrey Steven. **Satanic Panic: The creation of a contemporary legend**. Illinois: Open Court, 1993.

WOODRUFF, Archibald Mulford. O demoníaco no Evangelho de Marcos. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, ano XXI, n. 33, p. 108-120, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v21n33p108-120>. Acesso em: 3 jul. 2026.

ESTRATÉGIAS DE MANIPULAÇÃO EM DISCURSOS POLÍTICOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E NA ARGENTINA

Ana Carolina Gonçalves Reis
Argus Romero Abreu de Moraes

Considerações iniciais

A problemática da violência contra a mulher, abordada no Brasil como violência de gênero e na Argentina sob a forma de violência doméstica, tem sido recorrentemente mobilizada nos discursos políticos contemporâneos, seja naqueles proferidos em campanhas eleitorais, seja nos materializados em falas públicas de atores sociais já em cargos oficiais. Tais discursos políticos encontram, hoje, um espaço de circulação que lhes possibilita grande alcance, tendo em vista a emergência das redes sociais, as quais configuram um campo de disputa simbólica e de produção de sentidos: se, por um lado, as plataformas digitais¹ viabilizam publicizar denúncias, relatos e campanhas no escopo dessas violências, por outro, abrem espaço para que se veiculem simplificações e distorções, demarcando determinadas formas de produção e de interpretação da realidade social.

Baseando-nos em Charaudeau (2006, p. 16), compreendemos que a palavra política na atualidade tem se reconfigurado em relação ao modo como “[...] se inscreve em uma prática social, circula em certo espaço público e tem qualquer coisa que ver com as relações de poder que aí se instauram”, tanto no mundo *online* como no *off-line*, considerando a interdependência crescente entre ambos. Em outras palavras, é possível dizer que as mídias digitais

¹ No presente texto, utilizaremos os termos redes sociais, plataformas digitais e mídias digitais como sinônimos, associando-os aos diferentes espaços de interação na internet.

têm (re)estruturado as relações entre linguagem, ação, poder e verdade, constituindo territórios de tensionamento discursivos, pois podem tanto reforçar dinâmicas excludentes como promover mecanismos de redução de desigualdades.

Calcados nessa perspectiva, propomos, neste trabalho, investigar como a pauta da violência de gênero, no caso argentino, e a da violência doméstica, no caso brasileiro, foram mobilizadas por duas figuras políticas situadas no espectro político da direita/extrema-direita latino-americana: Alexandre Correa (Avante), candidato a vereador pela cidade de São Paulo (Brasil) nas eleições de 2024, e Javier Milei (*La Libertad Avanza*), atual presidente da Argentina. Especificamente, buscamos analisar os efeitos de sentido engendrados por esses atores sociais ao inscreverem essa problemática em seus discursos.

Tomamos como *corpus* as postagens veiculadas nas redes sociais dessas personalidades (*Instagram* e *X/Twitter*, respectivamente) publicadas em junho e agosto de 2024, partindo da hipótese de que tais figuras operariam com a manipulação discursiva na forma como constroem sentidos sobre o tema em suas falas públicas. Para direcionar nossas reflexões, levantamos o seguinte questionamento: em que medida essas mensagens operam no sentido de mostrar resistência ou de revelar insistência na manutenção do *status quo*?

O Contrato de Comunicação e a Manipulação Discursiva

Para Charaudeau (2009), toda troca comunicativa está inscrita em uma dimensão psico-sócio-linguagreira, dado que é iniciada por um sujeito dotado de intencionalidades, o qual, desempenhando determinado papel social, irá (inter)agir com/sobre o outro, em uma relação de poder: quem enuncia tem o *poder de dizer*, o que demarcará sua posição de sujeito comunicante. Esse sujeito, para comunicar-se com seu interlocutor, deve ser reconhecido como tal, assim como precisa atender a um conjunto de regras e de

expectativas que organizam a troca linguageira. A esse pacto enunciativo, o autor nomeia Contrato de Comunicação.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 130), o contrato é uma “[...] condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem e poderem agir, coconstruindo o sentido, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação”. Ademais, conforme nos explica Charaudeau (2009), o contrato comunicacional diz respeito a um ritual sociolinguageiro implícito, uma espécie de acordo subentendido entre os interlocutores, determinado pelo contexto sociocultural em que estes se inserem. É ele que rege a interação discursiva e torna possível a intercompreensão dos sujeitos envolvidos.

O semiolinguista entende que, para que uma troca comunicativa aconteça, os sujeitos interactantes devem pertencer a um mesmo corpo de práticas sociais e devem reconhecer o mútuo direito de falar e produzir sentido. Assim, define que determinadas condições ou determinados princípios precisam ser atendidos para que a comunicação se realize. Nesse sentido, para o teórico, o contrato comunicacional determina: as regras para a interação – por meio de qual gênero discursivo e de qual suporte material ocorre a prática comunicativa?; os papéis das instâncias de produção e de recepção discursivas – quem enuncia e a quem se destina o ato linguageiro, qual o estatuto social e discursivo dos sujeitos interactantes?; os objetivos da interação comunicativa – o discurso é para informar?, é para persuadir?; os limites dessa interação – o que pode e o que não pode ser dito na situação de comunicação em questão?

É a partir dessas questões que o autor delineia sua compreensão sobre a manipulação discursiva. Cabe ressaltar que esse conceito também é abordado por outros autores, a exemplo de Van Dijk (2008), segundo o qual a manipulação seria uma prática comunicativa e interacional em que um sujeito, o manipulador, exerceria controle sobre o outro, o manipulado, em desfavor deste. No ponto de vista de Charaudeau (2022; 2025), contudo, a manipulação diz respeito a uma ação de um sujeito que visa incitar

o outro a fazer, dizer ou pensar algo, lançando mão de uma maquiagem intencional.

À diferença do que ocorre na persuasão, por meio da qual o locutor faz o uso da linguagem para persuadir outro, respeitando o Contrato de Comunicação, na manipulação, esse locutor, o manipulador, não revela sua verdadeira intenção; ao contrário, ele opera com o engano (Charaudeau, 2022). Além disso, Charaudeau (2025) nos esclarece que a intenção do engano ocorre quando o locutor: a) transmite signos de veracidade/sinceridade; b) tem a intenção de ocultar o que sabe; e/ou c) enuncia outra coisa do que sabe.

Dessa maneira, a manipulação está diretamente relacionada à transgressão desse pacto comunicativo, ou seja, à quebra de expectativas e à violação no tocante a dada troca linguageira. O manipulador reconfigura, assim, as relações de poder e as regras implícitas do Contrato, aproveitando-se da expectativa de cooperação e compreensão do interlocutor – no caso, o manipulado – para direcionar percepções, crenças e, até mesmo, ações deste último.

O conceito de manipulação não deve ser confundido com o de estratégia discursiva. É preciso considerar que nem sempre os efeitos pretendidos pelo locutor irão coincidir com os efeitos produzidos no interlocutor. Por isso, o locutor, mesmo sobredeterminado pelo Contrato, pode se valer de uma “margem de manobra” ou de estratégias para persuadir seu interlocutor. Charaudeau e Maingueneau (2004) entendem que as estratégias são de três tipos: legitimidade, credibilidade e captação, as quais respeitam os limites comunicacionais.

A legitimidade visa demarcar a autoridade do locutor, conferindo-lhe o poder de dizer. Concerne, pois, ao seu estatuto institucionalizado. Já a credibilidade busca delimitar o lugar de verdade; está relacionada aos procedimentos de que o locutor se vale para tornar seu discurso digno de crédito. A captação, por fim, refere-se ao despertar do interesse do destinatário, geralmente pela mobilização de componentes afetivos.

Por fim, ainda no tocante à manipulação, Charaudeau (2022, p. 18) defende que se faz necessário, no trabalho com essa categoria,

(re)pensar o conceito de verdade, posto que esta: “[...] é uma questão de representações individuais e coletivas que variam segundo as épocas e as culturas, e a fala, com sua subjetividade, é, ao mesmo tempo, testemunha e fiadora”. Logo, no ponto de vista do semiolinguista, a verdade não está relacionada a uma verificação factual, mas a efeitos de verdade, sendo preciso que o analista do discurso considere aquilo que é *apresentado como verdadeiro*, reconhecido como tal nos imaginários de dado grupo social.

Destarte, na análise discursiva da manipulação, deve-se operar não com a ideia de verdade absoluta, mas com a de uma verdade admitida como tal, configurada a partir dos imaginários socialmente compartilhados por um grupo social. Os imaginários são construções sobre os fenômenos sociais, são percepções estruturadas e compartilhadas que atestam a forma como o homem dá sentido à sua existência. Nas palavras de Charaudeau (2017, p. 578), “[o] imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais”, através do qual se “[...] constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante”. Os imaginários, assim, testemunham as visões de mundo de sujeitos e de grupos sociais, inscrevendo-se na memória coletiva e constituindo modos de compreender o mundo por meio de significados atribuídos à realidade social. Compartilhados nas interações, moldam como determinados aspectos são representados coletivamente.

Segundo a proposta de Charaudeau (2017), os imaginários se estabelecem a partir de dois tipos de saberes: os saberes de conhecimento e os saberes de crença. Os primeiros visam estabelecer uma verdade sobre o mundo. Os segundos, por sua vez, procedem “[...] do olhar que o sujeito tem sobre a legitimidade dos eventos e das ações do homem” (Charaudeau, 2017, p. 582). Os saberes de crença, dessa forma, estão associados a julgamentos, apreciações e juízos de valor, configurando uma construção subjetiva sobre os aspectos da realidade social.

Mais recentemente, Charaudeau (2022) apresenta algumas figuras de verdade ao problematizar a acepção que a verdade assume no processo de manipulação. Segundo pondera, tais figuras estão ligadas às intencionalidades do sujeito comunicante e aos seus imaginários, podendo ser direcionadas para o mundo (verdade factual, verdade científica, verdade doutrinal, em relação com a realidade externa); para o próprio falante (verdade-convicção, verdade-sinceridade, focadas na imagem do locutor); para o interlocutor (verdade consenso, verdade-*doxa*², as quais dependem da adesão e do compartilhamento de crenças com o público).

À luz de Charaudeau (2022), a verdade, portanto, assumirá diferentes configurações, conforme as condições de produção em que o ato de linguagem é produzido. Tais configurações estão diretamente relacionadas aos domínios das práticas sociais nos quais os discursos se inserem: religioso, científico, político, midiático, entre outros. Cada um desses domínios abarca critérios determinados de validação e formas de legitimação do que é considerado ou não verdadeiro. Tomemos, a seguir, o caso das violências contra a mulher.

A violência contra a mulher como problema estrutural

A violência de gênero pode ser definida como todo tipo de violência (física, psicológica, patrimonial, entre outras) dirigida a um indivíduo em razão de seu gênero. Embora tal violência possa atingir qualquer pessoa, ela afeta sobretudo as mulheres, pois se origina das desigualdades históricas entre estas e os homens, assim como entre os papéis associados a esses grupos. Trata-se, para Saffioti (2015), de um problema estrutural, enraizado nas relações de poder desiguais do patriarcado, as quais operam com a naturalização da subordinação feminina.

² *Doxa* diz respeito às opiniões comuns, compartilhadas por dado grupo social.

A Organização das Nações Unidas (ONU) classifica a violência de gênero como uma pandemia global e criou, em 2010³, a ONU Mulheres, cujo objetivo é reforçar e expandir iniciativas em defesa dos direitos das mulheres ao redor do mundo. Na América Latina, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), vinculada à Organização Mundial de Saúde (OMS), agência especializada em saúde das Nações Unidas), é um órgão que também atua na prevenção e no monitoramento de casos de violência de gênero. Outro órgão que tem sido importante para a coleta de dados e acompanhamento das políticas públicas na região latino-americana é a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que busca mapear especialmente os índices de feminicídio nas Américas⁴.

A Argentina, um dos países foco de interesse para este estudo, tem alguns documentos e leis importantes que estabelecem medidas de proteção e assistência às vítimas de violência, como a *Ley 26.485/2009, Ley de Protección Integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales* (Argentina, 2009). Além de garantir direitos para as mulheres, tal lei prevê ações concretas de proteção, determinando deveres do Estado argentino no que tange à violência contra as mulheres, reconhecida como uma violação aos direitos humanos. Essa lei foi sancionada durante o governo de Cristina Kirchner (2007 a 2015) e teve sua aplicação reforçada no governo de Alberto Fernández (2019-2023), que, inclusive, criou o *Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade*⁵ para esse fim.

No Brasil, a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, funciona como o principal marco normativo de proteção legal para as vítimas de violência contra a mulher ao criar mecanismos de

³ Informação disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66895-onu-cria-nova-estrutura-para-o-empoderamento-das-mulheres>. Acesso em: 09 abr. 2026.

⁴ Informação obtida em: <https://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 09 abr. 2026.

⁵ Informação disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/presidente-argentino-cria-ministerio-de-mulheres-generos-e-diversidade/>. Acesso em: 09 abr. 2026.

prevenção, proteção e assistência à mulher, incluindo a responsabilização de agressores. A lei explicita o seu escopo de “[...] coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (Brasil, 2006). Esse excerto sinaliza algo que singulariza a referida lei do Brasil, o uso do termo “violência doméstica” para caracterizar tal tipo de violência, praticada contra as mulheres. De acordo com o Instituto Maria da Penha (2023), que leva o nome da mulher que se tornou um símbolo de luta no combate à violência doméstica contra a mulher no Brasil:

A Lei Maria da Penha será aplicada para proteger todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino e que sofram violência em razão desse fato – conforme o parágrafo único do art. 5º da lei, a violência doméstica e familiar contra a mulher pode se configurar independentemente de orientação sexual. Inclusive, alguns tribunais de justiça já aplicam a legislação para mulheres transexuais. Quanto ao homem, ele será colocado diante da Lei n. 11.340/2006 sempre que for considerado um agressor. Se ele for vítima, serão aplicados os dispositivos previstos no Código Penal, e não aqueles presentes na Lei Maria da Penha.

A ampliação do alcance da proteção ao englobar aspectos como identidade de gênero e orientação sexual tem permitido a extensão dos direitos de gênero em paralelo à criação de mecanismos de combate à violência. Infelizmente, os progressos dessas políticas públicas ocorrem em um contexto em que os índices de violações continuam aumentando, como demonstra a pesquisa Retrato dos Feminicídios no Brasil, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2026). De acordo com o levantamento, “[s]ó em 2025, foram 1.568 mulheres vítimas de feminicídio no Brasil, crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior [2024]” (FBSP, 2026). A pesquisa mostra ainda que, “[d]esde a tipificação da lei do feminicídio, em março de 2015, ao menos 13.703 mulheres já foram assassinadas por sua condição de ser mulher”, revelando os enormes desafios no país tanto para a

prevenção de discursos de ódio quanto para a punição de crimes associados à condição de gênero.

Assim, embora a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)⁶ e a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015), que altera o Código Penal para inserir o caráter hediondo desse tipo de crime e as circunstâncias/os contextos que são qualificadores do homicídio nesses casos⁷, tenham sido grandes conquistas, o enfrentamento a esse tipo de violência no Brasil ainda exige esforços contínuos. Tanto no que se refere à implementação das leis quanto no que concerne a alguns imaginários que circulam em determinados grupos sociais, como o de que a lei da “violência doméstica” deveria contemplar também os homens, esquecendo seus aspectos estruturais, uma vez que a violência e a desigualdade de gênero remetem a relações que são historicamente desiguais entre homens e mulheres. A inversão que igualaria a condição masculina à feminina expressaria o que Moraes (2019) denomina “falsa simetria”, com o objetivo de inverter a acusação e apagar as diferenças de poder entre os grupos sociais.

⁶ A Lei 11.340/2006 “[c]ria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (Brasil, 2006).

⁷ A Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015, altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. O § 2º-A acrescenta que “[c]onsidera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Por fim, o § 7º destaca que “[a] pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima” (Brasil, 2015).

Manipulação discursiva em torno da violência de gênero no Brasil e na Argentina

A violência de gênero (na Argentina) e a violência doméstica (no Brasil) têm sido mobilizadas por atores políticos para gerar significâncias em seus interlocutores-cidadãos. Nesses casos, haveria a manipulação da palavra, e apenas não o exercício da persuasão com o fito de promover a adesão a uma dada tese apresentada (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1998), sob a suposição de que os enunciadores encenariam seus projetos de fala ocultando suas intenções em seus jogos da influência (Charaudeau, 2022).

Para fins de delineamento das condições de produção discursiva, selecionamos dois enunciados proferidos por duas figuras políticas do cenário sul-americano. A primeira trata-se de um brasileiro, o candidato a vereador (sem êxito, contudo) pela cidade de São Paulo em 2024, Alexandre Correa, filiado ao partido Avante; já a segunda é o eleito em 2023 e ainda presidente da Argentina pelo partido Libertário (PL), Javier Milei.

Como critério de seleção, primeiramente, apontamos o fato de que são políticos de dois países que têm sido interesse de nossas investigações nos últimos anos. Em segundo, levamos em conta que ambos se enquadram no espectro político da direita/extrema-direita⁸, algo que desperta nossa atenção em razão do grande avanço global de práticas sociodiscursivas conservadoras na última década, à luz do que pondera Löwy (2015). Por fim, consideramos o fato de que tanto Correa como Milei abordaram, em enunciados veiculados em seus perfis no *Instagram* e *X*, respectivamente, a

⁸ Cruz (2015) propõe que a distinção entre a direita e a esquerda decorre da forma como cada campo olha para as desigualdades sociais. A direita, independentemente das diferenças de linguagem e de características dos seus seguidores, tende a considerar que tais desigualdades seriam sagradas, invioláveis, naturais ou inevitáveis, enquanto a esquerda tende a considerar injustificável a existência dessas desigualdades. O discurso político da extrema-direita, portanto, pode ser caracterizado pela tentativa de justificar e aprofundar à última potência essas desigualdades.

temática da violência doméstica ou violência de gênero (sendo este último termo corriqueiramente empregado em solo argentino, como temos ressaltado), o que se configurou como um aspecto de convergência para pensarmos sobre como cada um dos políticos operou efeitos de sentido sobre o tema.

No dia 21 de junho de 2024, Alexandre Correa, ex-companheiro da apresentadora brasileira de televisão Ana Hickmann, que o acusou publicamente de agressão física – com registro, inclusive, de Boletim de Ocorrência –, divulgou em seu *Instagram* (perfil aberto @alexandrebellocorrea) um vídeo por meio do qual deu início à sua campanha eleitoral. Abaixo, a transcrição da materialidade verbal de Correa (2024):

A coleta de estatísticas sobre homens que sofrem violência em relacionamento é algo muito difícil devido a diversos fatores. Primeiramente, muitos homens sofrem de vergonha e estigmatização ao tentar denunciar os abusos. Além disso, há o aumento substancial de retaliação por parte dos agressores, o que faz com que muitos homens tenham novas represálias e sejam julgados perante a uma sociedade e até mesmo seus familiares. A sociedade tende a associar a masculinidade à força e resiliência, o que faz com que muitos homens hesitem em admitir que estão sofrendo violência doméstica e irem para denúncia. Todos esses fatores combinados criam um ambiente de subnotificação da violência contra os homens, dificultando a apuração de dados, estatísticas e até mesmo a conscientização da sociedade que esse é um problema de hoje, de ontem, desde sempre. É muito importante, você, homem, não se silenciar. Não tenha vergonha de admitir. Se foi agredido, denuncie. Por favor, me contate aqui por esse número de WhatsApp.

No tocante a Javier Milei, este, no dia 7 de agosto de 2024, manifestou-se por mensagem aberta publicada no X (antigo *Twitter*) em repúdio ao seu antecessor Alberto Fernández (2019-2023), alvo de uma denúncia de violência de gênero por sua ex-companheira Fabiola Yáñez. Tal mensagem tivera como título: “A hipocrisia progressista”. Segue na íntegra a postagem de Milei (2024, tradução nossa):

A HIPOCRISIA PROGRESSISTA

Apesar de sofrermos constantes ataques e calúnias, sempre tivemos coragem de dizer a verdade. Independentemente das consequências. Porque esse é o nosso compromisso com a sociedade. Compromisso que cumprimos no 1º dia de governo, acabando com essa fraude que intitularam “políticas de gênero”. Uma fraude da qual poucos se beneficiaram, mas que todos os argentinos financiaram.

Como temos defendido durante anos, a solução para a violência que os psicopatas exercem contra as mulheres não é criar um Ministério da Mulher, não é contratar milhares de funcionários públicos desnecessários, não são cursos de gênero e definitivamente não é alocá-los a todos os homens uma responsabilidade apenas pelo fato de serem homens. Décadas de estudos científicos são prova disso. A única solução para reduzir o crime é ser duro com aqueles que o cometem. O aumento da burocracia estatal é uma fraude moral, fiscal e política. É aproveitar um problema sério para fazer negócios.

Mantivemos sempre a mesma coisa e, como fomos os únicos a denunciar esta fraude, todos nos acusaram, sem qualquer prova, de sermos sexistas, violentos e misóginos. Ou seja, usaram este problema não só para fazer negócios, mas também para fazer política. As causas nobres que defendem, como a igualdade de gênero, são uma desculpa para justificar os seus negócios. Porque quando chegamos aos fatos, os deles são sempre bons e os nossos são sempre monstros. Não importa o que cada um faça. Podem bater, abusar, violar, roubar e qualquer outra atrocidade pintada de verde e se mostrando como aliadas. Enquanto nós, que valorizamos cada indivíduo como um fim em si mesmo, somos aqueles que cortam direitos, somos nós os violentos, etc.

O caminho para o inferno está pavimentado de boas intenções.

LA HIPOCRÉSIA PROGRESISTA

A pesar de sufrir constantes ataques y difamaciones, siempre tuvimos el coraje de decir la verdad. Sin importar las consecuencias. Porque ese es nuestro compromiso con la sociedad. Compromiso que cumplimos el día 1 de gobierno terminando con esta estafa que titularon “políticas de género”. Una estafa de la cual se beneficiaron unos pocos, pero que financiaron todos los argentinos. Como sostenemos hace años, la solución para la violencia que ejercen los psicópatas contra las mujeres no es crear un Ministerio de la Mujer, no es contratar miles de empleados públicos innecesarios, no son los cursos de género y definitivamente tampoco es adjudicarle a todos los hombres una responsabilidad solo por el hecho de ser hombres. Décadas de estudios científicos son prueba de ello. La única solución para bajar el delito es ser duros contra quienes los cometen. Aumentar la burocracia estatal es una estafa moral, fiscal y política. Es aprovecharse de un problema grave para hacer negocios. Siempre sostuvimos lo mismo y, como fuimos los únicos en denunciar esta estafa, todos ellos nos acusaron, sin ninguna prueba, de ser machistas, violentos y misóginos. Es decir, utilizaron esta problemática no solo para hacer negocios, sino también para hacer política. Las causas nobles en las que se embanderan como la

igualdad de género, son una excusa para justificar sus negocios. Porque cuando vamos a los hechos, los de ellos siempre son buenos y los nuestros siempre son monstruos. No importa que haga cada uno. Ellos pueden golpear, maltratar, violentar, robar y cualquier otra atrocidad pintados de verde y mostrándose como aliados. Mientras que nosotros, que valoramos a cada individuo como un fin en sí mismo, somos los que venimos a cortar derechos, somos los violentos, etc. El camino al infierno está pavimentado de buenas intenciones.

No que diz respeito aos aspectos contratuais dos projetos de fala dos sujeitos das produções discursivas, pode-se notar que ambos enunciam considerando seus estatutos sociais de sujeitos políticos, sejam estes de pré-candidato ou de eleito, através dos quais buscam garantir *legitimidade* para tomar a palavra política. Com isso, estabelecem uma relação de superioridade junto a seus interlocutores, os cidadãos. Isso porque o contrato de comunicação da esfera política ocupa uma posição de poder na qualidade de *quem pode dizer* e de quem tem *autoridade* para fazê-lo, possibilitando aos sujeitos conduzir e controlar a troca linguageira.

Essa disposição dos interactantes, hierarquizada, sinaliza que o dizer tem maior propensão de assumir o caráter de verdade: é como se o enunciado, por ser proferido por quem o é, correspondesse à realidade e não contivesse o engano. Quando Alexandre Correa enuncia “A sociedade tende a associar a masculinidade à força e resiliência, o que faz com que muitos homens hesitem em admitir que estão sofrendo violência doméstica e irem para denúncia” e Javier Milei declara “[...] essa fraude que intitularam ‘políticas de gênero’. Uma fraude da qual poucos se beneficiaram, mas que todos os argentinos financiaram”, ambos procuram criar efeitos de verdade para as suas afirmações, posto que estariam alicerçadas em fatos considerados autênticos, legítimos⁹. Dessa maneira, as caracterizações “violência

⁹ De acordo com o movimento *Ni Una Menos*, “[u]m total de 3.096 feminicídios foram perpetrados na Argentina desde o início do movimento *Ni Una Menos* [em 2015] até 30 de maio deste ano, segundo a Mumalá, que realiza uma investigação mensal sobre os casos ocorridos em todo o país, 3.011 crianças e adolescentes ficaram órfãs de mãe, já que 1.384 das mulheres assassinadas eram mães e 63

doméstica”, nesse caso significada como a violência supostamente cometida por mulheres contra homens no seio familiar, e “fraude”, atribuída a ações governamentais de promoção de igualdade de gênero, são por eles mobilizadas como constatações confiáveis, podendo fixar-se como algo inquestionável pelos sujeitos interpretantes dos seus atos linguageiros. Contudo, tais formas languageiras configuram representações simbólicas de construção da realidade ancoradas em saberes de crença (Charaudeau, 2017), por meio dos quais os políticos (dis)simulam suas intenções, conduzindo modos de ver e de pensar de seus públicos, notadamente, no que concerne a aspectos em torno da violência no âmbito familiar.

Nesse sentido, a mobilização da terminologia “violência doméstica” por Alexandre ancora-se não em uma verdade pautada em um mecanismo de validação legal, em um saber respaldado institucionalmente, em conformidade com a Lei Maria da Penha. Ao contrário, fundamenta-se em uma ponderação subjetiva, em um julgamento configurado como uma opinião, a qual pode ser compartilhada pelo grupo sociopolítico do qual Alexandre faz parte, tendencialmente masculino e alinhado a visões conservadoras.

Ao ser postado em um perfil aberto em rede social, direcionado ao internauta potencial eleitor, o projeto de fala de Alexandre estabelece uma dada verdade para o público com base na intenção do engano, pois o interlocutor é levado a acreditar em algo que não corresponde à realidade jurídica no país. A violência doméstica, entendida em sua concepção como aquela praticada contra mulheres, não é uma pauta de seu discurso. Há uma usurpação dessa pauta na tentativa de reconstruir uma imagem

estavam grávidas. Só em 2026, 101 mulheres foram assassinadas, o que dá uma média de um homicídio motivado por ódio de gênero a cada 35 horas. [...] Esse desânimo, que o Governo está agravando com sua recusa em reconhecer a figura do feminicídio, é coerente com o desmantelamento de todas as políticas de assistência às vítimas e também tem a ver com a negação da violência de gênero vinda das mais altas esferas do governo, alertou a líder feminista” (Palácios, 2026).

prévia publicamente manchada e de inverter a responsabilidade pelo ato de violência tornado conhecido, como se fosse ele a vítima.

Para Charaudeau (2025), a intenção do engano, um dos aspectos do discurso manipulador, ocorre quando o locutor transmite signos de veracidade/sinceridade e tem a intenção de ocultar o que sabe. Por ter sido alvo de uma denúncia, que veio a se tornar pública, de sua ex-esposa por agressão, formalizada em Boletim de Ocorrência, Correa tinha conhecimento de que a violência doméstica é configurada como uma violência contra a mulher.¹⁰ Todavia, ao proferir que homens também são vítimas de violência doméstica, Alexandre manipula com a finalidade de *fazer-crer*, ou seja, de levar o destinatário idealizado de sua publicação a acreditar no que diz. Tal destinatário, então, pela própria configuração contratual de seu estatuto de instância de recepção da mensagem e na qualidade de potencial eleitor é colocado na posição de *dever-crer*, tomando o dito com confiável, fidedigno.

A intenção do engano também pode ser constatada em Milei (2024). Quando enuncia, o presidente argentino intenta *fazer-crer* que a dissolução, em 2023, do *Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade*, criado em 2019 pelo Governo Fernández, alvo da acusação de violência de gênero pela companheira, teria sido uma decisão acertada de seu governo. Adicionado a isso, cita o fato de que punir os agressores seria uma medida eficiente – e exclusiva – para se combater tal violência, o que leva o cidadão argentino a *dever-crer* no que enuncia.

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), organismo internacional especializado em saúde pública nas Américas, vinculado à Organização Mundial da Saúde (OMS), a prevenção adequada no que tange aos atos de violência contra a mulher deve incluir a formulação de políticas públicas específicas

¹⁰ O vídeo que analisamos de Alexandre Correa foi removido de suas redes sociais em 2026, tendo sido publicado outro no qual faz alusão à Lei Maria da Penha, possivelmente como forma de se retratar das críticas recebidas em relação ao anterior.

que (i) tratem da discriminação contra as mulheres, (ii) favoreçam a igualdade de gênero nas sociedades, (iii) forneçam suporte às vítimas e (iv) viabilizem a adoção de normas culturais mais pacíficas¹¹.

Assim sendo, o presidente argentino lança mão de um julgamento particular como forma de interpretar a violência de gênero, afirmando que impor sanções aos agressores seria uma providência suficiente para enfrentamento do problema. Nesse sentido, dissimula o papel do estado de promotor de políticas públicas para fazer prevalecer em seu pronunciamento um imaginário do crime como causa em si e a punição como efeito suficiente para se resolver a situação estrutural da insegurança social. Milei encena a adoção de um “dever moral” com o povo argentino, valendo-se do mote da violência de gênero para, de um lado, desmoralizar o opositor e seu projeto político de Estado de Bem-Estar Social e, de outro, promover sua visão de Estado Mínimo e esvaziar a proteção institucional à dignidade das mulheres.

É possível observar a mobilização da construção *Nós x Eles*, na qual o *Nós* visa estabelecer a representação de uma identidade coletiva e o *Eles* refere-se à oposição, à instância adversária, focalizando, mais precisamente, Alberto Fernández, seu antecessor na presidência e foco das acusações de violência de gênero. Charaudeau (2025) explica que esse é um recurso discursivo denominado de *manipulação voluntária com efeito de mistificação*, que ocorre quando se denuncia um bode expiatório.

No caso analisado, é como se Fernández representasse todo o mal, por “bater, abusar, violar, roubar e qualquer outra atrocidade”. Obviamente, não queremos dizer que Fernández não tenha cometido o ato de violência contra sua parceira. Contudo, o discurso de Milei avança de um repúdio em relação à atitude do seu opositor, o agressor, para uma desqualificação de medidas de Estado alinhadas às recomendações de organizações internacionais

¹¹ Conforme <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 22 jun. 2025.

relacionadas ao tema. Seu foco, como deixa claro, é valorizar “cada indivíduo como um fim em si mesmo”.

Ademais, é possível notar mais uma estratégia de manipulação no discurso de Milei, a mobilização do medo. Para Charaudeau (2025), o manipulador comumente evoca em seu discurso a ameaça do perigo, o qual leva o manipulado a considerar o risco de sofrimento. Assim sendo, o perigo potencial acarretaria um estado de angústia no sujeito alvo da manipulação, de modo que este, afetado emocionalmente, tenderia a aceitar os argumentos que lhe são apresentados como verdadeiros. A manipulação existe de um lado porque a credulidade existe do outro, assevera Charaudeau (2025).

O presidente argentino direciona o medo da população contra as ações institucionais de prevenção e combate aos atos de violência de gênero, não propondo, no sentido inverso, ações políticas articuladas para uma mudança concreta do *status quo*. Dessa maneira, não há a tratativa da violência contra a mulher em si, mas a instrumentalização dessa problemática para interesses políticos específicos de governo, como o de desautorizar e deslegitimar o projeto político concorrente, mais social e estrutural, reduzindo-o às ações de Alberto Fernández.

Para finalizar, podemos dizer, ancorados em Charaudeau (2025), que a manipulação política tem sido reforçada pela crise que se evidencia na própria comunicação, no discurso midiático, a qual tem potencializado a transgressão das questões contratuais das trocas linguageiras na esfera política pela priorização de verdades operadas na esfera dos saberes de crença, nas opiniões, em oposição à verdade fundamentada nos saberes de conhecimento, relacionados aos consensos científicos e institucionais.

Considerações finais

No presente texto, tivemos por intuito analisar os discursos postados nas redes sociais de duas figuras do cenário político sul-americano, Alexandre Correa e Javier Milei, ambos do espectro

político de direita/extrema-direita. Como objetivo, buscamos avaliar as estratégias de manipulação discursiva em relação ao tema da violência doméstica, no caso brasileiro, e da violência de gênero, no caso argentino.

No caso do candidato Alexandre Correa (Avante), o político almejava (a) defender-se de acusações que macularam sua imagem; (b) (re)construir sua imagem tendo em vista conquistar o potencial eleitor alinhado aos valores morais conservadores; (c) promover sua candidatura por meio do compartilhamento de crenças contrárias a qualquer avanço de pautas progressistas feministas. Javier Milei, por seu turno, mobiliza a palavra política para tentar (A) justificar sua ação de ter dissolvido o *Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade*, criado em 2019 por Fernández; (B) construir para si e para seu governo uma imagem de competência empresarial; (C) atacar a oposição e seu projeto político de Estado de Bem-Estar Social.

Como conclusão, propusemos que, ao levantarem a pauta da violência de gênero (ou violência doméstica, no caso do Brasil), as duas personalidades políticas não apresentam propostas de ações de mudança do *status quo*, no qual há um padrão sistemático da desigualdade de gênero que a caracteriza como de ordem estrutural (Saffioti, 2015). Ao contrário, ambas priorizam a esfera da subjetividade, definindo o indivíduo e o crime como fins em si mesmo, o que está alinhado, com base em Morais (2019), ao discurso neoliberal e, segundo Charaudeau (2025), à crise atual dos saberes de conhecimento.

Referências

ARGENTINA. **Ley de Protección Integral a Las Mujeres - Ley 26.485**. Ley de protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbrios en que desarrollen sus relaciones interpersonales. Buenos Aires: Senado y Cámara de Diputados de la Nación Argentina, 2009. Disponível

em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26485-152155/texto>. Acesso em: 09 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 9 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 9 abr. 2026.

CHARAUDEAU, P. **A manipulação da verdade**: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. Tradução: Dóris de Arruda C. da Cunha e André Luís de Araújo. São Paulo: Contexto, 2022.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

CHARAUDEAU, P. **Seminário Internacional de Pesquisas PPGE/UFMS 2025**: Manipulação da verdade: tipo e estratégias. Campo Grande: PPGE/UFMS, 2025.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CORREA, A. **Post de lançamento da campanha eleitoral** [Instagram]. São Paulo, 21 jun. 2024. Instagram:

@alexandrebellocorreia. Disponível em: <https://www.instagram.com/alexandrebellocorreia/>. Acesso em: 11 maio 2026.

CRUZ, S. V. e. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CRUZ, S. V; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da Direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 13-48.

FBSP. Retrato dos feminicídios no Brasil (2006-2026). **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/03/nota-tecnica-dia-mulher-2026.pdf>. Acesso em: 11 maio 2026.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Mitos da violência doméstica**, 2023. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html> Acesso em: 9 abr. 2026.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Tradução de Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwxKBBcNqHyKkckfW6Qn/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MILEI, J. **Post a Hipocrisia progressista** [Instagram]. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 07 ago. 2024. X: @JMilei. Disponível em: https://x.com/JMilei/status/1821233495307649096?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1821233495307649096%7Ctwgr%5E1592af66bbcbce71057ef5e2b5426adf8fd4d4a2%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fd-1664357075401240465.ampproject.net%2F2505300108000%2Fframe.html. Acesso em: 11 maio 2026.

MORAIS, A. R. A. de. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 152–172, 2019. Disponível em: <https://>

periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/12129. Acesso em: 3 jul. 2026. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v20i1.12129>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher**. 1993. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-elimination-violence-against-women>. Acesso em: 9 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Violência contra as mulheres**. 2026. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PALÁCIOS, A. D. O movimento argentino *Ni Una Menos* se revitaliza e enfrenta Milei. **Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, 12 jun. 2026. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/667227-o-movimento-argentino-ni-una-menos-se-revitaliza-e-enfrenta-milei>. Acesso em: 08 jul. 2026.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DO CANDIDATO-ATOR AO CANDIDATO-INFLUENCER: DESLOCAMENTOS DO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL NOS DEBATES BRASILEIROS

Juliana da Silveira

Introdução

Este trabalho propõe analisar os deslocamentos e transformações dos debates político-eleitorais no contexto político-midiático brasileiro. É notório que, a cada processo eleitoral, as discussões sobre os debates giram em torno não apenas de seu conteúdo político, mas também de seu formato midiático e das práticas técnicas que envolvem as diferentes mídias (rádio, TV, redes sociais) e os diferentes profissionais (políticos, jornalistas, publicitários, assessores de imprensa, etc.) envolvidos na sua produção.

Tendo em vista essas discussões, nossa investigação tem como foco a relação entre os debates e as diferentes tecnologias midiáticas que eles engendram, entendidas aqui como determinantes dos deslocamentos profundos não só no formato dos debates político-eleitorais, mas no próprio discurso político.

Fundamentando-nos na perspectiva materialista da Análise de Discurso, compreendemos o discurso como o ponto de contato entre o ideológico e o linguístico, no qual a materialidade da língua representa, no interior do dizer, os efeitos da luta de classes (Courtine, 2006), mas, acrescentamos, como propõe Pequeno (2020), que também faz parte desse jogo “as formas concretas” da circulação dos enunciados, que, segundo o autor, são determinados “por mais do que a materialidade da história e da língua”, o que implica considerar, necessariamente, a “espessura técnica” dos enunciados.

Para compreender essas transformações focalizando as determinações da materialidade técnica digital, estabelecemos um recorte que nos permitirá demonstrar que, embora desde sempre o debate eleitoral tenha estado imbricado às tecnologias midiáticas, as formas dessa imbricação devem ser remetidas às condições de produção sócio-históricas nas quais emergem cada uma dessas tecnologias e, conseqüentemente, os diferentes acontecimentos políticos e discursivos que elas engendraram.

Para tanto, estabelecemos como recorte de nossa observação três debates eleitorais que iremos considerar aqui como exemplares de acontecimentos político-midiáticos singulares na história política brasileira e que, ao mesmo tempo, podem ser compreendidos como acontecimentos enunciativos e discursivos.

Para propor esse recorte teórico-analítico que articula espaço de enunciação, materialidade técnica e acontecimentos enunciativos e discursivos, nos valem também aqui da relação entre lugar de enunciação e posição-sujeito, tal qual ela é proposta por Zoppi-Fontana (1999). Em suas pesquisas sobre o fundamento discursivo da representação política, a autora não só considera a figura do porta-voz como um lugar de enunciação, como o define como uma das formas históricas do sujeito da enunciação, compreensão que se desdobrará na afirmação teórica de que há nesse funcionamento discursivo uma

[...] determinação dos funcionamentos enunciativos pelo interdiscurso, o que leva a estabelecer uma relação necessária de um lugar de enunciação (a figura do porta-voz, p.e.) com as posições de sujeito que o definem e das quais é uma dimensão constitutiva (Zoppi-Fontana, 1999, p.15).

A problemática apontada pela autora para pensar a representação política discursivamente diz respeito, portanto, segundo ela, à divisão social do direito de enunciar e, também, à eficácia dessa divisão na relação com os processos de individualização e controle do sujeito. Conforme a autora,

portanto, será o movimento de individuação/controle que irá, no processo de interpelação/identificação do sujeito do discurso, permitir a definição dos lugares de enunciação.

[...] os lugares de enunciação devem ser considerados, dessa maneira, como uma das dimensões das posições de sujeito [...], sendo sua definição, portanto, subordinada lógica, teórica e analiticamente a esse conceito. [...] nesse sentido, os lugares de enunciação se definem em relação ao funcionamento do Estado e de suas instituições, consideradas as regras de projeção pelas quais as posições de sujeito, das quais esses lugares são parte integrante, se delimitam no interdiscurso, no processo contínuo de sedimentação das condições de produção (Zoppi-Fontana, 1999, p. 23).

O lugar de enunciação é tomado aqui no sentido dado pela autora, como uma dimensão constitutiva das posições de sujeito, que exige, portanto, investigar como as diferentes materialidades técnicas e institucionais operam esses mecanismos de individuação e controle do dizer. A partir dessa perspectiva, buscaremos mapear como o deslocamento das condições de produção dos debates, do espaço televisivo à fragmentação dos espaços enunciativos informatizados, reconfigura as posições dos sujeitos candidatos e a legitimidade do seu dizer na arena eleitoral.

Para esse fim, recortamos três diferentes debates, de três diferentes momentos históricos. O primeiro debate que analisaremos é o debate televisivo ocorrido no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, a partir do qual pudemos descrever o lugar de enunciação que denominaremos aqui de candidato-ator, constitutivamente determinado pelo espaço enunciativo televisivo, cuja materialidade técnica eletrônica impõem determinações específicas por meio de processos de mediação e normatização definidas em relação aos sistemas de radiodifusão.

Em seguida, analisaremos o primeiro debate presidencial online, ocorrido em 2010, a partir do qual compreenderemos a emergência do lugar de enunciação que chamaremos aqui de

candidato-comentador, agora determinado pela materialidade técnica digital e seus outros processos de mediação e normatização técnica. Nesse caso, a análise recai no espaço enunciativo informatizado do Twitter, com sua materialidade técnica digital, cujos processos de mediação e normatização funcionam a partir da centralização do espaço dos comentários. Aqui o deslocamento se dá no foco central do debate que desliza do candidato-ator em direção ao candidato-comentador ordinário.

E, por fim, dedicamo-nos à análise do debate eleitoral da prefeitura de São Paulo, em 2024, tendo em vista a emergência do lugar de enunciação que denominaremos neste trabalho de candidato-influencer, também constitutivamente determinado pelo espaço enunciativo informatizado na sua relação com a materialidade técnica digital, mas respondendo a outros processos de mediação e normatização técnicas que não mais aqueles descritos na relação com o espaço do Twitter. No caso do debate de 2024, nosso olhar recairá sobre o aprofundamento da lógica algorítmica, das políticas de visibilidade e engajamento das múltiplas plataformas nas quais o debate é produzido e circula na contemporaneidade. Aqui, apontamos para outro deslocamento, que se dá no deslizamento da centralidade do candidato-comentador em direção ao candidato-influencer.

Caberá, em nosso gesto de análise sobre os modos de funcionamento do debate político eleitoral nesses espaços, buscar compreender como esses deslocamentos enunciativos foram se produzindo, tendo em vista a relação dos lugares de enunciação com as posições-sujeito que lhes são constitutivas enfatizando, sobretudo, a sua relação com os processos técnicos, históricos e institucionais de mediação e normatização dos espaços enunciativos em análise.

Situando o(s) debate(s)

Embora tenhamos um grande número de pesquisadores e analistas dedicados há alguns anos a compreender os

deslocamentos que o digital produziu ao campo político, bem como seus efeitos no discurso político brasileiro, é ainda recorrente depararmos-nos com enunciações que marcam o espanto, mesmo no nosso campo de pesquisa, diante de tais desafios, que não são apenas políticos e sociais, mas também teórico-analíticos.

Esse espanto revela-se, de modo particularmente agudo, nos episódios de violência que têm marcado o espaço discursivo dos debates eleitorais. Um exemplo que consideramos paradigmático ocorreu nas eleições municipais de São Paulo, em 2024, envolvendo o então candidato a prefeito Pablo Marçal (PRTB). Desde o início do período eleitoral, a campanha do candidato Pablo Marçal esteve envolvida em denúncias e acusações de violência física e verbal, sendo o episódio mais marcante de sua campanha a agressão que ele sofreu durante o debate do dia 15 de setembro de 2024, organizado pela TV Cultura, quando foi atingido por uma cadeirada¹ pelo candidato José Luiz Datena (PSDB), após provocações verbais de Marçal, que citou ao vivo uma denúncia de assédio sexual contra Datena.

Embora nosso recorte tenha tido como ponto de partida esse debate de 2024, consideramos que ele só poderá ser compreendido amplamente se nos voltarmos, como anunciamos na introdução, para os deslocamentos que a forma desses debates políticos e midiáticos já vinha produzindo no discurso político desde a sua invenção com a emergência da televisão. Trazemos, portanto, para nossa análise outros dois debates, como já anunciamos. O debate eleitoral no segundo das eleições presidenciais de 1989, entre Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor (PRN), transmitido por um *pool* das principais emissoras de televisão brasileiras (Globo, SBT, Manchete e Bandeirantes) e, também, o debate de 2010, por ter sido o primeiro debate online entre presidenciáveis, promovido pela Folha de S. Paulo e pelo portal UOL, transmitido ao vivo em

¹ Uma análise, que recorta a questão tendo em vista especificamente a cadeirada, foi realizada por Mendonça et al. (2025).

vídeo, na televisão e no portal UOL, com interação em redes sociais como Twitter e Facebook, além de salas de bate-papo do UOL.

Os debates presidenciais televisivos são considerados pelas teorias da comunicação como *media events*, ou seja, são eventos históricos transmitidos ao vivo e que, muitas vezes, fazem parar uma nação ou o mundo, sendo que sua história, segundo a autora, está ligada a dois principais fatores: as transformações tecnológicas e o “amadurecimento” do contexto político (Leite, 2003, p. 3). São, portanto, produtos singulares no contexto da comunicação política, mesmo em períodos eleitorais que tendem a saturar a cena pública, eles possuem um espaço privilegiado. Segundo Leite (2003, p.1-3), eles causam

[...] interrupções da rotina, tanto da própria programação como da vida cotidiana da audiência, que se prepara para abrigar (a programação) e receber (a audiência) um acontecimento que sabem ser (ou consideram) histórico. [...] Assim como os eventos desportivos, os debates televisivos – principalmente aqueles que envolvem candidatos à presidência, por sua importância e capacidade de mobilização mediática – podem ser considerados combates regulamentados, precedidos de longas deliberações a respeito das “regras do jogo”. Sua periodicidade é fixa, e sua credibilidade assenta-se no fato de que se consideram iguais as chances de vitória dos oponentes. Ao final do encontro, a pergunta a ser respondida é sempre: “quem ganhou o debate?”, e o juiz do confronto é a audiência, que exerce também o papel de torcida.

A autora também nos lembra que os teled debates, como também são conhecidos, são considerados índices de amadurecimento político também por sua história recente. A autora relembra que a primeira tentativa teria ocorrido em 1960, por iniciativa da TV Tupi, e ocorreria no programa Pinga Fogo, mas não logrou êxito diante da desistência do candidato Jânio Quadros, que trocou o debate por um comício. É somente em 1974, ainda durante a ditadura militar, que o primeiro debate televisionado será transmitido no país, no Rio Grande do Sul. Este debate

envolveu os concorrentes ao Senado Nestor Jost (Arena) e Paulo Brossard (MDB); o último acabou eleito. Depois dessas tentativas, a propaganda eleitoral na televisão foi limitada pela Lei Falcão, de 1976, que proibia os debates televisivos.

Embora tenham retornado à televisão em 1982 e acumulado algumas controvérsias e fatos incomuns, é só nas eleições de 1989 que um debate eleitoral entre candidatos à presidência da República brasileira terá popularidade nas classes média e baixa. Esse debate, protagonizado por Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT), foi realizado pelo *pool* das quatro grandes emissoras da época (Globo, Band, SBT e Manchete). Segundo Mitre (2023, posição 794), naquele ano o eleitorado já estava polarizado e, por isso, o *pool* das emissoras sediado pela TV Bandeirantes “conseguiu mobilizar e parar o Brasil naquela véspera de eleição”.

Por isso mesmo, compreender como esse debate funcionou enquanto um acontecimento político-midiático e enunciativo-discursivo importa para este trabalho. Para realizarmos as análises propostas desses três debates, começando pelo debate de 1989, dividimos nossa discussão em três diferentes seções, cada uma delas dedicada a um debate.

Os debates televisivos e a emergência do candidato-ator

Como já apontamos anteriormente, uma das coisas que mais nos chama a atenção é modo como o debate eleitoral é discursivizado pelos profissionais da política e da comunicação, fazendo com que o foco da observação, em geral, recaia nas suas normatizações técnicas, ainda que sejam apontados os seus efeitos políticos. O que pouco se observa, no entanto, é que essas normatizações técnicas não são apenas responsáveis por uma adequação dos debates para o formato digital; trata-se de transformações que ao mesmo tempo em que mudam as regras do debate, deslocam sujeitos e sentidos. Embora as mudanças impostas pela materialidade técnica do digital sejam descritas

como uma entre outras, veremos que elas são centrais na produção e distribuição de novos lugares enunciativos e, por sua vez, novos sujeitos políticos.

No caso do debate entre os presidencialistas de 1989, é possível hoje afirmar que vários fatores envolvendo essas diferentes práticas e suas determinações técnicas apontam para o predomínio de um saber próprio dos profissionais e técnicos da mídia televisiva enquanto saberes cruciais para o resultado eleitoral, para além dos projetos políticos e das relações de poder envolvidas.

Assim, o modo como o debate de 1989 é ele mesmo discursivizado pelos especialistas remete, em nossa perspectiva, à sobredeterminação técnica da televisão. Para entendermos como ocorre essa sobredeterminação, tomaremos duas falas de profissionais da comunicação para análise, aqui compreendidas como duas sequências discursivas de referência (SD1 e SD2). Iniciaremos observando a SD1:

SD1: O fato é que Lula perdeu aquele último debate. Mas perdeu de pouco, não tanto como mostrou a Globo na célebre edição para o Jornal Nacional. Erraram feio ali a favor de Collor, que apareceu dando uma goleada que não houve. Também errei, na Band, na edição daquele debate, que acompanhei na ilha de edição, detalhe por detalhe. Errei a favor de Lula, mas por muito pouco. Acabei equilibrando o que, de fato, não foi equilibrado. O resultado real daquele último debate, ao contrário do primeiro, foi favorável a Collor, mas sem goleada (Mitre, 2023, posição 900).

Nesta formulação, o jornalista Fernando Mitre, ao falar sobre o debate de 1989 entre Lula e Collor, deixa ver o quanto as possibilidades técnicas da televisão reconfiguraram aquele debate, produzindo efeitos determinados a partir das possibilidades técnicas de edição. Ao afirmar que tanto a Globo quanto a Band fizeram edições que não representavam o verdadeiro teor do debate, sobretudo para aqueles que tivessem acompanhado o debate na íntegra, o jornalista deixa ver o quanto o espaço

enunciativo televisivo exigia que os candidatos considerassem as possibilidades técnicas da edição como sendo elas também produtoras de sentido.

Mais recentemente, em uma entrevista para o programa Dossiê da GloboNews, José Bonifácio Sobrinho, o Boni, também afirmou que a Rede Globo assumiu um lado naquele debate e que ele foi procurado pela campanha de Collor, na figura de Miguel Pires Gonçalves, para dar orientações sobre como Collor deveria se comportar. Recortamos dessa entrevista nossa segunda SD.

SD2: a briga de Collor e Lula nos debates estava desigual porque o Lula era o povo e o Collor era autoridade, então nós conseguimos tirar a gravata do Collor, botar um pouco de suor com uma glicerinazinha e colocamos as pastas todas que estavam ali com supostas denúncias contra o Lula, mas as pastas estavam plenamente vazias, ou com papéis em branco, foi uma maneira de melhorar a postura do Collor junto ao espectador para ficar em pé de igualdade com a popularidade do Lula. [...] Todo aquele debate foi, não o conteúdo, o conteúdo era do Collor mesmo, mas a parte vamos dizer assim formal, nós é que fizemos. Me lembrei do Jânio, só não botei uma caspazinha no Collor porque ele não aceitou.

Nesta sequência, vemos que o debate foi construído a partir de normatizações técnicas do audiovisual, sobretudo da teledramaturgia, cujos recursos cênicos e visuais auxiliaram na adequação da imagem do candidato à do seu adversário, tendo em vista a imagem popular de seu oponente e os sentidos positivos que ela havia gerado nos espectadores do debate anterior.

Assim, os debates televisivos passam a incorporar normatizações que regem a prática de atuação, aproximando os candidatos a atores, com deslocamentos significativos em relação às performances típicas de palanques e outras formas de fala pública.

Após esse polêmico debate de 1989, a televisão brasileira só voltou a realizar um debate presidencial no ano de 2002, organizado no primeiro turno pela Bandeirantes, com mediação da

jornalista Márcia Peltier; e, no segundo turno, pela Rede Globo, com mediação de William Bonner.

Como vimos até aqui, o debate televisivo diferenciou-se de outras peças e produtos midiáticos eleitorais por efeito da tecnologia de transmissão ao vivo e das regras jornalísticas e televisivas que organizariam essa transmissão. Nele, os candidatos devem desempenhar, ao vivo, uma performance de melhor gestor, com melhores propostas, e a população pode, “igualmente” e “livremente”, escolher esse candidato segundo sua própria avaliação desse desempenho. Sabemos, no entanto, que esse imaginário e esse modo de definir um debate político-eleitoral contemporâneo vêm perdendo sua eficácia no contexto contemporâneo, conforme pretendemos discutir mais adiante.

Como pudemos ver até aqui, a análise, as práticas e os dizeres que conferiam legitimidade ao debate eram de domínio da imprensa. No embate Lula e Collor, a técnica (o suor de glicerina, as pastas vazias) visava construir uma imagem de autoridade para o “candidato-ator”, apelando para uma performance que jogava com o imaginário do “caçador de marajás” e “caçador de comunistas”. Diante do espetáculo televisivo, o espectador avaliava o debate (ou poderíamos dizer combate?), cuja eficácia do discurso dependia da performance de “melhor gestor”, validada pela mediação da técnica jornalística e dos recursos audiovisuais.

Os artifícios técnicos do audiovisual fornecem as condições de possibilidade de equilibrar o jogo político, tal como lemos nas declarações acima apresentadas. Fazer parecer mais um homem do povo, fazer com que o debate pareça mais ou menos equilibrado para esse ou para aquele candidato, há aí toda uma regulação em torno do performativo que descola o político para a posição do ator. Mais suor, gravatas, pastas, dossiês, disposição dos atores na cena, etc. são todos significantes que funcionam discursivamente ao mesmo tempo que apagam a sua própria artificialidade, produzindo, assim, no sujeito espectador uma dada leitura do político, reforçando a ilusão de transparência e de um debate “real”, mesmo quando profundamente mediado e construído

tecnicamente. Trata-se, nesse caso, de um evento fortemente normatizado pelas técnicas televisivas que constroem a sua composição audiovisual, como, por exemplo, o conjunto de regras, quebra-cabeças matemáticos para controle de tempo de fala, que pretendem regular as discussões, com tempo igual para todos, momentos de réplicas, tréplicas, definição de formas enunciativas específicas: perguntas, respostas, recados, considerações finais etc.

A breve retomada desses dizeres permite, do nosso ponto de vista, descrever como a materialidade técnica da televisão funciona como um dispositivo ideológico que opera na produção de um efeito de verdade. Este processo demonstra como a materialidade técnica, como já anunciamos, também compõe a materialidade do enunciado político e, conseqüentemente, os modos de constituição do sujeito político no espaço enunciativo televisivo.

O primeiro debate online brasileiro e a emergência do candidato-comentarista

Tendo como exemplo outros países como França e Estados Unidos, que já haviam realizado debates online em suas últimas campanhas presidenciais, o primeiro debate online de nosso país foi idealizado por quatro grandes portais brasileiros (IG, MSN, Terra e Yahoo!) e deveria ocorrer no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010.

No entanto, o debate organizado pelos portais não aconteceu, uma vez que os candidatos José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) não confirmaram presença, alegando falta de agenda. Contando apenas com a presença da candidata Marina Silva (PV), os portais resolveram cancelar o debate.

Posteriormente, o jornal Folha de S. Paulo e o portal Universo Online (UOL) propuseram novamente a realização do primeiro debate online, com outro formato (menos aberto que aquele proposto inicialmente pelos portais eletrônicos IG, MSN, Terra e Yahoo!) e, desta vez, os candidatos convidados, José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV), aceitaram participar do

evento, que foi veiculado simultaneamente em mais de oitenta sites brasileiros e também contou com a transmissão em vídeo para dispositivos móveis como iPhones, iPads e similares.

Por três horas, Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV) responderam perguntas dos jornalistas e questões formuladas e enviadas por populares via webcam. Esta primeira edição online entre presidenciáveis brasileiros foi veiculada pela imprensa de diversos países e chegou a liderar a lista de assuntos mais comentados do mundo no Twitter. Além de participar do debate no site do UOL e Folha.com, os eleitores puderam comentá-lo pelas suas redes sociais favoritas. As imagens do vídeo do debate também foram disponibilizadas, em tempo real, no Twitter, Facebook e salas de bate-papo do UOL, criadas para a ocasião.

No Twitter, pelo perfil do @UOLEleicoes, também era possível acompanhar publicações da redação sobre os bastidores do evento. Durante o período do debate, foram registradas mais de seiscentas e trinta citações do perfil @UOLEleicoes, e sua transmissão do debate, via Ustream, o que era uma inovação à época, teve cerca de quinze mil visitantes únicos. Também a hashtag #debatefolhauol apareceu entre os dez tópicos mais citados nos “temas do momento” do Twitter no início da transmissão do debate e, ainda na primeira hora de realização, alcançou a primeira posição no ranking de assuntos mais comentados no mundo.

O relato desses dados, números e estatísticas salta aos olhos quando pensamos na dimensão discursiva desse evento multimidiático e revela, simultaneamente, suas próprias condições de produção. Se, por um lado, no debate televisivo, imperavam os recursos da imagem, que visavam construir um cenário espetacular inspirado em uma arena, atendendo aos imaginários discursivos próprios da linguagem televisiva, por outro lado, no debate online, o espetáculo se (re)organizava sob outras normatizações técnicas e discursivas.

Ao falar do debate eleitoral televisivo, Leite (2003) relaciona o seu surgimento tanto ao advento das tecnologias audiovisuais

quanto a um “amadurecimento político”. O mesmo imaginário de “avanço” tecnológico e “amadurecimento político” foi esperado com o advento das tecnologias digitais. Nessas condições de produção, a mídia televisiva e os candidatos às eleições passariam a ser igualmente avaliados, criticados, questionados em suas práticas diversas, com a diferença de que agora a resposta do vencedor não viria apenas nas urnas, pelo mecanismo do voto, e também não apenas pelos resultados das pesquisas eleitorais realizadas após o debate, menos ainda pela crítica político-midiática dos especialistas políticos e da comunicação. Estávamos, de maneira nunca experimentada antes, diante de uma reação imediata dos eleitores, que podia ser medida em tempo real pelos comentários dos eleitores “internautas”, agora também publicizados.

Os efeitos desse recém-conquistado poder de mediação dos comentários de uma audiência antes supostamente passiva ao espetáculo possuem, por sua vez, estreita relação com um imaginário libertário que dominou o surgimento da internet, cujo grande poder seria a oferta do livre acesso às informações, da ampla liberdade de expressão, da garantia de ambientes neutros, livres de coerções e manipulações políticas e econômicas, nos quais os sujeitos seriam, finalmente, livres para participar ativamente dos processos políticos, incluindo neste imaginário a independência da mediação de veículos de imprensa tendenciosos. Sob esses efeitos, vimos alguns teóricos da comunicação e da política daquele período indicarem que estávamos entrando na era da “democracia eletrônica”.

Em uma pesquisa que realizamos em 2010, tendo como foco a participação de sujeitos-usuários do Twitter durante o primeiro debate online que aquele pleito e aquela conjuntura inauguraram, foi possível confrontar o efeito de inovação política e midiática do debate, sobretudo do ponto de vista discursivo, embora não fosse difícil também confrontar esse mesmo efeito se olhássemos o mesmo fenômeno pela perspectiva comunicacional e/ou observássemos seus aspectos em uma dimensão textual e enunciativa. Excluindo-se o fato de que naquele momento a singularidade estava nos processos

de mediação dos comentários sobre o debate e no modo como os sujeitos ordinários o discursivizavam (o que não é pouco), foi possível afirmar que ainda naquele momento o debate em si não comportava grandes transformações se comparado ao debate televisivo. Afirmar isso não implica, no entanto, dizer que a sua única singularidade (a de mediatizar comentários de eleitores) não produziria efeitos transformadores em debates futuros, como de fato temos visto ocorrer.

Naquela conjuntura de 2010, uma das normatizações técnicas já mapeadas pelos usuários para aparecer na timeline do debate eleitoral era ser retuitado (citado) diversas vezes. Desse modo, aderir à linguagem derrisória em relação ao político não é simplesmente uma forma de realizar uma crítica política, mas é, antes de tudo, uma vontade de participar da cena espetacularmente, pois o humor e a derrisão aumentavam as chances de seu comentário ser lido por aqueles que acompanhavam o debate no Twitter.

Assim, outro efeito que esse funcionamento produzia era o laço social, a sensação de que aqueles comentadores pertenciam a uma comunidade específica de cidadãos engajados politicamente. Neste debate, destacou-se como elemento surpresa o candidato Plínio Arruda (PSOL), que não estava entre os convidados, mas participou ativamente dele via Twitter. Uma pesquisa rápida no Google (Figura 1) permite perceber que o candidato ganhava uma mídia que seria impensável em outro momento político-eleitoral.

Figura I. Repercussão midiática de Plínio de Arruda Sampaio após debates eleitorais em 2010: resultados de busca no Google.



Fonte: Elaborada pela autora a partir de capturas de resultados de busca no Google. Notícias exibidas: Estadão (18 ago. 2010), O Globo (18 ago. 2010), Folha de S.Paulo (3 set. 2014) e O Globo (6 ago. 2010). Capturas realizadas em: 29 jun .2026.

Com inúmeras críticas às regras eleitorais e às regras dos veículos de imprensa, o candidato participou do primeiro debate online respondendo a todas as perguntas feitas aos candidatos convidados. Em matéria da revista Exame, destaca-se a presença de Plínio Arruda como o assunto mais comentado nos "temas do momento" durante a exibição do debate.

Ao longo de praticamente todo esse tempo, pelo menos cinco dos dez temas mais comentados no Twitter, em todo o mundo, estavam relacionados ao debate, enquanto o jogo emplacou no máximo dois termos na lista. Nessas quase duas horas, o nome do candidato do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), Plínio de Arruda Sampaio, ocupou soberano a 1ª posição em meio aos assuntos mais citados pelos usuários da rede social. Nem o goleiro Rogério Ceni, xodó da torcida são-paulina e peça-chave na partida contra o Internacional, conseguiu tirar o político socialista do topo dos assuntos quentes. Durante cerca de meia hora, Ceni oscilou entre a 2ª e a 3ª posição, sempre atrás de Arruda Sampaio (Plínio de Arruda..., 2010).

Já a matéria feita pelo jornal Opera Mundi, que também foi escrita e circulou ainda enquanto o debate era transmitido, chamava a atenção para o fato de que a tradicional exibição do debate televisivo excluía de sua estrutura alguns dos candidatos, prática certamente muito criticada do ponto de vista democrático.

Plínio não foi convidado ao debate por não ter 10% ou mais das intenções de voto na última pesquisa Datafolha, segundo material divulgado pela Folha. Em seu perfil, o candidato prometeu “furar o muro do silêncio” e pediu aos seguidores para que divulgassem sua participação. Além disso, convocou os “camaradas” a participarem do debate “dos chapa branca”. Mais de mil internautas acompanham os comentários de Plínio via twitcam. O presidenciável, em seu site, relaciona a ausência no debate de hoje ao tratamento que recebeu do Jornal Nacional, da Rede Globo. Enquanto Dilma, Serra e Marina tiveram 12 minutos na bancada do jornal, ele foi entrevistado por um repórter por apenas três minutos (Plínio “participa”..., 2010).

Nesse embate entre o espaço de comentários do Twitter e o debate formatado para a televisão, desenhava-se uma nova forma de enfrentamento político que não só questionava as regras da televisão, que se justificavam como sendo relativas àquilo que era mais pertinente disponibilizar aos cidadãos, como também criticava-se a suposta neutralidade da mediação jornalística

televisiva, crítica essa feita pelo próprio Plínio Arruda, como pudemos ver na matéria acima citada.

Até aqui, vimos os deslocamentos que o debate televisivo eleitoral foi sofrendo em função da entrada em cena dos canais de mídia brasileiros que se imbricavam de forma incontornável aos canais digitais (como UOL, entre outros), mas também se submetiam a uma interação direta com os espaços dos comentários e/ou redes em que o sujeito do comentário é o ator principal.

Como vimos, com o advento das redes sociais e do primeiro debate online em 2010, esse lugar de enunciação do candidato-comentador relaciona-se diretamente com uma posição-sujeito ordinário (Silveira, 2015), própria dos espaços enunciativos informatizados. Candidatos como Plínio Arruda utilizaram o espaço enunciativo do Twitter para construir legitimidade colocando-se em outro lugar de enunciação, distanciando-se assim do lugar de candidato-ator; valendo-se do espaço de comentários como espaço no qual, pela via da derrisão e do humor do discurso político ordinário, podia construir outros laços sociais. Indo em direção a essa posição-sujeito ordinário, o candidato ocupa um lugar de enunciação que se legitima por sua relação com uma coletividade; cujo principal é o efeito-rumor (Silveira, 2015): “[...] estou aqui dizendo o que todo mundo diz”, no caso do discurso político, dizendo aquilo que o povo gostaria de dizer.

Diferente do candidato-ator da televisão, cuja legitimidade é dada pela imagem construída na edição televisiva, o sujeito candidato-comentador ganha legitimidade pelo efeito-rumor (Silveira, 2015): a força da circulação, a repetibilidade e a quantificação (retuítas, hashtags). Aqui, o assujeitamento desloca-se dos imaginários em torno da representação política, do portavoz do povo, para um imaginário construído em torno do ideal de participação direta, alimentado pela promessa de “livre de mediação” oferecida pelo digital.

A passagem do debate televisivo para o online, que se intensifica a partir de 2010, não representa apenas uma mudança de plataforma e democratização dos meios, mas inicia um

deslocamento fundamental nos próprios modos de funcionamento da memória e dos arquivos. Se a televisão, com sua materialidade técnica de radiodifusão, operava predominantemente sob uma lógica de arquivo técnico televisivo, linear, sequencial, com uma temporalidade definida e uma autoridade institucional que determinava aquilo que permaneceria ou não como memória desse arquivo, o digital, e mais precisamente os espaços enunciativos informatizados, inauguram uma outra lógica de arquivo, cuja memória é fragmentada, não linear, constantemente atualizada e acessível, fugaz e cuja autoridade, naquele momento, aparecia como mais difusa e distribuída. Tal deslocamento transforma, por sua vez, a relação dos sujeitos com a política, a informação e com a memória.

O debate eleitoral na era do engajamento e a emergência do candidato-influencer

Assim como vimos uma dominância da cobertura da imprensa, que conferiu um enquadramento do primeiro debate online focando no candidato Plínio Arruda e sua emergência como candidato ordinário, na posição de comentador do Twitter, podemos ver, em 2024, com o debate envolvendo o candidato Pablo Marçal (PRTB), um novo rearranjo no modelo que une debate televisivo e redes sociais, com novos deslocamentos significativos.

A presença de Pablo Marçal nos debates eleitorais municipais de São Paulo, em 2024, produziu um deslocamento singular: a repercussão midiática de sua performance ultrapassou os limites do pleito local, colocando em evidência as novas condições de produção que configuram o espaço enunciativo dos debates contemporâneos.

O intervalo entre 2010 e 2024, embora não isento de deslocamentos, não produziu rupturas da mesma ordem nas posições-sujeito aqui descritas. Os debates desse período incorporaram progressivamente as dinâmicas das redes sociais, mas sem romper com os ritos de legitimação já mapeados. É no debate de 2024, em torno da figura de Pablo Marçal, que se observa

um deslocamento de outra natureza, aquele que nos permite descrever a emergência do candidato-influencer como lugar de enunciação distinto.

Antes de Marçal, a figura de Jair Bolsonaro já havia operado um deslocamento significativo na relação entre o candidato e o espaço dos debates televisivos. Naquele segundo turno de 2018, Bolsonaro não só deixou de participar dos debates, mas também deixou de fazer aparições públicas.

[...] permaneceu recluso, alegando problemas de saúde, legitimando mais uma vez sua ausência, ao mesmo tempo que deslegitimava os debates públicos entre candidatos, dizendo serem 'espetáculos grotescos e superados' (Gallo, 2019, p.22).

Ao ausentar-se deliberadamente dos debates no segundo turno por uma recusa ao ritual midiático-jornalístico, Bolsonaro deslegitimava discursivamente os debates televisivos, produzindo um efeito de ruptura com as normatizações técnicas que constituíam o lugar de enunciação do candidato-ator.

O que o diferencia de Marçal, porém, é que Bolsonaro operava ainda dentro de uma lógica política tradicional — com carreira militar, filiação partidária consolidada e uma trajetória institucional que suportava o gesto antipolítico. Marçal, ao contrário, não dispõe dessa exterioridade: sua posição de outsider é o ponto de partida, não o contraponto. O ex-presidente dava, assim, novos contornos ao papel dos candidatos em debates presidenciais, colocando-se em diversas ocasiões como avesso aos programas midiáticos destinados ao debate político. Ele também fez uso massivo de redes sociais visando a um contato direto com o público, valorizando conflitos e polêmicas e com forte discurso antissistema.

Sendo assim, é importante destacar que Pablo Marçal não surge do nada no cenário político; ele se alinha, em alguma medida, a todos os candidatos que, antes dele, como Jair Bolsonaro, se colocavam como *outsiders*, avessos às normas eleitorais estabelecidas. Outros políticos brasileiros como João Dória, por

exemplo, poderiam entrar nessa lista, mas nosso recorte não nos permite dedicar-nos a todos eles, embora seja relevante marcar que, mesmo que Pablo Marçal não inaugure a posição do outsider na política, ele soa mais autêntico que a maioria nessa posição, uma vez que ele não havia se envolvido com partidos até sua primeira tentativa de candidatura.

Diferente de Jair Bolsonaro, que construiu essa imagem de antipolítico, mas operava sempre na relação de uma lógica política tradicional, com uma carreira política e militar consolidada, filiação partidária antiga etc. – nesse sentido, João Doria, Donald Trump, Javier Milei, entre outros, poderiam ser reunidos nesse grupo de políticos outsiders, ao qual Marçal se filia, mas com uma diferença importante para nossa discussão. Enquanto, até 2024 pelo menos, os candidatos *outsiders* buscavam seguir as normas, parecendo disruptivos, mas também visando mostrar-se competentes para os cargos, Pablo Marçal assumia uma postura muito mais próxima do coach-influencer do que do político empresário, o *outsider* tradicional.

Em análise que realizaram sobre o discurso de Pablo Marçal, Loureiro e Baptista (2026, p. 3) afirmam que

É nesse cenário que se insere a candidatura de Pablo Marçal (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB) à Prefeitura de São Paulo nas eleições municipais de 2024. Empresário, coach motivacional e influenciador digital, Marçal construiu sua visibilidade política majoritariamente fora dos canais tradicionais, apoiando-se em uma presença intensa nas redes sociais, especialmente no Instagram. Marçal surge no cenário político brasileiro em 2022, quando se lançou candidato à Presidência da República pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS), já com uma imagem de outsider. No entanto, sua candidatura não surtiu o efeito esperado e as pesquisas de intenção de voto indicavam baixa adesão entre o eleitorado. O PROS ainda enfrentava problemas internos, o que resultou na retirada da candidatura de Pablo Marçal. O coach retornou, então, à cena de disputa eleitoral em 2024, pelo PRTB.

Embora seja importante afirmar que esse surgimento se dá numa relação de continuidade e aprofundamento dessas transformações históricas, é também importante marcar que existe um efeito de novidade que se relaciona com um deslocamento significativo do lugar de enunciação.

Como já demonstram os estudos de sua candidatura nas áreas de comunicação, política e tecnologia, Marçal

[...] estruturou sua candidatura como um espetáculo midiático, fundamentado em estratégias performáticas, narrativa antissistêmica e práticas de desinformação. Sua campanha caracterizou-se pela hibridização de elementos aparentemente distintos, mesclando entretenimento, polemização, desinformação e política. Essa abordagem resultou no rompimento das fronteiras tradicionais entre persuasão eleitoral, espetáculo midiático e engajamento digital, com a comunicação planejada para operar sob a lógica da viralização, da exacerbação de conflitos e da construção calculada de uma persona midiática, o que lhe garantiu desempenho eleitoral surpreendente, quase chegando no segundo turno (Azevedo Junior e Lopes, 2026, p.11).

Esses estudos nos interessam sobretudo porque as estratégias de campanha de Pablo Marçal são enunciadas constantemente em suas falas como candidato, elas, inclusive, se sobressaem às preocupações e demandas sobre o seu próprio programa de governo. Essa prática pode ser observada por declarações como a que segue, feita após ele ser questionado por sua rápida ascensão seguida de uma queda nas pesquisas. Segundo reportagem de Abel (2024), ao avaliar o seu próprio desempenho em queda após uma escalada na performance agressiva, Marçal afirmou:

Essa é minha versão de governante. Eu passei no arquétipo rebelde, depois, para atender os palhaços, de palhaço, e agora de governante. Quero pedir perdão para todos aqueles que não gostaram do meu comportamento, a intenção real é mostrar quem era o

desequilibrado, o agressor, com registro de violência doméstica. (Foi uma estratégia) de branding – disse ele à imprensa após o debate.

A fala de Marçal instaura uma tensão entre o lugar de enunciação do político tradicional e o do influencer-coach: ao afirmar que modula seus 'arquétipos' de forma consciente, o sujeito produz um efeito ideológico de domínio sobre o próprio dizer, na medida em que apaga as determinações históricas e discursivas que o constituem, bem como a sobredeterminação do funcionamento algorítmico que orienta essa suposta gestão de si.

Nesse movimento, não há exterioridade ao jogo discursivo; ao mesmo tempo em que denuncia o caráter teatral do debate político, o sujeito se inscreve nele, reorganizando seus termos.

Sem deixar de lembrar que a ideologia se realiza através do complexo das formações ideológicas, como afirma Pêcheux, fornecendo a cada sujeito sua “realidade”, enquanto “sistema de evidências e significações percebidas – aceitas – experimentadas”. Logo, se assim é, não há como persuadir, ou convencer. O que podemos é sustentar posições, confrontar, deslocar, produzir um movimento no processo de produção de sentidos, mexer com os processos de significação, atentos às formas de assujeitamento, no funcionamento do processo argumentativo. É assim que analisamos a circulação dos sentidos e as margens de manobra (Nietzsche, 1983) argumentativas observadas nas práticas discursivas, em relação às posições-sujeito das distintas práticas sociais (Orlandi, 2023, p.112).

Nesse caso, observa-se um sujeito constituído pela interpelação de diferentes formações ideológicas, vinculadas tanto ao discurso da prosperidade quanto ao discurso da informação, que chamarei aqui provisoriamente de técnico-algorítmica, fazendo-o agir e enunciar guiado pela certeza de que pode e deve dizer aquilo que os algoritmos preditivos do marketing político indicaram como condições de possibilidade de “viralização”; é esse aparelho que fornece a ele as palavras e gestos que deverá repetir para o corte x ou y, que será posteriormente entregue ao grupo x e z.

Embora sua fala seja fragmentada e tenha em vista um suposto domínio da lógica algorítmica, ao enunciar do lugar de enunciação do coach-influencer, ele assume uma posição-sujeito fortemente identificado com os discursos neoliberal e religioso.

Os comentários ao vídeo do debate no canal da Band constituem um espaço enunciativo informatizado que permite observar os efeitos de identificação produzidos pelo lugar de enunciação do candidato-influencer. Recortamos aqui sequências que permitem demonstrar esse funcionamento.

Quadro I. Comentários ao debate no canal da Band

c)“Quando Marçal ganhar. São Paulo vai ser exemplo de mudança, progresso e prosperidade para o mundo.”

d)“Eu também estou de acordo PABLO MARÇAL que o povo necessita mesmo é um câmbio de MENTALIDADE... A pobreza é resultado de mentes que não conhecem sua própria Identidade. Tudo é do PAI , certamente é dos filhos também... Por isso precisamos de pessoas como PABLO MARÇAL para ajudar abrir a mente desse povo á um TRANSBORDAR DE PROSPERIDADES. Por que tudo que DEUS fez era BOM...E nós devemos seguir sempre, buscando tudo de BOM que Deus fez para nós 🙏🙏🙏🙏🙏 Assim que, Deus te abençoe PABLO MARÇAL...”

e)“Ordem e Progresso Pablo Marcal resolve tudo ⚖️ Porque tem a Mente de prosperidade para todos Paulistanos ⚖️🙏 Prefeito Pablo Marcal 2025 🌞 Ha Muita forca em suas condutas e Atitudes ⚖️⚖️⚖️🌺🌞”

f)“Não sou de SP mas com certeza votaria no Pablo, porque é o único que tem um patrimônio e riqueza construída sem dinheiro público, se tem alguém que entende de gestão é ele, disso não tenho dúvidas. Dar a oportunidade de gerir o estado de SP vai ser um bom meio de avaliação para ver se pode ser um bom presidente do país.”

g)“Pablo Marçal me faz acreditar que as dificuldades financeiras podem ser superadas, por tudo que ele foi, e viveu, nos faz entender que com luta se consegue vencer na vida”.

Fonte: Comentários publicados no vídeo "Debate Band 2024 – Candidatos à Prefeitura de São Paulo". YouTube, canal Band, 11 ago. 2024. Disponível em: <https://youtu.be/AYFvAoXuPjI>. Captura realizada em: 04 mai.2026.

Como podemos observar nos comentários do quadro I, a identificação dos sujeitos dos comentários ao que enuncia Marçal está intimamente ligada ao suposto sucesso financeiro e pessoal do candidato. Os sentidos que esse espaço de comentários vai produzindo é de que o eleitor não quer apenas um “representante”, mas um “exemplo” de quem “sabe como fazer” para vencer por si mesmo as dificuldades. A presença do significante “prosperidade” ou formulações que levam aos sentidos de prosperidade em grande parte desses comentários não é algo irrelevante; nesse sentido, é importante aqui apontar para pesquisas que indicam a sua relação religiosa com os princípios neopentecostais com a chamada “teologia da prosperidade”².

Marçal participou dos onze debates promovidos naquela eleição municipal — presença assegurada pelo patamar de intenção de votos que, paradoxalmente, ele construía em grande parte fora dos espaços tradicionais de debate. Essa circularidade entre performance nos debates e engajamento nas redes constitui uma das marcas das novas condições de produção que aqui analisamos.

² Não é nosso objetivo neste capítulo analisar discursivamente o que se entende por “teoria da prosperidade”, mas vale destacar aqui como ela tem sido estudada por pesquisadores que se dedicam a compreender as igrejas neopentecostais brasileiras. Wrege (2001, p.6 4), em sua tese de doutorado, compreende que a boa gestão dos recursos financeiros é constante nesse contexto e “[...] provém da conhecida ‘Teologia da Prosperidade’ ou TP, originada nos Estados Unidos, onde foi bastante propagada entre os idos da década de 50 e 60 e, que consistia, sumariamente, em interpretar a vida cristã como dotada somente de plena saúde e vida financeira abundante, enquanto tradução do estabelecimento do gozo de plena felicidade aqui neste mundo”.

Trata-se, portanto, de uma posição-sujeito interpelada simultaneamente pelo discurso neoliberal do empreendedorismo e pelos discursos religiosos de matriz neopentecostal, formações ideológicas que o lugar de enunciação do candidato-influencer é capaz de articular de forma que os lugares de enunciação anteriores (o candidato-ator e o candidato-comentador) não poderiam sustentar do mesmo modo.

Figura II. Repercussão midiática de Pablo Marçal após o debate Band 2024: resultados de busca no Google.

 Folha • 10 de setembro de 2024 Datafolha: Engajamento de Marçal é 8 vezes a soma dos outros candidatos Menos de duas semanas após ter ... Pablo Marçal (PRTB) atinge nas plataformas digitais números muito acima dos concorrentes à Prefeitura...	
 Poder360 • 10 de setembro de 2024 Engajamento de Marçal é 8x a soma de adversários, diz Datafolha Marçal teve 32 milhões de interações em período de menos de duas semanas; soma dos outros candidatos é de 4,2 milhões. Leia no...	
 Datafolha datafolha.folha.uol.com.br > opiniao-e-sociedade > 2024 > 08 > postura-em-d... Postura em debate faz Pablo Marçal disparar e ser o... 14 de agosto de 2024 - Durante toda a semana, foram 53 mil menções a essa condenação – só no dia posterior ao debate, esse assunto aparece...	
 O Globo • 11 de agosto de 2024 Eleições SP: atuação bizarra de Pablo Marçal no debate foi campeã de menções positivas nas redes Eleições SP: atuação bizarra de Pablo Marçal no debate foi campeã de menções positivas nas redes	

Fonte: Elaborada pela autora (2026) a partir de capturas de resultados de busca no Google. Notícias exibidas: Folha de S. Paulo (10 set. 2024), Poder360 (10 set. 2024), Datafolha (14 ago. 2024) e O Globo (11 ago. 2024).

Os dois primeiros debates ocorreram em 8 de agosto e 14 de agosto. Após o debate do dia 8 de agosto, já era possível perceber que há uma ênfase na quantificação de sua presença online. Uma busca no Google por essa repercussão nos permite compreender a ênfase dada no número de menções pela mídia, e não necessariamente para uma intenção de votos.

Desse modo, o resultado do debate desloca-se de uma tentativa de avaliação do candidato que se mostrou melhor preparado para o cargo e passa a recair em uma medição de qual candidato foi mais mencionado nas redes após o debate, indicando que, assim como ocorreu com Plínio Arruda, o uso inusitado de redes sociais para participar do debate dá vantagem de visibilidade ao candidato.

A partir deste primeiro debate, todos os demais debates deste pleito passam a ter no centro da expectativa a presença e a performance de Pablo Marçal. Assim, mais do que analisar essa performance à luz de conceitos do marketing e/ou da psicologia, trata-se de situar as condições de produção que tornam possível esse tipo de enunciação e o modo como dizeres próprios de uma formação discursiva ligada ao empreendedorismo, à autogestão de si e a prosperidade econômica e pessoal deslizam para o terreno da política e podem aí significar.

Se o uso de estratégias publicitárias e psicológicas não é novidade nas campanhas eleitorais, como temos visto desde as eleições de Collor de forma mais acentuada, o que se observa aqui é um deslocamento nos efeitos de evidência: ao explicitar as estratégias de como ele pretende vencer o debate, o oponente, a eleição como parte do próprio dizer, sua fala produz um efeito de transparência que, longe de romper com a lógica anterior, a reinscreve sob novas formas e, sobretudo, parece se legitimar muito mais pela força da quantificação.

Em tais condições de produção, quanto mais circula, mais parece legitimar sua prática política e sua participação no debate político, que se justificaria pura e simplesmente como um saber algorítmico indispensável aos candidatos e candidaturas

contemporâneas. Esse efeito pode ser percebido, por exemplo, pelo modo como a imprensa anunciou, por fim, a derrota de Marçal ainda no primeiro turno das eleições.

O empresário, conhecido por vender cursos online, investiu na campanha usando os "cortes" nas redes sociais. A equipe dele ficou famosa pelos vídeos curtos que rapidamente viralizavam nas redes. Durante a campanha, Marçal admitiu que suas ações eram muitas vezes influenciadas por esses vídeos. Em 23 de agosto, após pedido do PSB, partido da candidata Tábata Amaral, a Justiça Eleitoral suspendeu as contas de Marçal nas redes sociais até o fim da eleição. A decisão foi do juiz eleitoral Antonio Maria Patiño Zorz. O PSB acusou Marçal de "arregimentar ilicitamente pessoas para aumentar a visibilidade de seus conteúdos" e de incentivar a criação de "cortes" de suas falas, promovendo uma rede de "cortadores" profissionais. Marçal recorreu, mas o TRE-SP manteve a decisão. Mesmo com as contas suspensas, o candidato criou perfis alternativos e, em poucas horas, superou todos os outros candidatos no número de seguidores no *Instagram* (Saba, 2024).

A imprensa reforça os sentidos de que o sucesso de Marçal deriva de sua estratégia de sucesso, que aparece aqui como uma ação calculada e estrategicamente deliberada, ainda que, daquela vez, não tenha garantido a sua eleição.

Neste cenário, a fala de Marçal responde a uma performatividade algorítmica que configura um lugar de enunciação específico: o do candidato-coach-influencer. Esse lugar de enunciação corresponde à constituição de uma posição-sujeito específica, a de sujeito-avatar; uma posição-sujeito que se constrói pela enunciação modelada para corresponder a cortes que correspondem a formulações diversas, destinadas a interlocutores específicos. Essas formulações, que se aliam a determinadas palavras-chave cujo objetivo principal é responder à viralização,

[...] são dispostas pelos processos de normatização e de mediatização das redes sociais, como "matéria-prima" para que os sujeitos-

avatares formulem seus argumentos em relação ao discurso político. Poderíamos dizer que os EEs interpelam os sujeitos, enquanto avatares, por meio de certas palavras-chave (e não outras), independentemente de suas posições no discurso, importando, aqui, que circule. Por outro lado, a interpelação discursiva—neste caso, relativa ao discurso político—também interpela, a seu modo, esses sujeitos que nele tomam posição. Podemos falar aqui de uma dupla determinação do sujeito-avatar, ou uma determinação técnico-discursiva (Gallo, Silveira e Pequeno, 2025, p. 11).

Assim, compreende-se que a seleção do que pode/deve ser dito aparece como definida pelo algoritmo: o que pode viralizar, o que pode ser quantificado, o que pode engajar. A interpelação que aí opera não é, portanto, apenas a da formação discursiva política, mas a de uma lógica técnica de mediação que determina, de fora, as condições do dizer.

Diferentemente do candidato-ator de 1989, que buscava apagar a técnica para produzir um efeito de verdade, e do candidato-comentador de 2010, que construía identificação por ocupar o espaço ordinário dos comentários, o candidato-influencer de 2024 exibe a técnica como parte constitutiva do próprio dizer. É nesse deslocamento que reside a especificidade do lugar de enunciação do candidato coach-influencer aqui descrito.

Considerações finais

Nas análises empreendidas neste texto, fundamentadas na perspectiva materialista da Análise do Discurso de linha francesa, buscamos demonstrar que os deslocamentos no discurso político-eleitoral brasileiro são constitutivamente determinados pelas materialidades técnicas que configuram os espaços enunciativos dos debates eleitorais e não apenas por transformações no campo político ou comunicacional.

A análise do debate televisivo de 1989 permitiu descrever a emergência do candidato-ator: lugar de enunciação no qual a materialidade técnica da televisão, com seus recursos de edição,

encenação e transmissão ao vivo, operava como dispositivo ideológico. A autoridade institucional da imprensa televisiva e a forma de encenação do debate, com foco no desempenho do orador capaz de exercer o cargo público, constituíam, nesse contexto, as condições de produção que legitimavam tanto o debate quanto o sujeito que nele enunciava.

A análise do primeiro debate online brasileiro, em 2010, permitiu descrever um segundo deslocamento: a emergência do candidato-comentador como lugar de enunciação constituído pela materialidade técnica digital. O caso de Plínio Arruda evidenciou como o espaço enunciativo do Twitter reconfigurava as condições de legitimidade do dizer político, deslocando-as da mediação jornalística televisiva para a quantificação: a força da circulação, a repetibilidade, o número de retuítes. A promessa de participação direta e livre de mediação, característica do imaginário inaugural da internet, já se encontrava, no entanto, atravessada por novas normatizações técnicas, aquelas que definiam quem aparecia na timeline, quem era retuitado, quem entrava nos 'temas do momento'. A democratização aparente do espaço enunciativo reinseria, sob outras formas, os mecanismos de controle e individuação do dizer.

A análise do caso Marçal em 2024 descreveu um terceiro deslocamento: a emergência do candidato-influencer e do sujeito-avatar como lugar de enunciação constituído pela interpelação algorítmica. Diferentemente dos dois momentos anteriores, aqui a técnica não é apagada nem apenas incorporada, ela é exibida como fundamento da própria legitimidade política. A modulação de arquétipos, a produção de “cortes” para viralização e a gestão calculada da performance pública respondem a uma lógica na qual as condições de produção do dizer político são crescentemente determinadas pelos critérios de engajamento e quantificação das plataformas digitais. Nesses deslocamentos, observamos que o referente central em torno do qual o discurso político tradicional se organizava se dissolve: o candidato coach-influencer responde a essa demanda algorítmica, na medida em que não é o porta-voz

deste ou daquele programa de governo, mas sim o porta-voz de grupos que se dividem em bolhas às quais deve se dirigir diferentemente.

O percurso aqui descrito, do candidato-ator ao candidato-comentador e, por fim, ao candidato coach-influencer pode ser aqui compreendido como um acontecimento enunciativo e discursivo, uma vez que tais deslocamentos reconfiguram as formas de assujeitamento e inauguram novos lugares de enunciação. Em cada um desses momentos, a materialidade técnica deve ser compreendida como constitutiva dos modos de produção das posições-sujeito que tem como uma de suas dimensões os lugares enunciativos identificados pelas análises que realizamos.

Este percurso coloca à Análise de Discurso um desafio que é, ao mesmo tempo, teórico e político. Se a interpelação algorítmica opera produzindo efeitos de evidência articulados aos das formações ideológicas tradicionais, compreender seus mecanismos de individuação e controle do dizer torna-se condição para que ainda seja possível, como propõe Orlandi (2023), sustentar posições, confrontar e produzir movimentos no processo de produção de sentidos. Não se trata, portanto, de lamentar o esvaziamento do político, mas de identificar, nas novas condições de produção, novas formas de assujeitamento.

Referências

ABEL, Victoria. Após debate moderado, Marçal fala em mudar branding: "Passei no arquétipo rebelde, depois palhaço e agora governante". **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 set. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/20/apos-debate-moderado-marcal-fala-em-mudar-branding-passei-no-arquetipo-rebelde-depois-palhaco-e-agora-governante.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2026.

AZEVEDO JUNIOR, Aryovaldo de Castro; LOPES, Bruno Branco Pessanha. Bandeirantismo cibernético e o arrivismo político de Pablo Marçal. **Ação Midiática**, Curitiba: PPGCOM/UFPR, n. 31, jan./jun. 2026.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

GALLO, Solange Leda. Na teoria e na prática: para onde vamos? In: FLORES, Giovanna Benedetto et al. (org.). **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia. Campinas: Pontes, 2019. v. 4. p. 17-36.

GALLO, Solange Maria Leda; SILVEIRA, Juliana da; PEQUENO, Vitor. A análise do discurso materialista face à materialidade digital. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 25, p. 1-14, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-25-23>.

LEITE, Janaina Frechiani Lara. Os presidenciáveis no ringue eletrônico: apontamentos sobre a história dos debates presidenciais televisivos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP10_leite.pdf. Acesso em: 26 jun. 2026.

LOUREIRO, Ana Maria Correa; BAPTISTA, Érica Anita. Desinformação e performatividade na fabricação do ethos do outsider carismático: a campanha de Pablo Marçal à Prefeitura de São Paulo em 2024. **Revista de Geopolítica**, v. 17, n. 2, e1581, 2026. DOI: <https://doi.org/10.56238/revgeov17n2-075>.

MENDONÇA, W. S.; SOARES, A. C. F.; SIQUEIRA, A. W. N. A cadeirada no debate televisivo e os sentidos para a política, democracia e a vida social. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 7, n. 3, p. 1-15, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v7i3.1765>.

MITRE, Fernando. **Debate na veia**. [S.l.]: Letra Selvagem, 2023. E-book Kindle. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/DEBATE-NA-VEIA-Fernando-Mitre-ebook/dp/B0CLQYTXWZ>. Acesso em: 26 jun. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Argumentação e Análise de Discurso: conceito e análise**. Campinas: Pontes, 2023.

PEQUENO, Verli. **Tecnologia e esquecimento: uma crítica a representações universais de linguagem**. Campinas: Pontes, 2020.

PLÍNIO "participa" via Twitter de debate entre presidenciais. **Opera Mundi**, São Paulo, 18 ago. 2010. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/plinio-participa-via-twitter-de-debate-entre-presidenciais/>. Acesso em: 7 maio 2026.

PLÍNIO de Arruda bate Rogério Ceni no Twitter. **Exame**, São Paulo, 10 out. 2010. Disponível em: <https://classic.exame.com/mundo/plinio-arruda-bate-rogerio-ceni-twitter-585203/>. Acesso em: 7 maio 2026.

RÁDIO BANDNEWS FM. **Assista à participação completa de Pablo Marçal no debate da Band**. YouTube, 11 ago. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SABA, L. Pablo Marçal fica de fora do segundo turno das eleições municipais em São Paulo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 out. 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2024/sao-paulo-sp/pablo-marcal-fora-do-segundo-turno-eleicoes-sao-paulo/>. Acesso em: 7 maio 2026.

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter**. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2015. Disponível em: http://old.ple.uem.br/defesas/def_juliana_da_silveira.htm. Acesso em: 26 jun. 2026.

WREGE, Rachel Silveira. **As igrejas neopentecostais: educação e doutrinação**. 2001. 129 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Orientadora: Maria Cecília Sanchez Teixeira. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2001.205240>. Acesso em: 6 jul. 2026.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. Lugares de enunciação e discurso. **Leitura: Análise do Discurso**, n. 23, p. 15-24, 1999.

EL PRESIDENTE DE LOS MUCHOS ROSTROS. EXPERTICIA, HISTRIONISMO Y VIOLENCIA EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA FIGURA PÚBLICA DE JAVIER MILEI

Mariano Dagatti

Introducción

La atención es un bien escaso, pero algunas voces logran distinguirse y captarla. El caso del presidente argentino Javier Milei (2023-cont.) resulta particularmente revelador en este sentido. Su discurso público rara vez pasa desapercibido, sea en foros internacionales, conferencias políticas, intervenciones televisivas o videos en TikTok.

Este capítulo describe algunas características principales de su oratoria, con especial atención al modo en que coexisten como múltiples rostros la experticia económica, el histrionismo *cosplay* y la violencia verbal. Se organiza en tres ejes: en el primero, se examina la construcción de un *êthos* de experticia como dispositivo enunciativo clave para interpretar un estado de situación crítico del país bajo una visión de mundo libertaria; dentro de ella, se distinguen dos modalidades discursivas centrales: la explicación y la descripción. En el segundo, se aborda el carácter multifacético de sus performances públicas, con especial atención a la dimensión *cosplay* y a la figura retórica de la *poliprosopía* como dispositivo de construcción de imagen de sí. En el tercero, se examina la violencia verbal como estrategia erística de construcción de antagonismo político, en la que el espectáculo de la polémica ofrece más rédito que el tener o no razón (Amossy, 2017). Metodológicamente, el texto se basa en un recorrido analítico por un corpus *ad hoc* de intervenciones públicas de Milei, desde sus primeras apariciones en televisión como panelista económico hasta los principales hitos comunicacionales de su gestión actual al frente del Poder Ejecutivo

Nacional. El corpus incluye discursos institucionales (como el mensaje de asunción y las intervenciones ante la Asamblea Legislativa), presentaciones internacionales (Foro de Davos, Conferencia Política de Acción Conservadora) y apariciones o declaraciones realizadas y difundidas en medios y redes.

La experticia. El *êthos* pedagógico-experto del primer presidente libertario

Explicar. La misión de un profeta libertario

Considerada en términos de enunciación política clásica, nada distingue tanto la palabra de Javier Milei como las extensas zonas dedicadas a transmitir un conocimiento o saber, de base económica, a través de la descripción, la explicación o la predicción (Dagatti, 2025). Este afán pedagógico deriva de una manera *diferencial* de ver el mundo: la de quien profesa una visión liberal-libertaria¹. Ha sido esta visión, por cierto doctrinaria, la que ha provisto a Milei de un vocabulario original, novedoso, para explicar las razones del malestar argentino, señalar sus responsables y proponer una solución alternativa (Dagatti, 2024a). El sociólogo argentino Martín Plot (2023) describió a Milei como un “poeta vigoroso”, aquel que habla diferente respecto del vocabulario de su época, que logra interpretar y expresar su malestar, y que anticipa una transformación del régimen político. Esta es una característica clave para comprender la posición de Milei en el campo político de la Argentina actual: la de ofrecer a sus compatriotas un vocabulario

¹ Con Angenot (2010), entendemos por visión de mundo: “axiomas explicativos que permiten disertar sobre todos los temas” (p. 44), “una serie de predicados que supuestamente caracterizan todos los aspectos de la vida social” (p. 44), predicados que “se construyen los unos en relación con los otros como cointeligibles, parcialmente redundantes, isotópicos” (p. 44).

nuevo para expresar el malestar de la época y para imaginar un futuro mejor².

Clasificada por Eliseo Verón como una de las modalidades fundamentales del discurso político, la explicación es el componente discursivo con que Milei inscribe la situación de crisis nacional en una narrativa que su doctrina liberal-libertaria puede organizar. A través de ella, Milei convierte axiomas libertarios en criterios de lectura de la realidad nacional; no se trata simplemente de una descripción de hechos o situaciones, sino de una operación de encuadre que explica la experiencia argentina bajo principios normativos como la centralidad del mercado, la crítica al intervencionismo estatal y la defensa de la libertad individual como fundamento del orden social. La explicación funciona como una matriz interpretativa que traduce fenómenos complejos — inflación, déficit fiscal, crisis de deuda— en efectos previsibles de la violación de leyes económicas que Milei considera científicamente objetivas.

Cuando se repasan los discursos públicos de Milei, es posible observar con frecuencia una articulación en la que la descripción de una situación —por definición, crítica o urgente— volvería legítima a los ojos de la población una serie de decisiones o medidas que se consideran, desde la perspectiva del orador, tan racionales como necesarias; o, mejor dicho, necesarias en tanto son las únicas racionales, porque responden a la verdad universal de su doctrina libertaria. Así, por ejemplo, su difundido discurso en el primer Foro de Davos en el que participó, en el invierno suizo de 2024:

(1) Quienes promueven la justicia social parten de la idea de que el conjunto de la economía es una torta que se puede repartir de una manera distinta, pero esa torta no está dada, es riqueza que se va generando, en lo que —por ejemplo— Israel Kirzner llama un proceso de descubrimiento de mercado. Si el bien o servicio que ofrece una empresa no es deseado, esa empresa quiebra a menos que se adecúe

² Sobre la posición de Milei en el campo político argentino, ver Dagatti (2024b, 2024c).

a lo que el mercado le está demandando. Si genera un producto de buena calidad a un buen precio, atractivo, le va a ir bien y va a producir más.

De modo que el mercado es un proceso de descubrimiento, en el cual el capitalista encuentra sobre la marcha el rumbo correcto, pero si el Estado castiga al capitalista por tener éxito y lo bloquea en este proceso de descubrimiento destruye sus incentivos y las consecuencias de eso es que va a producir menos y la torta será más chica, generando perjuicio para el conjunto de la sociedad.

El colectivismo –al inhibir estos procesos de descubrimiento y al dificultar la apropiación de lo descubierto– ata al emprendedor de las manos y le imposibilita producir mejores bienes y ofrecer mejores servicios a un mejor precio. [...] (DJM, 17 de enero de 2024)³

El pasaje citado presenta rasgos prototípicos de una secuencia explicativa porque organiza los argumentos en torno a relaciones de causalidad y a la construcción de un mecanismo de funcionamiento. No se limita a caracterizar el mercado, sino que muestra cómo opera: “Si el bien o servicio que ofrece una empresa no es deseado, esa empresa quiebra...”, mientras que “si genera un producto de buena calidad... le va a ir bien y va a producir más”. Estas estructuras condicionales formulan regularidades y encadenamientos causales. A su vez, conectores como “De modo que” y expresiones metadiscursivas como “las consecuencias de eso es que” hacen explícito que lo dicho debe entenderse como resultado lógico de un proceso previo. La referencia a “lo que –por ejemplo– Israel Kirzner llama un proceso de descubrimiento de mercado” introduce un argumento de autoridad que refuerza el estatuto explicativo del pasaje al inscribir el razonamiento en una tradición teórica reconocible.

Además, el discurso expone un modelo antes que una situación o escena concreta. Se afirma como principio general que “la torta [del conjunto de la economía] no está dada, es riqueza que

³ Las citas tomadas de las alocuciones públicas del presidente se referencian con las siglas DJM (Discurso de Javier Milei) y la fecha del mensaje.

se va generando” y que “el mercado es un proceso de descubrimiento”, hecho por el cual “el capitalista encuentra sobre la marcha el rumbo correcto”. Los sujetos que intervienen —“una empresa”, “el capitalista”, “el Estado”— aparecen en forma genérica (son clases, no ejemplares), lo que permite referir a leyes de funcionamiento más que describir casos particulares. El léxico técnico (“incentivos”, “proceso”, “apropiación”) también contribuye a ese encuadre explicativo, ya que provee categorías abstractas —de las cuales muchas designan procesos— para dar cuenta de los fenómenos.

Tomemos un segundo extracto, tomado del discurso de Milei en la Conferencia Política de Acción Conservadora (CPAC), un mes después del discurso de Davos, del otro lado del Atlántico, en el invierno de Washington, Estados Unidos:

(2) ...haré foco sobre cómo la economía neoclásica y su visión de los fallos del mercado son funcionales al avance del socialismo y cómo eso destruye al crecimiento económico poniendo un freno a las mejoras contra el bienestar y la lucha contra la pobreza.

En cuanto a la génesis de este problema, el problema es un problema metodológico entre modelos vs. realidad. Dado que la realidad es siempre muy compleja de analizar se analiza con modelos, pero —en términos generales— cuando el modelo no mapea con la realidad uno corrige el modelo, descarta el modelo y el problema con el mundo neoclásico es que, frente a este problema, que el modelo no mapea con la realidad se enojan con la realidad, llamándola fallo de mercado.

El origen de este problema tiene que ver cuando se ponen a estudiar las cualidades normativas del equilibrio competitivo, es decir que, mientras que el análisis se centraba en la existencia, en la unicidad y en la estabilidad eso no constituía un problema grave, desde el punto de vista político. Y en rigor el problema aparece cuando ingresa el análisis normativo de la mano del análisis de Pareto. Básicamente la idea del óptimo de Pareto es que yo no puedo mejorar a alguien sin empeorar a otro. Concretamente si estoy en una situación, donde puedo mejorar a alguien y hago una mejora para alguien, sin empeorar a otro, eso se llama mejora Paretiana. Y obviamente,

cuando esas oportunidades se agotan significa que estamos en el óptimo de Pareto.

Y es ahí, donde aparecen las definiciones de fallos de mercados, que tienen distintos nombres; uno es las no convexidades, es decir la existencia de rendimientos crecientes, o para decirlo más popularmente, estructuras de mercados concentrados y monopolios. Otros casos son las externalidades: los bienes públicos en formación asimétrica y el “Dilema de los Prisioneros”. Y en realidad, todas estas definiciones tan elegantes son todos elementos que habilitan la intervención del Estado y con eso el avance de los estatistas y los socialistas.

Pero para que no quede tan en abstracto voy a hacer un ejemplo aplicado: supongamos que estamos en el momento en que nos alumbrábamos con velas y todavía no había llegado Edison; obviamente en el momento en que aparece Edison con la lamparita, todos los fabricantes de velas van a la quiebra. Naturalmente si le hubiéramos prestado atención a los intervencionistas, hoy, en lugar de tener esta hermosa conferencia, con todas estas luces, seguiríamos con velas; así es como los socialistas arruinan nuestras vidas. Por suerte descartemos el óptimo de Pareto y avancemos con el progreso tecnológico. (DJM, 24 de febrero de 2025)

Orador en una conferencia *política*, la escenografía que organiza enunciativamente la situación comunicativa es menos la de un *speech* presidencial que la de una conferencia económica, aun cuando las amplias secuencias explicativas propias de quien se presenta como un economista experto deriven en una operación antagónica de la que el Milei político nunca se sustrae: la de oponer libertarios a socialistas. Esta es la bipartición que organiza el imaginario erístico de Milei, sus sueños bélicos de ejércitos morales en pugna.

Estos segmentos oratorios dejan en claro que, como expusimos en un trabajo anterior (Dagatti, 2024a, 2024c), para Milei, todo problema de la vida social es un problema *en última instancia* económico para el que hay una única solución posible, y esa solución es el resultado de aplicar un único modelo o lógica de conocimiento, que es el modelo anarco-libertario. Las leyes de la

economía someten a las circunstancias, y no al revés, de la misma manera que la fuerza de gravedad hace que todos los cuerpos que tienen masa caigan al suelo.

Multifacético, uno de los rostros que Milei construye en sus alocuciones es el del experto en economía. Solo que en el presidente argentino la economía –un campo disciplinar o profesional relativamente estandarizado– se reduce a un espectro de escuelas económicas de índole anarco-capitalista o libertaria. La visión de mundo libertaria se desprende, como señala el experto en libertarianismo norteamericano Sébastien Caré (2009), de una gnoseología que sigue dos grandes orientaciones: por un lado, un racionalismo individualista y apriorístico; por otro, un empirismo utilitario y escéptico respecto al conocimiento centralizado⁴. Según Thibault, para Caré, “la mutación operada por el libertarianismo consiste en sacar al liberalismo del solo dominio económico para extender su lógica a todos los ámbitos de la vida social” (p. 12).

Coherente con esta lógica de conocimiento, la visión de mundo libertaria/anarco-capitalista entiende la sociedad como un universo compuesto fundamentalmente por individuos racionales, autónomos y propietarios de sí mismos, que interactúan libremente en mercados y acuerdos voluntarios, bajo la convicción de que los órdenes más justos y eficientes surgen del respeto irrestricto a la libertad individual.

Describir. El caso argentino como emblema de la verdad libertaria

Si la explicación es el reino de la teoría, la descripción es el reino del caso. A través de la descripción, Milei baja la doctrina –ese conjunto sistemático de ideas, principios y postulados que

⁴ Como deriva de esta lógica de conocimiento, el anarco-libertarianismo rechaza las gnoseologías constructivistas o relativistas, que consideran que la verdad o validez del conocimiento es producto del consenso social, la cultura o la clase social.

interpretan la realidad, establecen valores y orientan la acción– a la tierra, convierte una situación histórica particular en ejemplo paradigmático de una verdad general. La Argentina es el caso por antonomasia, de manual: su situación crítica demostraría *in fine* que la doctrina liberal-libertaria siempre tiene razón. El caso del país austral confirma la regla: solo “el modelo de la libertad” –es decir, el modelo libertario– conduce al éxito, mientras que “las ideas del colectivismo” (o del socialismo o de la izquierda) conducen al fracaso. No hay dudas ni excepciones.

Ahora bien, describir el estado de situación de la Argentina – su decadencia, sus crisis, el papel del Estado– sirve no solo para dejar en claro el momento crítico en el cual asume como presidente o para polemizar con los gobiernos anteriores sino también para demostrar la racionalidad inexorable de su cosmovisión libertaria. Con frecuencia, la descripción ocupa tramos relativamente largos y enfáticos, que la retórica clasificaría como *evidentia* (Beristáin, 1995: 138, 398). La constatación de una situación crítica –que se asume conocida por el conjunto de los destinatarios– es ofrecida a la vez de manera técnica y exhaustiva. Cada efecto tiene su causa; cada problema, su origen:

(3) El saldo es el país que recibimos, la peor herencia de la historia, un país con déficit consolidado de 15% del PBI, donde 5% del déficit es del Tesoro y 10% del Banco Central; un país que gasta tanto que no le alcanza para pagarlo ni siquiera con la presión impositiva en blanco más alta del mundo; un país sin reservas en el Banco Central y con su confianza crediticia destruida; un país que ha emitido dinero por 20 puntos del PBI para financiar ese gasto público, y que ahora producto de esa emisión desenfrenada, enfrenta su peor crisis en 40 años; un país que iba camino a estrellarse contra una inflación anual del 15.000%, y que requiere un cambio de rumbo urgente para evitar el desastre. Ese cambio comienza hoy. (DJM, 20 de diciembre de 2023)

(4) En el día de hoy se cumplen exactamente 83 días desde que asumimos el desafío de conducir la Nación, en lo que posiblemente [sea] el momento económico más crítico de su historia. Luego de más

de cien años de insistir con un modelo empobrecedor y habiendo olvidado casi por completo las ideas que hicieron grande, a nuestro país, los últimos 20 años han sido, particularmente, un desastre económico; una orgía de gasto público; emisión descontrolada, que tuvo como resultado la peor herencia que ningún gobierno en la historia argentina haya recibido jamás. (DJM, 1 de marzo de 2024)

Los dos segmentos anteriores corresponden, respectivamente, al mensaje de asunción y a su primer mensaje ante la Asamblea Legislativa con motivo del inicio del período de sesiones ordinarias. Conforme a géneros de la retórica presidencial que se caracterizan por brindar un estado de situación (Campbell y Hall Jamieson, 1990), largas secuencias descriptivas cumplen el objetivo de mostrar cómo está el país en un momento determinado. Expresiones como “un país con déficit”, “un país sin reservas” o “los últimos 20 años han sido un desastre” organizan el discurso en torno a la caracterización de un objeto —la Argentina heredada— a la que se le adjudican propiedades indisputables.

Esta construcción se apoya en procedimientos típicos de la descripción. Por un lado, aparece una enumeración acumulativa de rasgos, donde se listan problemas económicos, financieros e institucionales. Por otro lado, predominan verbos de estado y de posesión (ser, tener, estar), que no narran acciones, sino que fijan cualidades y situaciones. La incorporación de cifras, porcentajes e indicadores refuerza el efecto de inventario objetivo, como si se tratara de un diagnóstico técnico que pone la realidad “a la vista” del auditorio.

Pero el cuadro de situación no es un fin en sí mismo, sino que funciona como acuerdo de base para legitimar argumentos o decisiones posteriores. La escenificación de un estado crítico del país como resultado de las gestiones precedentes opera como evidencia desde la cual se volverán plausibles determinadas explicaciones y cursos de acción; en primer lugar, la *necesidad* de llevar adelante un programa de “ajuste fiscal”. Necesidad que responde, desde la perspectiva del orador, al carácter deductivo de

las leyes de la economía de mercado: si el gasto público sostenido por encima de los ingresos genera déficit, y el déficit conduce inevitablemente a la emisión monetaria y a la inflación, entonces el ajuste no es una opción política entre otras sino la conclusión lógicamente necesaria de esas premisas. Quien se opone al ajuste, por lo tanto, no discrepa ideológicamente, niega la realidad, se equivoca, falla.

Esa es la razón por la cual el caso argentino no puede más que confirmar los axiomas sobre la acción humana y el orden espontáneo que Milei defiende como filosofía económica derivada de sus lecturas libertarias. No hay nada excepcional en la Argentina, es solo un ejemplo –paradigmático, extraordinario, si se quiere– de los males que resultan de intervenir sobre la libertad de los individuos:

(5) El caso argentino es la demostración empírica de que no importa cuán rico seas, cuantos recursos naturales tengas, no importa cuán capacitada esté la población, ni cuán educada sea, ni cuantos lingotes de oro haya en las arcas del banco central. Si se adoptan medidas que entorpecen el libre funcionamiento de los mercados, la libre competencia, los sistemas de precios libres, si se entorpece el comercio, si se atenta contra la propiedad privada, el único destino posible es la pobreza. (DJM, 17 de enero de 2024)

El argumento coloca el caso dentro de la regla: la situación argentina “es la demostración empírica” de los axiomas de la teoría económica liberal-libertaria, un ejemplo que confirma las tesis sobre el funcionamiento de los mercados. Como una suerte de profeta de la economía libertaria, el quid de la cuestión para Milei consiste en desenvolver ante el público la caja negra de una maquinaria infalible, cuya aplicación (hasta la última coma), por regla general, no puede más que desembocar en el mejor de los mundos posibles. Por eso, “la conclusión es obvia”:

(6) La conclusión es obvia: lejos de ser la causa de nuestros problemas, el capitalismo de libre empresa, como sistema

económico, es la única herramienta que tenemos para terminar con el hambre, la pobreza y la indigencia, a lo largo y a lo ancho de todo el planeta. La evidencia empírica es incuestionable. (DJM, 17 de enero de 2024)

A lo largo de su trayectoria pública, Milei se define a sí mismo como un economista que divulga el pensamiento libertario en diferentes situaciones de comunicación públicas: como profesor, como conferencista, como panelista en radio y televisión. Suele decir, a la manera de breve presentación de sí, que es “un especialista en temas de crecimiento económico con o sin dinero” (así figura en su perfil en X/Twitter)⁵. Aunque por su tono y sus formas difiere de la imagen de economistas tradicionales, adopta también con frecuencia, como ellos, un “*êthos* pedagógico-experto”, “una estrategia de legitimación de liderazgo político que se corresponde con el tipo de *êthos* que Charaudeau llama de competencia, en el que el político se legitima por su formación y experiencias previa” (Vitale, 2013, p. 12).

La teoría liberal-libertaria le provee a Milei su verdad última, una verdad que resulta no de una verificación empírica acumulativa —como en gran parte de la economía empírica contemporánea— sino de una combinación de principios normativos sobre la libertad individual y de axiomas epistemológicos acerca de la acción humana y el conocimiento social. Pero Milei no enuncia esta verdad con los tonos mesurados de una pedagogía clara y ordenada, sino con la iracundia dramática de aquel que se presenta como un crítico radical de su propia sociedad, aquel que interpreta la situación histórica de su país a la luz de ese conocimiento superior y que denuncia un estado de crisis moral a revertir.

⁵ [5] Es una frase que Milei utiliza con frecuencia para referirse a sí mismo y que diferentes actores sociales citan, sea de forma literal o de manera irónica. Con estas palabras, de hecho, el entonces candidato de La Libertad Avanza se presentó en el debate presidencial anterior al balotaje, el 12 de noviembre de 2023.

No son pocos quienes caracterizan la figura de Milei en los términos de un profeta que realiza un diagnóstico moral del presente, denunciando la injusticia y la corrupción de una élite fatalmente repudiable, y exhorta a su comunidad a despertar de la indolencia de un presente de frustraciones. Para Germán Rosso (2025), “Milei concibe su participación en la política como una obligación o misión superior, que se expresa en una fórmula repetidamente empleada en sus mitines de campaña: ‘Yo no me metí acá para estar guiando corderos, yo me metí acá para despertar leones’” (p. 205). El analista político Carlos Pagni, una de las principales voces del diario liberal-conservador *La Nación*, señala también que “Milei tiene más vocación de profeta que de rey”: “él se ve a sí mismo como un profeta y como un reformador, llamado a hacer cosas de largo plazo. [...] se ve a sí mismo como un reformador social, como alguien cuyo mandato es cumplir con una utopía” (en Pikielny, 2026). No llama la atención que Sébastien Caré presente al libertarianismo como una “utopización” del liberalismo, que opera en dos niveles: por un lado, resulta ser una generalización y una extensión de los principios liberales a todos los ámbitos de la vida social. Por otro lado, asocia el libertarianismo con una subversión del liberalismo. Desde la perspectiva libertaria, el liberalismo se ha corrompido al contacto con el poder, convirtiéndose en instrumento de un conservadurismo defensor del orden establecido. Se trata, entonces, de devolverlo a su espíritu original, subversivo y antiestatista.

Esa utopía es la de un mundo anarco-libertario, donde cada uno respete, como el propio Milei suele mencionar, “el proyecto de vida del prójimo, basado en el principio de no agresión y en defensa del derecho a la vida, a la libertad y a la propiedad” –una frase tomada de Alberto Benegas Lynch (hijo), uno de los principales referentes ideológicos del libertario–. Según los investigadores Sergio Morresi y Manuel Vicente, Milei entiende que su “deber moral” es “sacar del letargo al individuo liberal adormecido en cada ciudadano argentino” (2023: 61). Ya hemos señalado en un trabajo anterior el carácter refundacional de su retórica política

(Dagatti, 2024a), que despotrica contra “la decadencia argentina” y “el modelo de la casta” y promete que el país volverá a ser “potencia mundial”.

El stand-up de la destrucción. Cuando el humor deviene coartada de la violencia

Esta imagen de economista experto contrasta con otras imágenes tanto o más pregnantes del libertario en el entorno mediático: sacudiendo una motosierra, creando imágenes con IA en las que se muestra como un león que ruge frente a ratas espantadas o como líder de un ejército romano. ¡Cómo olvidar sus conciertos de rock, su visita a una fiesta Otaku disfrazado del Capitán Ancap, superhéroe de Liberland, su personificación de Leonardo Favio cantando “Fuiste mía un verano”!

Las alocuciones públicas de Milei flirtean por sus características estilísticas con otros géneros de la oratoria pública. No son raros aquellos casos en los que su discurso adopta tonos, gestos o expresiones que se fugan del registro consuetudinariamente político. Un ejemplo nítido fue, de hecho, su discurso en la Cena de la Fundación Libertad (23 de abril de 2024), que el sitio de noticias *Periodismo de Izquierda* tituló, no sin malicia pero agudamente “Stand up de la destrucción”. No fueron pocas, de hecho, las lecturas que tomaron ese discurso, más liviana o más críticamente, como una pieza de *stand-up*. Tampoco son pocas las apariciones públicas de Milei que son definidas en estos términos.

Destinado a un público por definición liberal, el discurso presidencial en la Fundación Libertad expuso una defensa integral del programa económico del gobierno basada en la teoría monetaria de la inflación. A partir de una reconstrucción pedagógica-experta del origen y las funciones del dinero, Milei justificó su política económica de base monetaria constante, déficit fiscal cero y saneamiento del Banco Central como ancla nominal. Combinó para ello explicaciones técnicas, referencias a la economía austríaca y neoclásica y datos de la coyuntura. La alocución

culminó en una reafirmación ideológica del liberalismo libertario como única vía legítima de organización económica y política.

Hecha la sinopsis, interesa sobre todo la configuración semiótica-argumentativa de su *performance*, porque se observa con claridad la convivencia —no exenta de tensiones— entre un *êthos* pedagógico-experto y un registro expresivo abiertamente *bufonesco*, cuya principal característica retórica es la ironía imitativa (*mimesis*) o parodia.

Por un lado, el discurso despliega una lógica didáctica que combina descripciones conceptuales (qué es el dinero, cómo funciona la inflación), prescripciones normativas (qué políticas deben adoptarse) y proyecciones de tipo predictivo o conjetural sobre la evolución futura de la economía. Este registro orienta la construcción de una imagen de experticia, de quien se presenta como portador de un conocimiento verdadero frente a la ignorancia o mala fe de sus adversarios:

(7) ...la presentación se llama “Dineros, precios, política monetaria e inflación”. Otra cosa que descubrí que en la interacción con distintos economistas locales, es que la gran mayoría de los economistas locales, profesionales y de renombre, no tiene ni idea de algo tan importante en esto que es el problema del ancla nominal y porque básicamente no entienden que es el dinero. Es decir, Keynes en ese tratado nefasto llamado “Teoría general de la ocupación, el interés y el dinero”, causó un daño tan grande que todavía, digamos, seguimos heredando algunos problemas de definición de marco conceptual, que hace que nos equivoquemos tanto y tan seguido los economistas. De hecho, recién en el auto repasábamos un chiste que decía “las últimas cinco recesiones, ¿cuántas pronosticaron los economistas? Nueve”. Digo, más allá de los chistes de esto, entonces digo, resulta fundamental y clave entender qué es el dinero. O sea, lo que uno se da cuenta es que discuten el problema de la inflación y no entienden qué es el dinero. (DJM, 23 de abril de 2024)

(8) Entonces, por ejemplo, cuando el hombre era nómada, el primer dinero que apareció, ¿cuál era? el ganado. ¿Por qué? Porque el

ganado era lo que comían y como eran nómades, les permitía moverse con el ganado. Consecuentemente usaban el ganado como moneda. Después el hombre se volvió sedentario, entonces descubrieron que había otras formas más eficientes de utilizar dinero. Una de las cosas que consumía mucho el hombre era el pan. ¿Entonces qué empezaron a usar como bien de intercambio indirecto? El trigo. Entonces no es que compraba ni vendían trigo porque les interesaba el trigo per se, sino que, en realidad, lo usaban mucho porque era un bien de intercambio indirecto. Ahora, no solo eso. Después, por ejemplo, digo cuando uno dice el término salario. ¿Y por qué era salario? Porque básicamente se pagaba en sal. ¿Por qué era tan importante la sal? Miren, si había personas que les iba muy bien en la antigüedad era la gente que llevaba por todos lados especies, porque les permitía que tenga gusto a algo la comida. ¿Ustedes se fijaron lo que es comer la comida sin nada de condimento? Es una inmundicia. No sé qué es lo gracioso, pero traten de hacerlo. Es una cosa horrible, en especial fíjense que lo que les pasa cuando se ponen a dieta. Hay algunas dietas que son un poquito más complicadas, sobre todo la de gasto público. (DJM, 23 de abril de 2024)

A la par de esta faceta explicativa, Milei despliega una veta humorística –o, en cualquier caso, performática– que se apoya en chistes, digresiones humorísticas, comparaciones coloquiales y recursos propios de diversos registros del *stand-up*. Observemos los siguientes fragmentos, en los que hay también marcas de humor no difíciles de detectar:

(9) Ha habido otras monedas, como el tabaco. Es más, hay una, cuenta una historia Milton Friedman, en una de sus conferencias, que dice que en la Alemania digamos, después de la Segunda Guerra, cuando viene la hiperinflación, usaban clavos, usaban coñac y dice que es la definición de dinero líquido más líquida que había conocido. O sea, había encontrado el verdadero M1. Digo chistes de economistas, no se hagan problema. La próxima charla vengo con los subtítulos. (DJM, 23 de abril de 2024)

(10) Hay algunas dietas que son un poquito más complicadas, sobre todo la de gasto público. (DJM, 23 de abril de 2024)

(11) Tenía toda una parte donde me peleaba con Keynes, pero la voy a omitir. (DJM, 23 de abril de 2024)

(12) Si se quisieran suicidar, lo mejor que podrían hacer es tirarse de lo más alto de su ego. (DJM, 23 de abril de 2024)

(13) Decir que son monos con navaja es insultar a los monos. (DJM, 23 de abril de 2024)

(14) La economía va a subir como pedo de buzo. (DJM, 23 de abril de 2024)

Vale la pena detenerse en esta faceta bufonesca no tanto por la destreza humorística del orador –nada que destacar en ese plano: Milei no es alguien particularmente gracioso–, sino por el régimen enunciativo que vuelve patente. Nada caracteriza tanto este discurso en la Fundación Libertad como el uso de burlas, agresiones e imitaciones caricaturescas de políticos o economistas rivales, algunos de ellos sentados entre el público. Su significancia semiótica es multidimensional antes que conceptual, en el sentido de que solo el registro audiovisual ayuda a captar su potencia comunicativa en una cultura del microrrelato (Scolari, 2020). La exageración prosódica, la manipulación del timbre vocal, sea con una nasalización exagerada o una voz forzada, la hiperarticulación segmental; todo aquello que es propio de una estilización paródica transforma la argumentación económica en una actuación polémica orientada a la reacción inmediata del auditorio.

A su vez, el discurso despliega de manera sistemática una dimensión agresiva y vituperante que delimita antagonistas con una intensidad poco habitual en el lenguaje presidencial. El Banco Central es caracterizado como “esa institución nefasta”; la obra de Keynes como “ese tratado nefasto”; los economistas locales “no tienen ni idea”; algunos colegas son “intelectualmente

deshonestos”; un crítico es citado como “un imbécil”; el gobierno anterior es “delincuente”; los opositores son “manga de chorros”; los políticos que no reducen el gasto son “malditos”; los adversarios incurren en “imbecilidad furiosa” (son todas citas de su discurso en Fundación Libertad, 23 de abril de 2024).

La lectura del discurso –tal como está disponible, por ejemplo, en el sitio oficial de Casa Rosada– ayuda muy poco a entender el potencial semiótico y comunicativo que esta alocución pueda tener. Su relevancia como pieza oratoria reside menos en sus argumentos que en su notable compatibilidad con las principales formas contemporáneas de circulación mediática. La estructura breve, enfática, a menudo repetitiva y altamente axiológica de estas intervenciones favorece su segmentación en unidades autónomas –frases contundentes, imitaciones, *punchlines*– fácilmente extraíbles del contexto original y reutilizables como “snacks” audiovisuales. La dimensión performativa del acto coincide así con la lógica funcional de las plataformas digitales, orientadas a maximizar la atención mediante contenidos de rápida comprensión y fuerte polarización axiológica.

Como la exageración, que es el estilema predominante de sus alocuciones públicas, esta suerte de humor agresivo, a mitad de camino entre la ironía, la caricatura y la burla, funciona como vector de circulación, porque ostenta una idea-fuerza o un conflicto en imágenes o fragmentos discursivos fácilmente reconocibles y reproducibles, de modo que favorecen la viralización del mensaje más allá del espacio original de enunciación.

Los rostros múltiples. La poliprosopía como imagen de sí

Nada distingue tanto la construcción de su imagen pública respecto de la de sus predecesores como la capacidad de Milei para transitar diferentes registros de prácticas performativas, identitarias o lúdicas. No se trata solo de que sus alocuciones políticas dejen asomar tonos o hábitos oratorios que amplían el decible político, sino de que sus apariciones o escenificaciones

ocupan territorios ajenos incluso a los géneros o rituales típicos de la “política-espectáculo”.

Es importante subrayar esta naturalidad con que Milei transita por diferentes espacios culturales y mediáticos que otros políticos ignoran o desprecian –o respecto de los cuales no tienen la capacidad de adaptarse–. Su circulación mediática es cuando menos singular, en el sentido de que se mueve a distancia de la « *langue de bois* » o de « algodón » de los dirigentes políticos tradicionales. Estas ocurrencias tienen una potencia semiótica que es difícil de precisar, pero que, en todo caso, pone en escena identidades (o espacios de identificación) posibles a través de cuadros lúdicos o performativos.

“¿En qué momento dejó de ser un meme Milei?!”, dice un graffiti cuya fotografía circuló por redes sociales digitales en medio de las elecciones que lo ungirían como presidente. Esa pregunta no puede ser más acertada en lo que alcanza a sugerir (más que en la crítica como tal). Los memes, con su humor, quizás captan algo que las encuestadoras no. Un modo de callar, un modo de acordar, un modo de asentir, una complicidad *sotto voce*, un espacio de identificación (Molina, 2020). Han sido autores como Andy King (2021) en Estados Unidos o Juan Ruocco (2023) y Nicolás Canedo (2026) en el ámbito hispanoparlante los primeros en brindar un panorama sobre cómo los memes, las comunidades o foros online tipo 4chan y los juegos de rol en vivo se convirtieron en un espacio de germinación para las visiones de mundo de las extremas derechas –desde teorías conspiranoicas, operaciones de guerra psicológica hasta propaganda neonazi–.

Hay una dimensión *cosplay* en muchas de las apariciones públicas de Milei, como si el cuerpo presidencial, que, como solía recordar Eliseo Verón, se construía por “sustracción”, se construyera ahora por la adición multifacética de capas sucesivas de disfraces o máscaras, debajo de los cuales, como decía Roland Barthes en su conocida metáfora de la cebolla, no hay ni verdad ni centro, solo capas, que operan como sucesivas representaciones de uno mismo. Pocos años atrás, generó revuelo que una candidata

del partido de Milei, *La Libertad Avanza*, la cosplayer Leila Lemoine, dijera: “Estoy disfrazada de candidata a diputada”. La afirmación colocaba la candidatura en línea con su pasión por confeccionar y diseñar disfraces. Sin embargo, deberíamos darle a estos indicios polémicos la relevancia semiótica que tienen.

La retórica habla de *poliprosopía*, para definir la multiplicación o coexistencia de “rostros” enunciativos en un mismo discurso; es decir, la capacidad de un hablante de encarnar, simular o hacer hablar varias voces o personajes dentro de su intervención. No me parece impertinente pensar en Milei en términos de una multiplicación de rostros o facetas que configuran finalmente, en su diversidad, originalidad y acumulación, un *êthos* efectivo radicalmente diferente de la efigie o fotogenia política de sus predecesores. En los estudios culturales digitales, se habla de *larping* para designar, en un sentido amplio, la interpretación performativa de personajes a través de gestos, vestimenta y acciones, generalmente en un entorno de juego o simulación. Me interesa pensar esta cuestión en términos de pertenencia, de construcción de espacios de afinidad o identificación, del despliegue de universos simbólicos compartidos, porque configuran una constelación de prácticas y gestos en torno a una cultura de la irreverencia y la transgresión que se ha cultivado durante años en las comunidades online, los foros de internet y al calor de intensos conflictos con sectores progresistas de la sociedad.

La agresión como forma de espectáculo erístico

Quien escuche por primera vez un discurso de Javier Milei en la televisión o en la radio, siga su cuenta de Twitter o visualice videos suyos en TikTok o Instagram percibirá rápidamente que sus habilidades comunicacionales transitan habitualmente el registro de la violencia o la agresión verbal. La iracundia de Javier Milei recuerda la de otros periodistas o panelistas que ganaron visibilidad en la década pasada como Horacio Pagani y Flavio Azzaro en fútbol, Yanina Latorre y Luis Ventura en espectáculos, o

Diego Brancatelli, Baby Etchecopar y Santiago Cúneo en política. Este dispositivo *panelista* –del que José Luis Fernández se ha explayado con lucidez y precisión (en Heram, Cingolani y Dagatti, 2021), terminó consolidando un estilo discursivo específico, basado en la apología de ciertas morfologías erísticas de la polémica como principio organizador de los intercambios (Amossy, 2017), la “snackización” de la sofisticación argumentativa (Scolari, 2020) y la intensificación o exageración retórica como estrategia de captación de atención

Diversos estudios sobre la mediatización de la política han señalado que los formatos de debate televisivo privilegian intervenciones breves, enfáticas y conflictivas, orientadas más a la producción de momentos memorables que al desarrollo argumentativo sostenido (Carlón, 2015; Verón, 2013; Sarlo, 2011). En ese ecosistema, la argumentación tiende a oscilar entre la refutación de ideas y la deslegitimación del adversario, desplazando el eje desde la deliberación hacia la performance polémica. La figura pública de Javier Milei puede leerse, en este sentido, como una suerte de cristalización estilística de esas lógicas: su irrupción no rompe con el panelismo sino que radicaliza sus rasgos constitutivos trasladándolos desde el estudio televisivo hacia la arena electoral. Esta es la descripción que ofrece Mosquera en *New Left Review*:

A mediados de la década de 2010 [Milei] alcanzó notoriedad como panelista televisivo estridente, defendiendo el dogma del libre mercado en su versión más extrema. Su estilo beligerante y sus insultos sin filtro, disparados contra la dirigencia política, lo convirtieron en una celebridad mediática fácilmente reconocible, al mismo tiempo que proyectaban la imagen de un outsider radical. Como ocurre con las nuevas derechas en otras partes, el escándalo pasó a ser una señal de autenticidad: la prueba de que no era un político convencional que mide cada palabra según la “tiranía de lo políticamente correcto”. Incendiario y provocador, Milei se volvió así el catalizador de un malestar acumulado, que se tradujo en entusiasmo popular por un proyecto que prometía dinamitar el

Estado y vengarse de los privilegios de “la casta” (Mosquera, 2025: 15; traducción propia).

La derecha radical despliega, según Caggiano, una ‘hipérbole del antagonismo’ (2024: 121), basada en la injuria y el insulto a políticos opositores, el uso frecuente de términos referidos al aniquilamiento del adversario y la performance de la fuerza y la violencia. Germán Rosso (2025) dirá que es la alternancia entre el lenguaje técnico de la economía y la violencia verbal y el histrionismo gestual lo que marcó, desde el inicio, su peculiar impronta televisiva. Para María Alejandra Vitale (2025), Milei utiliza en su oratoria todos los recursos erísticos de la violencia verbal, desde figuras retóricas como la metáfora o fenómenos léxicos como los neologismos hasta amenazas, insultos e injurias. La oratoria efusiva y agresiva de Milei, según la autora, se orienta a dos efectos político-mediáticos clave: por un lado, contribuye a la polarización de un nosotros versus un ellos; por el otro, atrae a un público más amplio, que busca en los programas de panelismo una forma anfibia de actualidad, a mitad de camino entre información y entretenimiento, con relativa autonomía incluso de las afinidades ideológicas. Silvio Waisbord (2024) hablará de un “estilo troll”. Con maneras vulgares y con un léxico a menudo escatológico, Milei incorpora en el lenguaje de las derechas argentinas un estilo más plebeyo del que estas carecían. No es una cuestión menor.

No son pocos aquellos de sus exabruptos –debido a la relevancia o fama de su oponente/objeto de crítica, a su repetición o insistencia o a su eventual creatividad nominal– que alcanzan cierta notoriedad y se pronuncian con frecuencia en las conversaciones públicas y privadas. A la cantante pop Lali Espósito, de filiación peronista y convocada con frecuencia a actos o eventos partidarios, la llamó “Lali Depósito” o “Ladri Depósito”; a otra cantante pop, María Becerra, la llamó María BCRA (que son las siglas del Banco Central de la República Argentina, sugiriendo que había recibido dinero público por sus shows); a la agrupación kirchnerista La Cámpora la llamó “La Camporonga”; a la Coalición

Cívica, "Coalición Cívica"; a Juntos por el Cambio, "Juntos por el Cargo". Su comunidad de seguidores festeja sus ocurrencias como si fueran el último grito en materia de humor. Suele llamar "libertarados" o "econochantas" a los economistas que comparten gran parte de su universo de ideas (Carlos Melconian, Alfonso Prat Gay, Ricardo López Murphy), pero que marcan las fuertes inconsistencias que tiene su plan o que tuvieron un pasaje gris por administraciones anteriores.

A esta lógica de deformación nominal se suma un repertorio particularmente amplio de apodos insultantes que, lejos de constituir ocurrencias aisladas, conforman un sistema relativamente estable de clasificación adversarial. En el caso de periodistas y comunicadores, predominan las formas de paronomasia injuriosa combinadas con insinuaciones morales o económicas. A Jorge Fontevecchia, director del grupo multimedia Perfil, le dice "Tinturelli", en alusión a la tintura capilar. A María Laura Santillán y a Julia Mengolini, dos periodistas que están ubicadas en lugares ideológicos muy diferentes entre sí, las llama "María Pauta Santillán" y "Julia Pautolini", introduciendo un disfemismo económico que sugiere dependencia indebida de la pauta oficial como forma de deslegitimación profesional. En otros casos, la agresión se intensifica mediante disfemismos escatológicos, como "Viviana Mierdosa" en vez de Viviana Canosa. Un subgrupo de insultos particularmente significativo lo constituyen los apodos basados en metáforas animalizantes con "mandril": a la periodista María O'Donnell le dirá "Mandrila O'Donnell", al periodista Luis Novaresio, "Luis Mandrilesio"; al periodista Marcelo Bonelli, "Marcelo Mandrelli". Son todos procedimientos clásicos de deshumanización simbólica.

En el ámbito político, uno de los blancos privilegiados de esta estrategia de nominación degradante es Axel Kicillof, gobernador de la provincia de Buenos Aires, la más populosa del país, y uno de los principales dirigentes opositores, cuya figura concentra un amplio repertorio de descalificaciones que combinan insulto directo, caricaturización ideológica y ridiculización intelectual. Allí

predominan, en primer lugar, las descalificaciones intelectuales y de competencia, como “pelotudo”, “burro”, “inútil” o “bruto”, orientadas a cuestionar su capacidad técnica y su idoneidad para la gestión pública. A estas se suman epítetos ideológicos estigmatizantes, tales como “pichón de Stalin”, “soviético” o “último zar de la miseria”, mediante los cuales el adversario político es inscripto en un imaginario autoritario o colectivista que simplifica y radicaliza su posición ideológica. Expresiones compuestas como “burro eunuco”, “parásito mental” o “monarca diminuto” intensifican el ataque mediante metáforas degradantes y animalizantes que combinan insulto personal, patologización ideológica y caricaturización del estilo de gobierno.

Un análisis realizado por el Centro de Datos de la agencia de verificación *Chequeado* identificó en sus primeros 14 meses de gestión 28 conceptos principales utilizados como insultos, que engloban 103 variantes según género, número y modificaciones. Entre los términos más utilizados se encuentran: “casta”, “mentiroso”, “zurdo”, “econochanta”, “violento” y “sinistro”. Aunque el repertorio de insultos presidenciales incluye términos de mayor gravedad como “pedófilo”, expresiones discriminatorias a doquier y palabras escatológicas como “sorete” o “excremento”. Otros términos frecuentes en su discurso son “basura”, “ensobrado”, “woke”, “mandril”, “impresentable”, “rata”, “kuka”, “esbirro”, “puta”, “repugnante”, “mierda”, “pautero” y “extorsionador” (*Chequeado*, Centro de Datos, 2025).

Más recientemente, una investigación especial publicada por el Foro de Periodismo Argentino (FOPEA, 2026) revela que uno de cada siete posteos (15,2%) que realiza el presidente Javier Milei en la red social X contiene insultos u ofensas. La cuenta incluye los tuits que hizo desde su asunción al cargo, en diciembre de 2023, hasta septiembre de 2025. La investigación contabilizó 16.806 insultos en 113 mil tuits, en ese período.

Las formas de agresión verbal desplegadas por Javier Milei en sus comunicaciones públicas no constituyen meros desbordes temperamentales ni simples recursos polémicos coyunturales, sino

que integran una estrategia retórico-argumentativa sistemática. Estas agresiones pueden clasificarse en al menos cinco grandes tipos, que cumplen funciones diferenciadas en la economía del discurso y en la construcción del *êthos* presidencial.

En primer lugar, se observa una descalificación epistémica, orientada a erosionar la legitimidad cognitiva de los adversarios. Expresiones como “no tiene ni idea”, “intelectualmente deshonestos” o “ni siquiera saben el cálculo de cómo es la inflación” atacan la competencia técnica del otro, reforzando por contraste el *êthos* de experto del enunciador. En segundo lugar, aparece una descalificación moral y penal, visible en fórmulas como “gobierno delincuente”, “manga de chorros” o “malditos políticos”, que construyen al adversario como corrupto y moralmente indigno, desplazando la controversia del plano técnico al plano ético. Un tercer conjunto corresponde a la animalización y deshumanización metafórica, como en “monos con navaja” u “orcos”, que reduce al adversario a una figura instintiva, irracional o peligrosa. En cuarto lugar, se identifican formas de vituperio hiperbólico y escatológico, tales como “volquetes de estiércol”, “imbecilidad furiosa” o “subir como pedo de buzo”, que intensifican la violencia simbólica mediante registros grotescos y populares. Finalmente, se despliega una ridiculización ideológica, en la que las posiciones contrarias son caricaturizadas (“¿qué quieren, un plan quinquenal?”, “no soy un comunista”), reforzando una frontera antagonista nítida.

A guisa de conclusión

“La era del hartazgo” denominan Kessler y Vommaro a esta etapa histórica de líderes disruptivos, polarización y ánimo antipolítico en las democracias de América Latina. Pero más que apenas interpretar el hartazgo social, Milei lo escenifica corporal y verbalmente, convirtiendo la violencia en un recurso comunicativo central. Sin embargo, esa performance emocional no opera en ausencia de racionalización, sino en una tensión frecuente con ella.

La imagen pública que se construye en torno a la figura presidencial combina dos registros aparentemente contradictorios pero que uno podría pensar como políticamente complementarios: por un lado, el ciudadano indignado que grita, insulta y expresa sin filtros la frustración colectiva; por el otro, el economista que afirma ofrecer una explicación “científica” del origen de ese malestar.

Esta doble inscripción permite que la agresividad discursiva no aparezca como mera irracionalidad, sino como la reacción emocional legítima de quien, precisamente por comprender las causas profundas del problema, estaría autorizado a indignarse. La ira se racionaliza y la racionalidad se dramatiza: el enojo no contradice la experticia, sino que la confirma performativamente. En ese cruce entre saber técnico y expresividad visceral reside una de las claves de su eficacia política, ya que habilita una identificación afectiva basada en la percepción de autenticidad — el líder no solo explica el malestar, sino que lo encarna — mientras simultáneamente ofrece un marco interpretativo que transforma esa emoción en diagnóstico económico y en programa político.

Quisiera traer a colación la observación de Roland Barthes en *El grado cero de la escritura* sobre el lenguaje revolucionario, porque conjeturo que permite iluminar el funcionamiento más profundo de esta retórica. Al analizar la prensa jacobina, Barthes (2003) señalaba que el lenguaje nunca había sido tan “realista” como en los insultos de la Revolución: Hébert abría sistemáticamente *Le Père Duchesne* con exclamaciones groseras — “¡mierda!”, “¡carajo!” — que, más que transmitir un contenido semántico preciso, funcionaban como índices de situación. Las groserías, afirmaba Barthes, “no significaban nada, pero señalaban”, ¿señalaban qué? La existencia de una circunstancia histórica excepcional. En las grandes coyunturas, añadía Barthes retomando a Baudelaire, la verdad se vuelve tan pesada que solo puede expresarse mediante formas de amplificación teatral; aquello que retrospectivamente aparece como exceso o exageración constituía entonces la medida misma de lo real. Lejos de ser una deformación impostada, esa escritura inflacionaria era, para Barthes, una “escritura exacta”,

porque ajustaba su intensidad expresiva a la intensidad histórica del momento.

¿Qué nos dice la violencia comunicativa de este momento histórico? ¿Podemos pensar este tipo de violencia como catalizador de un estado de crisis? La violencia verbal funciona como signo de excepcionalidad histórica: indica que la situación es presentada como intolerable y urgente, y que el lenguaje político convencional resultaría insuficiente para nombrarla. Así, la retórica exacerbada no solo construye antagonismo, sino que produce un efecto de realidad: cuanto más enfático y desbordado aparece el discurso, más se refuerza la idea de que describe un estado social igualmente extremo. Hoy todos hablamos de Milei como una rareza difícil de procesar en los términos de la discusión política tradicional, pero nada hace pensar que esta *rareza* no haya llegado para quedarse en un país cada vez más desigual.

Referencias

ALTHEIDE, D. L.; SNOW, R. P. *Media logic*. Beverly Hills: Sage, 1979.

AMOSSY, R. *Apología de la polémica*. Buenos Aires: Prometeo, 2017.

ANGENOT, M. *Dialogues de sourds: traité de rhétorique* antilogique. Paris: Mille et une nuits, 2008.

ANGENOT, M. *El discurso social: los límites históricos de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BARTHES, R. *El grado cero de la escritura, seguido de Nuevos ensayos críticos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

BERISTÁIN, H. *Diccionario de retórica y poética*. México: Porrúa, 1995.

CAGGIANO, S. La extrema derecha y los dilemas de la batalla cultural: moral, individualismo y sentido de pertenencia. In:

GRIMSON, A. (comp.). *Desquiciados: los vertiginosos cambios que impulsa la extrema derecha*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2024. p. 103-124.

CAMPBELL, K. K.; HALL JAMIESON, K. *Deeds done in words: presidential rhetoric and the genres of governance*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

CANEDO, N. "¡Heil Trump!": memes, participación digital y reconfiguración de la extrema derecha en Estados Unidos. Reconstrucción de una historia reciente. *Revista Sociedad*, Buenos Aires, n. 51, p. 1-24, dez. 2025/maio 2026. Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales. DOI: <https://doi.org/10.62174/rs.10973>

CARÉ, S. *La pensée libertarienne: genèse, fondements et horizons d'une utopie libérale*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

CARLÓN, M. Público, privado e íntimo: el caso "Chicas Bondi" y el conflicto entre derecho a la imagen y libertad de expresión en la circulación contemporánea. In: CASTRO, P. (ed.). *Dicotomia público/privado: estamos no caminho certo?* Maceió: Edufal, 2015. p. 211-232.

CHEQUEADO; CENTRO DE DATOS. El insulto en el discurso de Javier Milei: más de mil agravios a políticos, periodistas y economistas en 14 meses de gestión. *Chequeado*, 26 fev. 2025. Disponible en: <https://chequeado.com/el-explicador/el-insulto-en-el-discurso-de-javier-milei-mas-de-mil-agravios-a-politicos-periodistas-y-economistas-en-14-meses-de-gestion/>. Consultado el: 2 jul. 2026.

DAGATTI, M. A revelação da desigualdade e a direita rebelde: esboços de uma topografia da política argentina atual. In: BRAGA, A.; DE SÁ, I. (eds.). *Discursos e desigualdades: cartografar com Foucault*. Campinas: Pontes Editores, 2024c. p. 91-126.

DAGATTI, M. Hacia una topología del campo político de la Argentina contemporánea: nueva derecha y hegemonía discursiva. *Refracción*, v. 10, p. 34-68, 2024b.

DAGATTI, M. La democracia muda, el grito fascista y la desigualdad revelada: el discurso del presidente argentino en la Asamblea General de las Naciones Unidas. In: DAGATTI, M.; LOPES PIRIS, E.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (eds.). *El otoño de la democracia: análisis del discurso diplomático iberoamericano en la Asamblea General de las Naciones Unidas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2025. p. 167-201. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788575065419>.

DAGATTI, M. La refundación libertaria: esbozo de la retórica presidencial de Javier Milei. In: MICHELAN DE AZEVEDO, I.; LOPES PIRIS, E. (eds.). *Argumentação e discurso na multidisciplinaridade*. Campinas: Pontes Editores, 2024a. p. 251-282.

FOPEA. El insulto como estrategia: un análisis de 113.000 tuits del presidente Milei. *Foro de Periodismo Argentino*, 8 jan. 2026. Disponible en: <https://fopea.org/fopea-presenta-el-insulto-como-estrategia/>. Consultado el: 2 jul. 2026.

HERAM, Y.; CINGOLANI, G.; DAGATTI, M. De los paneles al panelismo: medios, política y pandemia en el escenario postbroadcasting. Entrevista con José Luis Fernández. *La Trama de la Comunicación*, v. 25, n. 2, p. 183-196, 2021.

KESSLER, G.; VOMMARO, G. *La era del hartazgo: líderes disruptivos, polarización y antipolítica en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2025.

KING, A. Weapons of mass distraction: far-right culture-jamming tactics in memetic warfare. In: ARKENBOUT, C.; WILSON, J.; DE ZEEUW, D. (eds.). *Critical meme reader: global mutations of the viral image*. Ámsterdam: Institute of Network Cultures, 2021. p. 217-235.

MOLINA, M. D. What makes an Internet meme a meme? Six essential characteristics. In: JOSEPHSON, S.; KELLY, J. D.; SMITH, K. (eds.). *Handbook of visual communication: theory, methods, and media*. Nueva York: Routledge, 2020. p. 380-393.

MORRESI, S.; VICENTE, M. Rayos en cielo encapotado: la nueva derecha como una constante irregular en la Argentina. In:

SEMÁN, P. (ed.). *Está entre nosotros: ¿de dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir?* Buenos Aires: Siglo XXI, 2023. p. 43-80.

MOSQUERA, M. The meaning of Milei. *New Left Review*, n. 155, p. 5-23, 2025. Disponible en: <https://newleftreview.org/issues/ii155/articles/martin-mosquera-the-meaning-of-milei>. Consultado el: 2 jul. 2026.

PIKIELNY, A. Carlos Pagni: "Milei tiene más vocación de profeta que de rey". *La Nación*, 1 mar. 2026. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/carlos-pagni-milei-tiene-mas-vocacion-de-profeta-que-de-rey-nid01032026/>. Consultado el: 2 jul. 2026.

PLOT, M. Poetas vigorosos. *Le Monde Diplomatique* (ed. argentina), 2023. Disponible en: <https://www.eldiplo.org/notas-web/poetas-vigorosos/>. Consultado el: 2 jul. 2026.

ROSSO, G. *La radicalización de las derechas argentinas (2014-2024): inflexiones en lo decible, lo visible y lo afectivo*. 2025. Tesis (Doctorado) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2025.

RUOCCO, J. *¿La democracia en peligro? Cómo los memes y otros discursos marginales de Internet se apropiaron del debate público*. Buenos Aires: Paidós, 2023.

SARLO, B. *La audacia y el cálculo: Kirchner 2003-2010*. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

SCOLARI, C. *Cultura snack*. Buenos Aires: La Marca, 2020.

THIBAUT, D. Reseña de *La pensée libertarienne: genèse, fondements et horizons d'une utopie libérale*, de S. Caré. *Politique et Sociétés*, v. 29, n. 2, p. 185-187, 2010. DOI: <https://doi.org/10.7202/045181ar>.

VERÓN, E. *La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires: Paidós, 2013.

VITALE, M. A. Ethos y legitimación política en los discursos de asunción de la presidente argentina Cristina Fernández de

Kirchner. *Revista ICONO 14*, v. 11, n. 1, p. 5-26, 2013. DOI: <https://doi.org/10.7195/ri14.v11i1.529>.

VITALE, M. A. Retórica de extrema derecha y argumentación. In: CHICO-RICO, F.; LORENZO LORENZO, J. M.; GARCÍA-VALERO, B. E.; SALVADOR GIMENO, M. (coords.). *Pura retórica: tradición y modernidad en los estudios del discurso*. 2025. p. 115-129. ISBN 978-84-1302-344-1.

WAISBORD, S. El presidente troll. *Revista Anfibia*, 15 fev. 2024. Disponible en: <https://www.revistaanfibia.com/milei-el-presidente-troll/>. Consultado el: 2 jul. 2026.

DAS SENZALAS ÀS CELAS: TRAVESSIAS DE RESISTÊNCIA RACIAL SOB REGIMES DE VIOLÊNCIA

Michele Tiemi Imazaki
Nathália do Nascimento Gonçalves Nolasco
Fabiana Poças Biondo

Introdução

Não acredito que seja saudável escolher uma
luta e dizer que é mais importante do que
outra, mas sim, em reconhecer como as
diferentes lutas se conectam” (Angela Davis,
2019, s/p).

Iniciamos este texto com uma epígrafe de Angela Davis, mulher, escritora, filósofa e ativista cujas reflexões atravessaram décadas e ajudaram a consolidar as lutas de classe, de mulheres e raciais nos Estados Unidos e no mundo. A citação, que tão bem representa o diálogo que queremos propor neste texto, nos convida a evitar uma tendência a hierarquizar grupos de sujeitos subjugados e suas lutas, horizontalizando resistências, conectando-as e buscando compreender como elas estão relacionadas. É a partir desse olhar que trazemos a luta de mulheres negras e asiáticas sob regimes de repressão.

Nosso objetivo é problematizar como diferentes populações racializadas enfrentaram práticas repressivas do Estado, conectando passado e presente em discursos de resistência. Para tanto, empreendemos uma análise de duas materialidades distintas: um trecho literário da obra *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, que narra as violências da travessia atlântica de africanos escravizados, e um cartaz político urbano que resgata a memória de Suely Yumiko Kanayama, militante asiática

assassinada pela ditadura militar. Nesses excertos, percebemos como se reinscrevem discursos de resistência sob regimes de violência que ferem corpos de sujeitos não brancos.

Para realizar os gestos de análise das duas materialidades, nós nos apoiamos nos Estudos Discursivos Foucaultianos e no método arqueogenealógico (Gregolin, 2015; Navarro, 2015), que propõem observar como os discursos se constituem historicamente, se cruzam e se organizam em práticas que produzem verdades, principalmente no exercício de relações de poder. A abordagem nos permite analisar não só o que é dito, mas também o que é silenciado e naturalizado nos discursos sobre raça, repressão e resistência.

Nesse caminho, a arqueologia nos ajuda a identificar como os saberes aparecem e se transformam na sociedade. A genealogia investiga os porquês históricos desses saberes e dessas práticas. Já a arqueogenealogia busca diagnosticar como as formas de poder e saber produziram as nuances do que somos hoje. Com esse método, observamos continuidades e rupturas entre o passado e o presente. Nas palavras de Navarro (2015, p. 171),

Tal aporte teórico-metodológico tem por finalidade descrever a maneira como historicamente se entrecruzam regimes de práticas discursivas e séries de enunciados, levando-se em conta a necessária articulação entre o linguístico, o imagético e o histórico.

A partir desses estudos, refletimos, ainda, sobre como a memória se constitui enquanto campo de disputa política e como o discurso pode funcionar como forma de resistência frente à necropolítica (Mbembe, 2018) e ao biopoder (Foucault, 2008) que atravessam discursos e corpos racializados. Retomemos o que Modesto (2021, p. 2) explicita:

[...] a noção de discursos racializados ressalta a compreensão de que a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina. Uma premissa fundamental e que deve ser trabalhada de modo a abalar

nossa leitura e nosso entendimento na mobilização teórica das noções de luta de classes, condições de produção, interpelação, sujeito e processos de identificação.

De modo a tensionar discursos racializados e a contribuir com a apresentação de nossa leitura sobre sujeitos cujos corpos não brancos foram historicamente associados ao impuro, ao não humano, ao contagioso, seguimos com a análise dos dois acontecimentos históricos selecionados. Em comum, esses acontecimentos dizem muito sobre a intocabilidade e a desumanização de corpos não brancos.

Gesto de análise: memória, violência e resistência em *Um defeito de cor*

A primeira materialidade que analisaremos é um recorte do romance histórico *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves. A partir desse livro, acompanhamos a história de *Kehinde*, uma menina negra africana que viu sua mãe (Dúróoríike) e seu irmão mais velho (Kokumo) serem mortos brutalmente durante uma visão violenta de soldados ao vilarejo onde moravam; e que, depois, foi sequestrada e escravizada por um período de sua vida – em que se discursiviza, na obra, um processo de perda da liberdade, da identidade e do convívio familiar da personagem. Isolada de sua terra, a protagonista viveu a brutalidade de uma pessoa vítima da escravidão no século XIX. A história é inspirada na personalidade de Luiza Mahin e em acontecimentos históricos, como a revolta dos Malês e a Sabinada.

Kehinde passa por todos os dilemas de um ser escravizado e encontra saídas e modos de sobrevivência e de resistência em um Brasil escravocrata. Como notou Miranda (2019),

Por meio do seu intenso e longo fluxo narrativo, o romance *Um defeito de cor* possibilita uma experiência de pensamento e acesso a um arquivo, um mundo de conexões, representações e imagens

sobre a escravidão; sobre a modernidade vista da diáspora; sobre a colônia; as relações sociais (entre homens e mulheres, negros e brancos, adultos e crianças, brasileiros e estrangeiros, livres, libertos e escravizados), entre outros pontos. O romance é potencializado como cognição, cuja cognoscibilidade produz, no ato da leitura, um conhecimento do passado que reverbera no nosso presente. (Miranda, 2019, p. 313).

Logo, a importância dessa leitura é que ela resgata uma história que nos foi roubada, e nos remete a ações que poderiam ser realizadas por uma mulher negra escravizada. Dessa forma, a escrita de Ana Maria Gonçalves “constrói um recurso ficcional que dá palavra contra o silêncio a que a História relegou às mulheres negras.” (Miranda, 2019, p.298).

Na obra, o sequestro de Kehinde é seguido de seu envio para o Brasil, em um navio negreiro. A travessia é descrita pela protagonista e narradora como de extrema brutalidade, marcado por fome, mortes, violências sexuais e de todas as ordens.

A seguir, apresentamos um trecho da obra referente a essa travessia, selecionado para análise sobretudo por destacar a questão da intocabilidade e desumanização dos corpos negros. Pela voz da protagonista Kehinde, o excerto descreve os horrores vivenciados em um navio negreiro à época da escravização:

Não nos tocavam, e quando queriam que um de nós se virasse de frente, ou de costas, ou de lado, cutucavam de longe com bastões de madeira. Escolheram alguns homens fortes e fizeram com que eles tirassem dali mais de dez pessoas, todas muito doentes, que depois soubemos terem sido jogadas ao mar. Os homens que tinham ajudado a carregar os doentes para fora do porão não queriam contar nada, pois tinham sido avisados de que seriam punidos se contassem. Mas um deles não se amedrontou e, em um tom de voz bastante baixo, contou o que foi repassado de ouvido em ouvido, quase um sussurro, como se o ar abafado pudesse grudar nas palavras e carregá-las para fora do porão até os ouvidos dos homens que eram capazes de jogar pessoas vivas ao mar, para alimentar os

peixes. E nem eram todos brancos, os guardas. Alguns eram até mais pretos do que eu, ou a minha avó e a Taiwo, mas agiam como se não fossem, como se trabalhar ao lado de brancos mudasse a cor da pele deles e os fizesse melhores do que nós (Gonçalves, 2006, p. 53).

Para discutirmos o excerto anterior, reflitamos sobre essas três questões: a) Como o fragmento constrói as relações de poder entre os guardas e os prisioneiros?; b) Como o ser negra(o) é discursivizado no trecho em destaque? c) Por que, em determinados discursos, a existência negra é um problema? d) De que forma memória, apagamento e resistência constroem sentidos a partir dos discursos racializados presentes no excerto?

A cena descrita não é uma ficção isolada: ela remonta a acontecimentos reais no contexto da diáspora africana forçada. Ao trazer à tona o relato de corpos doentes sendo jogados vivos ao mar, o texto se ancora em uma memória histórica silenciada, ressignificando o acontecimento como enunciado político e denúncia histórica. Ao enunciar “Não nos tocavam, e quando queriam que um de nós se virasse de frente, ou de costas, ou de lado, cutucavam de longe com bastões de madeira”, percebemos não somente a desumanização de corpos tratados com total menosprezo, como, também, sua patologização, uma vez que tocá-los, nesse contexto, poderia significar ser “contagiado” por algo – logo, tratam-se de corpos tomados como intocáveis. Mediante a desumanização e repugnância de corpos não brancos, se estabelece uma relação de opressão que desnuda quem tinha o poder de falar, sentir, viver.

Dando sequência à discussão, retomamos a seguinte passagem do excerto:

Mas um deles não se amedrontou e, em um tom de voz bastante baixo, contou o que foi repassado de ouvido em ouvido, quase um sussurro, como se o ar abafado pudesse grudar nas palavras e carregá-las para fora do porão até os ouvidos dos homens que eram capazes de jogar pessoas vivas ao mar, para alimentar os peixes (Gonçalves, 2006, p. 53).

Neste trecho, observamos que o silenciamento corporal, mediante ameaça de violência, suscita a criação de novos mecanismos de comunicação entre os sujeitos silenciados. Isso demonstra que, mesmo no apagamento, no silenciamento e na morte, as palavras seguiam sendo perpetuadas, como a única forma de resistência e existência naquele contexto. São situações como essa que nos remetem à desestabilização da lógica dos discursos racializados: é por via deles que, em aparente paradoxo, nascem os discursos de resistência. Como notaram Anjos e Rosa (2024, p. 396), “os atos de resistir dão a ver indícios de outros sentidos, desestabilizando a complexa rede da memória ao promover novas formas de se enxergar o negro e de fazer ouvir a sua voz”.

Como também notou Foucault (2018, p. 91), é justamente onde há poder que há resistência:

[...] e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Deve-se afirmar que estamos necessariamente “no” poder, que dele não se “escapa” [...] Esses pontos de resistência estão presentes em toda rede de poder. Portanto, não existe com respeito ao poder um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder.

Como um caso único e particular de resistência, as palavras que resistem à violência do silenciamento resgatam aquilo que foi calado, ocultado ou desumanizado pela história oficial: o destino dos doentes, a voz dos homens que ajudaram, o trauma compartilhado em sussurros. O sujeito que enuncia é um corpo racializado que narra não apenas sua dor, mas o apagamento sistemático de sua humanidade. Como em Foucault (2008), temos aqui a produção de saber sob controle do poder, em que só se pode contar o que não

desafia a ordem dominante, e mesmo assim, em sussurros. Como notou o autor, o biopoder simboliza um “[...] conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008, p. 03).

Já Anjos e Rosa (2024) apontam que a resistência se materializa em corpos historicamente coagidos e excluídos, cuja luta inscreve novas possibilidades de significação frente à violência institucionalizada. Logo, os corpos jogados ao mar não são tratados como vidas que importam: são corpos descartáveis, racializados, contagiosos, doentes – intocáveis. Há, aqui, um funcionamento típico do biopoder foucaultiano: decidir quem deve viver e quem pode morrer. O enunciado “para alimentar os peixes”, por exemplo, pode ser entendido como o ponto extremo da desumanização.

Além disso, como se nota no trecho “e nem eram todos brancos, os guardas”, observamos a narradora demonstrando como as pessoas racializadas (não brancas) reproduziam a lógica dos brancos, exemplificando a complexidade da colonização das subjetividades. O trecho expõe a dimensão do racismo internalizado, como ferramenta de dominação e exclusão, ao mostrar que nem sempre a cor da pele garante solidariedade, mas sim a posição ocupada dentro do sistema. Portanto, o ser negra/o na narrativa incute em uma relação que subserviência delegada a não a uma vontade de servir, mas sim da utilização disso para atender a necessidade do outro “[...] à medida que a ideologia dominante faz trabalhar um discurso que estigmatiza o negro, os movimentos de resistência fazem deslocar o modo como o negro pode/deve ser visto/significado” (Anjos; Rosa, 2024, p. 396).

Um elemento que chama muito a atenção na obra analisada é como a nomeação/designação dos sujeitos atua na configuração de violências simbólicas e, simultaneamente, de resistências. Em *Um defeito de cor*, os nomes, de origem iorubá, apresentam uma

construção que carrega significados religiosos, familiares, ancestrais, entre outros relacionados à cultura e à cosmologia iorubá.

No processo de escravização, no entanto, como forma de apagamento da identidade diaspórica africana, os escravizados têm seus nomes alterados. Kehinde, por exemplo, ao chegar ao Brasil, é vendida como escrava e tem seu nome alterado para Luísa, considerado um “nome cristão”. Embora a personagem continue a se reconhecer como Kehinde, em um ato de resistência, essa (re)designação simboliza um forte processo de imposição e cultural, típica do processo de escravização. É na base da imposição do poder via designação que Kehinde constrói sua resistência.

Ao definir “designação”, Foucault (1992, p. 13) nota que este

[...] não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.); ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros.

Como podemos observar, o autor destaca o poder do nome e sua função classificatória na organização e delimitação de discursos. Ao relacionarmos essa questão da designação ao excerto proposto para a análise neste capítulo, percebemos como a designação dos indivíduos e grupos, especialmente os sujeitos racializados, não é um ato isolado, uma vez que há outras camadas de apagamento identitário e de deumanização ainda mais evidentes no discurso racializado; a designação, assim como as demais violências narradas por Kehinde no trecho sob análise estão ainda mais distantes de serem neutros – ao contrário, são práticas que definem, categorizam e, por vezes, excluem ou subalternizam narrativas e experiências. A obra, ao centrar-se na figura de Kehinde e nas vozes de seus ancestrais, desmistifica essa função classificatória imposta pela sociedade escravista e patriarcal. O “defeito de cor”, que no contexto da época visava à exclusão e à desumanização, é ressignificado na trama como um elo de

ancestralidade e resistência, permitindo à autora reagrupar e representar a um "certo número de textos" (as memórias, as lutas, os saberes) que foram historicamente delimitados e excluídos pelo discurso oficial eurocêntrico e branco, opondo-os às narrativas dominantes e revelando a complexidade e a riqueza da cultura e da experiência africana e afro-brasileira.

Assim sendo, nos corpos racializados que foram divididos, dizimados e explorados, ainda resta uma sociedade que segue escolhendo não olhar para as problemáticas enraizadas em nosso cotidiano. O excerto opera, portanto, discursivamente, como um gesto de reinscrição da memória dos corpos massacrados e negados pela história oficial. Ele dá nome, voz e dor àquilo que foi escondido e, ao fazê-lo, denuncia as tecnologias discursivas que sustentaram (e sustentam) o racismo estrutural. A literatura aqui funciona como prática de resistência e como ato político de rememoração e justiça histórica.

Gesto de análise: política da memória e a denúncia da repressão por Suely Yumiko

A segunda materialidade que selecionamos para análise é um cartaz colado em espaço urbano. Ele evoca Suely Yumiko Kanayama, estudante de Letras da USP e militante, filha de imigrantes japoneses, desaparecida durante a ditadura militar, em 1974. Como se pode notar na Figura 1, o desaparecimento de Suely é relacionado com as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, por meio da utilização da #EleNão, que ganhou grande repercussão à época, demarcando o posicionamento contrário de mulheres a um dos candidatos, Jair Messias Bolsonaro.

O movimento #EleNão foi um grande movimento brasileiro de mulheres ocorrido em 2018, inicialmente difundido pelas redes sociais, sobretudo mediante o grupo *Mulheres unidas contra Bolsonaro*, mas que levou às ruas milhares de mulheres, em diversas cidades do Brasil. Em um ato político historicamente situado, no entorno de uma campanha presidencial marcada pelos discursos

de ódio relacionados ao referido candidato, essas mulheres reuniram-se em coro contra atos e discursos violentos, misóginos e machistas de Bolsonaro.

Figura I



Fonte: Print retirado da internet.

Para orientar nossa análise, elaboramos algumas perguntas: que elementos visuais o cartaz mobiliza? Em que contexto ele circula? Quais efeitos de sentidos são possíveis produzir considerando a figura de Suely, como mulher asiática assassinada durante a ditadura? E como o passado da ditadura é articulado com o presente político? Como o #EleNão opera discursivamente como resistência? Aprofundando, questionamos também o impacto da escolha de Suely como figura racializada e militante, o uso de termos fortes como 'assassino' e 'torturador', e os efeitos da palavra 'DESAPARECIDA' em destaque. Esses elementos da espessura

material linguística e visual são estratégias de denúncia e reinscrição da memória política.

A presença do cartaz em praça pública pode ser considerada, além da recuperação da memória histórica apagada, uma tentativa de reinscrever esses acontecimentos no cenário contextual da época. Como pontuam Anjos e Rosa (2024, p. 398), “na instabilidade dos sentidos, o que visualizamos é um discurso sempre sujeito ao que regula, mas igualmente à descontinuidade, à deriva, ou seja, um discurso que se dá na contradição, discurso suscetível a levar os sentidos sempre para outro lugar”. Nesse sentido, o cartaz articula memória, política, raça e resistência. Ao rememorar Suely como mulher asiática e militante assassinada, e colocar o candidato Bolsonaro como herdeiro simbólico desse autoritarismo, o cartaz opera um deslocamento: traz a luta racial para o centro da crítica política contemporânea.

Podemos observar, em um primeiro momento, o cartaz de Suely Yumiko fixado em uma praça pública. A escolha deste espaço não é neutra: a rua é lugar de disputa, de visibilidade, de intervenção. Segundo Lagazzi (1999, p. 40), “[...] as tentativas dos sujeitos de redefinição de seus espaços de referência tocam a cidade e expõem o funcionamento urbano: identificam conflitos, mostram confrontos silenciados e dão visibilidade a processos de exclusão da vida”. Assim, a presença do cartaz vai além da recuperação da memória apagada, ela se constitui como um ato de reinscrição no espaço social e político contemporâneo. Ademais, Anjos e Rosa (2024) reforçam que o discurso está sempre à deriva, sujeito a descontinuidades e contradições. Essa materialidade, portanto, carrega sentidos instáveis, abertos à reinterpretação e resistência.

O apagamento de corpos racializados durante a ditadura, a exclusão de narrativas asiáticas da memória nacional e o ressurgimento de discursos autoritários fazem parte de estratégias mais amplas de controle das condutas e da biopolítica. No caso de Suely Yumiko Kanayama, sua condição de mulher, asiática e militante fez com que seu corpo se tornasse alvo do biopoder e, como consequência, trata-se de um corpo que foi apagado,

silenciado, violado em sua intocabilidade e eliminado fisicamente. A morte de Suely pode representar não só o desaparecimento de uma vida, já que, aqui, o cartaz atua contra esse apagamento ao reinscrever sua existência como corpo político, embora seja concreta a tentativa de anular simbolicamente sua existência e resistência, afastando-a do centro da memória oficial.

Além disso, a forma como a imagem é enquadrada também importa e faz parte do indizível: temos apenas o rosto de Suely, sem o corpo. Isso simboliza a ruptura entre o sujeito e sua existência material, reforçando o apagamento praticado pela ditadura e seus dispositivos de poder. Segundo Foucault (2008), o biopoder transforma os corpos em objetos de gestão política. E aqui, vemos exatamente isso: a ausência do corpo representa a tentativa de controle total, inclusive da narrativa e da memória sobre esse corpo.

O discurso, então, se ancora de outros: familiares desaparecidos, mães, de resistências femininas, do movimento de raças, da #EleNão. A partir disso, a figura de Suely não pode mais ser considerada como vítima silenciada e apagada pela história, agora ela é um símbolo de resistência. Isso porque, “[...] ao resistir, ao impor sua luta, tem-se a possibilidade de mudar, transformar a ordem das coisas, porque, segundo Mariani (1998, p. 26), a resistência permite romper “[...] rituais enunciativos, deslocando processos interpretativos já existentes”” (Anjos; Rosa, 2024, p. 393). Para Anjos e Rosa (2024), resistir permite deslocar sentidos já estabelecidos, abrindo espaço para novas interpretações e novos futuros.

Na parte inferior do cartaz, é possível observar, ainda, os cenários em 1974 e, em 2018, como regularidade no âmbito das formulações imagéticas. Ao fazer isso, ele constitui uma série enunciativa, mostrando que a repressão, o autoritarismo e a exclusão de corpos dissidentes não são fatos isolados, mas acontecimentos que retornam sob novas formas. Foucault (2018, p. 81) nos lembra que “[...] o poder produz saber [...] e o saber reproduz o poder”. Nesse contexto, o cartaz disputa os espaços não

só urbanos e físicos, mas também o da memória, justamente para romper com a reprodução do silêncio e do apagamento.

A inscrição de Suely nesse espaço é, portanto, um gesto de contra-memória, um esforço para que aquilo que foi interdito pelo poder volte a ser lembrado e entre em circulação na sociedade. Essa materialidade reinscreve Suely como sujeito político. Ao narrar sua história, ela interpela o leitor a refletir sobre memória, história, resistência, justiça e ação. O ato de lembrar, nesse contexto, não é nostálgico, mas um gesto de resistência que ultrapassa o tempo da ditadura e alcança o presente, especialmente quando esse presente flerta com o autoritarismo.

Palavras finais

Ao analisarmos o cartaz de Suely Yumiko e o trecho da obra de Ana Maria Gonçalves, identificamos formulações discursivas que podem promover efeitos de sentido que denunciam os mecanismos de exclusão, apagamento e violência estatal, ao mesmo tempo em que resgatam histórias interditas pela memória oficial. Em ambos os casos, os corpos racializados, sejam asiáticos ou negros, foram marcados pela tentativa de anulação: apagados, silenciados, desmaterializados, desumanizados, intocabilizados.

Contudo, essas materialidades também favorecem uma leitura de que a resistência não desaparece com o corpo. Ela se reinscreve no discurso, na imagem e na memória. Tanto a literatura quanto o cartaz se tornam práticas discursivas que devolvem a esses corpos sua intocabilidade simbólica, ou seja, a possibilidade de existirem não como objetos de exclusão, mas como sujeitos de memória, dignidade e história. No trecho de Gonçalves (2006), podemos observar como essa denúncia está presente em cada palavra e em cada cena descrita de forma metódica. Já no cartaz (2018), a história e o corpo de Suely deixam de ser apenas uma alusão histórica para retomar o cenário político – ela se transforma em um símbolo de resistência e da urgência por mudanças.

A intocabilidade, que lhes foi negada pelo regime de violência estatal, pelos regimes de verdade e pelo racismo estrutural, é restaurada como um gesto político e ético: ao nomeá-los, ao relembrá-los, ao dizer o indizível e torná-los públicos novamente, essas narrativas nos convocam à responsabilidade de refletir acerca do foi exposto. Como aponta Foucault (2018), "[...] onde há poder, há resistência" e é, nesses limites entre o silenciamento e a fala, o apagamento e a reinscrição, que emergem formas de subjetivação, de justiça discursiva e de resistência, que reconfiguram a história não pelo enfrentamento daquilo que o poder tentou apagar.

Referências

ANJOS, Camila Borges dos; ROSA, Marilane Mendes Cascaes da. Os modos de (r)existência ao racismo. In: DALTOÉ, Andréia da Silva; FLORES, Giovanna Benedetto; SILVEIRA, Juliana da; NECKEL, Nadia (org.). **Marcas da memória: violência de estado e estado de violência: corpos e(m) resistência**. Campinas: Pontes Editores, 2024. v. 2, p. 393-405.

BRASIL. **Cartaz político em memória de Suely Yumiko Kanayama**. [S.l.]: [s.n.], 2018. 1 cartaz. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/06/dia-da-imigracao-japonesa-aos-nipo-brasileiros-que-tombaram-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 14 jul. 2026.

DAVIS, Angela. **Entrevista coletiva concedida à imprensa no Auditório Ibirapuera**. São Paulo, 21 de outubro de 2019. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/angela-davis-quando-as-mulheres-negras-forem-finalmente-livres-o-mundo-sera-livre/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. (2009). **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1976).

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed., 2014.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 157 Lisboa: Passagens, 1992, p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. Acesso em: 12 maio 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006

GREGOLIN, Maria do Rosário. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **Revista Moara**, ed. 43, p. 06-25, jan./jun. 2015.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **Deixar a cidade**. Vir para a terra, o discurso urbano em movimento. Rua, Campinas, 5: 39-46, 1999.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. DOI: 10.25189/rabralin.v20i2.1851. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 11 jun. 2025.

NAVARRO, Pedro. Por uma análise arqueogenealógica do discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Estudos discursivos à brasileira**: uma introdução. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 149-173.

FAKE NEWS, PÂNICO MORAL E POLARIZAÇÃO NO BRASIL: UMA ABORDAGEM CRÍTICO-DISCURSIVA

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Tradução de Argus Romero Abreu de Moraes e Rodrigo Seixas

Introdução

Todo novo fenômeno sociossemiótico tem o potencial para gerar uma série de controvérsias acadêmicas. Mais ainda quando impacta a política, a economia, a cultura e a sociedade, como faz o fenômeno das *fake news*, que se tornou objeto de atenção em vários campos, como os Estudos de Mídia, Linguística, Semiótica, Análise do Discurso, Sociologia, Ciência Política e Ciência da Computação, entre outros. O resultado deste processo tende a ser, por um lado, uma variedade crescente no número de definições e tipologias propostas, não apenas entre, mas também dentro dos campos e, por outro lado, uma intensa disparidade na fundamentação teórica e nos procedimentos metodológicos que norteiam as análises e sustentam as conclusões.

Este capítulo representa, portanto, mais uma tentativa de interpretar e explicar o fenômeno das *fake news*. A partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), que considera as ordens do discurso como estruturantes da construção de significado, tanto na produção quanto na interpretação textual[1] (Fairclough, 2003), o capítulo explora um conjunto de três *fake news* produzidas no Brasil durante a ascensão da agenda conservadora que culminou na eleição do então[2] presidente Jair Bolsonaro, em 2018. Esses textos têm em comum a construção de uma postura conservadora em relação ao desenvolvimento das identidades de gênero e de orientação sexual nas crianças, apoiando-se em – e contribuindo para – pânicos e cruzadas morais que se

consolidaram no Brasil nos últimos anos (Balieiro 2018; Gonçalves-Segundo 2020a).

Este capítulo propõe avançar duas hipóteses sobre o funcionamento deste tipo de *fake news*, derivadas da concepção de que estes textos são estrategicamente orientados para promover diferentes leituras e reações do endo e exogrupo (van Dijk, 2003). Em termos do endogrupo (*nós*), eles podem funcionar como um meio tanto para obter coesão social, unindo um grupo ideológico que inculca discursos que são, em geral, menos abertos à alternatividade, quanto para induzir respostas afetivas que intensificam a dicotomização de identidades, processos que podem levar ao empobrecimento do debate público. Em relação ao exogrupo (*eles*), eles podem atuar como um meio de provocar antagonismos contra grupos progressistas e partidos políticos, num processo que visa desviar o debate público para temas que não apenas mantenham a polarização acesa, mas que também desviem o foco das questões e das políticas que a agenda neoconservadora quer subtrair dos holofotes.

O capítulo está organizado da seguinte forma. A primeira seção apresenta uma breve revisão das diferentes perspectivas sobre *fake news*, na qual discutiremos definições e tipologias, bem como algumas das implicações sociopolíticas do fenômeno (Bakir, McStay, 2017; Tandoc *et al.*, 2018; Wardle, Derakhshan, 2018). A segunda seção descreve a mecânica das *fake news* no Brasil, com especial atenção ao contexto das eleições presidenciais de 2018 (Baptista *et al.*, 2019; Piccinin *et al.*, 2019; Mont'Alverne, Mitozo, 2019). A seção três apresenta uma análise das três *fake news* mencionadas anteriormente, produzidas e distribuídas em 2018 e 2019, com foco na interpretação e na explicação de suas potenciais motivações e efeitos[3] (Fairclough, 2003; Gonçalves-Segundo, 2018). A última seção resume os principais resultados do estudo e discute alguns possíveis caminhos para futuras pesquisas.

Sobre notícias falsas e desordem de informação

Como afirmado anteriormente, o fenômeno das notícias falsas é difícil de compreender devido a sua natureza social, comunicativa, discursiva, interacional, computacional, econômica e política. Assim, chegar a uma definição relativamente consensual parece ser um esforço infrutífero. No entanto, deve haver alguns parâmetros mínimos para controlar e a dispersão semântica e referencial do termo. Tandoc *et al.* (2018, p. 147. Tradução nossa) examinam o uso do termo “*fake news*” em 34 artigos acadêmicos de 2003 a 2017 e concluem que as definições consideram dois domínios básicos: o **nível de facticidade**, que se refere “ao grau em que as notícias falsas se baseiam em fatos”, e a **intenção imediata do autor**, que envolve “o grau em que o criador das *fake news* pretende induzir o público ao engano”. Ao cruzar as variáveis de cada dimensão, eles chegam à seguinte tipologia, destacando o terceiro quadrante (*fabricação*) como a concepção mais prevalente em meio ao *corpus* de artigos que consideraram.

Tabela 1. Uma tipologia das *fake news*[4]

Level of facticity	Author's immediate intention to deceive	
	High	Low
High	Native advertising Propaganda Manipulation	News satire
Low	Fabrication	News parody

Fonte: Tandoc *et al.* (2018, p. 148).

Wardle e Derakhshan (2018, p. 44. Tradução nossa), por sua vez, preferem evitar completamente o termo “*fake news*”, argumentando que “[...] o sintagma é inerentemente vulnerável para ser politizado e implementado como uma arma contra o

jornalismo, como uma forma de minar a publicização do que as pessoas no poder não gostam”. Em vez disso, preferem usar a expressão “desordem informacional”.

A **desordem informacional** abrange três fenômenos diferentes: **informação incorreta**, **desinformação** e **má informação**. Os critérios para sua diferenciação são semelhantes aos de Tandoc *et al.* (2018): **nível de facticidade** (se a informação é verdadeira ou falsa) e **intenção de prejudicar** (se o texto é orientado para atacar a imagem de um ator social, de um grupo ou de uma instituição). Pode-se dizer, porém, que a **consciência da facticidade** (se o distribuidor sabe se a informação é verdadeira ou falsa) também é relevante na concepção dos autores sobre a desordem informacional, uma vez que é o principal aspecto que distingue entre a informação incorreta e a desinformação. Normalmente, a **informação incorreta** diz respeito a textos baseados em dados falsos, mas que são divulgados sem a intenção de prejudicar, uma vez que os distribuidores não estão conscientes da falsidade e costumeiramente não pretendem atacar a imagem dos atores representados, grupos ou instituições (ao contrário dos produtores, que provavelmente tiveram essa intenção). A **má informação** aplica-se a textos baseados em dados reais, mas produzidos com a intenção de prejudicar, independentemente do conhecimento do distribuidor da facticidade do conteúdo. A **desinformação** envolve textos que são deliberadamente produzidos sem preocupação com a realidade e que são produzidos e distribuídos prototipicamente com a intenção de prejudicar[5]. A partir desta divisão inicial, os autores propõem a seguinte tipologia:

Tabela 2. Uma tipologia das notícias falsas

<i>Low level of facticity (false)</i>		<i>High level of facticity (based on reality)</i>
<i>Intent to harm (variable)</i>	<i>Intent to harm (high)</i>	
<i>Distributor's awareness of the level of facticity (low)</i>	<i>Distributor's awareness of the level of facticity (variable)</i>	
Misinformation	Disinformation	Mal-information
False Connection Misleading Content	False Context Imposter Content Manipulated Content Fabricated Content	(Some) Leaks (Some) Harassment (Some) Hate Speech

Fonte: adaptado de Wardle e Derakhshan Tandoc (2018, p. 44).

Dado que os três textos analisados neste capítulo são exemplos de **conteúdos fabricados**, parece importante distinguir os quatro tipos de **desinformação** propostos pelos autores. O **falso contexto** refere-se à recontextualização de uma asserção ou imagem para enquadrar a situação em foco através de uma perspectiva que causa dano. **Conteúdo impostor** refere-se ao uso do logotipo de uma instituição ou do nome de um autor para subtrair ou adicionar credibilidade a uma determinada informação falsa. **Conteúdo manipulado** envolve mudança de aspectos pictóricos ou verbais de um evento real, que é, então, relatado de forma distorcida para causar dano. **Conteúdo fabricado** refere-se a textos cujo conteúdo é completamente inventado; trata-se de uma narrativa ficcional construída como se fosse real e distribuída com a intenção de prejudicar o ator social, grupo ou instituição representados no texto ou ainda para prejudicar outro referente, quando comparado com o ator social, grupo ou instituição representado[6].

Gomes e Dourado (2019) chamam a atenção para o uso político da desinformação, enquadrando-a como uma estratégia de guerrilha informativa. Segundo os autores, disputas informativas entre grupos ideológicos polarizados pode levar a distorções e

narrativas infundadas, que são usadas por grupos políticos para manter a tensão social alta e direcionar a atenção coletiva para certas perspectivas. Essas perspectivas refletem posições ideológicas e fazem parte de uma “ecologia midiática alternativa” (Gomes, Dourado, 2019, p. 37), na qual fatos e opiniões estão (e devem estar) de acordo com os princípios e valores do grupo. Os autores relacionam esse fenômeno ao descrédito da mídia tradicional e ao surgimento de uma nova direita, que escolheu como alvo dos seus ataques intelectuais, cientistas, professores e jornalistas, a fim de reenquadrar a atitude da sociedade em relação a estas fontes autorizadas de informação e conhecimento e de construir sua nova “epistemologia tribal” (Gomes, Dourado, 2019, p. 37)[7], com consequências nefastas para o debate público e a democracia.

Tanto o reenquadramento de atitudes quanto a construção das epistemologias tribais são aspectos relevantes da discussão, uma vez que a desinformação parece estar ligada à “economia da emoção”, um conceito desenvolvido por Bakir e McStay (2017). Para esses autores, nas *fake news*, “[...] as emoções são aproveitadas para gerar atenção e tempo de visualização, que se converte em receita de publicidade” (Bakir & McStay 2017, p. 155) e – acrescentaríamos – para incitar a adesão apaixonada às agendas políticas. Em termos de consequências sociais e democráticas, os autores argumentam que *fake news* produzem cidadãos mal informados, que tendem a permanecer desinformados devido às câmaras de eco (ou bolhas ideológicas) e sentir-se antagonizados e indignados por conta da natureza afetiva dos textos – como se verá no *corpus* –, em um processo que dificulta o debate e mina a saúde democrática.

Essa natureza afetiva pode estar ligada a outro fator que parece central para explicar um conjunto de *fake news* virais: o pânico moral. Segundo Critcher (2017), pânicos morais envolvem reações exageradas a formas de “desvio” consideradas ameaçadoras à ordem moral de uma determinada sociedade. Ao basear-se em extensas pesquisas sobre o assunto, o autor

argumenta que eles parecem ser endêmicos a sociedades capitalistas e tendem a ser alimentadas por grupos conservadores, uma vez que estão orientados à manutenção de valores morais hegemônicos. Exagero e distorção do que é dito e feito, fabricação de conteúdo, previsão de consequências negativas da inação e a construção semiótica de um grupo inimigo cujos comportamentos e valores são radicalmente opostos ao grupo de referência são estratégias que caracterizam o desenvolvimento social e discursivo do pânico moral, muitas vezes explorado por políticos para favorecer suas candidaturas e/ou angariar apoio para políticas públicas no âmbito do poder legislativo. Este capítulo defende que certos tipos de *fake news*, como as analisadas neste estudo, fazem parte de uma estratégia discursiva para induzir e preservar pânico morais de orientação política. Portanto, é importante considerar como as *fake news* se tornaram um problema recente na sociedade brasileira.

O contexto brasileiro: mídias sociais, desconfiança, polarização e pânico moral

As eleições de 2018 no Brasil foram altamente influenciadas pela circulação de *fake news*, que desempenharam um papel significativo – embora não necessariamente decisivo – na eleição de Jair Bolsonaro. Foram vários os fatores responsáveis pelo sucesso desta estratégia. A bibliografia atual sobre o tema no Brasil destaca as seguintes razões, a serem detalhados posteriormente: (i) o uso do *WhatsApp* para distribuição de textos; (ii) o uso do *YouTube* como fonte de textos multimodais que apoiam desinformação e informação incorreta; (iii) a falta de confiança dos brasileiros nas instituições políticas e de comunicação; (iv) a polarização política e seus consequentes vieses contra atores políticos e agências de verificação de fatos.

Diferentemente do contexto americano, a principal plataforma digital utilizada para distribuir *fake news* no Brasil foi o *WhatsApp*. Segundo Baptista *et al.* (2019), o modo como as conexões são

construídas no *WhatsApp* favorece a interpretação das mensagens como confiáveis, uma vez que elas tendem a vir de amigos, familiares ou colegas de trabalho, ou seja, de pessoas com laços sociais mais estreitos. Além disso, embora muitas *fake news* tenham circulado em grandes grupos, as comunicações do *WhatsApp* tendem a ser restritas a conversas entre poucas pessoas cuja confiança pode ter sido construída há anos. Essa particularidade é importante, uma vez que estudos como o de Piccinin *et al* (2019, p. 11) mostram que o povo brasileiro confia mais em informações cuja fonte é um membro da família, um vizinho ou um amigo, em vez de uma instituição política ou de comunicação. Assim, a comunicação através do *WhatsApp* pode ter reduzido o ceticismo e a postura crítica em relação aos textos distribuídos.

A utilização do *YouTube* também foi relevante, pois muitos *links* compartilhados através do *WhatsApp*, *Facebook* e *Twitter* (hoje, *X*) redirecionaram usuários para a plataforma de vídeos do *Google*. Mont’Alverne e Mitozo (2019) investigaram 213 grupos de *WhatsApp* públicos ativos durante as eleições presidenciais. Eles concluíram que os 15 *links* mais compartilhados no *WhatsApp* conectaram usuários com mais frequência ao *YouTube* do que à soma das outras plataformas principais[8]. Esse resultado é importante para a discussão aqui desenvolvida, pois mostra que vídeos – e sua multimodalidade inerente – podem ter um papel essencial na redução do ceticismo das pessoas em relação ao conteúdo informativo.

Como se pode inferir, a questão da confiança e do ceticismo parece merecer atenção em toda essa discussão. Na próxima seção, será apresentada uma hipótese sociossemiótica a respeito da interpretação e da avaliação de notícias falsas, baseada amplamente na literatura da ACD. Por enquanto, uma explicação política é enfatizada, uma vez que a cultura política no Brasil é comumente considerada um fator relevante na pesquisa atual sobre o tema. De acordo com Piccinin *et al.* (2019), uma das razões para o sucesso das *fake news* no Brasil reside na baixa confiança nas instituições políticas. Eles justificam essa desconfiança da seguinte forma:

[...] a cultura política dos brasileiros pode ser caracterizada como híbrida já que “se materializa quando os cidadãos, ao mesmo tempo em que consideram a democracia a melhor forma de governo, não se mostram satisfeitos com o desempenho das instituições políticas democráticas” (Baquero, Castro e Ranincheski, 2016, p.10). [...] Este tipo de cultura política é fruto de uma democracia ainda inercial e típica de países onde as assimetrias entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento político tornam as instituições de mediação política incapazes de transmitir e traduzir de maneira efetiva as demandas sociais em políticas públicas satisfatórias para a cidadania (Piccinin *et al.*, 2019, p. 8).

Esta desconfiança é então reforçada e consolidada nas relações interpessoais nas mídias digitais e torna-se amplamente compartilhada no espaço e no tempo[9]. Essa é uma das razões, além de todos os fatores computacionais, como os *bots* e algoritmos (Bakir, McStay, 2017), que parece ser fundamental para o sucesso da desinformação. Obviamente, o foco da desconfiança nem sempre é o mesmo, uma vez que as demandas dos atores sociais de diferentes classes, gêneros, raças e profissões são variadas. Por isso, comunidades virtuais podem se formar em torno de posições políticas e ideologias, em um processo que dá origem e mantém as chamadas bolhas. Neste contexto, narrativas fabricadas e manipuladas sobre políticos cujas filiações discursivas são incompatíveis com os valores e as crenças do grupo podem encontrar um terreno fértil para aceitação, na medida em que a desconfiança já faz parte da atitude do grupo e da cultura política do país.

Nesta linha de pensamento, o papel que a polarização desempenha, com seus consequentes vieses, é reforçar a desconfiança, desencorajar o diálogo e inibir a consolidação de agendas coletivas. Lelo (2019) mostra, em um estudo preliminar sobre a recepção de *fake news* e checagem de fatos no Brasil, que não apenas a credibilidade dos conteúdos fabricados e manipulados é influenciada por posições políticas em uma sociedade polarizada, mas também o acesso a certas narrativas, uma vez que a

distribuição textual parece estar profundamente alicerçada em filiações discursivas, de tal forma que alguns grupos podem até ignorar que certa *fake news* está sendo consumida ou mesmo que uma narrativa esteja sendo rotulada como falsa por um grupo de oposição. Como resultado, existem menos oportunidades para debate e dissensão, um processo que contribui para a manutenção de crenças profundamente enraizadas. Ademais, a pesquisa mostra que as posições políticas também influenciam a aceitação da verificação dos fatos. Há mais resistência em aceitar que a informação é falsa se a narrativa ecoa uma crença consolidada sobre um ator político. O viés de confirmação parece, portanto, ser um elemento importante no processo de interpretação das *fake news*, como bem sublinha Gelfert (2018).

Fake news e pânico moral pelas lentes da ACD

Conforme apresentado na Introdução, as três *fake news* em análise adotam uma perspectiva conservadora sobre o desenvolvimento sexual e de gênero das crianças, e atacam a agenda progressista em relação a esses assuntos. Esse ataque baseia-se no pânico moral de que um governo esquerdista interferiria no desenvolvimento das crianças a fim de estimular papéis de gênero e orientações sexuais não hegemônicos.

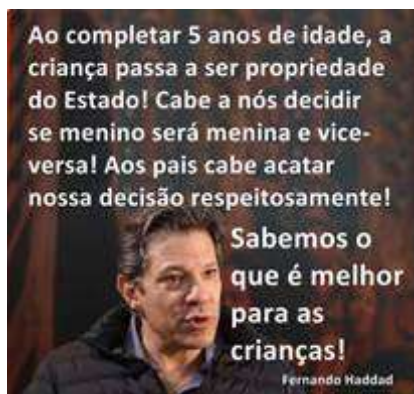
A primeira *fake news* (transcrita abaixo) é um vídeo altamente distribuído em que um homem não identificado acusa o candidato presidencial de esquerda em 2018, Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores), de propor, como parte de suas futuras políticas públicas, a distribuição de “mamadeiras eróticas”[10] para crianças de cinco e seis anos nas escolas. De acordo com o jornal brasileiro *Estado de São Paulo*, em apenas três dias (de 25 a 27 de setembro de 2018), esta *fake news* foi vista por mais de 2,4 milhões pessoas e compartilhada por mais de 70 mil pessoas no Brasil[11]. O segundo texto é uma composição verbo-pictórica que atribui falsamente a Fernando Haddad a declaração de que, em seu governo, crianças de cinco anos se tornariam propriedade do Estado, que então

decidiria sobre o gênero “adequado” de cada uma. A terceira *fake news*, produzida e distribuída após a eleição, em 2019, alerta pais sobre um filme da Disney que mostraria um beijo entre duas princesas em uma suposta tentativa de, mais uma vez, interferir no desenvolvimento da sexualidade “natural” das crianças.

Primeira *fake news* - A mamadeira erótica[12]

Olha aqui, vocês que votam no PT. Essa aqui é a mamadeira distribuída na creche. Olha a marca aqui! está vendo? Distribuída na creche para seu filho, com a desculpa de combater a homofobia. Olha o bico como é. Está vendo? O PT e o Haddad pregam isso para o seu filho. Seu filho de 5, 6 anos de idade vai beber mamadeira na creche com isso aqui para combater a homofobia. Tem que votar em Bolsonaro, rapaz! Bolsonaro, que é para fazer o filho da gente homem e mulher. O PT e Haddad, Lula, Dilma só querem isso aqui [a mamadeira erótica] para os nossos filhos. Isso faz parte do kit gay. Invenção de Haddad, viu! (YouTube, 2020).

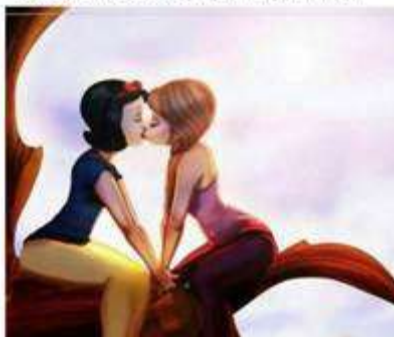
Segunda *fake news* – Crianças como propriedade do Estado [13]



Fonte: Becker (2018).

Terceira *fake news* - As princesas lésbicas[14]

Essa imagem é de um filme novo da Disney para crianças, vamos ficar ligados. Se for possível enviar pra mais grupo pra alerta as famílias.



Fonte: Afonso (2019).

Uma perspectiva sociossemiótica, fundamentada na Análise Crítica do Discurso (ACD), considera que a construção de significado é condicionada por padrões interdiscursivos (Fairclough, 2003; Reisigl & Wodak, 2009). Tais padrões emergem da integração e da interação de atores sociais em diferentes práticas sociais, as quais estão, em última análise, vinculadas a esferas de atividade específicas (Volóchinov, 2017) e a instituições. Consequentemente, eles estão associados à reprodução de práticas. Segundo Fairclough (2003), existem três padrões interdiscursivos, organizados dialeticamente, que dão origem às ordens do discurso: **discursos** (modos sociossemióticos de representar), **gêneros** (modos sociossemióticos de agir e interagir) e **estilos** (modos sociossemióticos de ser). Essas três dimensões de estruturação estão inter-relacionadas, uma vez que discursos podem ser incorporados a estilos e engendrados em gêneros, de modo que ações, identidades e representações se tornem, em maior ou menor grau, coerentes entre si. Isso não exclui, contudo, a existência de contradições, visto que há disputas sociais e resistências no interior de cada esfera ou instituição. Assim, a alternatividade é inerente às

ordens do discurso, apesar dos padrões hegemônicos que possam ter surgido (Gonçalves-Segundo, 2011; 2018).

Assim, a produção e a interpretação textuais não são concebidas como um empreendimento puramente estratégico, uma vez que todo ator social é condicionado pelos padrões multimodais relevantes de composição semiótica, pelos conceitos e pelas relações entre conceitos pré-legitimados que cada discurso estrutura e pelas expectativas de comportamento semiótico que possibilitam a identificação do produtor ou do interpretador com um papel relevante em uma prática sociodiscursiva. Isso não significa, contudo, que um ator social não possa simular outros padrões interdiscursivos; pelo contrário, a simulação faz parte da disputa política observável em *fake news*, visto que as ideologias e os posicionamentos do outro grupo são inscritos ou evocados textualmente para atrair a atenção e suscitar respostas emocionais em relação às suas implicações.

Logo, uma interpretação e explicação discursiva das *fake news* deve considerar essas três dimensões sociais de estruturação – representações, ações e identidades – juntamente com suas respectivas contrapartes semióticas: discursos, gêneros e estilos. Além disso, o estudo deve levar em conta a prática discursiva que fundamenta esses textos, isto é, como eles são produzidos, distribuídos, acessados e interpretados. O objetivo deste capítulo, contudo, não é abordar todos esses parâmetros – especialmente a produção e o acesso –, uma vez que já existem muitos trabalhos que os discutem utilizando ferramentas muito mais adequadas, oriundas das Ciências da Computação e da Estatística[15]. Assim, o foco recairá sobre: (i) o processo de inculcação e sua relação com o embate entre viés e pensamento crítico na interpretação das notícias falsas; (ii) o papel dos padrões de composição na avaliação de notícias falsas; (iii) os padrões de distribuição de notícias falsas e seu papel na construção da confiança e da coesão do grupo; e (iv) a interpretação e a avaliação de notícias falsas ao longo de uma escala que vai do absurdo ao evidente.

Como destacaram Gomes e Dourado (2019), o surgimento das *fake news* no Brasil – e talvez em todo o mundo – está correlacionado à ascensão de um movimento neoconservador que precisou criar uma ecologia midiática alternativa para alterar as fontes de autoridade e credibilidade na sociedade e aumentar a visibilidade de seus valores e propostas. Nesse processo, sustentamos que a construção de textos que recorrem estrategicamente a pânicos morais constitui um recurso produtivo para gerar coesão social e bolhas ideológicas, voltadas a reduzir o espaço para a dissidência e a qualidade do debate público ao produzirem seguidores em vez de interlocutores críticos.

De fato, a estratégia parece apoiar-se em idiossincrasias dos discursos conservadores contemporâneos, que, no Brasil, tendem a fundir elementos políticos, econômicos e religiosos, a saber: (i) a rejeição de alternativas e a adesão a processos de identificação com viés religioso, orientados para a manutenção de estilos ou performances hegemônicos no que diz respeito a gênero e sexualidade – e, por vezes, até mesmo a classe e raça; (ii) a dependência de autoridades e representações religiosas para conceber a realidade, em um processo que parece correlacionar-se com a rejeição da ciência; (iii) a ideia de que a família é o pilar da socialização e a base dos valores morais, um discurso que, em última análise, conduz a intervenções na educação.

Um discurso com essas características provavelmente favorecerá, por meio da inculcação, identidades radicalizadas com padrões de comportamento rígidos no que diz respeito a falar/escrever, vestir-se, sentir e agir. Uma possível consequência desse processo é a redução da disposição dos atores sociais para considerar perspectivas diferentes e aceitar – ou, ao menos, tolerar – diferentes performances e estilos. Assim, a polarização pode se intensificar, levando a uma forte dicotomia do tipo “Nós contra Eles” (van Dijk, 2003) que atribui ao outro um conjunto de valores diametralmente oposto ao do endogrupo, independentemente do grau de generalização e/ou absurdo subjacente a essa atribuição.

Esse é um dos possíveis fundamentos para a exploração política de pânico morais. Nos três textos selecionados (*fake news* 1, 2 e 3), observa-se um ataque direcionado a movimentos e a pautas de gênero e sexualidade, materializado pelo deslocamento do debate da vida adulta para a infância. Esse processo alimenta o pânico moral conservador, segundo o qual haveria pessoas dispostas e capazes de converter crianças à homossexualidade, alterar os padrões “corretos” de performance de gênero ou, até mesmo, decidir sobre a identidade de gênero da criança. Como aponta Balieiro (2018), a estratégia consiste em retratar as crianças como estando sob ameaça constante. Nesse artigo, o autor discute como esse pânico moral específico tem sido explorado para atacar escolas, professores, materiais didáticos, currículos educacionais e a arte, classificando-os como promotores de comportamentos “desviantes” de gênero e sexualidade. Existe até um termo para descrever essa postura progressista “desviante”: “ideologia de gênero”. Consequentemente, professores e políticos progressistas são rotulados como militantes e doutrinadores, e as escolas são acusadas de não cumprirem seu verdadeiro papel (“aprimorar habilidades em matemática e linguagem”), pois os professores estariam ocupados demais fazendo lavagem cerebral nas crianças. Tal exagero – que pode ser visto como uma forma de manipulação ou fabricação de conteúdo – é frequentemente reproduzido em diversas *fake news*.

Assim, pode-se inferir que, por trás do deslocamento da discussão sobre gênero e sexualidade da vida adulta para a infância, reside, por um lado, uma retórica que representa um partido político (o Partido dos Trabalhadores – PT) e uma certa postura política – a esquerda – como os inimigos, uma vez que são construídos como agentes dispostos a realizar experimentos com crianças e a intervir em seu desenvolvimento; e, por outro lado, uma retórica que distorce a discussão sobre dinâmicas de gênero e identidade sexual (ou sexualidade) não hegemônicas, dificultando os debates necessários sobre os direitos e as lutas materiais e simbólicas concretas tanto das mulheres quanto das pessoas não

heterossexuais na sociedade brasileira contemporânea. Ao deslocar o debate do âmbito adulto para um grupo visto quase consensualmente como necessitado de proteção, o avanço de uma agenda progressista sobre a questão como um todo pode ser contestado.

Mas em que medida esses efeitos, provavelmente previstos pela indústria de *fake news*, realmente afetam leitores e espectadores?[16] Haveria outras razões por trás desse tipo de produção que se vale de pânico morais? Os parágrafos a seguir abordarão essas duas questões.

De uma perspectiva crítico-discursiva, a resposta à primeira pergunta reside em uma série de fatores correlacionados, embora as inculcações discursivas discutidas anteriormente, especialmente no que diz respeito à tendência do discurso conservador à rejeição da alternatividade e à sua consequente internalização em performances identitárias rígidas, desempenhem um papel central. No entanto, tal perspectiva não exclui a resistência dos atores sociais nem a sua capacidade de pensamento crítico para superar vieses. Assim, é importante considerar outros fatores que possam reforçar a crença nesse tipo de conteúdo fabricado.

Um elemento que parece relevante é a multimodalidade. Todos os três textos selecionados apresentam algum tipo de componente visual. O terceiro texto utiliza uma imagem como evidência para provar que a Disney está “realmente” produzindo um filme com um relacionamento lésbico. O segundo texto reproduz o rosto do candidato à presidência Haddad, sugerindo que ele é o responsável pelas declarações retratadas na postagem. O primeiro é um vídeo que direciona a atenção do espectador para a “mamadeira erótica”.

Parece que o uso de elementos visuais cumpre duas funções. A primeira é emular práticas discursivas comuns nas redes sociais, as quais são construídas, de forma prototípica, por meio de relações entre os modos semióticos verbal e imagético – os padrões de composição imitam as postagens típicas que encontramos no *Facebook*, *Twitter* (hoje, *X*), *Instagram* e *WhatsApp*. Trata-se, ao que

parece, de uma estratégia voltada para reforçar a crença do endogrupo na espontaneidade da postagem e para induzir a interpretação de que o autor é um membro engajado daquela comunidade (“um cidadão preocupado”). Assim, esses textos parecem funcionar como alertas, como um meio de direcionar constante atenção para a “ameaça” representada pelo exogrupo.

A segunda função é aumentar a credibilidade do conteúdo. O ato de mostrar pode ser uma forma de superar um possível ceticismo em relação ao conteúdo. Trata-se, provavelmente, de uma estratégia de antecipação voltada tanto para membros do próprio grupo que não se identificam plenamente com os valores nucleares daquela ideologia e permanecem abertos a alternativas, quanto para aqueles que estão cientes da realidade das *fake news* e mostram-se mais céticos em relação ao conteúdo disseminado pela internet. Por trás dessa prática, reside um esquema de raciocínio baseado na experiência (“estou vendo; logo, é verdade”) (Reboul, 2004).

Outro elemento relevante parece ser o método de disseminação textual. Como discutimos na seção 2, os brasileiros parecem depositar mais confiança no conteúdo de textos produzidos e/ou distribuídos por sua rede de relações próximas do que naquele gerado pela mídia ou por instituições políticas. Assim, o *WhatsApp* parece ser um meio eficaz para a suspensão da descrença.

Um terceiro elemento são as relações interdiscursivas que consolidam uma determinada perspectiva discursiva entre todos esses textos. Mesmo depois de a eleição já ter terminado, textos como o apresentado na Figura 2 continuaram sendo produzidos e reproduzidos no Brasil. Esse texto aparentemente trivial desempenha papéis discursivos e políticos importantes: manter viva a chama do pânico moral; assegurar que o grupo ideológico formado nos últimos anos não se dissolva; e reforçar o conceito de família como pilar da sociedade brasileira (e, portanto, como uma instituição que necessita de proteção). Cada texto que se integra a essa rede discursiva ajuda a garantir que essa perspectiva sobre gênero e sexualidade permaneça sempre no foco da atenção

pública. Consequentemente, esse pânico moral pode ser invocado sempre que grupos neoconservadores – e, no caso do Brasil, o então Governo Federal – precisarem desviar a atenção pública de outros temas sensíveis. E é nessa estratégia que reside a resposta para a segunda questão proposta (“haveria outras razões por trás de conteúdos fabricados que se valem de pânicos morais?”).

Essas táticas de “cortina de fumaça” parecem estar voltadas para o exogrupo; neste caso, para atores sociais vinculados a discursos e pautas progressistas. É provável que, para esse grupo, todas as *fake news* mencionadas soem absurdas – talvez a última pudesse levar a uma busca no *Google* para verificar sua falsidade. Portanto, o uso político de pânicos morais deve ter outra razão. A hipótese que propomos aqui é a de que o objetivo é reorientar o debate público para essa questão, enquanto outros temas políticos, econômicos, culturais e sociais relevantes são deixados de lado, relegados a segundo plano por esse tópico de forte apelo emocional. Antes de explicar essa estratégia, no entanto, discutiremos por que, pelo menos, os dois primeiros textos permitiriam uma leitura de absurdo.

Suponha que o primeiro vídeo seja assistido com atenção e que se observe sua composição. Nesse caso, percebem-se facilmente muitos indícios de fabricação, o que sugere tratar-se de uma farsa. Leitores e espectadores alinhados a discursos progressistas provavelmente os detectariam com mais facilidade, devido ao seu viés contrário ao discurso conservador em um contexto polarizado. No entanto, outros atores sociais também os notariam. A seguir, listamos alguns desses indicadores de absurdo.

O primeiro sinal tem caráter normativo. Seria extremamente difícil aprovar uma política pública que instituísse tal padrão de mamadeiras em todo o país, considerando tanto o fato de que a educação pré-escolar no Brasil é, em grande parte, responsabilidade dos municípios quanto o fato de que pessoas de diversas vertentes discursivas certamente resistiriam a essa proposta. O segundo indicador é de natureza comportamental, relacionado ao fato de que crianças de cinco e seis anos não

costumam consumir líquidos em mamadeiras. O terceiro consiste em um absurdo discursivo, uma vez que políticos progressistas jamais proporião a adoção de tal mamadeira, que simula sexo oral, visto que o discurso progressista combate ferozmente qualquer tipo de sexualização infantil[17]. O quarto sinal tem natureza composicional: a voz autoral não revela o rosto, e não há documento que corrobore o que é dito[18].

O segundo texto é mais sutil nesse aspecto. O indicador de absurdo é principalmente discursivo, uma vez que atores sociais progressistas no Brasil – embora geralmente associados à defesa de um Estado de bem-estar social robusto – jamais proporião estender a intervenção estatal a uma questão de identidade pessoal[19].

Considerando esses indicadores, parece que essas notícias falsas simplesmente não visam alterar as crenças do exogrupo. Não se trata de promover revisão crenças. Trata-se de reforçar a coesão e os valores do endogrupo – independentemente do grau de veracidade dos fatos – e de atrair a atenção do exogrupo para o pânico moral, alimentando-se da polarização e da imagem já estabelecida de “inimigos morais”, de modo que o debate público não seja apenas distorcido, mas também desviado de outras questões que possam ser mais relevantes e/ou mais sensíveis e prejudiciais ao endogrupo. O sucesso da estratégia, como bem aponta Gelfert (2018), reside no fato de que tanto o endogrupo quanto o exogrupo disseminam esses textos e transformam seu conteúdo em uma questão pública, digna de debate. Assim, pode-se afirmar que essas *fake news*, que se valem de pânicos morais, podem ser concebidas como pontos de tensão entre discursos, em um processo voltado a promover – embora não a garantir, visto que membros do endogrupo podem detectar a fabricação – leituras dicotômicas: por um lado, uma interpretação de que o conteúdo não é fabricado e é, portanto, não apenas verdadeiro, mas evidente, visto que é compatível com a visão do endogrupo sobre a questão que impulsiona o pânico moral; e, por outro lado, uma interpretação de que o conteúdo é indubitavelmente fabricado,

pois não é apenas falso, mas absurdo, uma vez que promove diversos tipos de manipulação para distorcer a perspectiva do exogrupo sobre a realidade.

É por isso que se pode argumentar que esse tipo de *fake news* cria uma tensão entre o evidente e o absurdo. Ao fazer isso, a indústria de *fake news* parece cumprir duas funções simultaneamente: (i) promover a coesão social e a formação de bolhas ideológicas voltadas a reduzir a qualidade do debate público, favorecendo eleições polarizadas e candidatos extremistas por meio da manipulação de emoções (particularmente a indignação) e atitudes (especialmente o antagonismo); e (ii) distorcer o debate público ao manter pânicos morais em evidência, enquanto outras questões políticas, econômicas, sociais e culturais relevantes são relegadas a segundo plano ou ressignificadas sob uma perspectiva neoconservadora. A disputa pela hegemonia discursiva parece contar com novos instrumentos.

Conclusão

O objetivo deste capítulo foi discutir, com base no referencial teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD), os efeitos e as motivações por trás da produção e distribuição estratégicas de conteúdo fabricado que se vale e se consolida de pânicos morais na sociedade brasileira contemporânea, a qual se caracteriza por intensa polarização política, desvalorização da ciência e da mídia tradicional e pela consolidação de um discurso (neo)conservador.

A análise indica que esse tipo de *fake news* constitui um ponto de tensão entre discursos opostos. Assim, sua construção parece orientada a promover leituras que categorizam o conteúdo desses textos como absurdo (a leitura preferencial do exogrupo), ou evidente (a leitura preferencial do endogrupo). Para fundamentar essa conceituação, discutiram-se quatro fatores relevantes relacionados à natureza sociosemiótica desse tipo de *fake news* no Brasil: o papel da inculcação discursiva de identidades e estilos, a composição multimodal dos textos, o padrão de distribuição

viabilizado pelo *WhatsApp* e as relações interdiscursivas entre redes de textos que reiteram perspectivas ideológicas semelhantes. Tais fatores foram utilizados para explicar:

1. como emergem, no endogrupo, leituras que interpretam o conteúdo das *fake news* como algo evidente, e hipotetizar qual seria a principal função sociodiscursiva dessas notícias para esse grupo, a saber, a manutenção da coesão social mediante a manutenção do foco em pânicos morais;

2. como o exogrupo seria mais sensível a indícios de fabricação de conteúdo e, conseqüentemente, mais propenso a considerar a narrativa absurda, discussão essa seguida de uma análise das possíveis implicações dessa sensibilidade. A principal hipótese decorrente desse raciocínio é que um dos objetivos dessas notícias falsas é desviar a atenção do exogrupo tanto em direção ao combate a pânicos morais quanto ao reenquadramento de questões sociais relevantes que já haviam sido distorcidas pelo endogrupo. Por meio dessa estratégia, o debate público sobre questões sociais, políticas, econômicas e culturais relevantes pode ser temporariamente interrompido.

Embora essas reflexões e constatações pareçam coerentes no contexto brasileiro, ainda é necessário verificar o potencial de generalização dessas conclusões e compreender o papel argumentativo e retórico das *fake news* no debate público, uma questão de grande preocupação para muitos pesquisadores aqui citados – grupo do qual também fazemos parte. Portanto, parece importante apresentar algumas vias de pesquisa que possam ser produtivas para desenvolvimentos futuros.

A primeira diz respeito ao estudo das dinâmicas interacionais – em grupos abertos e fechados, em espaços virtuais ou físicos – que tomam o conteúdo das *fake news* como tópico discursivo. O interesse principal recairia sobre como esses textos são utilizados na argumentação epistêmica e prática e como se conectam aos processos de formação, revisão e manutenção de crenças (Niño, Marrero, 2015; Gonçalves-Segundo, 2020b).

A segunda via de pesquisa envolve repensar as categorias analíticas empregadas pela Linguística do Texto, pela Análise (Crítica) do Discurso e pela Semiótica Social no que diz respeito ao estudo de cadeias textuais na internet. As *fake news* não devem ser estudadas apenas em termos de sua materialidade, mas também quanto ao seu enquadramento ao longo da cadeia de textos produzidos pelos atores sociais que as distribuem e comentam.

O terceiro caminho de investigação abrange um esforço necessário para compreender as relações complexas entre discurso de ódio, pânico moral, economia das emoções, ideologia, viés, inculcação, pensamento crítico e letramento digital. Isso deve ser feito não apenas para alcançar um empreendimento teórico e analítico mais preciso, mas também para promover programas educacionais voltados a aumentar a conscientização sobre a desordem informacional, uma vez que os avanços tecnológicos apenas ampliarão a capacidade dos atores sociais de produzir e distribuir notícias falsas. As pessoas precisam estar cada vez mais preparadas para distinguir o que é fabricado daquilo que não é e para compreender as estratégias discursivas por trás desse tipo de narrativa digital.

Notas

[1] O texto original da presente tradução foi publicado como: GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Fake news, moral panic, and polarization in Brazil: A critical discursive approach, **Linguistic Frontiers**, 5(2), 2022. DOI: 10.2478/lf-2022-0013. Agradecemos ao Paulo Roberto Gonçalves-Segundo pela gentileza de ter autorizado a tradução e publicação do artigo na presente obra, além de ter realizado a revisão final do texto.

[2] Nota dos tradutores: alteramos as informações temporais considerando a atualidade, assim como substituímos o termo “artigo” por “capítulo” quando se refere ao próprio texto.

[3] Este capítulo não se propõe a uma descrição detalhada dos recursos linguísticos e visuais empregados nos textos selecionados.

Para uma discussão aprofundada sobre o componente semiótico e as estratégias discursivas desse tipo de *fake news* no Brasil, consulte Gonçalves-Segundo (2020a).

[4] N. T.: optamos por manter as tabelas em inglês a fim de preservar a proposta original dos autores.

[5] Isso parece ser o caso independentemente do conhecimento do distribuidor sobre a sua veracidade, embora – isso deve ser dito – a tendência de se perceber a falsidade da informação é maior quando os disseminadores pertencem ao exogrupo, como discutiremos mais adiante, ou quando se trata de leitores “táticos” (isto é, aqueles que não estão particularmente envolvidos com o texto sob uma perspectiva afetiva ou ideológica e, portanto, conseguem adotar uma postura mais matizada e distanciada em relação ao assunto).

[6] Às vezes, o conteúdo fabricado elogia um ator social por conquistas fictícias, com o objetivo de prejudicar a concorrência ou a oposição.

[7] Na Seção 3, o conceito de “epistemologia tribal” será ressignificado sob uma perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), recorrendo à relação entre discursos e identidades, concretizada pelo processo de inculcação (Fairclough 2003).

[8] Para fins de comparação, o número de *links* que direcionavam para o *YouTube* era de 40.000, enquanto para o *Facebook* — o segundo colocado no *ranking* — era inferior a 10.000 (Mont’Alverne & Mitozo, 2019).

[9] Consequentemente, pode-se afirmar que a internet se tornou um novo espaço — e talvez um espaço altamente relevante — para a socialização política; portanto, seu papel no letramento e na conscientização política das pessoas não deve ser ignorado e merece ser mais bem investigado.

[10] A chamada “mamadeira erótica” é uma mamadeira cujo bico tem o formato de um pênis.

[11] Fonte: Estadão Verifica. 28 set. 2018. ‘Mamadeiras eróticas’ não foram distribuídas em creches pelo PT. Estadão [online]. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadaov>

erica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

[12] A publicação original foi removida devido a uma ordem judicial. No entanto, ainda pode ser encontrada em alguns canais do YouTube, como <https://bit.ly/2wUcJhP>. Acesso em: 28 fev. 2020.

[13] Becker, Clara. 27 set. 2018. Vetada pelo TSE, declaração falsa atribuída a Haddad segue ‘viva’ nas redes sociais. Lupa [online]. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2018/09/27/vericamos-haddad-criancas/>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

[14] Afonso, Nathália. 16 mai., 2019. #Verificamos: Imagem que mostra personagens se beijando não é de novo filme da Disney. Yahoo! Notícias [online]. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/vericamos-imagem-que-mostra-personagens-se-beijando-nao-e-de-novo-filme-da-disney-152201822.html>. Acesso em: 28 ago. 2022.

[15] Para uma revisão sistemática, veja Kim *et al.* (2021).

[16] Não se pretende, neste capítulo, empreender uma análise quantitativa sobre a credulidade ou a crença em *fake news*.

[17] Não se devem confundir posições progressistas a favor da educação sexual nas escolas com o apoio à sexualização de crianças — um espantalho geralmente construído por grupos neoconservadores.

[18] A baixa qualidade do vídeo é um indicador ambíguo. Provavelmente, o exogrupo o interpretaria como um sinal de fabricação e absurdo — um vídeo que qualquer pessoa poderia produzir para atacar a candidatura de Haddad. As interpretações do endogrupo podem variar, mas uma hipótese possível é que o caráter “caseiro” do vídeo sugerisse a atuação de um cidadão engajado, preocupado com o que estaria “realmente” acontecendo nas escolas. A baixa qualidade seria, então, um sinal de credibilidade.

[19] Por outro lado, o fato de a esquerda, no Brasil, tender a defender um Estado forte pode aumentar a credibilidade desse conteúdo junto aos membros do endogrupo neoconservador. A estratégia dessa *fake news* é, portanto, combinar um pânico moral

com uma característica conhecida do discurso da esquerda brasileira.

Referências

AFONSO, Nathália. #Vericamos: #Verificamos: Imagem que mostra personagens se beijando não é de novo filme da Disney. **Yahoo! Notícias** [online], 16 mai. 2019. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/verificamos-imagem-que-mostrapersonagens-se-beijando-nao-e-de-novo-filme-dadisney-152201822.html>.. Acesso em: 28 ago. 2022.

BAKIR, V.; MCSTAY, A. Fake News and The Economy of Emotions. **Digital Journalism**, 6(2), 154–175, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1345645>.

BALIEIRO, F. de F. “Don’t mess with my kids”: Building the moral panic of the child under threat. **Cadernos Pagu**, 53, 2018:e185306, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BAPTISTA, E. A.; ROSSINI, P.; OLIVEIRA, V. V. de; STROMER GALLEY, J. A circulação da (des)informação política no WhatsApp e no Facebook. **Lumina**, 13(3), 29-46, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2019.v13.28667>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BECKER, C. Vetada pelo TSE, declaração falsa atribuída a Haddad segue ‘viva’ nas redes sociais. Lupa [online], 27 set. 2018. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2018/09/27/verificamos-haddad-criancas/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CRITCHER, C. Moral Panics. **Oxford Research Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice**, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264079.013.155>..

ESTADÃO VERIFICA. 'Mamadeiras eróticas' não foram distribuídas em creches pelo PT. **Estadão** [online], 28 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foramdistribuidas-em-creches-pelo-pt/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

GELFERT, A. Fake News: A Definition. Informal. **Logic**, v. 38, n. 1, p. 84–117, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22329/il.v38i1.5068>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GOMES, W. da S.; Dourado, T., Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, 16(2), 33-45, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p33>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GOMES, W. Pênis humano nos bicos das mamadeiras (que desgraça é essa?) [video]. **YouTube**, 18 out. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/PJ9OaDRHKSQ>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. In: Batista Jr., J. R. L., Sato, D. T. B. & Melo, I. F. (Eds.), **Análise do Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**, São Paulo: Parábola, 2018, pp.79-103.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Fake News, desordem informacional e pânico moral: explorando estratégias discursivas. **Cadernos de Linguística**, 1(4), 01-26, 2020a. Disponível em: < <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2020.v1.n4.id261>.> Acesso em: 28 ago. 2022.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. The multidimensional model of argumentative analysis: An introduction. **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto), 64, e11666, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e11666>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. **Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas**: Um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2011.tde-25042012-161141>. Acesso em: 28 ago. 2022.

KIM, B.; XIONG, A.; LEE, D.; HAN, K. A systematic review on fake news research through the lens of news creation and consumption: Research efforts, challenges, and future directions. **PLOS ONE**, 16(12), e0260080, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0260080>. Acesso em: 28 ago. 2022.

LELO, T. V. Recepção de fake News e fact-checking em contexto de polarização política. In: Anais do Encontro **Anual da Compós**, 28, pp. 1-24, 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5896>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. Muito além da mamadeira erótica: As notícias compartilhadas nas redes de apoio a presidenciáveis em grupos de WhatsApp nas eleições de 2018. In: **Anais do 8º Encontro da Compolítica**. Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT4/gt4_Montalverne_Mitozo.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

NIÑO, D.; MARRERO, D. The agentive approach to argumentation: A proposal. In: VAN EEMEREN, F. H.; GARSEN, B. (Eds.). **Reflections on Theoretical Issues in Argumentation Theory**. Châm: Springer International Publishing, 2015. p. 53-67.

PICCININ, F.; CASTRO, H. C. de O. de; CASTILHO, S. V. Fake News nas eleições: notas sobre a a crise de confiança e a cultura política brasileira. In: **Anais do III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos sociais**, 1(3),1-19, 2019. Disponível em: <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiaticom-artigos/article/view/269/263>. Acesso em: 28 ago. 2022.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REISIGL, M.; WODAK, R. The Discourse-Historical Approach (DHA). In: WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2nd edition. London: Sage, p. 87-121, 2009.

TANDOC, E. C.; LIM, Z. W., & LING, R. Defining “Fake News”: A typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, 6(2), pp. 137-153, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>.

VAN DIJK, T. A. **Ideología y Discurso: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona: Ariel, 2003.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Thinking about ‘information disorder’: Formats of misinformation, disinformation, and mal-information. In: Ireton, C., Posetti, J., UNESCO (Eds.), **Journalism, “fake news” et disinformation: Handbook for journalism education and training**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. p. 43-54, 2018. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002655/265552E.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SOBRE ORGANIZADORA, ORGANIZADOR, AUTORAS E AUTORES

Ana Carolina Gonçalves Reis

Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde atua nas áreas de Redação Empresarial, Redação Oficial, Revisão Textual, Teoria Semiolinguística, Retórica e Argumentação. É doutora em Estudos Linguísticos (2016-2020) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Compõe a Comissão de Retórica da Abralín e é docente permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da UFV, na linha de Estudos Discursivos.

André Mesquita

Professor adjunto do Instituto de Letras da UERJ. Possui pós-doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela USP, doutorado em Linguística pela Unicamp e mestrado em Ciências pela USP. É bacharel e licenciado em Letras pela USP e licenciado em Pedagogia pela UAM. Atua na área de Linguística, com ênfase em Semântica e Análise do Discurso.

Argus Romero Abreu de Moraes

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (CAPES/2011-2015), com estágio doutoral na Universidade Paris-Est Créteil (PDSE/Capes 2013-2014). Desde setembro de 2023, atua como Professor e Pesquisador Visitante (CAPES e FUNDECT/MS) na Faculdade de Artes, Letras e Comunicação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (FAALC/UFMS). Membro do GT de Argumentação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) e do Grupo de Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso (ELAD/CNPq). Participa do Projeto de Pesquisa Cartografia dos Estudos de Argumentação (ABA).

Elaine de Moraes Santos

Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR), na área de concentração em Estudos Linguísticos e sob a linha de pesquisa Estudos do Texto e do Discurso. É professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atuando nos cursos de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Lidera o Grupo de Pesquisa Corpo, Sujeito e(em) Discursividades (político) midiáticas (SuDiC/CNPq-UFMS), coordena o Laboratório de Revisão de Textos Acadêmico-científicos (LabRev) da Faculdade de Artes, Comunicação e Letras (FAALC) da UFMS e participa do GT Análise do Discurso da ANPOLL.

Fabiana Poças Biondo

Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande-MS, nos Cursos de Graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) – Mestrado e Doutorado – da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC). Graduada e Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo (USP), sobre redes sociais, feminismos e diversidade. Lidera o grupo de pesquisas CNPq Linguagens e Feminismos: gênero, letramentos e identidades (GELF) e participa do GT Transculturalidade, Linguagem e Educação da ANPOLL. Integra a comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade da Abralin (CDII). Tem experiência na Linguística Aplicada, principalmente com os temas letramentos críticos; redes sociais; linguagens e identidade/subjetividades; gênero/sexualidade e feminismos.

Fernanda Kulis

Mestra em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), pós-graduada em Linguística Aplicada e Novas Tecnologias Aplicadas à Educação pela Faculdade de Minas e

graduada em Letras - Espanhol pela Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Jenifer Eduarda de Souza Correa (UEA)

É acadêmica do curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Foi bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), no período de 2024 a 2025. Atualmente é pesquisadora voluntária em Iniciação Científica. Integra o projeto Pré-Vest UEA, no qual atua como revisora. Tem interesse na área de Análise do Discurso, com ênfase na Análise Dialógica do Discurso (ADD).

Juliana da Silveira

Cursou sua graduação em Português e Francês, seu mestrado e doutorado em Letras – área de Estudos Linguísticos – na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Em seu doutorado, estudou, com período sanduíche, na Sorbonne Paris Cité. Fez seu pós-doutorado em Ciências da Linguagem (PNPD/CAPES) na UNISUL. É professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL-UNISUL), pesquisadora pelo Instituto Ânima, vice-líder do Grupo de Pesquisa Divulgação e Produção de Conhecimento (UNISUL/CNPq) e membro do Contradit – Coletivo de Trabalho, Discurso e Transformação. Membro fundadora da Commune – Colabs em educação e pesquisa. É líder do grupo de pesquisa GEPOMI- Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos – UNISUL/UEM.

Kátia Alexsandra dos Santos

Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo-USP/ Ribeirão Preto (2012). Professora associada na Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO (2005-2012) na área de Pesquisa em Psicologia. Concluiu estágio de pós-doutorado em Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP, sob supervisão da professora Dra Leda Verdiani Tfouni,

com estágio na Université de Paris 13, sob supervisão de Marie-Anne Paveau. É líder do grupo de pesquisa Laboratório Discursividades, Mulheres e Resistência (UNICENTRO) e membro do grupo de pesquisa Análise do discurso e suas Interfaces (FFCLRP-USP). Coordenou de 2017 a 2022 o Projeto de Extensão Núcleo Maria da Penha-NUMAPE. Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC-UNICENTRO).

Lorena Maria Nobre Tomás (UEA)

Lorena Maria Nobre Tomás é professora adjunta do curso de Letras da Universidade do Estado do Amazonas. Possui doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2019), pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa. Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (2012); Especialização em Leitura e Produção Textual pela Universidade Federal do Amazonas (2003); Graduação em Letras – Língua Portuguesa (2002) e Comunicação Social – Jornalismo (2007) também pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente faz parte do comitê local de Iniciação Científica da Escola Normal Superior/UEA. Atua principalmente na área de Análise do Discurso de linha francesa, leitura e produção textual. Desenvolve pesquisa na área da AD, em especial sobre o discurso das mídias, questões culturais e de gênero.

Marcia Elisia Aguiar

Mestranda em Estudos Linguísticos pela UFMG. Possui pós-graduação em Revisão de Textos pela UNIUBE e é graduada em Letras pela UFMG. Atua na área de Linguística, com ênfase em Argumentação e Análise do Discurso.

Mariano Dagatti

Investigador Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas con sede de trabajo en el Centro de Estudios del Lenguaje en Sociedad (CELES) de la Universidad Nacional de San Martín (Argentina). En dicha

Universidad, es director del Diploma en Oratoria y Storytelling. Es Doctor en Lingüística y Magister en Análisis del Discurso por la Universidad de Buenos Aires. Se desempeña como Profesor de Semiótica en la Universidad Nacional de Entre Ríos y Profesor de Comunicación Visual en la Universidad de San Andrés. Trabaja en el área de retórica política y mediatización.

Michele Tiemi Imazaki

Doutoranda e mestra em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEL - UFMS), sob orientação da Profa. Dra. Elaine de Moraes Santos. É graduada em Letras Português e Inglês pela mesma universidade. É membra do grupo SuDic – Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político) midiáticas e do Laboratório de Revisão de Textos Acadêmico-científicos (LABREV - UFMS). Possui interesse pela temática da comunidade nipo-brasileira e suas vivências a partir das discursividades que os afetam.

Miguel Fuentes Cortés

Profesor de Historia y Geografía; Magíster en Estudios Latinoamericanos; Doctor en Lingüística; Postdoctor en Análisis crítico del discurso y multimodalidad. Encargado del área de investigación y archivos del Sitio de memoria y reflexión por los DDHH Casa de Piedra, La Serena. Correo electrónico: miguelfuentes cortés@gmail.com

Nathália do Nascimento Gonçalves Nolasco

Doutoranda e mestra em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEL - UFMS), sob orientação da Profa. Dra. Elaine de Moraes Santos e coorientação da Profa. Dra. Fabiana Poças Biondo. Especialista em Mídias na Educação e graduada em Letras Português e Espanhol pela mesma universidade. É membra do grupo Gelf – Letramento e Feminismo; do grupo SuDic – Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político) midiáticas e do Laboratório de Revisão de Textos

Acadêmico-científicos (LABREV - UFMS). Possui interesses em temas relacionados a identidade, feminismo negro, letramento crítico, educação étnico-racial e literatura afro-brasileira.

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Professor Associado, livre-docente, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Atua na área de Filologia e Língua Portuguesa, desenvolvendo pesquisas multidisciplinares em torno das relações entre argumentação, multimodalidade e cognição, com especial atenção ao seu funcionamento nas mídias digitais. Dentre suas experiências profissionais, destaca-se o período como professor visitante na Universidade do Porto, Portugal (2022-2023). Coordenou o programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa entre 2017 e 2019 e coordena, desde 2023, a Licenciatura em Letras da USP. Foi editor-chefe da Revista Linha D'Água e editor associado da Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. Lidera o Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (USP) e é membro dos grupos de pesquisa Sistêmica, Ambientes e Linguagens (UFMS) e Estudos da Linguagem, Argumentação e Discurso (UESC), além de integrar o GT ANPOLL de Argumentação e ser um dos sócios fundadores da Associação Brasileira de Argumentação (ABA).

Renata Adriana de Souza

Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professora Adjunta da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em Guarapuava-PR, vice-líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro” (LEDUNI/CNPQ) e membro do Grupo de Pesquisa “Corpo, Sujeito e(m) Discursividades (político)mediáticas” (SuDiC/UFMS). Participa do projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”.

Renata Aiala de Mello

Professora Adjunto da Universidade Federal da Bahia, onde atua nas áreas de língua, literatura e cultura francesa e francófona. É doutora em Linguística (2012-2016) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui pós-doutorado pela Universidade do Porto em Estudos Retóricos e Literários (2018-2019) e pela Sorbonne Université em Análise do Discurso e Literatura (2024-2025). Atua principalmente nas áreas de Análise do Discurso, Teoria Semiolinguística, em diálogo com outras áreas do conhecimento, como a Retórica, a Literatura e a História.

Raquel Abreu-Aoki

Raquel Abreu-Aoki é doutora em Estudos Linguísticos do Texto e do Discurso pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, onde também realizou seu mestrado (2012-2013) na mesma área. Graduiu-se em Letras Licenciatura e Bacharelado pela mesma instituição. Atualmente, é professora adjunta da Faculdade de Letras da UFMG, atuando em três eixos: ensino, pesquisa e extensão, com ênfase em Linguística do Texto e do Discurso, abrangendo Leitura, Compreensão e Produção Textual, Análise do Discurso e Narrativas Contemporâneas.

Renata Nobre Tomás

Renata Nobre Tomás é professora adjunta da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). É doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (2019) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa. É mestra em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA (2013), especialista em Leitura e Produção Textual pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2003) e graduada em Letras Língua Portuguesa por essa mesma universidade (2001). Foi coordenadora de área do PIBID-Letras por 4 anos e tem experiência como formadora nos cursos do Parfor. Atua na área de leitura,

produção textual, gêneros do discurso, novas tecnologias, discursos da/na mídia e violência contra a mulher.

Rodrigo Seixas

Professor Adjunto do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA). Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS) e também do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da UFG. Pesquisa Retórica, Argumentação e Análise do Discurso Político. É líder do DISPo – Grupo de Estudos em Discurso Político, cujo rol temático de discussões e pesquisa circunda a retórica/argumentação, o discurso político (e seus diálogos com outros campos), com ênfase na cognição argumentativa e no conflito, em nível nacional e internacional. É membro fundador da Associação Brasileira de Argumentação (ABA), membro do GT de Argumentação da ANPOLL (coordenador do biênio 2026-2027), e membro pesquisador do grupo Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso (ELAD-UESC). É também membro da Sociedade Brasileira de Retórica (SBR), da Associação Latino-americana de Retórica (ALR) e da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED).

Sarah Dib Domingues Silva

Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO, advogada e pesquisadora das relações entre Direito, território e interseccionalidades. Atua na advocacia e desenvolve pesquisas voltadas aos direitos humanos e às desigualdades sociais.

Discursos, políticas e sentidos: debates sul-americanos se soma aos nossos esforços para materializar, textualmente, os frutos da colaboração entre a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, durante 2025, através do Programa Move La América. Nesta obra, priorizamos reflexões sobre fenômenos potencialmente transnacionais, especialmente no que se refere ao contexto sul-americano.